



Kleber Garcia Teixeira

A Máquina e o Tempo

dialética das forças produtivas e do tempo de trabalho em Marx



Workers on their way home (1913) – Edvard Munch



Marília

2010



Kleber Garcia Teixeira

A máquina e o tempo:
dialética das forças produtivas e do tempo de trabalho em Marx

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista como parte integrante dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociabilidade.

Orientador: Dr. Giovanni Antônio Pinto Alves.





Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília

A máquina e o tempo:
dialética das forças produtivas e do tempo de trabalho em Marx

Comissão Examinadora:

Dr. Giovanni Alves - orientador
(Departamento de Sociologia e Antropologia da FFC –
UNESP)

Dr. Marcos Tadeu Del Roio
(Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da
FFC – UNESP)

Dr. Henrique José Domiciano Amorim
(Departamento de Ciências Sociais - UNIFESP).



Marília

2010

“Finalizando suas palavras – continuou – assinalando mais uma vez os sentimentos de amizade que prevaleciam e deviam prevalecer entre a Granja dos Bichos e seus vizinhos. Entre os porcos e os seres humanos não havia, e eram inteiramente inadmissíveis, quaisquer conflitos de interesses. Suas lutas e suas dificuldades eram uma só. Pois o trabalho não constituía o mesmo problema? A essa altura, evidenciou-se que o Sr. Pilkington pretendia brindar a platéia com um dito espirituoso, mas por alguns momentos pareceu que gozava demais da própria piada, para poder dizê-la. Depois de muita sufocação, que deixou vermelhos seus vários queixos, ele conseguiu dizê-la: ‘Se Vossas Senhorias têm problemas com vossos animais inferiores, nós os temos lá com nossas classes inferiores’. Este bon mot causou sensação na mesa, e o Sr. Pilkington novamente felicitou os porcos pelas muitas horas de trabalho, pela ausência de mimos e pelas baixas rações que observara na Granja dos Bichos” (George Orwell, A Revolução dos Bichos).

“Se os trabalhadores pudessem viver do ar, não se poderia comprá-los por nenhum preço” (Karl Marx, O Capital).

“Impedir e não impor o trabalho, isso é que é necessário” (Paul Lafargue, O Direito a Preguiça).

Dedico este trabalho, em geral, a todos trabalhadores do mundo que, com o suor de seus corpos, com a força de suas mãos, e com a exaustão de seus nervos, produzem e reproduzem as condições materiais e sociais de nossa existência; e, em particular, à memória de meu pai, morto em um acidente de trabalho.

Dedico esse trabalho também, em geral, a todas as mulheres do planeta que, por milhares de anos e ainda hoje, são vítimas do machismo; e, em particular, à memória de minha avó, à minha amada mãe e à minha querida ex-esposa.

Resumo

A máquina, segundo Marx, em discurso proferido no aniversário de *People's Paper*, “possui o dom prodigioso de abreviar e fecundar o trabalho humano”; mas, entretanto, em função da forma social de sua aplicação, “traz consigo a fome e o excesso de trabalho”. A análise desta contradição, revelada por Marx, entre as potencialidades emancipadoras da técnica e a frustração destas mesmas potencialidades por sua exploração capitalista é o objeto deste trabalho. A investigação procura rastrear a forma como o processo de mecanização da produção é representado nas diversas obras do autor; tudo indica que Marx não previu, mas testemunhou um dos primeiros movimentos históricos no sentido de uma progressiva automatização da produção: o da indústria têxtil algodoeira da Inglaterra do século XIX. As implicações disto, avaliadas a partir dos apontamentos legados por Marx sobre a maquinaria, permitiram sugerir haver um deslocamento de seu ideal utópico do campo do “desenvolvimento integral dos indivíduos” *no e pelo* trabalho para o *do tempo livre*.

Palavras-chave: Karl Marx; maquinaria; mecanização; automatização; Revolução Industrial inglesa; técnica e tecnologia; desemprego; jornada de trabalho; tempo livre.

Abstract

“Machinery”, as says Marx in speech at anniversary of the *People’s Paper*, “gifted with the wonderful power of shortening and fructifying human labour”, due to its capitalist application, “we behold starving and overworking it”. The analysis of this contradiction, revealed by Marx, between the emancipative potentialities of the technique and the frustration of these potentialities by its capitalist exploitation is the object of this work. The investigation seeks scanning the way how the process of mechanization of the production is represented in the diverse works of this author; everything indicates that Marx did not foresee, but witnessed an of the firsts historical movements in the direction of an progressive automatization of the production: the mechanization of the cotton textile industry in England of the nineteenth century. The implications of this, evaluated by the descriptions of machinery leaved by Marx, allowed suggesting there is a displacement of its utopian ideal from the field of “the integral development of individuals” *into and by work* to the field of the *free time*.

Key words: Karl Marx; machinery; mechanization; automatization; English Industrial Revolution; technique and technology; unemployment; working-day; free time.

A máquina e o tempo:

dialética das forças produtiva e do tempo de trabalho em Marx

Sumário:

Introdução	8
Parte I – As transformações do trabalho	25
Capítulo 1 – O Trabalho	26
Capítulo 2 – A divisão do trabalho	58
Capítulo 3 – A Cooperação e a manufatura	87
Capítulo 4 – A maquinaria	113
Parte II – O tempo de trabalho e o tempo de vida	148
Capítulo 5 – A jornada de trabalho	149
Capítulo 6 – A maquinaria, a jornada de trabalho e o exército industrial de reserva	174
Capítulo 7 – O tempo livre	196
Parte Final – A dialética das forças produtivas e do tempo de trabalho	218
Capítulo 8 – O desenvolvimento integral da individualidade dentro e fora do trabalho ...	219

Introdução

“Os instrumentos conceituais do marxismo permanecem insubstituíveis, e rejeitá-los em bloco decorre de uma atitude tão infantil quanto considerar O Capital, apesar de seu volume e de seu caráter inacabado, como a Verdade revelada” (André Gorz, Adeus ao proletariado).

Duvidar sempre! Este é meu exercício de purificação de todo dogmatismo; um dos mais severos riscos degenerativos inerentes à investigação teórica. E em se tratando de Marx, não há dúvida de que boa medida de afastamento e suspeita metódica, cientificamente conduzida, é fundamental para a produção de conhecimento válido.

Decidi-me estudar Marx, logo no início de minha graduação, motivado por sua conhecida e maravilhosa dedicação ao trabalho científico e à sua luta pela emancipação humana. Desde muito antes de entrar na universidade já me eram muito familiares algumas teses do *Manifesto do partido comunista*, conquanto eu não me sentisse muito a vontade com algumas delas, e, até mesmo hoje, quando mais maduro, continue a me sentir totalmente distante de muitas de suas proposições. Mas, apenas pelo fato deste grande pensador dedicar-se incansavelmente à bandeira da efetiva emancipação humana, a leitura de Marx já me parecia plenamente justificada. E desta forma tomei-o como objeto de meus estudos ao longo da graduação e, agora, do mestrado.

Mas Marx por Marx, ou apenas por pura empatia não me fazia muito sentido. Era preciso encontrar nele, algo que pudesse lançar luz sobre fenômenos próprios de nossa contemporaneidade; dar um caráter mais útil e científico aos meus esforços. A solução para este problema, logo encontrei. No início deste nosso milênio, após algumas décadas da chamada “reestruturação produtiva”, onde o grande desenvolvimento técnico e tecnológico e a conturbada reorganização do processo de trabalho capitalista tinham redundado em grandes taxas de desemprego,¹ pareceu-me bastante interessante observar se Marx, por acaso, não teria dedicado algumas reflexões acerca deste mesmo fenômeno em seu tempo, digo, se este não teria se deparado diante do desemprego causado pelas transformações dos métodos técnicos de produção. Isto porque, como é de domínio público, o século em que Marx viveu, era também o século de consolidação da Revolução Industrial na Inglaterra e de sua disseminação por todo o continente europeu. Supus, com certa exatidão, por fim, que haveria

¹ Em minha opinião, o melhor texto a tratar de forma sintética e muito apropriada destas transformações todas, operadas no mundo do trabalho a partir do último quarto do século passado, continua sendo a Parte II de *A condição pós-moderna* de David Harvey (Harvey, 1992).

nas obras marxianas algo que teorizasse esses acontecimentos relacionados com o que eu classificava, um pouco imprópriamente, como “desemprego tecnológico” – nem sempre o desemprego é causado por opções tecnológicas, pois este pode estar diretamente relacionado apenas com novos modos e métodos de organizar o trabalho (terceirização, recomposição das tarefas, intensificação do trabalho, etc.).

Foi quando me apareceu, então, a obra de Benedito Moraes Neto, *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão* (Moraes Neto, 1989), pela qual conheci, pela primeira vez, a categoria de maquinaria em Marx, e de uma forma que jamais teria imaginado, dado que meus conhecimentos dos textos marxianos e de história da Revolução Industrial (principalmente no que se refere às transformações técnicas operadas durante seu desenvolvimento) eram, naquele momento, ainda muito insuficientes. Moraes Neto argumenta, com muita propriedade em minha opinião, que, ao tratar de maquinaria na segunda metade do século XIX, Marx não está prevendo um processo de automatização da produção, e sim o descrevendo. Tese por si só absolutamente explosiva; e foi assim mesmo, como algo extraordinariamente perturbador, que ela me pareceu. Para quem estava preocupado com o desemprego no final do século XX e início do século XXI, muito associado com o novo e intenso impulso de automação produtiva de bens e serviços, a então propagada *terceira revolução industrial*, iniciado na década de 1970, esta tese definitivamente estava muito dentro do que eu procurava como objeto de estudo.² Abrira-se, enfim, o caminho decisivo para minha investigação da teoria social de Marx a partir de uma temática contemporânea: se de fato, ao tratar de maquinaria no século XIX, Marx estava falando realmente de automatização da produção, de máquinas automáticas, seria impossível não suspeitar de que também tivesse posto em evidência a questão da supressão de postos de trabalho.

Ora, durante minhas pesquisas, além dos textos próprios de Marx, tomei contato também com a literatura, bastante difundida hoje, sobre a imperfeitamente chamada “crise da sociedade de trabalho”. Aqui, reporto-me decididamente a Robert Kurz, em *Colapso da modernidade*, que, com seus erros e acertos, e ao lado de André Gorz, sobre mim exerceram

² Com toda certeza André Gorz é o autor quem mais vez alusões, demasiadamente expressionistas, é bem verdade, a respeito deste período de intenso desenvolvimento técnico e tecnológico. Em *Adeus ao proletariado* declara: “Uma época chega a seu término [texto é de 1978]: a época em que o trabalho humano era fonte de toda riqueza. Há vinte e cinco anos em gestação, começou a terceira revolução industrial. Ela promete – ou ameaça, segundo o ponto de vista que se adote – estender-se a domínios (principalmente o ensino, a medicina) que a industrialização ainda não havia tocado até agora. Rompe o laço entre crescimento da produção e crescimento do emprego. Põe em maus lençóis um dos dogmas da economia política keynesiana, a saber: que a retomada do investimento reduzirá o desemprego.” (Gorz, 1982:161).

forte influência.³ Na verdade, têm razão os marxistas quando defendem que não se trata de uma crise do trabalho, mas da forma social de sua exploração, ou seja, crise das relações e do modo de produção capitalista.⁴ A crise do trabalho é na verdade a expressão fenomênica de uma crise maior cuja essência reside na incapacidade do sistema social atual de reproduzir a forma de exploração do trabalho sobre a qual se assenta. Explico melhor.

A chamada reestruturação produtiva trouxe consigo o avanço da automação e da informatização dos processos de trabalho, e, associada ao desenvolvimento e emprego de novos métodos de gerência e organização do trabalho, gerou uma forte redução dos níveis de emprego. Viu-se, e ainda se vê a participação dos trabalhadores da indústria cair drasticamente em relação à totalidade dos trabalhadores de outros setores, sobretudo, o de serviços – e mesmo este último tem sido violentamente impactado por algumas inovações técnicas, sobretudo as relacionadas com a revolução informática e informacional.⁵ O operariado fabril, o núcleo mais combativo e bastante numeroso do proletariado até então, estava em franco declínio e o desemprego mundial, de modo inverso, em forte ascensão. Nisto se apoiava e ainda se apóia a tese da chamada crise do trabalho.

³ Sobre tudo quando, comentando a crise da sociedade de trabalho, Kurz põe a nu as deficiências de um tipo muito comum de marxismo: “Falar de crise da sociedade de trabalho tem que parecer mais do que estranho, tendo em vista que não apenas a ideologia burguesa, como também o marxismo do movimento operário, com uma convicção muito maior, declara sempre aquele ‘trabalho’ a essência supra-histórica do homem como tal, fazendo desse suposto fato o fundamental até a alavanca de sua crítica à sociedade burguesa. A controvérsia social e histórica que até agora dominou a modernidade, compreendida pelo marxismo como a luta de classes, apoiou-se em um fundamento comum, a *sociedade de trabalho*, fundamento que deixa agora transparecer sua limitação e, caído em crise, aguarda sua dissolução” (Kurz, 1996:21).

⁴ Para Gorz trata-se, na verdade, de crise da racionalidade econômica que permeia o trabalho capitalista: “Ora, com o pleno desenvolvimento das forças produtivas,... [a] dinâmica da acumulação deixa de funcionar. A racionalidade instrumental entra em crise e revela sua irracionalidade fundante. A crise não pode ser resolvida senão designando uma nova racionalidade às economias de trabalho [epicentro da crise da sociedade do trabalho], conforme ao único fim que pode a ela imprimir algum sentido: a liberação do tempo para essas ‘atividades superiores’ [de que fala Marx em os *Grundrisse*] que, confundindo-se com o próprio movimento da vida, são por si só seu fim. Essas atividades não são mais atividades a serem racionalizadas para que tomem menos tempo; ao contrário: é o gasto, o dispêndio, não mais a economia de tempo, que se transforma em fim, é a própria atividade que carrega em si mesma sua finalidade; ela não *serve* a mais nada” (Gorz, 2003:97). Concordo vigorosamente com a necessidade de imprimir uma nova racionalidade às economias de tempo – meu trabalho todo conduz a esta convicção. Mas não acredito, entretanto, que a crise se resuma a uma crise de racionalidade. A racionalidade não é algo que exista por si só. Assenta-se inexoravelmente sobre uma base material; e esta base é dada fundamentalmente, embora não unicamente, pelas relações sociais de produção. São estas relações que, em minha opinião, estão caducando, e, juntamente com elas, a racionalidade que até aqui contribuía para a sua reprodução.

⁵ Em relação à queda relativa do número de empregos nos setores da indústria e da agricultura, a OIT, Organização Internacional do Trabalho, em *Tendencias Mundiales del Empleo* (Janeiro, 2008, ps. 50 e 60), estimava para 2007 que, do total da população mundial empregada, 42,7 % estavam nos serviços, 22,4% na indústria e 34,9% na agricultura. Para as economias desenvolvidas e União Européia estas porcentagens eram, respectivamente: 71,5% (!), 24,5% e 3,9%. É evidente que se uma grande parcela da população trabalhadora está fora dos setores responsáveis pela produção tangível de bens, da indústria da transformação, isto somente é possível devido ao fabuloso aumento da produtividade do trabalho humano que, nestes setores, se verifica há décadas e mais décadas.

As novas tecnologias, novas técnicas de produção, novas descobertas da ciência e sua aplicação prática, os microprocessadores modernos, a informática e as tecnologias da informação estavam revolucionando o processo de produção e de trabalho, e apontavam para um movimento cada vez mais intenso de automatização produtiva. A automação parecia cada vez mais inevitável e cada vez mais implacável; em poucos anos apontava para a possibilidade de eliminar milhões de empregos no planeta. Era definitivamente o anúncio da crise da sociedade do trabalho, isto é, das sociedades que haviam se organizado em torno do *ethos* do trabalho, desta atividade que “traz sua finalidades em si mesma” (Kurz, 1996:22), enfim, das sociedades que haviam promovido o trabalho à condição de valor ético maior – Max Weber e Hannah Arendt são, de longe, os que melhor perceberam e criticaram as conseqüências negativas deste fenômeno próprio da modernidade.⁶ Este é, a meu ver, o ponto forte dos autores que expunham o que consideravam ser a crise do trabalho: todas as teorizações destes fenômenos, de qualquer forma, com seus erros e acertos, ao apontar para a chamada crise da sociedade de trabalho, expunham com mais clareza do que jamais havia ocorrido antes, o quando o trabalho estava carregado de valores morais e éticos bastante deturpados. Desta forma, tornei-me muito íntimo do que considero ser uma correta crítica à glorificação e santificação do trabalho, do trabalho como um fim em si mesmo.

Entretanto, nunca acreditei e continuo a acreditar que vivêssemos uma crise do trabalho em si. Vivíamos e vivemos a crise, na verdade, em minha opinião, de um sistema social que se baseia na exploração do trabalho e que não via com bons olhos, e nem poderia ver, o colapso da sociedade do trabalho.

O desenvolvimento técnico e tecnológico não é um mal em si. Se este estava gerando altas taxas de desemprego isto não se devia ao desenvolvimento e aplicação técnica e tecnológica, e sim à forma social de seu emprego. Em um sistema baseado na propriedade dos meios de produção e na exploração do trabalho assalariado, evidentemente a aplicação técnica

⁶ Na passagem a seguir de *A condição humana*, Hannah Arendt trata da possibilidade, aberta pela automação, de libertar a humanidade de seu trabalho, que, conforme diz, torna-se contraproducente em uma sociedade que se vê como uma sociedade de trabalhadores: “A era moderna trouxe consigo a **glorificação teórica do trabalho**, e resultou na transformação efetiva de toda sociedade em uma **sociedade operária**. Assim, a realização do desejo [de libertar-se do trabalho], como sucede nos contos de fadas, chega num instante em que só pode ser contraproducente. A sociedade que está para se libertar dos grilhões do trabalho é uma **sociedade de trabalhadores**, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade... O que nos depara, portanto, é a possibilidade de uma **sociedade de trabalhadores sem trabalho**, isto é, sem a única atividade que lhes resta. Certamente nada poderia ser pior” (Arendt, 2000:12/13 – grifos meus). No que se refere a Max Weber, são magistrais e bastante conhecidas as passagens de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* que tratam da relação entre a reforma protestante e a valorização ética do, e devoção ao trabalho: “... a coisa mais importante [para o puritano] era que, acima de tudo, o trabalho veio a ser considerado em si como a própria finalidade da vida, ordenado por Deus. A palavras de S. Paulo, ‘quem não trabalho não deve comer’ valem incondicionalmente para todos. A falta de vontade de trabalhar é sintoma da falta de graça” (Weber, 2001: 115/116).

da ciência que se objetiva na tecnologia não vêm ao auxílio dos trabalhadores, mas da produção de maiores lucros privados. Uma máquina não entra em uma fabricar para facilitar o trabalho, mas para reduzir custos e ampliar a produtividade do trabalho. Se a produção cresce demasiadamente sem encontrar uma oferta adequada em todos os momentos e situações possíveis gerados pelas flutuações do mercado, esta tem de ser mantida no mesmo nível de antes. Assim, se a nova máquina aumentou enormemente a produtividade do trabalho, e chegou-se o momento em que não se encontra crescimento da demanda, há então trabalho em excesso, capacidade produtiva excedente, que não pode gerar lucros e sim prejuízos. É hora de enxugar o número de trabalhadores, demitindo parcela deles. Com a nova máquina é possível produzir dado volume de produção com menos trabalhadores; não há problema algum, do ponto de vista técnico, em se dispensá-los. Está é a lógica inerente à produção capitalista: o progresso técnico se converte quase que automaticamente, se não houver forte crescimento da demanda e preções sociais diversas, em desemprego e precarização das condições de trabalho (isto é, o aumento intensivo e extensivo do trabalho, com perda de garantias e direitos, desvalorização e espoliação do conhecimento técnico, etc.) dos trabalhadores ainda empregados. Meu trabalho aborda decididamente este fenômeno através de Marx.

Todas estas discussões acerca da aplicação capitalista do desenvolvimento científico e tecnológico, das quais me tornei cada vez mais consciente durante meus estudos preparatórios, também me colocaram diante da luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho. Aqui estão presentes duas questões que permeiam toda esta obra. Primeiro o da redução do desemprego passível de ser realizada com a distribuição mais racional do volume global de trabalho remanescente, dado através da redução do tempo de trabalho, sempre que se sentissem, mais dramaticamente, os efeitos sociais dos surtos de desenvolvimento técnico e tecnológico aplicados à produção. Segundo – e aqui novamente reporto-me diretamente a André Gorz –, a questão da oportunidade histórica aberta, pela primeira vez efetivamente na história, para a criação de uma *sociedade de tempo livre*. Vale a pena citar Gorz no corpo desta introdução. A passagem a seguir pertence também a seu provocante *Adeus ao Proletariado*:

A evolução tecnológica não caminha no sentido de uma apropriação possível da produção social pelos produtores. Ela caminha no sentido de uma abolição dos produtores sociais, de uma marginalização do trabalho socialmente necessário sob o efeito da revolução informática. Seja qual for o número de empregos que subsistam nas

indústrias e nos serviços depois que a automatização tiver atingido seu desenvolvimento pleno, tais empregos não poderão ser fonte de identidade, de sentido e de poder para aqueles que os ocupam. Porque a quantidade de trabalho necessário à reprodução não *dessa* sociedade e de suas relações de dominação, mas de uma sociedade viável, que disponha de tudo que é necessário e útil à vida, essa quantidade está em rápida diminuição. Ela poderia ocupar apenas duas horas por dia ou quinze horas por semana ou ainda quinze semanas por ano ou dez anos numa vida (Gorz, 1982:91).

A cada nova redução da jornada de trabalho, factível com o grande desenvolvimento das forças produtivas que o regime capitalista de produção impulsiona constantemente, se de fato viesse mesmo a ocorrer, como alguns otimistas previam para o final do século passado,⁷ colocaria, sempre de modo mais enfático, a questão da ampliação do tempo externo ao trabalho, o tempo livre. Uma radical transformação social e cultural se operaria com este maior tempo de não-trabalho: as sociedades até então organizadas em torno do trabalho e incansavelmente dedicadas em santificá-lo, enobrecê-lo, *cultuá-lo*, viam-se na eminência de ver seus membros cada vez menos compelidos e decididos a consagrarem boa parte de seu tempo de vida ao trabalho. Inevitavelmente, numa sociedade de tempo liberado, de tempo livre, onde a jornada de trabalho fosse radicalmente reduzida, não faria muito sentido uma valorização tão acentuada dos valores positivos do trabalho, como hora verificamos.⁸

Foi-me uma grata surpresa ao verificar que todos estes assuntos e dilemas estavam extensa e intensamente presentes nas obras de Marx. Isto fez com que minha investigação de sua teoria social se ampliasse ao ponto de não apenas discutir as questões relacionadas com as transformações técnicas do processo de trabalho, maquinaria e desemprego, mas que abarcasse também a luta pela redução da jornada de trabalho e, conseqüentemente, a criação de maior tempo livre.

Contudo, ainda maior surpresa foi-me mesmo quando pude verificar que, em Marx, o tempo livre (que em alguns momentos este se refere como *disposal time*, tempo disponível) e

⁷ Cito, por exemplo, Jeremy Rifkin, em *O fim dos empregos* (Rifkin, 1996).

⁸ A própria manutenção da jornada de trabalho nos mesmos níveis a décadas revela, segundo Gorz, o quadro geral de valorização *irracional* do trabalho: “A manutenção de uma duração muito superior de trabalho social no contexto da sociedade atual acelera a desvalorização (no sentido ético) de todo trabalho, em lugar de retardá-la. A duração de trabalho e o nível de emprego são, na realidade, mantidos artificialmente elevados por atividades em que a produção do supérfluo e do necessário, do útil e do inútil, de riquezas e de desperdícios, de coisas agradáveis e de coisas superficiais, de destruição e de reparações estão inextricavelmente misturadas e onde planos inteiros de atividade econômica têm como única função ‘dar trabalho’, ou seja, produzir para trabalhar. **Ora, quando uma sociedade produz para trabalhar em lugar de trabalhar para produzir, é o trabalho em geral que se encontra atingido de não-sentido...** Todo trabalho torna-se suspeito de um castigo inútil por meio do qual a sociedade tenta mascarar para os indivíduos o seu desemprego, *ou seja, a sua libertação possível do trabalho social*, e o caráter caduco das relações sociais que fazem do trabalho social a condição da renda e da circulação de riquezas.” (Gorz, 1982:92 – em negrito grifos meus).

a luta pela redução da jornada de trabalho possuem uma importância maior do que comumente se afirma no quadro de sua concepção do que seja uma concreta e efetiva emancipação humana. Para o marxismo em geral, Marx é reconhecido como um ferrenho defensor do trabalho e de sua revalorização, isto é, de sua completa humanização, da supressão do estranhamento do trabalho provocado pelas relações e modo de produção capitalista. Sempre colocando o trabalho como a atividade vital humana, pela qual se reconhece “o caráter genérico do homem” (Marx, 2004:84), Marx teria feito do ideal do “desenvolvimento integral do indivíduo” *no e através do* trabalho o centro da luta pela emancipação humana. Meu trabalho não nega que isto de fato ocorra em quase a totalidade de suas obras.

Entretanto, algo muito diverso surge em alguns textos de Marx, sobretudo nos *Grundrisse* e em uma belíssima passagem do Livro III de *O Capital*. Especialmente nesta última, Marx enfatizará – como veremos no capítulo 7 – que “o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta” – e aqui temos justamente aquele ideal de humanização do trabalho. Mas, contudo, “por natureza”, o “reino da liberdade”, prossegue Marx, “situa-se além da esfera da produção material propriamente dita”, ora, isto é, para além do trabalho, no tempo tornado livre, enfim, no tempo livre.⁹ “Além dele”, ou seja, do trabalho, portanto, no tempo livre, “começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo”, o desenvolvimento livre e integral das capacidades e potencialidades humanas que para Marx era o fim último a que se deveria dedicar toda e qualquer comunidade humana. Por fim arremata dizendo: “E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho” (Marx, 2008:1083). O impacto destas palavras sobre meus estudos foi violento. Pareceu-me claro que Marx estava colocando o acento decisivo da efetiva emancipação no campo do desenvolvimento humano que deveria se processar *fora* do trabalho e não *no e através do* trabalho. E assim minha pesquisa ganhou maior dimensão e complexidade.

Este trabalho, por tudo que foi dito até aqui, ocupa-se resolutamente de três assuntos, dialética e imanentemente inter-relacionados: o desenvolvimento das forças produtivas, tempo de trabalho e tempo livre, tendo a maquinaria como a categoria chave para integrar estes três assuntos aqui exaustivamente abordados. Devo, então, justificar-me por que motivo isto é assim.

⁹ “Para Marx, nessa passagem [do Livro III de *O Capital*], como para os filósofos gregos, o trabalho que consiste em produzir e reproduzir as bases materiais necessárias à existência não pertence ao reino da liberdade” (Gorz, 2003:23).

Se compreendermos que a categoria de maquinaria, erigida por Marx em algumas de suas obras, mas, sobretudo, em *O Capital*, contém a representação de um movimento concreto de automatização da produção, então estamos decididamente diante do fenômeno da supressão de certa quantidade de trabalho humano requerida para a manutenção da produção social global. Isto significa dizer que grandes quantidades de bens e serviços podem ser produzidas com volumes decrescentes de trabalho humano. Ora, volume menor de trabalho requerido, resultará, dia ou menos dia, em redução de postos de trabalho, e, portanto, em desemprego. O que fazer para reduzir o número de desempregados? Distribuir racionalmente o volume de trabalho total sobrando através da redução da jornada individual de trabalho. Mas, por sua vez, esta redução do tempo de trabalho produz maior tempo livre, que, como veremos, Marx tomava como tempo conquistado para o livre e pleno desenvolvimento das individualidades.

O desenvolvimento das forças produtivas tem na produção mecanizada e automatizada a sua expressão mais acaba. Em Marx, como veremos, isto é enfaticamente dito e reafirmado nos livros de *O Capital* e nos *Grundrisse*. A maquinaria, ao se desenvolver em “sistema automático de maquinaria”, resulta infalivelmente em supressão de trabalho humano. É do próprio caráter da produção mecanizada tender à redução do volume de trabalho empregado. Este fenômeno terá em suas obras uma importância capital que escapa a muitos de seus comentadores. Minha primeira tarefa foi demonstrar este fato.

Mas a supressão de postos de trabalho operado pela maquinaria colocava a possibilidade – concreta e tecnicamente passível de ser realizada – de reduzir o tempo de trabalho. Marx não passou ao largo desta possibilidade, muito pelo contrário, examinou-a a fundo e expôs todas as suas implicações. A principal delas, como procurarei demonstrar, está relacionada com a liberação do tempo mesmo, isto é, com o crescimento do tempo livre que deve ser consagrado ao desenvolvimento integral da personalidade humana, sendo, então, a redução da jornada de trabalho a condição fundamental para a conquista do reino da liberdade. Esta obra, assim, dedica-se a defender a hipótese de existir um deslocamento da utopia marxiana de emancipação humana do campo do trabalho, do desenvolvimento integral do indivíduo *no e através do* trabalho, para o campo do tempo livre. Cabe então, agora, um pequeno resumo de seus capítulos.

No primeiro procuro definir a categoria trabalho como esta é representada em Marx, desde as suas obras de juventude até *O Capital*; nada mais que uma síntese, uma visão do todo de como esta aparece em diversos momentos da obra marxiana. Meu objetivo era, em poucas palavras, expor o método de investigação de Marx e os principais pressupostos do

materialismo histórico dialético, a fim de demonstrar por que motivo as transformações na esfera produtiva têm para Marx uma importância capital. Aproveitei também para realizar uma crítica ao que considero um verdadeiro culto à tese engelsiana da *humanização do homem pelo trabalho*. Aqui, talvez, resida o momento mais polêmico da dissertação. Poderia facilmente omiti-lo, mas considerei melhor me expor às críticas uma vez que tinha convicção no que argumentava. Além disto, o trabalho todo se propõe, de certa forma, a ser uma crítica à “devoção” irracional ao trabalho – desta, entre tantas outras, assustadoras inversões entre meios e fins produzidas pela modernidade: o trabalho não é um fim em si mesmo, e sim o meio, historicamente universal, até a atualidade, e ainda por muito tempo adiante, de trazer abundância de recursos, prosperidade e felicidade à humanidade.

A esquerda mundial louva o trabalho; mas todo louvor tem sua carga imanente de irracionalidade. O trabalho é uma necessidade, pois é inerente à condição humana, e, por isso, pertence inegavelmente ao reino da necessidade – e não ao da liberdade. Continua a ser, *infelizmente*, central e o será ainda por muito tempo, até que a grande maioria da produção e dos serviços seja automatizada e informatizada total ou parcialmente¹⁰ – o que ainda é uma possibilidade técnica e não uma realidade, e que depende, para se tornar material e socialmente posta, do desejo e da efetiva ação de homens e mulheres no sentido não apenas de realizar tal possibilidade, mas no de conduzir sua materialização na direção de uma real emancipação humana.¹¹ Se não o fosse, dado que capital e trabalho (assalariado) são a face da

¹⁰ Evidentemente que muitos dos serviços, como jardinagem, limpeza, preparação de alimentos, reparo e manutenção, educação, pesquisa e desenvolvimento, etc. jamais poderão ser, nem sequer parcialmente, automatizados. Isto é tão claro quanto o fato de que o capital “criar inúmeras funções para ele indispensáveis, mas em si mesmas supérfluas” (Marx, 2001:602), e quanto o de que, por outro lado, para aqueles que puderam ainda salvaguardar seus empregos, “falta tempo” para se dedicarem a tarefas que obrigatoriamente – se quiserem dispor de tempo para suportar a hiperatividade a qual estão submetidos – transferem aos “derrotados” (*losers*) na roda da fortuna capitalista: a nova classe dos serviçais. Numa sociedade em que o tempo de trabalho fosse dramaticamente reduzido e os frutos do progresso técnico igualmente distribuídos, muitas das atividades econômicas exploradas pelo atual regime sócio-econômico perderiam sua razão de ser. Para que jardineiros onde disponho de tempo para eu mesmo desfrutar do prazer da inter-relação com a natureza; para que milhares de faxineiras ou babas onde encontro tempo e prazer na realização das tarefas do lar e no convívio familiar; para que milhares de atendentes de telemarketing, publicitários, vendedores de todos os tipos, comerciários, etc. numa sociedade (que, evidentemente, somente poderá existir através de uma radical transformação social empreendida por homens e mulheres dispostos a se emanciparem) em que as trocas, em função do estado de absoluta afluência criado pelo desenvolvimento das forças produtivas, não se realizam mais pelo mercado e mediadas pelo dinheiro? O que pretendo com o que foi dito é demonstrar ser um grave erro sustentar que a automatização industrial, ao deslocar o trabalho social para o setor de serviços, possa fazer renascer uma nova “utopia do trabalho”. Será que o fim último de todo grande desenvolvimento social seja tão somente gerar sempre “mais trabalho”?

¹¹ E faço minhas as advertências de George Friedmann, em *Trabalho em migalhas*, sobre a necessidade de dar uma forma social adequada à exploração das possibilidades maravilhosas abertas pela automação: “Daí também, a razão pela qual não poderíamos compartilhar os fervores e as ilusões de certos profetas da ‘automação’. Esta (nova encarnação do automatismo, depois e antes de muitas outras) pode verter em catarata os bens de consumo, criar a abundância, livrar o homem de muitas tarefas físicas e moralmente degradantes. Suas virtualidades são imensas. Certo! Mas **este programa exige, nós o frisamos, uma renovação econômica e social tão profunda,**

mesma moeda, o primeiro já teria sucumbido há muito tempo. Espero que os leitores sejam indulgentes para comigo. Não estou descartando a importância do trabalho em nossas vidas; muito pelo contrário, estou o trazendo novamente para o centro da investigação rigorosa, crítica e consciente, pois há muito o considero distante disso, envolto numa auréola de santificação.

Logo em seguida, no capítulo 2, passo a tratar da categoria divisão do trabalho, também da mesma forma, buscando como esta categoria aparece nas obras de Marx. Procurei demonstrar o caráter histórico da categoria trabalho, sua constante transformação concomitante às mutações e complexificações das sociedades humanas. O que desejava era desconstruir o argumento do professor Sérgio Lessa, em *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (Lessa, 2007), de que trabalho é apenas transformação da natureza, trabalho manual, tangível, enfim, trabalho operário (“operário” em seu sentido etimológico mesmo, daquele que realiza uma “obra”, que produz um bem tangível). A divisão do trabalho transformou este conceito: nem todos que trabalham participam do intercâmbio entre homem e natureza, transformando os elementos desta última em bens necessários à vida humana; mas todos nos trabalhamos, quando desempenhamos uma determinada função dentro da teia de relações sociais criadas pela divisão social do trabalho. Trabalho hoje significa exercer uma função dentro do corpo social de trabalho, participar do trabalho social, seja produzindo um bem ou prestando um serviço. Trabalho assalariado, por sua vez, é a venda da força de trabalho (trabalho abstrato, mero dispêndio de nervos e músculos), seja qual for a sua utilidade e função, em troca de salário. Não quero reduzir, de maneira alguma, a importância do trabalho de transformação, de produção de bens tangíveis, mas tornou-se cada vez mais claro para mim que Marx tinha plena consciência de que a maquinaria iria subverter este trabalho concreto de transformação; que a produção intelectual, os serviços, etc. ganhariam progressiva relevância no futuro (como efetivamente foi o que ocorreu).

Somente depois de tratar do trabalho em geral, em sua forma mais abstrata, e do trabalho social e distribuído pela sociedade, e, portanto, mais historicizado, é que procuro esboçar as transformações técnicas do processo de trabalho sob o domínio das relações capitalistas de produção, conforme as apreendeu Marx, passando a introduzir as categorias de cooperação, trabalhador coletivo e manufatura. Meu objetivo era caracterizar o que o *Capítulo VI (Inédito)* de *O Capital* denomina – de modo mais explícito do que em qualquer outro texto

que equivale a uma revolução. Por outro lado, seria preciso ser perfeitamente cândido ou cego para imaginar que a supressão de todos os trabalhos de execução, numa humanidade desprovida de justas instituições sociais e sabedoria, não teria como principal resultado a consagração de sua alienação” (Friedmann, 1972: 228 – grifos meus).

marxiano – como o processo de *subsunção do trabalho ao capital* e, assim, prepara solo fértil para o exame, no capítulo seguinte, da maquinaria. Mas, aqui, a exposição já não segue a mesma forma adotada nos dois capítulos iniciais e que retomarei no seguinte. Já não utilizo várias outras obras de Marx, mas concentro-me, sobretudo, na Parte Quarta – “A produção da mais-valia relativa” de *O Capital*, onde temos a famosa tríade formada pela *cooperação simples, manufatura e grande indústria*. Considerei desnecessário retomar novamente os textos de Marx anteriores a *O Capital* (e que já tinham sido amplamente analisados nos capítulos anteriores) por dois motivos: primeiro, porque já havia rastreado a distinção entre divisão social e manufatureira do trabalho no capítulo anterior, e, assim, já dissera muito do que era necessário dizer sobre o tema que me propus a escrever neste capítulo; e, segundo, a investigação demonstrou que Marx de fato somente tratou e sistematizou de forma mais acabada as categorias de cooperação, trabalho coletivo e manufatura, mais do que em qualquer outra de suas obras, em *O Capital*.

Após esta longa abordagem preliminar das categorias fundamentais à compreensão do processo de trabalho em Marx, chego, enfim, à maquinaria, capítulo 4, o mais importante da dissertação. Nele além de fazer uma exposição, nos mesmos moldes dos primeiros capítulos, passando à revista os vários momentos da produção marxiana em busca da categoria maquinaria, faço uma avaliação, a partir de alguns historiadores da Revolução Industrial, marxistas e não marxistas, como David Landes, Phyllie Deane, Maurice Dobb e Eric Hobsbawm, Paul Mantoux, Sam Lilley, Abbott Usher etc. se de fato os dados historiográficos permitem concordar com Marx, quando este afirma que a essência do sistema fabril repousa sobre o "sistema automático de maquinaria" – entendido este como um sistema mecânico automatizado que não exige a intervenção humana direta no processo de produção. Tornei-me, com isto, um curioso investigador da técnica do século XIX, nada completo, mas muito atento. Aos pouco fui me convencendo, ao cotejar os dados historiográficos levantados pelos diversos autores que consultei, da genialidade de Marx enquanto historiador, investigador e conhecedor da ciência, técnica e tecnologia de seu tempo. Como Moraes Neto afirma, Marx não apenas previu a automatização da produção, como a testemunhou. Parece um absurdo, mas de fato quando me debrucei sobre o desenvolvimento técnico da indústria têxtil inglesa – sobretudo, a fiação e tecelagem do algodão – não me restou mais dúvida: havia de fato máquinas automáticas na segunda metade do século XIX, como Marx de *O Capital* nos informa no capítulo XIII – “A maquinaria e a indústria moderna”.

No capítulo subsequente, capítulo 5, trato do tempo de trabalho, ou melhor, da jornada de trabalho. Quis expor a importância que a categoria tempo de trabalho tem para a teoria

social e econômica marxiana, pois, como podemos verificar num primeiro momento, a substância e a magnitude do valor passam pelo “tempo de trabalho socialmente necessário” para a produção de um dado valor de uso.¹² Ora a categoria tempo de trabalho revela-se o núcleo duro da teoria do valor-trabalho sistematizada por Marx; e, como muitos sabem, a lei do valor (trabalho) é o pilar fundamental de sua teoria econômica. Mas o meu maior objetivo neste capítulo era expor a luta dos trabalhadores ingleses pela regulamentação e redução da jornada de trabalho na forma como Marx a retratou nas páginas de *O Capital*. Parece-me que esta luta provocou um forte impacto sobre seu pensamento.

No capítulo 6 procuro demonstrar o papel que a maquinaria tem sobre a variação da jornada de trabalho e sobre o volume do exército industrial de reserva. A jornada de trabalho encontra uma relevância muito importante em meu trabalho, pois me parece que Marx estava consciente do papel que a sua redução teria no enxugamento da massa de desempregados que a maquinaria geraria ao se disseminar mais intensamente e de maneira cada vez mais tecnicamente sofisticada. Neste capítulo também procuro deixar ainda mais evidente a importância que a categoria de maquinaria tem para a compreensão totalizadora da teoria social e econômica que Marx sustenta nas páginas de *O Capital* e dos *Grundrisse*. Duas das mais importantes leis econômicas expostas por Marx, a lei geral da acumulação capitalista e a lei tendencial da queda da taxa de lucro, vinculam-se diretamente à supressão de postos de trabalho que a mecanização e automatização da produção produzem.

Então, chegando ao capítulo 7, temos, enfim, uma discussão sobre o tempo livre em Marx. Boa parte da argumentação que desenvolvo neste capítulo sustenta meu ponto de vista de que este teria deslocado seu ideal de emancipação humana do campo do desenvolvimento humano *no e através do* trabalho, para o campo do tempo livre. Tempo livre, para Marx, era, conforme vemos nos *Grundrisse*, tempo liberado pelos progressos dos diversos sistemas automáticos de máquinas, que deveria servir ao desenvolvimento integral da individualidade, e no qual, no final das contas, segundo a famosa passagem do Livro III de *O Capital*, dever-se-ia situar o “reino genuíno da liberdade”.

No último e conclusivo capítulo, então, depois de expor o ideal do desenvolvimento integral do indivíduo *no e através do* trabalho, e que de fato aparece em maior quantidade em boa parte das obras marxianas, sustento, mais enfaticamente, a tese de que Marx, ao estudar o

¹² Como Marx mesmo define, “Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (Marx, 2001:61). Mais à frente diz: “O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso” (Marx, 2001:61).

processo de mecanização da produção, desloca seu ideal de emancipação humana do campo do trabalho para o do tempo livre – que se ampliaria progressivamente com o desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo com o progresso técnico dos meios de produção, enfim, da maquinaria automática, reduzindo o tempo de cada indivíduo dedicado ao trabalho necessário e excedente (enfim, a jornada de trabalho toda).

A tese desperta, por si só, acaloradas controvérsias e violentas paixões. Não é de minha autoria, mas a tomei de empréstimo de Georges Friedmann, Hannah Arendt, André Gorz, e, de certa forma, do Grupo Crisis de Robert Kurz. Só pelos autores de que me vali para aventá-la, já é motivo suficiente para me colocar definitivamente exposto a uma infinidade de críticas, muitas das quais certamente encarniçadas e injustas, vindas do que considero ser uma espécie de marxismo "camisa de força".

Vale a pena, então, aqui, uma declaração de intenções. Esta dissertação não se propõe a desmentir a importância do trabalho humano para a produção e reprodução das condições materiais e sociais de nossa existência social; *isto é um fato, não uma opinião*. Mas, por outro lado, também não deseja reproduzir o coro universal, de esquerda ou de direita, da santificação do trabalho.¹³ Muitos demonizam o progresso técnico, lembrando a desumana história das experiências tayloristas do Ocidente e do já não existente Oriente “socialista” (quem conhece o trabalho Benedito Moraes Neto sabe muito bem que o taylorismo nada tinha de real progresso tecnológico); o desenvolvimento e uso da bomba atômica; os efeitos da automação sobre o volume de desempregados, etc. Tudo isto é correto. Mas Marx, entretanto, sempre destacou a distinção entre forma material e forma social; entre valor de uso e valor de troca; entre a maquinaria em si, e sua aplicação capitalista.¹⁴ Não há por que temer os

¹³ “Na imprensa operária, sobretudo naquela de orientação anarquista, a idéia de trabalho aparece representada sob as mais variadas formas. Mas em todas elas há em comum uma necessidade quase paroxística de valorizar a noção de trabalho, de purificá-la dos preconceitos de uma sociedade que transformou o trabalho numa maldição divina, num castigo para aqueles que o praticam. Nos jornais, nos folhetos, a preocupação dos ideólogos do movimento operário em mostrar o trabalho como algo que dignifica o homem é por demais evidente. Para os católicos, comunistas e principalmente anarquistas, ‘o trabalho é uma fatalidade da existência à qual não podemos fugir’” (Silva, 1996:95).

¹⁴ E, em se tratando do desenvolvimento da maquinaria, que é, em última análise, o objeto central deste trabalho, Marx diz: “Embora se bem o capital tão somente na maquinaria e noutras formas de existência material do capital fixo, como ferrovias, etc. (...) se confere sua forma adequada como valor de uso dentro do processo de produção, isto em absoluto significa que esse valor de uso – a maquinaria em si – seja capital, ou que sua existência como maquinaria seja idêntica a sua existência como capital; do mesmo modo que o ouro não deixaria de ter seu valor de uso como ouro se cessasse de ser *dinheiro*. A maquinaria não perderia seu valor de uso quando deixara de ser capital. De que a maquinaria seja a forma mais adequada do valor de uso próprio do capital fixo, não se desprende, em modo algum, que a subsunção na relação social do capital seja a mais adequada e melhor relação social de produção para o emprego da maquinaria” (Marx, 1973: 222). O que estas palavras deixam entrever? Que a forma social capitalista de aplicação da maquinaria não é a única, e nem a melhor forma de sua aplicação. Ora, poderia a sociedade futura prescindir desta conquista tecnológica da humanidade, porquanto ela hoje, sob aquela forma capitalista de sua aplicação, redunde em degradação do trabalho?

progressos da técnica e da tecnologia, e sim a forma social de seu desenvolvimento e aplicação. É evidente que, em uma formação sócio-econômica, organizada de modo a promover, como seu derradeiro norte, a prosperidade de todos os homens e mulheres do planeta, qualquer desenvolvimento técnico, cujos efeitos produzissem a degradação da dignidade humana, seria definitivamente barrado. O taylorismo, por todas as suas características, seu objetivo dissimulado e cruel de transformar trabalhadores em “máquinas”, nem teria sido posto em discussão e muito menos em prática em tal formação.

Se o trabalho social pode ser parcial e progressivamente suprimido pela automação da produção de bens e serviços, em volumes tais que permitam uma drástica redução do tempo, social e individual, dedicado ao trabalho, isto não deve ser temido, mas desejado. O que se deve combater, em minha opinião, é a forma social de desenvolvimento e aplicação deste progresso técnico; a sua exploração por um sistema sócio-econômico que tem na acumulação de capital (e não na realização da prosperidade humana) o seu fim último – forma na qual o desenvolvimento tecnológico resulta, na maioria das vezes, em mais degradação do trabalho e na sua submissão frente ao capital. Este desenvolvimento pode, e deve tornar-se ponto de partida para uma supressão gradual do trabalho, pois, como dizem os membros do Grupo Krisis:

Uma vez despojadas das coerções objetivas capitalistas do trabalho, as forças produtivas modernas podem ampliar enormemente o tempo livre disponível para todos. Por que passar, dia após dia, tantas horas em fábricas e escritórios se autômatos de todos os tipos podem assumir uma grande parte dessas atividades? Para que deixar suar centenas de corpos humanos quando algumas poucas ceifadeiras resolvem? Para que gastar o espírito com uma rotina que o computador, sem nenhum problema, executa? (Krisis, 2003:97).

Enfim, repito, o trabalho não é um fim em si mesmo.¹⁵ Se podemos, num futuro ainda por conquistar, nos desenvolver fora dele; se o verdadeiro “reino da liberdade” encontra-se

¹⁵ A racionalidade que necessariamente deve permear o trabalho, quando este se torna um fim em si mesmo, é um tipo particular de racionalidade: a *racionalidade econômica*. Esta, por seu próprio conteúdo, possui como objetivo “apenas a mobilização mais eficaz dos meios, a organização mais eficaz de sistemas de meios. É uma racionalidade fundamentalmente instrumental, cujo fim é o funcionamento racional de sistemas de meio, em vistas da acumulação de meios (lucro) que permite sistemas de meios ainda mais eficazes. Os meios tornam-se portanto fins, os fins dos meios a serviço de meios” (Gorz, 2003:97). Uma sociedade que se paute, *única e exclusivamente*, pelo trabalho, pela bandeira da eterna “geração de novos empregos”, é uma sociedade subjugada pela racionalidade econômica; é, portanto, uma sociedade que faz do trabalho, de um meio, um fim em si mesmo. Marx mesmo enfatizava, nos *Grundrisse*, que “Se o tempo de trabalho é a medida da riqueza, é porque a riqueza se fundamenta na pobreza, e porque o tempo-livre resulta da base contraditória do sobretrabalho” (Marx, 1980:55). Não era, portanto, no trabalho que estava a verdadeira riqueza social e humana, mas em outro lugar:

para “além da esfera da produção material propriamente dita”, como Marx do Livro III de *O Capital* afirma, esta é uma situação pela qual vale a pena todos nós lutarmos. Há muito a utopia do trabalho auto-determinado ou do salário justo para todos, enfim, do “*Direito ao Trabalho*” – que Lafargue, genro de Marx, considerava nada mais do que o direito à escravidão –, já sucumbiu diante dos mecanismos sócio-econômicos do capitalismo existente – nem mesmo o crescimento econômico é sinônimo mais de geração de empregos. Talvez a efetiva e decidida luta pela *redução da jornada de trabalho* – e não mais a sua mera defesa retórica e planfetária, apenas para preencher um documento superficial de reivindicações – seja o único horizonte verdadeiramente revolucionário que a esquerda mundial tenha a oferecer às populações oprimidas de todo mundo. Afinal, não é Marx mesmo quem disse que ela é a “condição fundamental”?¹⁶

Cabem agora algumas palavras sobre meu “método de investigação” e meu “método de exposição”. Quanto ao primeiro, textos e mais textos de Marx e de seus comentadores eram meu material de investigação. Vali-me de ambos, mas entre os primeiros ou os segundos fiquei sempre com aqueles. Das obras de Marx dei atenção às fundamentais e as mais expressivas, conforme seus comentadores mesmo concordam entre si: *Manuscritos econômicos e filosóficos*, *A miséria da filosofia*, *A ideologia alemã*, *Manifesto do partido comunista*, *Salário, preço e lucro*, *Trabalho assalariado e capital*, e, fundamentalmente, os três livros de *O Capital* e os *Grundrisse*. Dei sempre preferência à análise destas duas últimas monumentais obras, isto porque são nestas que Marx melhor desenvolve suas categorias e nas quais seu pensamento está bastante amadurecido. Quanto ao método de exposição devo dizer que exagerei no emprego das citações. Muitas vezes mesmo até as sobrecarreguei, sobretudo em se tratando de *O Capital* de Marx, com a utilização de variações de algumas expressões conforme estas aparecem em edições inglesas, espanholas e francesas de sua obra máxima.

no tempo disponível. Dirá ele pouco mais à frente: “A verdadeira riqueza significa, com efeito, o desenvolvimento da força produtiva de todos os indivíduos. Por conseguinte, deixa de ser o tempo de trabalho, mas o tempo disponível que mede a riqueza” (Idem). Que tragédia miserável são as sociedades que procuram desesperadamente fazer do progresso técnico, uma forma irracional de gerar sempre mais trabalho.

¹⁶ Quando um autor está demasiadamente no centro das críticas mais incisivas de dada ortodoxia, evidencia-se o momento de averiguar se há algo, em seu pensamento, de factualmente verdadeiro. Tomo para mim, sempre de forma crítica, parte das teses desenvolvidas por André Gorz, sobretudo a que segue: “Para salvaguardar aquilo que era próprio ao conteúdo ético da utopia socialista, uma nova utopia é hoje necessária: aquela da **sociedade do tempo liberado**. A emancipação dos indivíduos, seu livre desenvolvimento, a recomposição da sociedade, passam pela **liberação do trabalho**. É graças à redução da duração do trabalho que podem adquirir uma nova segurança, um recuo com relação às ‘necessidades da vida’ e uma autonomia existencial que os levarão a exigir sua crescente **autonomia no trabalho**, o controle político de suas finalidades, um espaço social no qual possam desenvolver as atividades voluntárias e auto-organizadas” (Gorz, 2003:105 – em negrito, grifos meus). Gorz propõe aqui uma clara inversão da utopia marxiana: não se trata de primeiramente humanizar o trabalho para somente depois reduzir a sua duração; mas de reduzir o tempo de trabalho para produzir a sua posterior redenção. Dada as condições objetivas e subjetivas da atual correlação de forças, e realizando aquilo que se conhece por “análise concreta de situações concretas”, nada poderia ser mais sensato do que esta proposta.

Ora, meu material eram textos, como sustentar minha argumentação sem transcrevê-los em bom número? Como me vi forçado, em diversas situações, a citar longas passagens de Marx, de Marx e Engels, e de seus comentadores, então optei por construir uma exposição didática do pensamento e teoria social marxiana, onde pudesse contribuir com a inteligência de inúmeros momentos em que aquele pensamento e teoria aparecem de forma bastante obscura para a maioria de nós, simples mortais. No fim, considero que fui bem sucedido nesta empreitada. Os leitores encontrarão aqui um rico instrumento para a compreensão totalizadora da teoria social marxiana, inclusive no que diz respeito a categorias de difícil entendimento como as enigmáticas categorias do valor e da mais-valia.

Preciso, antes de encerrar esta introdução, fazer os agradecimentos de costume. Primeiramente, devo meus mais sinceros “muitos obrigados”: ao Programa de Pós-graduação da UNESP do campus de Marília, a meu orientador Prof. Dr. Giovanni Alves e colegas (especialmente Paula Hypólito de Araujo e Estevam Moreira), que me acolheram calorosamente no mestrado; à Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento de meus estudos; às bibliotecas da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP; e às bibliotecas públicas de São Paulo, e a outras tantas no mundo virtual de que me servi abundantemente. Mas cabe aqui um especial agradecimento a três pessoas maravilhosas.

Grande parte deste trabalho somente pôde ser levada a cabo pelo apoio que recebi de meu falecido pai, José Roberto Campos Teixeira, de minha mãe, Maria Helena Garcia Teixeira, e de minha ex-esposa, Lidiane de Castro Romão. O primeiro trabalhou intensamente para que os filhos pudessem ter conforto e, principalmente, estudo – e pelo qual, ele mesmo, a vida toda lutou (sempre com muito custo) para obter, até vir a falecer, num acidente de trabalho, aos 34 anos de idade, a apenas um ano de se formar como engenheiro mecânico. As duas últimas, além de grande caráter, também grandes batalhadoras, que em muitas horas não apenas deram seu incentivo moral, mas até mesmo financeiro. Não é motivo de vergonha para mim, que tento ser sempre bastante crítico ao machismo, admitir ter sido sustentado temporariamente por estas duas fortes mulheres. Os tempos mudaram. Depois de milênios de submissão chegou a vez delas! E serão elas mesmas que decidirão se isto será para o bem, ou para o mal de todos nós. Liberdade é poder – pode-se até mesmo dizer que seja ela a definidora do próprio caráter especificamente humano – e como tal exige enormes responsabilidades. Nós homens provamos não sabermos utilizar o poder de um modo sábio;

agora é a vez delas. Espero sinceramente que não cometam novamente nossos velhos e miseráveis erros.

Tive, portanto, condições de me dedicar inteiramente aos estudos. Quantos neste país têm esta mesma oportunidade, sem preocupações de ordem profissional ou econômica? Quantos como eu podem fazer Ciências Sociais ou qualquer outra ciência por vocação e não por necessidade? Poucos, infelizmente. Todos sabem que tal vocação científica dificilmente poderá dar qualquer substancial retorno financeiro, e, portanto, são poucos os que podem segui-la, e muitos os que obrigatoriamente têm de optar por carreiras mais “promissoras” no mercado. Com certeza, sem o apoio que tive de meus pais e de minha ex-esposa, assim como das universidades públicas onde estudei e da CAPES, jamais teria continuado, e por tantos anos, a insistir em minha vocação pessoal. E digo vocação não no sentido religioso do termo ou, conforme entende a biologia vulgar, de algo como um “dom” com que nascemos, devido a, como julgam, um DNA herdado pela evolução; mas no sentido daquilo que fazemos por gosto, porque se adéqua enormemente a nosso caráter (gostos e caráter que são socialmente desenvolvidos e não inatos) e através do qual desenvolvemos o que há de melhor em nós.

Como todo bom materialista histórico dialético sabe, ou deveria saber, sem tal apoio, há muito já teria sido levado a encontrar formas mais efetivas de “ganhar a vida”.

Kleber Garcia Teixeira

São Paulo, 28 de fevereiro de 2010

Parte I – As transformações do trabalho

Capítulo 1 – O Trabalho

“Trabalho-sacrifício; trabalho-álibi; trabalho-droga; trabalho-justificativa; trabalho-maldição; trabalho-sofrimento; trabalho-aborrecimento – tudo isto se mistura. Há milênios está escrito que ‘ganharás teu pão com o suor do teu rosto’. Seria ímpio recolocar em questão essa necessidade” (Gorz, Adeus ao proletariado).

Homens, mulheres e seu trabalho. A humanidade e a sua mais vital forma de atuar sobre o mundo. Força, inteligência, habilidade, raciocínio, plasticidade, imaginação; todos, atributos do trabalho humano. Como negar que vida humana e trabalho humano sejam um só, no entanto, sem serem o mesmo? Entrelaçam-se, confundem-se, são ora meio e fim, ora fim e meio de uma relação que se coloca a todo instante: vital, necessária, fantástica e, ao mesmo tempo e sob certas condições, dolorosa, dilacerante, embrutecedora¹⁷. Não há como duvidar da importância e da essencialidade do objeto que hora colocamos diante de nossa curiosidade inquiridora: a atividade vital do homem, isto é, o trabalho; uma das mais elementares e fundamentais formas de práxis humana. Fonte de riqueza e de liberdade; fonte de miséria e de sujeição.

Tantos já foram os que tentaram compreendê-lo, apreendê-lo, representá-lo, negá-lo, *cultuá-lo*, mas, entretanto, quem mais intensamente do que Karl Marx, entre os modernos pensadores, dedicou-se às reflexões acerca do trabalho? Por esse motivo, podemos estabelecer: a “dialética do trabalho” em Marx é o nosso ponto de partida. Através deste capítulo, convido o leitor a desenvolver uma reflexão, conduzida por Marx, sobre este que é, com toda certeza, o mais conflitante objeto de análise e categoria central (apesar de vozes contrárias) das ciências sociais.

¹⁷ Sofrimento e penúria são o sentido etimológico mesmo das palavras “trabalho” e “labor”. Para “labor”, em a *Condição Humana* de Hannah Arendt, temos: “Todas as palavras européias para ‘labor’ – o latim e o inglês *labor*, o grego *ponos*, o francês *travail*, o alemão *Arbeit* – significam dor e esforço e são usadas também para as dores do parto. *Labor* tem a mesma raiz etimológica que *laborare* (‘cambaleiar sob uma carga’). *Ponos* e *Arbeit* têm as mesmas raízes etimológicas que ‘pobreza’ (*penia* em grego e *Armut* em alemão). O próprio Hesídeo, tido como um dos poucos defensores do trabalho na antiguidade, via *ponon alginoenta* (o ‘labor doloroso’) como o primeiro dos males que atormentavam os homens” (Arendt, 2000:58, n.38). Para ambas, em o *Manifesto contra o trabalho* do Grupo Krisis, temos: “Nos países de língua germânica, a palavra *Arbeit* significa trabalho árduo de uma criança órfã e, por isso, tornada serva. No latim, *laborare* significava algo como o ‘cambaleiar do corpo sob uma carga pesada’, e em geral é usado para designar o sofrimento e o mau trato do escravo. As palavras latinas *travail*, *trabajo* etc. derivam-se do latim *tripalium*, uma espécie de jugo utilizado para a tortura e o castigo de escravos e outros não livres” (Krisis, 2003:45).

Antes, contudo, peço a indulgência dos leitores para as possíveis limitações que efetivamente revelar-se-ão, por diversas vezes, ao longo das páginas que se seguem, assim como para as interpretações muitas vezes polêmicas que faço de vários momentos do pensamento de Marx e de outros autores. Mesmo com todo o cuidado para ser fiel aos textos e às suas idéias fundamentais, e por mais autocrítico que fosse, o conteúdo controvertido destas interpretações não tive como evitar. Espíritos abertos e complacentes entenderão o quanto seria impróprio velá-lo por trás de malabarismos conceituais ou simples omissões. Enfrentá-lo pareceu-me trazer maior contraste sobre os contornos opacos do tema que temos diante de nós neste momento. Sendo assim, após estas primeiras palavras, e sem desejar alongar mais esta apresentação de nosso objeto, convido a todos para iniciarmos nosso itinerário crítico através das obras de Marx.

Na clássica teoria social desenvolvida por Marx, o trabalho é, em última análise, o conceito ou a categoria central.¹⁸ Mesmo que muitos já tenham afirmado coisa diversa, ora vendo na categoria capital, ora na de fetichismo, etc. o eixo fundamental norteador de toda construção teórica de Marx, um exame vigilante, íntegro e o mais completo possível desta mesma teoria indiscutivelmente resultaria, inegavelmente, na convicção de ser o trabalho o centro ao redor do qual gravitam todos os outros elementos que compõem a construção teórico-social marxiana.

Mesmo capital ou fetichismo – para ilustrarmos alguns possíveis contrapontos ao que defendo aqui, com duas outras categorias importantíssimas em Marx – derivam das condições objetivas (e seu desdobramentos subjetivos) em que o trabalho é historicamente realizado. Capital, conforme se depreende da leitura das páginas magistrais de *O Capital*, é trabalho acumulado, trabalho pretérito, trabalho morto, “que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna” (Marx, 2001:271); fetichismo, por exemplo, o da mercadoria, provém precisamente da transformação do próprio trabalho, ou melhor, da *força de trabalho*, em mercadoria, em *coisa*. O fetichismo está presente sempre quando “uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 2001: 94). O trabalho humano, na condição de uma mercadoria entre outras tantas, produz, conseqüentemente, a *aparência-fetice* de que aquilo que se vende não é o próprio homem (prostituição de sua carne e

¹⁸ Evidentemente, Marx não trabalha com conceitos, mas com categorias: “Não se trata aqui de definições nas quais se encaixam as coisas. Trata-se de funções determinadas que se expressam em categorias determinadas” (Marx, 2000:254).

espírito), mas tão somente uma “coisa” que assume a condição quase mágica e completamente despersonalizada de mercadoria – neste momento o trabalhador é mera personificação da força de trabalho em sua forma abstrata. Mas o fetichismo não apenas apaga a imagem do homem por trás da força abstrata e despersonalizada de trabalho; dilata-se até tornar irreconhecível, na mercadoria mesma, a sua qualidade de ser produto do trabalho e sua finalidade última de satisfazer necessidades humanas. Os produtos do trabalho, os valores-de-uso, como mercadorias, assumem a condição de meros “veículos materiais do valor-de-troca” (Marx, 2001:58); existem fundamentalmente apenas como meio de fazer continuamente mais dinheiro. Sob o domínio das relações capitalistas de produção, é o valor e a possibilidade de lucro que, em última análise, os produtores têm em mente ao produzir mercadorias, e não sua utilidade social. Desta forma, em suma, no próprio rebaixamento do trabalho humano à condição de *coisa* vendável está a essência do fetichismo da mercadoria; mesmo no caso do fetichismo, o trabalho humano, sob uma determinada forma, é sua essência.

Mas, entretanto, sendo, como sustento aqui, o trabalho a categoria central em Marx, o que seria, afinal, o trabalho para este? Por que Marx deposita sobre o trabalho todo o peso de sua monumental construção teórico-social? São estas questões que nos ocuparão ao longo deste capítulo. Interessa-nos, então, refazer o próprio percurso de Marx; encontrarmo-nos, ou melhor, reencontrarmo-nos com o trabalho a partir do próprio Marx – digo “reencontrar” uma vez que, no turbilhão do dia-dia das sociedades modernas, reflexões sobre as condições mais elementares da vida, e que há muito já foram realizadas, em bom número e com altíssima sofisticação, são quase que automaticamente postas de lado. Por que é este o ponto de partida para suas investigações? Seria o trabalho, como pressuposto primário, mero recurso metodológico, ou, na verdade, o próprio fundamento do “movimento do real”? Se a resposta recair sobre este último ponto, então nossa questão ganha uma dimensão ainda mais formidável, pois se a história, o movimento do real, em sua própria essência, evidencia-se como resultado das transformações do trabalho humano, a atividade vital humana em seus desdobramentos históricos, então indagar sobre o trabalho é questionar-se sobre o próprio núcleo fundamental de toda a história humana. E se estudar Marx possui algum significado válido para os dias atuais é porque, em seu pensamento, podemos encontrar um possível sentido para as realizações humanas, sobretudo durante um período caracterizado pela hegemonia das relações capitalistas de produção¹⁹. Se na história do trabalho encontramos as

¹⁹ Uma explicação prévia se faz necessária. Evitarei utilizar a expressão “o capital” isoladamente, como em “a dominação do capital”, “a crise do capital”, “o poder do capital”, enfim, “o capital”; preferindo “relações capitalistas de produção”, “formação econômico-social capitalista”, ou simplesmente “capitalismo”, sempre no

condições elementares e fundamentais para a concretização efetiva da base econômica sobre a qual se desenrola a história dos homens, então Marx, por ter sido o mais intenso, incansável e completo teórico do trabalho, torna-se, até mesmo para seus críticos, ponto de partida sempre seguro para as reflexões e análises sociais e/ou históricas.²⁰

Muito se fala sobre o trabalho e tão pouco, em geral, se conhece sobre este. Marx é exaltado como o mais célebre teórico do trabalho, o único autor a ter compreendido plenamente a sua centralidade no interior da vida social. “O trabalho é central”, muitos enfatizam. Mas que trabalho? O que se entende por “trabalho”? Como “palavrinhas” mágicas nos lábios, nas mentes e nos corações de muitos intelectuais de esquerda (e mesmo de direita!), a centralidade do trabalho é pronunciada como uma “abra-te sésamo” que a todas as portas abre (a do saber, a da justiça e pacificação social, a da revolução, etc.), mas, contudo, sem nada revelar. Imensa frustração. Tudo se coloca no trabalho e tão pouco ou nada se retém dele em se tratando de apreender o mundo social; o ponto de partida já é, a grande número de investigadores, um ponto desconhecido, um lugar nenhum. Relativamente poucos autores se colocam preliminarmente a questão capital de saber o que é, o que foi, e o que tem sido, em geral, o trabalho e, em particular, o trabalho em Marx. Sobre esta questão aparentemente simples, mas verdadeiramente primordial, por se constituir pressuposição basilar implícita a diversas teorizações sociais atuais, alguns estudiosos (muitas vezes, adoradores inconscientes do trabalho) se silenciam.

sentido de reafirmar o capital como uma relação social. Isto porque considero o uso indiscriminado da categoria capital e da expressão “o capital” como passível de gerar a equivocada e infeliz idéia ou sensação de que o “o capital” seja uma força que, não se sabe de onde vem, nem para onde vai, paira sobre a cabeça de todos nós; *absolutamente* despersonalizada, a-histórica, coisificada, sem sujeito. Em *O Capital*, é recorrente a afirmação de Marx de que “o capital não é uma coisa, mas uma relação social, efetivada entre coisas” (Marx, 2001:882). O que a categoria capital procura representar, no plano do pensamento, é um determinado complexo de relações sociais – caracterizado, sobretudo, pela exploração do trabalho assalariado, pois, como diz Marx, “a relação entre capital e trabalho assalariado determina de todo o caráter desse modo de produção” (Marx, 2008:1156) – que, ao invés de ser controlado pelo homem, se desenvolvem “independente de sua vontade” (Marx, 1989:233). Somente assim, nestes termos, podemos, enfim, tratar o movimento histórico do capitalismo como um “processo histórico-natural” (Idem), isto é, como uma força alheia a nossa consciência e vontade, mas, e é preciso enfatizar, *não de modo absoluto*, como se faz supor. Não nos esqueçamos de que “as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias” (Marx & Engels, 2007:43).

²⁰ Para Hannah Arendt – com certeza um de seus mais incisivos críticos –, em *A Condição Humana*, Marx foi “o maior dos modernos teóricos do trabalho”, e, necessariamente, uma espécie de “pedra de toque” (Arendt, 2000:105) nas discussões que envolviam o trabalho. Os capítulos sobre o “labor” e o “trabalho” dessa obra realizam um claro diálogo com (e contra) Marx, na tentativa, correta em seu objeto, mas falha em seus argumentos (o que veremos mais à frente), de invalidar a caracterização marxiana do trabalho no interior da produção capitalista. Arendt nunca escondeu suas intenções de demonstrar as raízes totalitárias do marxismo e do próprio pensamento de Marx. Em relação àquele, em muitos de seus exemplares já bastante envelhecidos, ou em outros nem tanto assim, essa empreitada poderia não encontrar grandes dificuldades; mas, quanto a Marx, pelo menos em *A Condição Humana*, Arendt aparenta ter – como tentarei demonstrar – se agitado entre ambigüidades e pré-concepções equivocadas.

Toda a questão que envolve o trabalho como categoria central no pensamento de Marx encontra sua solução nos pressupostos metodológicos, que seus primeiros esforços investigativos no campo da filosofia consagrariam como os inegavelmente irredutíveis. São investigações que se desenvolveram essencialmente durante o período de elaboração de suas primeiras críticas ao pensamento filosófico alemão, cujo expoente máximo foi, sem dúvida alguma, Hegel – ao qual Marx sempre devotou uma lúcida e respeitável admiração, mesmo após, ainda muito precocemente, ter se colocado de maneira intensamente crítica em ralação às fortes influências que este autor exerceu em sua juventude. Serão estes os mesmos pressupostos que o levarão, juntamente com Engels, a um rompimento definitivo com toda a história das estéreis especulações filosóficas e que os lançariam definitivamente ao campo efetivo da ciência²¹. O resultado final desta ruptura constituiu-se, como bem sabido, na fundação de um novo materialismo: *o materialismo histórico-dialético*.

O texto que melhor elabora e expõe as teses do materialismo histórico-dialético é, com toda certeza, o volumoso manuscrito intitulado *A ideologia alemã* (sobretudo seu capítulo “I. Feuerbach”), escrito a quatro mãos por Marx e Engels entre os anos de 1845 e 1846. Este manuscrito, publicado somente quase um século depois de ter sido escrito (sua publicação completa data de 1933), é um dos mais belos e significativos textos da história das ciências sociais. O impacto que tem causado em seus leitores, ainda hoje, continua a ser o de uma verdadeira revolução no pensamento. Isto deveria nos causar espanto, dado que as teses ali esboçadas e nem sempre totalmente desenvolvidas, são simples e muito claras; não é preciso nenhuma mente brilhante para compreendê-las e, por isso mesmo, deveriam ser sentidas, pelos diversos investigadores sociais nos dias de hoje, como as mais triviais.²² O brilhantismo

²¹ Por “ciência” estou compreendendo toda e qualquer tentativa de intelecção da realidade a partir da própria realidade, sem maquinações especulativas e deduções abstratas desconectas do mundo sensível. A “ciência”, mais que um conjunto de leis, método e objeto definido, é o produto do esforço humano no sentido de examinar e compreender os fenômenos através de outros fenômenos já minimamente conhecidos (a intelecção pelo confronto, um contra os outros, dos fenômenos), ao invés de deduzir seus fundamentos a partir de abstrações vazias ou de seres e forças sobrenaturais. “O concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 1989:410). Assim, o ponto de partida e o ponto de chegada das abstrações e deduções é sempre o concreto, a realidade multifacetada. E, nesta mesma linha de raciocínio, acrescento, ainda, que o veículo único de apreensão desta realidade concreta somente pode ser, como sempre sustentou Marx, a *sensibilidade socialmente humanizada* do homem – e com isso o reconhecimento do *caráter social* de todo o saber. Penso que nesta definição de ciência sustentada aqui, todo o positivismo e toda a especulação desmedida encontram seu derradeiro termo.

²² Entretanto, evidentemente, este não é o caso. O irracionalismo propagado pelas condições sociais, econômicas e culturais da atualidade, sob o qual todos nos acabamos por sucumbir, impede, pela grande fragmentação que impõe não apenas no campo político, como científico, o reconhecimento dos pressupostos mais elementares da vida social. Ora, em sociedades em que cada vez mais os homens se tornam alheios as forças sociais das quais são, ao mesmo tempo, produtores e produtos, não é de se estranhar que o irracionalismo ganhe *status* de pressuposto científico e, ao contrário, tudo quanto se refira a tentativas de compreensão da realidade social em sua totalidade sejam consideradas estéreis e anti-científicas.

de Marx e Engels não está tanto no desenvolvimento daquelas teses, mas, quando pensamos no momento histórico e no contexto em que se encontravam, isto é, no seio do idealismo alemão e da ideologia e ciência burguesa européia de seu tempo, seus méritos repousam sobre a imensa lucidez encontrada no meio deste turbilhão especulativo e ideológico. A genialidade está mais em poder reconhecer, distinguir e enunciar as coisas mais simples e claras onde todos vêem apenas confusão, opacidade, ou falsas aparências do que numa pretensa grande descoberta. Vejamos, então, o quão simples são as teses materialistas expostas neste manuscrito.

Sendo bastante direto e objetivo, o primeiro e elementar pressuposto é: para haver história, assim como toda e qualquer ciência relacionada ao homem, é necessário existir, evidentemente, *homens* (expressão que nesta obra sempre aparecerá em sentido genérico):

... devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (Marx & Engels, 2007:32/33).

Ora, já nesta passagem fica evidente por que a produção, a atividade vital, enfim, o trabalho, é central no edifício teórico-social de Marx. Que sociedade humana, do passado, no presente e ainda por anos à frente, pôde, pode ou poderá se furtar à efetivação do necessário intercâmbio material entre homem e natureza mediado pelo trabalho? Não há nada mais simples e claro do que a constatação deste fato: a base sobre a qual toda sociedade deve se erguer é produzida e mantida constantemente pelo trabalho humano, pela produção e reprodução continuada das condições materiais de nossa existência²³. Como poderia ser esta

²³ Mais tarde, no famoso "Prefácio de *Contribuição à crítica da Economia Política* de 1859", Marx definirá esta base como a "estrutura econômica da sociedade". Para os que não tiveram acesso ainda ao *Prefácio de 1859*, transcrevo o trecho central. Nele, aparecem as categorias marxianas tão vulgarizadas de *estrutura* e *superestrutura*: "O resultado geral a que cheguei [em minhas investigações] e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode formular-se, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se leva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos

base negligenciada justo por aquele que pretendia compreender a essência dos fenômenos sociais tomados em sua totalidade?

Lukács, em *A Ontologia do ser social*, é quem melhor enfatizou a relação entre as condições materiais de vida dos homens e o trabalho em Marx:

No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, surge – tanto no próprio homem como em todos os seus objetos, relações, vínculos, etc. – a dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social desta base. Como sempre ocorre em Marx, também nesse caso o trabalho é a categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam *in nuce* (Lukács, 1979:15/16).²⁴

Este ponto, a relação entre a condição natural e, portanto, material da vida humana, e o trabalho, possui uma importância fundamental para nossa análise e ocasionalmente a ela voltaremos; mas, por hora, é preciso avançar na exposição. Assim sendo, na segunda tese materialista de *A ideologia alemã*, Marx e Engels observam que a satisfação daquela primeira necessidade elementar – manter os homens vivos – conjuntamente com “a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades” (Marx & Engels, 2007:33), ou, em resumo, a satisfação de necessidades produz, continuamente, novas necessidades. O homem ao libertar-se da carestia primária de sua condição animal, passa a dispor de condições e tempo para dirigir sua atenção e seu agir a outros objetos, já não tão direta e imediatamente relacionados àquela condição primária. Pode ele, por exemplo, dedicar-se ao desenvolvimento de modos diversos de expressar seus sentimentos, formas de gozar o tempo livre (tempo externo às atividades de auto-conservação), maneiras diversas de interação com os seus, etc. Enfim, uma vez satisfeitas suas necessidades mais elementares, mais puramente fisiológicas, pode o homem dedicar-se à religião, à filosofia, à política, arte, ciência, etc. tudo aquilo que se possa agrupar, correta ou incorretamente, no interior das categorias de ideologia ou cultura. Assim, o impulso dialético da satisfação/criação de

homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (Marx, 1989:233).

²⁴ Mais à frente, acrescenta: “Um mérito histórico da teoria de Marx é o de ter trazido à tona a prioridade da práxis, sua função de guia e de controle em relação à consciência” (Lukács, 1979:52).

necessidades conduz à realização das potencialidades humanas: impulsiona o homem continuamente à frente.

Mas a vida biológica é efêmera e o homem enquanto animal é um ser mortal e, portanto, deve procriar a fim de manter sua espécie. Nesta infeliz certeza da morte e na celebração da vida renovada pelo nascimento reside o núcleo do terceiro pressuposto materialista, pois, como dirão Marx e Engels, “os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar – a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, *a família*” (Idem: 33). Não se trata, contudo, como advertirão um pouco mais à frente, do “conceito de família”, mas de uma concreta relação social básica que, como tal, deve “ser tratada e desenvolvida segundo dados empíricos” (Idem: 33/34). Mesmo a representação científica da família, esta célula elementar da sociabilidade, parte dela mesma e não das diversas e invariavelmente distintas representações abstratas que os homens podem construir a seu respeito. O que temos aqui é um princípio epistemológico fundamental para ontologia materialista-dialética: não é o sujeito quem deve dizer o que pensa ser o objeto, mas, pelo contrário, o próprio objeto que deve nos informar o que é.²⁵ Por mais que esteja correto Max Weber, ao nos lembrar dos ensinamentos de Kant, a saber, de que antes de conhecer é preciso investigar as limitações do ser que deseja conhecer, isto não anula em absoluto a proposição de que o objeto de conhecimento é quem, em última análise, deve dar o veredicto final.²⁶

²⁵ “Do ponto de vista metodológico, é preciso observar desde o início que Marx separa nitidamente dos complexos: o ser social, que existe independentemente do fato de que seja ou não conhecido corretamente; e o método para captá-lo no pensamento, da maneira mais adequada possível. A prioridade do ontológico com relação ao mero conhecimento [gnosiológica], portanto, não se refere apenas ao ser em geral; toda a objetividade é em sua estrutura e dinâmica concreta, em seu ser-precisamente-assim, da maior importância do ponto de vista ontológico. E essa é a posição filosófica de Marx desde os tempos dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*” (Lukács, 1979:35).

²⁶ Dirá Weber, em “A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais”: “Ocorre que, tão logo tentemos tomar consciência do modo como se nos apresenta imediatamente a vida, verificamos que se nos manifesta, ‘dentro’ e ‘fora’ de nós, sob uma quase infinita diversidade de eventos [o que Marx chamaria de “múltiplas determinações”] que aparecem e desaparecem sucessiva e simultaneamente. E a absoluta infinidade dessa diversidade subsiste, sem qualquer atenuante do seu caráter intensivo, mesmo quando prestamos a nossa atenção, isoladamente, a um único ‘objeto’ – por exemplo, uma transação concreta – e isso tão logo tentamos sequer descrever de forma *exaustiva* essa ‘singularidade’ em todos os seus componentes individuais, e muito mais ainda quando tentamos captá-la naquilo que tem de causalmente determinado. Assim, todo conhecimento reflexivo da **realidade infinita** realizado pelo espírito humano **finito** baseia-se na premissa tácita de que **apenas um fragmento limitado** dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será ‘essencial’ no sentido de ‘digno de ser conhecido’” (Weber, 2000:88 – em negrito, grifos meus). Dado que o “espírito humano finito” não é capaz de conhecer, de modo absoluto, a totalidade da “realidade infinita”, todo o “conhecimento reflexivo da realidade” somente poderá se efetuar em fragmentos; isto até mesmo porque “o treino da atenção para observar o efeito de determinadas categorias causais qualitativamente semelhantes... oferece todas as vantagens da divisão do trabalho” (Idem, 87). Isto explica o porquê da tão propagada “fragmentação do saber” que se generalizou nos meios acadêmicos. Nada contra a divisão do trabalho científico; mas se a divisão sistemática do trabalho causa o “idiotismo” do trabalhador de fábrica, nada impede que o mesmo ocorra no campo científico se tal divisão é levada ao extremo do irracionalismo. De qualquer

O quarto pressuposto, que na verdade constitui uma síntese dos anteriores, é aquele que reafirma a condição, ao mesmo tempo, natural e social do homem. Nele são introduzidas, pela primeira vez, as categorias de *modo de produção e forças produtivas*:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma ‘força produtiva’ –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a ‘história da humanidade’ deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas... Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma ‘história’, sem que precise existir qualquer absurdo político [como o “contrato social”] ou religioso [as diversas divindades representadas numa suposta “consciência coletiva”] que também mantenha os homens unidos (Marx & Engels, 2007:34).

A segunda metade desta passagem deixa claro, mais uma vez, o motivo pelo qual a economia – entendida não em seu sentido vulgar de mera acumulação monetária, mas, muito longe disso, no sentido de produção e reprodução das condições materiais de vida dos homens em sociedade – tem para Marx, um papel fundamental não apenas na apreensão da realidade social, como para esta mesma realidade: dado que as forças produtivas (categoria esta onde se inclui um determinado “modo de cooperação social”) condicionam o “estado social” – pelo simples fato de aquelas forças viabilizarem a manutenção continuada de sua insuprimível base material – é evidente que a “história da humanidade” deve ser desenvolvida em conexão com a história econômica.

Logo muitos podem estar se perguntando: mas e os produtos da mente humana? E a religião, a arte, a política, a filosofia? Enfim, o homem não é um animal que apenas trabalha

forma, divergentes visões unilaterais sobre o mesmo fenômeno devem ser julgadas de algum modo; e qual o critério? “Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza criteriosa de seu pensamento” (Marx & Engels, 2007:537); segundo Marx, é sobre a própria realidade concreta que repousa o critério de verdade. Se, como Weber, julgarmos que tudo não passa de formas diversas de “interpretar” a realidade, quem decidirá, por exemplo, que uma determinada interpretação de direita é mais “cientificamente” válida do que outra de esquerda? Ambas têm estatuto metodológico, segundo Weber, idênticos. Qual prevalecerá? Marx responde: “Entre direitos iguais e opostos, decide a força” (Marx, 2001:273).

no sentido estrito do termo; ele também se dedica a formas de práxis sociais muitas vezes completamente alheias à atividade produtiva e que sobre ela, em muitas situações, podem atuar decididamente. Isso é tão evidentemente verdadeiro, quanto é falso acreditar que para Marx estes produtos da atividade e do pensamento humano, muitas vezes em nada aparentemente relacionados com o domínio produtivo, não tenham nenhuma importância. Mas, contudo, perguntamos também: poderiam todas aquelas ricas e complexas objetivações da práxis e do pensamento humano existirem enquanto aqueles quatro pressupostos não estivessem satisfeitos – a produção da vida pelo trabalho, a satisfação e criação de necessidades, a procriação, e a reprodução social pela cooperação de vários indivíduos? É por esse motivo que, somente depois de expor estes quatro momentos primordiais para a história dos homens, já no quinto e último pressuposto materialista exposto em *A ideologia alemã*, Marx e Engels nos apresentarão o homem como mais do que a síntese de sua atividade, individual e coletiva, de auto-conservação; enfim, observam que o homem tem *consciência*:

Somente agora, depois já termos examinado quatro momentos, quatro aspectos das relações históricas originárias, descobrimos que o homem tem também ‘consciência’. Mas esta também não é, desde o início, consciência ‘pura’. **O ‘espírito’ sofre, desde o início, a maldição de estar ‘contaminado’ pela matéria**, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e **a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens**. Desde o início, portanto, a consciência já é produto social e continuará sendo enquanto existirem homens (Marx & Engels, 2007:34/35 – grifos meus).²⁷

Mas mesmo o “espírito” humano, a consciência humana, a sua tão exaltada capacidade de pensar, é produto social, pois não é nada mais que a própria linguagem, o mais social de todos os atributos humanos. É esta passagem de *A ideologia alemã* que, mais tarde, na década de 1920, permitirá ao psicólogo cognitivista russo Lev Vigotsky desenvolver teoria que

²⁷ Destaco a segunda passagem em negrito para enfatizar a idéia capital, em Marx e Engels, de que a linguagem – que é a expressão mais acabada da consciência humana – formou-se a partir da necessidade do intercuro social. Mais à frente, esta proposição terá grande importância no diálogo crítico que estabelecerei com o pensamento marxista, quando este afirma que o trabalho humanizou o homem.

atribui à fusão entre “intelecto” e “linguagem”, realizada através da internalização da cultura, o papel fundamental na “*formação social da mente*”.²⁸

Mais tarde os produtos do pensamento humano começam a se emancipar do próprio homem; ganham vida própria e autonomia, muitas vezes, “plena”. O pensamento religioso e/ou metafísico passa, aparentemente, a conduzir a história humana. Mas como pôde o homem, quando satisfeitos aqueles pressupostos elementares, atribuir aos produtos de seu pensamento a capacidade de tornar-se o verdadeiro e, muitas vezes, o único motor da história? Enfim, como podem os homens, mesmo ainda hoje, acreditarem que as idéias “puras” (muitas vezes abrigando ou ocultando convicções na existência de divindades ou de entidades metafísicas, como o *Geist*) movem o mundo? A resposta dada por Marx e Engels, neste momento, concentrar-se-á sobre a categoria de *divisão do trabalho*:

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e trabalho espiritual. A partir desse momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teleologia, da filosofia, da moral etc. “puras”. Mas mesmo que essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral etc. entrem em contradição com as relações existentes, isto só pode se dar porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes... (Marx & Engels, 2007:35/36)

Somente quando alguns têm por função social exclusiva o pensamento “puro” e outros a execução do trabalho; quando, então, é possível acreditar na separação entre “espírito” e “matéria” (separação fundamental para o pensamento religioso e para a metafísica, e que não

²⁸ Em *Pensamento e Linguagem*, Vygotsky entende que a síntese entre *fala não conceitual* e *intelecto pré-verbal* (presentes tanto no homem, como nos animais, portanto, inatos), ambos seguindo linhas distintas de desenvolvimento, mas que em certo momento se cruzam para se separarem novamente mais tarde, contribuiu para a formação do *pensamento-verbal*. Com a formação deste último, o núcleo da consciência no homem, o comportamento humano deixa de ser determinado unilateralmente por leis naturais, para tornar-se também um *produto social*: “Se compararmos o desenvolvimento inicial da fala e do intelecto – que, como vimos, se desenvolve ao longo de linhas diferentes tanto nos animais como nas crianças muito novas – com o desenvolvimento da fala interior e do pensamento verbal, devemos concluir que o último estágio não é uma simples continuação do primeiro. A natureza do próprio desenvolvimento se transforma do biológico para o sócio-histórico”. E é justamente o processo de internalização da linguagem, conforme encontramos em *A formação social da mente*, que torna a psicologia humana única na natureza: “A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana; é a base do salto quantitativo da psicologia animal para a psicologia humana” (Vygotsky, 1998:76). Apesar da orientação marxiana muito clara em Vygotsky, sua psicologia genética, ao atribuir um papel fundamental à linguagem no “desenvolvimento dos processos psicológicos superiores” do homem, tornou-se bastante heterodoxa à vertente marxista historicamente mais influente que, como veremos, sustenta, a partir de Engels, a humanização do homem pelo trabalho.

existe para o materialismo-dialético),²⁹ enfim, quando, no campo da produção mesmo, o trabalho pensado por um pode ser executado por outro, é que podem os homens acreditar que as idéias “puras” são quem realmente governam o mundo e conduzem a história humana. Ainda nesta passagem, em seu final, aparece a controversa tese marxiana do *Prefácio de 1859*, a saber, de que o desenvolvimento das forças produtivas deve entrar em contradição com as relações sociais de produção (ou, o que é a sua expressão jurídica, relações de propriedade) na qual, até então, “aquelas forças tinham se desenvolvido”.³⁰ Esta contradição dialética entre forças produtivas e relações de produção é o solo fértil, sobre o qual as lutas de classe se desenvolvem até atingirem o seu ápice, dando início a uma completa transformação revolucionária, tanto da base, quanto da superestrutura, de todo edifício social.³¹

Com a exposição da tese do *Prefácio de 1859*, bastante desenvolvida ao longo de *A ideologia alemã*, podemos finalizar nosso delineamento sintético dos principais pressupostos

²⁹ “... pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é... a consciência só se torna possível num grau relativamente elevado do desenvolvimento da matéria; a biologia moderna está em vias de mostrar como surgem gradualmente, a partir dos originários modos físico-químicos de reagir ao ambiente por parte do organismo, formas cada vez mais explícitas de consciência, que todavia só podem alcançar completicidade no nível do ser social” (Lukács, 1979:40/41).

³⁰ A análise de *A ideologia alemã* prova que Marx já havia, pelo menos desde meados dos anos de 1840, desenvolvido a tese do *Prefácio de 1859*. Mas *A ideologia alemã* não será, evidentemente, o último a sustentar tal tese. Em 1847, em *A miséria da Filosofia*, temos a seguinte passagem que em muito nos faz lembrá-la: “As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais” (Marx, 1985:106). No *Manifesto do partido comunista* de 1848, em relação à passagem do feudalismo ao capitalismo, Marx e Engels dirão: “Num certo estágio de desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições nas quais a sociedade feudal produzia e trocava, quer dizer, a organização feudal da agricultura e da manufatura, numa palavra, as relações feudais de propriedade, deixaram de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas. Travavam a produção ao invés de impulsioná-la” (Marx & Engels, 2001:71). E, por fim, no Livro III de *O Capital*, temos: “Na medida em que o processo de trabalho é apenas processo entre ser humano e natureza, seus elementos simples não mudam com as formas sociais de seu desenvolvimento. Mas, toda forma histórica do processo de trabalho prossegue desenvolvendo os fundamentos materiais e as formas sociais do correspondente processo. Atingindo certo nível de amadurecimento, afasta-se essa forma histórica determinada que é sucedida por outra superior. Evidencia-se que chegou o momento de uma crise dessa natureza, quando se ampliam e se aprofundam a contradição e a oposição, entrecrocando-se, de um lado, as relações de distribuição, portanto determinada configuração histórica das correspondentes relações de produção, e, do outro, as forças produtivas, a capacidade de produção e o desenvolvimento dos elementos propulsores. Entram, então, em conflito o desenvolvimento material da produção e a forma social dela” (Marx, 2008:1160).

³¹ Apesar de que seriam necessárias muito mais mediações, além das expostas aqui, para sustentar ou refutar a tese do *Prefácio de 1859*, concordo com T. B. Bottomore, quando diz, em seu livro *Introdução à Sociologia*, que “Marx apenas delineou sua teoria de mudança histórica; usou-a como um ‘fio condutor’ [na tradução do *Prefácio* que utilizei aparece “guia” ao invés de “fio condutor”] (ou, como diríamos agora, uma hipótese) e dedicou sua energia à análise de um fenômeno histórico, o aparecimento e desenvolvimento do capitalismo moderno” (Bottomore, 1987:271); e, um pouco mais adiante, afirma que poucos marxistas posteriores “acrescentaram qualquer coisa às idéias de Marx – pelo contrário, pela vulgarização que fizeram delas, transformando-as numa simples fé dogmática, muitos obscureceram a importância das contribuições de Marx a Sociologia” (Idem). Por fim, acrescenta que “enquanto os historiadores marxistas posteriores discutiram *ad nauseam* a transição do feudalismo para o capitalismo, não houve nenhuma análise marxista séria do aparecimento do feudalismo, ou de certos outros tipos de sociedade” (Idem).

materialista-dialéticos. Com estes podemos, enfim, compreender por que motivo o trabalho tornou-se obrigatoriamente central no pensamento de Marx.

A ideologia alemã é a obra que melhor expõe os pressupostos materialistas dialético-históricos, entretanto não é o primeiro texto de Marx a expor uma linguagem materialista. Mesmo que ainda em desenvolvimento, o materialismo de Marx já é evidente nos textos de 1841-1843 e, sobretudo, a partir dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844. É preciso expor, mesmo que brevemente, algumas proposições tratadas na produção intelectual destes dois períodos, antes de prosseguirmos.

Segundo seus mais variados comentadores, Marx teria se colocado criticamente em relação a sua herança hegeliana através de Feuerbach. Contudo, este não encontrou o trabalho através deste último, e sim um materialismo já bastante desenvolvido, porém, ainda carregado de reminiscências idealistas e de certo mecanicismo naturalista. De fato, segundo Emir Sader, em apresentação de uma das edições brasileiras de *A ideologia alemã* (Marx & Engels, 2007), “Feuerbach não incorpora a categoria trabalho e assim a superação das ilusões se reduz a um processo de desmistificação, retomando a forma mais clássica de idealismo – o da primazia da consciência sobre a realidade”. É o que se pode também depreender da primeira das teses sobre Feuerbach:

O principal defeito de todo materialismo existente até agora – o de Feuerbach incluído – é que o *objeto*, a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do *objeto* ou da *contemplação*; mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*, não subjetivamente. Daí decorreu que o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, foi desenvolvido pelo idealismo – mas apenas de modo abstrato, pois naturalmente o idealismo não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis; mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade *objetiva*... (Marx & Engels, 2007:537).

Feuerbach deseja objetos sensíveis, mas acaba elegendo “apenas o comportamento teórico”, a mera contemplação, como o caráter “autenticamente humano” (Idem). Marx e Engels não se impressionaram com essa forma de materialismo ainda bastante limitado por não vislumbrar, na própria práxis humana, o pressuposto objetivo de todo conhecimento sensível do real. Contudo, este mesmo limite na filosofia de Feuerbach serve para nos indicar o elemento que devemos destacar nesse novo materialismo erigido por Marx e Engels, a saber, a *atividade humana sensível*. Ao colocar a *práxis* no centro da inquirição materialista da realidade é que Marx e Engels encontrariam o trabalho humano – não é à toa que Gramsci

os chamaria de “filósofos da práxis”, de “os fundadores da filosofia da práxis”, nos *Cadernos do cárcere*.

Esta nova forma de abordar os problemas humanos a partir do agir dos homens, ao invés das representações que estes constroem a respeito de si mesmo e da realidade exterior, em Marx, como já sugerimos acima, é perceptível mesmo em suas obras de juventude, como, por exemplo, em *Crítica da filosofia do direito de Hegel* e em *A Questão Judaica*. Na primeira, são célebres as passagens:

A miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. A religião é o *ópio* do povo (Marx, 2005:145)

(...)

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem* [para o homem], e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem (Idem:151)

O que estas passagens expressam em termos materialistas? Revelam a progressiva consciência, que cada vez mais Marx vai adquirindo, sobre os problemas concretos do mundo. A crítica filosófica, quando se faz teoria capaz de se apoderar das massas, deveria substituir a crítica da filosofia e das falsas representações religiosas, metafísicas, etc. que os homens constroem a respeito de seu mundo real, concreto. Mesmo que ainda Marx não incorpore a crítica das relações de produção, e, portanto, a “crítica da economia política”, a posição filosófica (e até mesmo política adotada neste momento) já reconhece a importância da práxis humana na transformação efetiva do mundo. *A Questão Judaica* não deixa de lampear momentos ainda mais contundentes, que iluminam ainda mais a caminhada de Marx na direção do materialismo-dialético, como se pode perceber no que se segue:

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em *ser genérico*, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘*forces propres*’ [próprias forças] como *forças sociais* e quando, portanto, já não

separa de si a força social sob a forma de força *política*, somente então se processa a emancipação humana (Marx, 1969:52).

A crítica do texto se dirigia a Bruno Bauer, que, segundo Marx, exige “que o judeu abandone o judaísmo e que o homem em geral abandone a religião, para ser emancipado como *cidadão*” (Marx, 1969:18). Entretanto Marx colocava-se ainda de forma mais radical. Para ele, nem a emancipação da religião (forma de representação fabulosa do mundo), nem a emancipação política (com sua concepção abstrata de homem: *o cidadão* – na verdade, a encarnação abstrata do homem burguês), constituem, de fato, uma real emancipação humana; esta é produto de homens que tomam como suas, as forças sociais. Desta forma, mais uma vez aqui, a práxis humana é o ponto de partida fundamental.³²

Mas quando chegamos nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, mesmo que ainda sobre forte influência de Feuerbach, o ponto de partida já é, derradeira e fundamentalmente, a *produção e reprodução da vida humana*, a *atividade vital humana*, e, portanto, o *trabalho humano*³³. Assim, ao contrário das obras anteriores, onde, de fato, a linguagem materialista marxiana já se encontra, de certa forma, bastante desenvolvida, nos *Manuscritos* de 1844, Marx enfim coloca o trabalho no centro de suas reflexões.

Um ponto desejo definitivamente destacar neste texto, a fim de situar melhor a concepção de trabalho a partir de Marx, e sobre o qual desenvolverei uma intensa discussão mais à frente. Na parte final do primeiro dos manuscritos, e que foi intitulada – na edição que utilizo – de “Trabalho estranhado e propriedade privada” (Marx, 2004), quando Marx está tratando sobre o trabalho estranhado (ou alienado), a atividade vital do homem, ou seja, o trabalho, é retratada como *o próprio caráter da espécie humana*, do gênero humano. Marx chega mesmo a sustentar que o modo peculiar humano de “vida produtiva” distingue o

³² Com certeza, Feuerbach é a grande influência sobre Marx: “Tudo parece indicar que foi através da análise das teorias de Feuerbach e da crítica de sua concepção mecânica e naturalista de ‘espécie’ que Marx chegou ao seu próprio conceito de vida social” (Löwy, 1975:51). No mesmo texto desta citação, “Homem e sociedade na obra do jovem Marx”, Löwy destaca a preocupação central, nos manuscritos de Marx de 1841 a 1843, em superar a oposição, existente nas teses liberal-individualistas, entre indivíduo e sociedade: “A oposição de Marx às teses liberal-individualistas, que se cristaliza no período 1841-1843, torna-se nesta fase mais incisiva; assim, no artigo sobre a Filosofia do Direito hegeliana ele ressalta que ‘o homem não é um ser abstrato, situado fora do mundo’, observação que retoma as idéias centrais da tese de doutoramento (‘liberdade integrada no mundo’) e do manuscrito de 1842 sobre a Filosofia do Estado de Hegel (‘qualidade social’ do homem)” (Idem: 53).

³³ O mérito dessa constatação é, mais uma vez, de Lukács: “Essas tendências [que conduzem Marx a uma perspectiva concreto-ontológica] encontram sua primeira expressão adequada nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, cuja originalidade inovadora consiste, não em último lugar, no fato de que, aqui – pela primeira vez na história da filosofia –, as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e reprodução da vida humana, tornando-se assim possível uma descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas” (Lukács, 1979:14/15).

homem do restante da natureza. E este caráter, este modo peculiar, no homem, segundo os *Manuscritos*, é a *atividade conscientemente livre*:

... o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem [no trabalho estranhado] apenas como um *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendrador de vida. No modo da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma espécie, seu caráter genérico, **e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem**. (Marx, 2004:84 – em negrito, grifos meus; em itálico, de Marx)

Definitivamente aqui temos a atividade vital do homem, o trabalho, como o mais elementar e fundamental atributo da vida humana. No entanto, observemos que não se trata simplesmente do trabalho enquanto atividade em que se deparam, de um lado, o homem e, de outro, a natureza; não estamos nos referindo apenas ao vital e insuperável intercâmbio entre aquele e esta. Tal intercâmbio não é nenhuma exclusividade de nossa espécie e, portanto, não poderia ser no metabolismo homem/natureza que encontraríamos a distinção essencial entre nós e outros animais, pois mesmo os animais têm de agir sobre a natureza, têm, de certa forma, de “trabalhar”.³⁴ Todos os seres vivos da natureza – da qual o homem, lembremos, faz parte, pois, como diz Lukács, “o homem resta ineliminavelmente um ser biológico” (Lukács, 1979:53) – sustentam-se sobre aquele mesmo intercâmbio. Porém, no homem, o modo como este é efetivado, isto é, o trabalho, é uma atividade *consciente* e, portanto, *livre*.³⁵ É justamente esta “atividade consciente livre”, segundo Marx dos *Manuscritos* de 1844, que estabelece “o caráter genérico do homem”. Ora, assim, uma vez mais, e em síntese, o que nos faz diferente de todas as outras espécies não é o trabalho puro e simplesmente; mas o trabalho entendido como, *atividade vital consciente e, portanto, livre*. No entanto, esta assertiva sofrerá recuos e desenvolvimentos no pensamento de Marx.

É, portanto, como aparece nos *Manuscritos*, a atividade consciente – ao nos dar a possibilidade de agirmos de modo livre das pulsões instintivas – que nos torna distintos de todo restante da natureza. Entretanto, e aqui temos de nos precaver diante de todo idealismo, não se trata de uma consciência metafísica, no sentido de um “espírito” desprovido de

³⁴ “... o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais [da natureza] para melhorar sua utilidade. Pássaro, castor, aranha, abelha e térmita, ao fazerem ninhos, diques, teias e colméias, trabalham, por assim dizer. Assim, a espécie humana partilha com as demais a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades” (Braverman, 1987:49). Mas, contudo, quando retornarmos, mais uma vez, para analisarmos uma passagem de *A ideologia alemã*, veremos que a ênfase sobre este intercâmbio será vigorosamente inflacionada.

³⁵ “O trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo” (Braverman, 1987: 50).

matéria, separado ou separável dela. Pois, como dirá Marx, assim “como plantas, animais, pedras, ar, luz, etc. formam teoricamente uma parte da consciência humana... formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana” (Marx, 2004:84). A natureza está em tudo. Não há, como dito, para a vertente materialista separação entre “corpo” e “espírito”. Mesmo a consciência, como vimos acima em *A ideologia alemã*, “sofre, desde o início, a maldição de estar ‘contaminada’ pela matéria” (Marx & Engels, 2007:34).

Mas o tema central deste manuscrito não é a distinção entre homem e animal, mas o trabalho estranhado/alienado. A atividade vital consciente pela qual o homem se distingue imediatamente do animal, no trabalho estranhado, encontra-se numa relação invertida: o ser genérico do homem, a sua atividade vital, efetiva-se unicamente para a manutenção de uma existência meramente animal. O que deveria elevá-lo acima desta existência, o trabalho, acaba por converter-se numa forma de objetivação animalizante. Nesta discussão, mais uma vez Marx enfatizará a atividade consciente e livre no homem:

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. **O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência.** Ele tem **atividade vital consciente**. Esta não é uma determinidade com a qual ele coincide imediatamente. **A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital do animal.** Justamente, e por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é **atividade livre**. O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, **apenas um meio para sua existência** (Marx, 2004:83/84 – em negrito, grifos meus)

Esta caracterização do trabalho como atividade vital consciente e livre, entretanto, em *A ideologia alemã*, parece sucumbir diante de uma sobrevalorização do trabalho enquanto intercâmbio material com a natureza. Neste manuscrito, Marx e Engels afirmam que “O primeiro ato *histórico* desses indivíduos, pelo qual eles se diferenciam dos animais, **é não o fato de pensar**, mas sim o de começar a *produzir seus meios de vida*” (Marx & Engels, 2007:87 n. a – em negrito, sempre grifos meus). Esta distinção entre o homem e o animal pelo trabalho servirá, inclusive, de base para a tese, defendida por vários autores marxistas, seguindo provavelmente Engels de “*Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*”, de que o trabalho é mais do que “a condição básica e fundamental de toda a vida humana”; o trabalho mesmo “criou o próprio homem” (Engels, 1961:269).

O argumento central de Engels neste texto era de que “Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco gradualmente transformou-se no do homem” (Idem: 272). O objetivo principal desta afirmação é transformar a própria linguagem, que, como vimos em *A ideologia alemã*, identifica-se com a consciência, em um produto direto do trabalho. O texto de Engels, em quase sua totalidade, procura evidências para sustentar que a atividade vital, sobretudo, o trabalho realizado na caça, quando exercida em conjunto, num coletivo de homens, trouxe a necessidade de comunicação e com ela o desenvolvimento da linguagem.³⁶ O que se tem feito em geral com esta tese de final do século XIX é transformá-la em pura convicção e afastá-la de uma reflexão mais crítica.

É interessante expor como alguns autores marxistas a têm recebido. Dirá, por exemplo, Braverman em *Trabalho e capital monopolista* – inclusive citando passagens deste texto de Engels e sustentando seus argumentos com novos estudos antropológicos – que “O trabalho **que ultrapassa a mera atividade instintiva** é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos” (Braverman, 1987:53 – grifo meu). Mas o trabalho “que ultrapassa a mera atividade instintiva” já é, mesmo que ainda em sua forma embrional, uma “atividade consciente e livre”; já pressupõe uma consciência operante desenvolvida, mesmo que de forma rudimentar. Mas como está surge? Pelo trabalho?

Dois autores brasileiros e representantes da escola lukacsiana no Brasil, também são tributários desta tese da humanização do homem *no e pelo* trabalho.³⁷ Primeiramente temos Ricardo Antunes que, em *Sentido do Trabalho*, e seguindo Lukács de *A ontologia do ser social*, praticamente repete os mesmos argumentos de Engels. Afirma Antunes que, “Embora

³⁶ Entretanto, o paleontólogo Richard Leakey – cujas idéias centrais retomarei mais à frente – em *A origem da espécie humana* (Leakey, 1995), reserva todo um capítulo desta obra, “Homem, o nobre caçador?”, para demonstrar que o homem primitivo deve ter sido, mais provavelmente, um oportunista carniceiro do que um proeminente caçador como mais tarde de fato veio a se tornar.

³⁷ E de fato Lukács parece ser realmente o grande difundidor desta tese: “... o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo” (Lukács, 1979:87). Entretanto, um pouco antes, observara: “As formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se desenvolve a práxis social, a partir do ser natural, para depois se tornarem cada vez mais declaradamente sociais. Esse desenvolvimento, porém, é um processo dialético, que começa com um salto, com a posição teleológica do trabalho, algo que não pode ter analogia na natureza... Com o ato da posição teleológica no trabalho, tem lugar o ser social” (Idem: 17). Mas aí, nesta passagem, é a dimensão teleológica do trabalho que funda o ser social, e não apenas o trabalho enquanto mero intercâmbio com a natureza. Entretanto, a convicção de Lukács era, na realidade, de que o trabalho possui um caráter transitório entre o ser puramente biológico e o ser social. Isto porque, o trabalho é, ao mesmo tempo, causalidade (pois se trata do necessário e insuprimível metabolismo homem/natureza) e teleologia (atividade adequada a um fim). A partir desta constatação, da existência da causalidade e teleologia no trabalho, a dedução ontológica conduz direta e necessariamente à proposição do trabalho como “protoforma” do ser social. Mas, desta forma, a “lógica das coisas” não estaria sucumbindo diante das “coisas da lógica”?

seu aparecimento seja simultâneo ao trabalho, a *sociabilidade*, a *primeira divisão do trabalho*, a *linguagem* etc. encontram sua origem a partir do próprio ato laborativo. O trabalho constitui-se como *categoria intermediária* que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social” (Antunes, 2003:136 – em itálico, sempre os grifos do autor).

O segundo é Sérgio Lessa. Em *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* sustenta que o trabalho “é a categoria fundante do mundo dos homens, porque, além ser a protoforma de todos os atos humanos (a articulação entre teleologia e causalidade), também atende à necessidade fundante de qualquer sociedade” (Lessa, 2007:142). O ponto de partida para esta sua proposição é a tentativa de responder *ontologicamente* (portanto, através da lógica “dialética”) à questão sobre o que distingue o ser social do restante de toda a natureza. A convicção de Lessa é de que “a resposta precisa a esta questão... pode e deve ser dada pela ontologia” (Idem: 139) e que ela tem como certo, o trabalho como o meio pelo qual o homem se humanizou.³⁸

Com muita acuidade, Sérgio Prieb, em *O trabalho a beira do abismo*, observa que o “trabalho é uma categoria que se apresenta como fundamental na teoria marxiana e marxista”. Contudo, logo em seguida, parece não questionar esta mesma teoria, quando acrescenta: “o trabalho é o elemento que diferencia o homem de seus ancestrais do mundo animal, o que o habilitou a exercer o domínio sobre a natureza” (Prieb, 2005:138). Cita, então, a mesma passagem de Engels que utilizamos acima, sem avaliar, entretanto, a sua validade científica. A recepção das palavras de Engels parece automática.

Ainda podemos citar Giovanni Alves, de *A condição de proletariedade*, como tributário da tese da humanização pelo trabalho. O Autor coloca grande ênfase na subjetividade do “homem que trabalha”, quando, por exemplo, introduz seu conceito de “captura” da subjetividade³⁹; mas também não deixa de afirmar que foi através do “processo

³⁸ Mas a origem do homem deve ser deduzida através da lógica ou através da ciência? Richard Leakey (ao qual Lessa faz referência), membro de uma renomada família de arqueologistas, descobridores de alguns dos mais importantes fósseis de ancestrais humanos, coloca a mesma questão de que parte Lessa, porém, nos seguintes termos evolutivos: “foi a vantagem indiscutível da sofisticada tecnologia [refere-se a atividade produtiva, e não somente à produção de ferramentas] a força propulsora primordial que criou o inteligente cérebro humano? Ou nós somos os expoentes tecnológico do nosso planeta devido a uma consequência fortuita da necessidade de ser inteligente por outras razões menos tangíveis?” (Leakey, 1988:147). Mais à frente, sugere que “pode ser que durante nossa evolução tenhamos tido que aguçar a nossa astúcia, não tanto a fim de superar os desafios tecnológicos encontrados no mundo prático, mas de preferência para manejar as complexidades de uma vida social particularmente intrincada” (Idem: 148). Como desenvolveremos melhor, já nesta passagem Leakey revela-se não convencido de que tenha sido a atividade produtiva o fator primordial de nossa humanização, e, acredita que o intercurso social possa ter tido um papel mais fundamental neste processo.

³⁹ “Enfim, o processo de ‘captura’ da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo ‘olhar’, mas nas instâncias sócio-reprodutivas, com a pletora

de objetivação/exteriorização (do *trabalho como produção/reprodução social*) que o animal homem se tornou ser sujeito humano” (Alves, 2009:20).

Engels, Braverman, Ricardo Antunes, Sérgio Lessa, Sérgio Prieb, Giovanni Alves e outros marxistas, mesmo compreendendo, como várias vezes afirmam, que o trabalho, para ser verdadeiramente *trabalho humano*, tem como pressuposto primordial o seu pôr teleológico, seu elemento de prévia-ideação – e como afirma Lukács, a “forma da posição teleológica enquanto transformação material da realidade”, ou seja, “o pôr teleológico do trabalho”, é, na história humana, “em termos ontológicos, algo radicalmente novo” (Lukács, 1979:17) –, mesmo assim, todos eles parecem deixar este pressuposto de lado quando se trata de ressaltar o papel específico do trabalho na formação do homem, em sua humanização: a origem do específico atributo humano, a *consciência e, portanto, a atividade conscientemente livre* – como aparece em Marx dos *Manuscritos* – deixa de ser procurada, passando-se a acreditar que esta seja apenas mais um entre tantos produtos do trabalho.⁴⁰

Mas, ainda seguindo os *Manuscritos*, podemos afirmar que o que distingue verdadeiramente os homens dos animais não é o trabalho enquanto, pura e simplesmente, intercâmbio com a natureza, enquanto atividade vital; falta ao trabalho, assim entendido, um elemento essencial que o distinga das demais formas de interação entre animais e natureza. É necessário que exista neste uma consciência capaz de controlar o comportamento; com capacidade imaginativa, de prévia ideação, que estabeleça finalidades ao agir. É esta capacidade cognitiva de perceber o mundo, de nos antecipar subjetivamente a ele, que nos diferencia dos animais. A questão científica (e mesmo ontológica) a se colocar aqui é a de como esta surge. Talvez de fato esteja realmente correto Engels, quando sustenta que formas instintivas de trabalho e, portanto, muito próximas das diversas espécies de “trabalho” animal tenham tornado possível o desenvolvimento da linguagem e, com ela, a consciência humana. Mas existem outras hipóteses e uma delas desejo destacar aqui.

A história evolutiva humana registra um notório prolongamento da infância. Os bebês humanos nascem muito frágeis e levam mais tempo para tornarem-se capazes de se manterem

de valores-fetiches e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano” (Alves, 2009:199).

⁴⁰ Mesmo Marx pode parece também aceitar a tese da humanização do homem pelo trabalho em uma passagem dos *Manuscritos*: “... na medida em que, para o homem socialista, *toda a assim denominada história mundial* nada mais é que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem, então ele tem, portanto, a prova intuitiva, irresistível, do seu *nascimento* por meio de si mesmo, do seu *processo de geração*” (Marx, 2004:114). Mas aí, entretanto, Marx estava respondendo à questão levanta por Aristóteles sobre quem criou o homem e a natureza. O que desejava destacar é que, ao contrário do que se sustentava, nenhum ser ou força supranatural havia criado o homem; que o trabalho humano é a forma pela qual os homens produzem e reproduzem a História. Não se tratava de afirmar a humanização do homem *no e pelo* trabalho.

por si sós. Isto trouxe uma maior necessidade inter-relação social, promovida pela longa dependência da prole em relação aos indivíduos adultos (sobretudo, a mãe), portanto, compelindo-a a se comunicar, a solicitar a atenção dos adultos, a desenvolver, em suma, a linguagem (e a linguagem, para Marx e Engels, como vimos, é a consciência no homem).⁴¹

E é, justamente, o desenvolvimento evolutivo de nossos ancestrais na direção de uma maior inter-relação social, o principal motivo levantado por Richard Leakey para a humanização do homem. Segundo este, um “dos aspectos mais significativos do desenvolvimento humano é que os bebês nascem virtualmente desprotegidos e passam por uma infância prolongada” (Leakey, 1995:52). Eles, os bebês humanos, “vêm ao mundo muito cedo, uma conseqüência do nosso cérebro grande e dos constrangimentos do projeto da pélvis humana” (Idem: 53). Isto retardou o desenvolvimento da criança humana, forçando, conseqüentemente, o estreitamento mais prolongado dos laços de dependência entre a prole e os adultos. Nisto reside os fatores objetivos que determinaram a necessidade do convívio social e com ele a produção da cultura, e, portanto, da humanização do homem:

Os humanos tornaram-se humanos por meio de um aprendizado intenso não apenas das habilidades de sobrevivência, mas também dos hábitos e costumes sociais, parentesco e leis sociais – isto é, cultura. O meio social no qual as crianças desprotegidas são cuidadas e as crianças mais velhas educadas é muito mais característico dos humanos do que dos macacos. Pode-se dizer que a cultura é a adaptação humana, e se torna possível pelo padrão insólito de infância e maturação (Idem: 52/53).⁴²

⁴¹ “... a linguagem e autopercepção reflexiva [e esta última nada mais é que a consciência] são indubitavelmente fenômenos intimamente relacionados” (Leakey, 1995:136). “Pelo fato de darmos nomes aos objetos e os dividirmos em categorias, podemos manipular nossas idéias e imputar ordem ao que, de outro modo seria um calidoscópios de percepção descoordenada” (...) “A evolução da linguagem falada deve certamente ter influenciado na expansão do cérebro humano, durante alguns dos últimos milhões de anos” (Leakey, 1988:159).

⁴² Lukács não desconhece este dado do desenvolvimento ontogenético e filogenético de nossa espécie: “Os biólogos modernos, na tentativa de definir a diversidade entre o homem e o animal, destacam (como é o caso de Portmann) a lentidão de desenvolvimento da criança, o longo período em que ela carece de ajuda e é incapaz de mover-se com a autonomia correspondente à espécie, algo que os animais, ao contrário, possuem logo após o nascimento... Mas seria preciso aduzir que **essas peculiaridades biológicas do homem são, em última análise, produzidas pela sociedade**” (Lukács, 1979 – grifos meus). Entretanto, como vemos na parte final da citação posta em negrito, Lukács inverte a relação. Ao invés de dizer que aquelas “peculiaridades biológica do homem” engendraram uma condição puramente biológica, mas fundamental para a sociabilidade humana (a dependência da prole diante dos cuidados dos adultos), defende o contrário, acrescentando, inclusive, que “Apenas a segurança, ainda que tosca e frágil, que nos primeiríssimos tempos era fornecida pela sociedade fundada no trabalho, é que pôde garantir – inclusive biologicamente – um desenvolvimento mais lento para os neonatos... São as novas e grandes exigências derivadas da sociabilidade, com as quais se defronta quem está se tornando homem (postura ereta, linguagem, capacidade para o trabalho, etc.) que tornam necessárias essa lentidão no desenvolvimento; e a sociedade cria, em conformidade, as condições para que isso possa ocorrer” (Idem – grifos meus). Afirma-se, com isto, que, primeiro a sociedade, e depois as transformações evolutivas de nosso desenvolvimento biológico, é a seqüência correta. É justamente o inverso que a antropopaleontologia de Leakey sustenta: a infância desprotegida da prole é que criou a necessidade do intercurso social.

E há mais: os dados arqueológicos, segundo Leakey, parecem indicar que esta dependência da prole para com os adultos era uma realidade um tanto quanto precoce em termos de escala temporal evolutiva, uma vez que “os intensos cuidados por parte dos pais, que é parte do meio social dos humanos modernos” já teria “começado a desenvolver-se no *Homo erectus* primitivo há 1,7 milhão de anos” (Idem: 54). Assim sendo:

A mudança evolutiva do *Homo erectus* primitivo em direção aos padrões humanos modernos de crescimento e desenvolvimento ocorreu em um contexto social. Todos os primatas são sociais, mas os humanos modernos desenvolveram a sociabilidade até o seu grau mais alto. A mudança biológica que inferimos a partir dos indícios dentários encontrados no *Homo* primitivo nos diz que a interação social já havia começado a intensificar-se, criando um ambiente que incentivava a cultura (Idem: 60).

Isto pode estar indicando que as transformações evolutivas caminhavam, pelo menos, *pari passu* com a crescente socialização dos humanos primitivos. Mas algo é ainda mais digno de nota. O período em que surge o gênero *Homo* é, inclusive, o mesmo em que dois fatos primordiais na história da evolução humana ocorrem: primeiramente, é este o mesmo período em que “diversos tipos de indícios apontam para uma mudança na dieta do *Homo* – uma mudança na qual a carne tornou-se uma fonte importante de energia e proteínas” (Idem: 61);⁴³ e, segundo – e isto tem um interesse particular para nós –, pela “primeira vez na pré-história humana, **há indícios de que os fabricantes de artefatos tinham um modelo mental do que desejavam produzir – que eles estavam impondo intencionalmente uma forma à matéria-prima que utilizavam**” (Idem: 48 – grifos meus).⁴⁴ A passagem da citação posta em negrito não caracteriza justamente aquele salto ontológico, efetivado “com o ato da posição teleológico do trabalho” e que, com o qual, “temos em-si o ser social” (Lukács, 1979:17)?

Assim temos, em síntese, que a necessária vida social do gênero *Homo* pode ter conduzido nosso ancestral a desenvolver, para além das necessidades ecológicas, uma elevada capacidade cognitiva. Contudo, isto não invalidaria, em absoluto, a hipótese de que o trabalho, enquanto intercâmbio homem/natureza, tenha tido um papel relevante na

⁴³ Leakey sintetiza as transformações evolutivas do *Homo* dizendo: “A mudança na estrutura dos dentes do *Homo* primitivo indica que este comia carne, assim como são indícios também a elaboração de uma tecnologia com base em implementos de pedra. Mais ainda, o aumento do tamanho do cérebro, parte do pacote evolutivo do *Homo*, pode ter mesmo exigido que a espécie complementasse a sua dieta com uma fonte rica em energia” (Idem).

⁴⁴ A produção de artefatos confeccionados seguindo uma perceptível intencionalidade é o traço distintivo que caracterizou a indústria acheulense, em contraste com a tecnologia olduvaiana de cerca de 1,5 milhões de anos antes, onde os instrumentos produzidos eram “simples e oportunistas” (Idem). Isto demonstra que o *Homo* primitivo não apenas se servia do ambiente, mas já o moldava seguindo um fim almejado.

humanização do homem. Poder-se-ia sugerir que estes dois fatores, o trabalho, como querem os marxistas, e a inter-relação social, como argumenta Leakey, e muitos outros vieram a se tornar “múltiplas determinações” da emergência da humanidade: a síntese do processo, a “unidade do diverso” – esta sim, uma hipótese verdadeiramente dialética. Podem ter sido inúmeros fatores que permitiram este salto ontológico, esta passagem do comportamento puramente natural para uma práxis humana, dotada de teleologia, de consciência. Podemos observar que Leakey, de fato, dá maior ênfase à hipótese em que a evolução da inteligência no homem tem por fundamento o processo de socialização:

O argumento então é que as pressões da vida social foram uma peça importante na evolução da inteligência, tanto na dos primatas superiores como na nossa. Exigências tecnológicas e outras de subsistência também devem ter atuado, simplesmente porque uma tecnologia básica confere com certeza vantagens econômica. **Todavia, essa tecnologia, para ser efetiva o bastante, tem que ser apenas suficientemente básica** (Leakey, 1988:171 – grifos meus).

Entretanto, Leakey, mesmo dando maior ênfase ao intercuro social, reconhece que, no final das contas, teria sido um complexo de fatores que concorreram para o desenvolvimento do intelecto humano:

Embora não se possa dizer que tenha havido uma única força responsável pelo extremo desenvolvimento do intelecto humano, a evolução raramente funciona dessa maneira monolítica; podemos ter a clareza de que as demandas de intercuro social forneceram uma contribuição muito importante para o crescimento do cérebro humano. As exigências intelectuais da economia de coleta e caça e as vantagens da tecnologia que as acompanhara também prestaram sua colaboração (Leakey, 1988:174).

Mesmo algo que pudéssemos denominar como uma espécie de “proto-trabalho” – dado que ainda puramente animal, instintivo, imediato – tivesse efetivamente “criado o homem”, como argumenta Engels, ainda assim, comprovado aquilo que não é mais do que uma mera hipótese, este fato ficaria confinado à nosso passado primitivo; o que humaniza o homem nos dias subseqüentes ao surgimento da consciência, da teleologia, do pensamento e da imaginação humana, já não é o trabalho, mas as relações sociais – pois, como afirma a sexta tese sobre Feuerbach: “... a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (Marx & Engels,

2004:534)⁴⁵ –, cuja base material é (e aí sim o papel central do trabalho para a sociabilidade humana) produzida e reproduzida ainda hoje (e o será ainda por muito tempo) através do trabalho humano.

Longe de negar definitivamente esta tese marxista, onde a importância do trabalho (enquanto intercâmbio homem/natureza, e, portanto, enquanto atividade vital) na humanização do homem, no desenvolvimento das capacidades cognitivas próprias do ser humano, é inflacionada, pretendi, na verdade, argumentar intensamente no sentido de evidenciar o quanto esta tese não é a única, nem definitiva, e muito menos a mais aceita, visto que a paleontologia admite outras tantas hipóteses diferentes. Quis também, através das notas que apresentei, onde utilizei (reconheço que até de forma exagerada) citações de um grande arqueólogo, Richard Leakey, indicar a possibilidade, até mesmo mais plausível, de ter sido outro fator a ter decisivamente nos tornados o que somos: o intercuro social (e, com ele, o desenvolvimento da linguagem, e, portanto, o pensamento-verbal, a consciência humana).

A imagem romantizada de homens robustos e ágeis caçando em grupo e, com isto, necessariamente tentando se comunicarem (e, conseqüentemente, desenvolvendo formas primitivas de linguagem) perde ainda mais um pouco de seu brilho quando nos deparamos com uma espécie que, primeiramente, se alimentou de carniça – como os registros arqueológicos parecem indicar (Cf. Leakey, 1995). Somam-se a isso, as evidências que sugerem que o processo evolutivo tornou a vida da prole humana intensamente dependente da dos adultos e, assim, fez da inter-relação social uma questão de vida ou morte para nossos ancestrais. Talvez menos o trabalho e mais a vida social, o que de fato tenha nos tornados, enfim, humanos.

De qualquer forma, ao retornarmos à análise das obras de Marx, é evidente que *A ideologia alemã*, como vimos, contribuiu para efetivar uma sobrevalorização exagerada do trabalho na humanização do homem. Parece não haver dúvida de que a influência aqui é de Engels sobre Marx e não o contrário, pois, como veremos em *O Capital*, a dimensão teleológica do trabalho voltará a ter a importância de que lhe é de direito na distinção homem/animal.

Será justamente sobre esta sobrevalorização do trabalho enquanto mera atividade, enquanto intercâmbio com a natureza, desconectada de seu atributo subjetivo, enfatizada em *A ideologia alemã*, que se concentrará o núcleo das críticas de Hannah Arendt dirigidas ao pensamento marxiano. Sua obra de meados da década de 1950, *A Condição Humana*, é uma

⁴⁵ Nos *Manuscritos* temos que “o caráter *social* é o caráter universal de todo o movimento; *assim como* a sociedade mesma produz o *homem* enquanto *homem*, assim ela é *produzida* por meio dele” (Marx, 2004:106).

veemente crítica à era moderna. Marx, por sua vez, é tomado como o produtor da mais completa representação desta era e, portanto, seu maior porta-voz. A crítica que se estabelece, então, tem por fundamento a acusação de que tanto um como o outro, a modernidade e Marx, teriam feito do homem, até então considerado pela filosofia clássica como um *animal rationale*, um *animal laborans*:

À primeira vista, porém, é surpreendente que a era moderna – tendo invertido todas as tradições, tanto a posição tradicional da ação e da contemplação como a tradicional hierarquia dentro da própria *vita activa* [as três atividades fundamentais constituintes da condição humana: o labor, o trabalho e a ação], tendo glorificado o trabalho (labor) como fonte de todos os valores, e tendo promovido o *animal laborans* à posição tradicionalmente ocupada pelo *animal rationale* – não tenha produzido uma única teoria que distinguisse claramente entre o *animal laborans* e o *homo faber*, entre ‘o labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos’... O próprio motivo da promoção do labor como trabalho na era moderna foi a ‘produtividade’; e a noção aparentemente blasfema de Marx de que o trabalho (e não Deus) criou o homem, ou de que o trabalho (e não a razão) distingue o homem dos outros animais, era apenas a formulação mais radical e coerente de algo com que toda a era moderna concordava (Arendt, 2000:96/97).⁴⁶

Assim, segundo Arendt, Marx e a modernidade teriam elegido o trabalho humano (enquanto labor), ao invés da razão, o elemento distintivo entre o homem e os demais animais, e feito do trabalho, até então visto negativamente pelas sociedades pré-capitalistas, o atributo maior de toda humanidade, glorificando-o desde então. E, em outra passagem, afirmará, depois de citar trechos de *A ideologia alemã*, que “Marx realmente pretendia substituir a tradicional definição do homem como *animal rationale* chamando-o de *animal laborans*” (Arendt, 2000:97, n.14). Todos os autores mencionados anteriormente, quando concordam com a proposição engelsiana de que o trabalho teria criado o homem, têm de responder diretamente a esta acusação. O mesmo pode-se dizer em relação a Marx?

É curioso observar que Arendt, depois de examinar algumas passagens de *O Capital*, vê-se obrigada a reconhecer que Marx retoma a *consciência* (na forma de *prévia ideação*) como elemento a diferenciar o trabalho humano das diversas formas de “trabalho” instintivo animal, e não mais tão simplesmente o trabalho enquanto labor – enquanto dispêndio de

⁴⁶ A autora propõe, nesta passagem, a distinção entre, por um lado, *labor*, ligado às necessidades vitais inerentes à fisiologia humana, e, por outro, *trabalho*, “atividade correspondente ao artificialismo da existência humana” (Arendt, 2000: 15) e pela qual são produzidas “coisas” capazes de “suportar, pelo menos durante algum tempo, as vorazes necessidades de seus fabricantes e usuários” (Idem: 150); distinção esta que Marx teria não percebido, reduzindo o trabalho a labor, portanto, à luta contra as necessidades.

energia viva humana na luta pela auto-conservação do corpo. E aqui parece ser, enfim, o momento mais oportuno para vermos como o trabalho aparece na obra máxima de Marx: *O Capital*.

Logo no início do Capítulo V – “Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia”, encontramos uma das passagens mais célebres e de sutil beleza estilística desta impressionante obra. Nela Marx define os elementos essenciais do trabalho, edificando, no plano da representação teórica, a categoria *trabalho em geral*. Dividi-la-ei em três momentos para melhor compreensão. Primeiro temos a exposição (que já observamos em outros textos de Marx) do fundamental metabolismo entre homem e natureza mediado pelo trabalho:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mão –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (Marx, 2001:212 – grifos meus).

Destaque, nesta passagem, é dado diretamente ao caráter mediador do trabalho. O que temos é o trabalho enquanto uma atividade de transformação dos materiais oferecidos pela natureza em coisas úteis e necessárias ao homem. Evidente está que, neste momento, Marx trata o trabalho ainda no mais alto grau de abstração, ficando excluída da análise, tanto a relação do trabalhador com outros trabalhadores, quanto a forma social sobre a qual este se realiza.⁴⁷ O que importava destacar, nesta altura de sua obra, é o trabalho como mediação universal e histórica entre homem e natureza.

Na seqüência da passagem que estamos examinando, Marx esboça uma dialética de objetivação/exteriorização,⁴⁸ quando observa que o homem, “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (Idem). Através do trabalho o homem se exterioriza; mas a objetivação de seu trabalho é, ao mesmo tempo, a exteriorização de si mesmo, e, ao se exteriorizar, o homem sofre os efeitos

⁴⁷ “O processo de trabalho, que descrevemos em seus **elementos simples e abstratos**, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é a condição necessária do intercâmbio material entre homem e a natureza; é a condição natural eterna da vida humana, **sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. Não foi, por isso, necessário tratar do trabalhador em sua relação com outros trabalhadores.** Bastaram o homem e seu trabalho, de um lado; a natureza e seus elementos materiais, de outro” (Marx, 2001:218 – grifos meus).

⁴⁸ A respeito desta dialética entre objetivação e exteriorização, uma abordagem bastante didática pode ser encontrada em *A Condição de Proletariado* de Giovanni Alves (Alves, 2009).

de sua objetivação – seja para o bem ou para mal, pois tudo dependerá das condições em que esta exteriorização se efetiva.⁴⁹ A atividade laborativa não apenas imprime uma nova forma aos elementos da natureza, mas também atua sobre o próprio homem. Enquanto uma atividade de transformação da natureza, o trabalho também transforma a “natureza” humana.

A terceira parte da passagem aqui analisada é, ao mesmo tempo, a mais essencial e admirável, assim como a mais lembrada por diversos autores. Nela Marx retoma, porém, agora, na forma de imaginação, de ideação, justamente o *home rationale* que Arendt o acusava de ter negligenciado:

Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do **homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho**. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. **Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade**. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes **idealmente na imaginação do trabalhador**. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material **o projeto que tinha conscientemente em mira**, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a **vontade adequada** que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho” (Idem – grifos meus).

Tanto os animais como o homem, sobre certo ponto de vista, o ponto de vista do fundamental intercâmbio com a natureza, trabalham. Mas entre o trabalho deste e o “trabalho” daqueles, existe uma diferença crucial que se localiza justamente na teleologia do trabalho. O trabalho é “a atividade adequada a um fim” (Idem), dirá mais à frente Marx. Ao contrário do que vemos em *A ideologia alemã*, e retomando a mesma caracterização do trabalho dos *Manuscritos*, Marx não reduz o homem tão somente ao conteúdo tangível, perceptível aos sentidos, da atividade vital humana.

⁴⁹ Wright Mills, a partir de uma leitura muito atenta de os *Manuscritos* de 1844, percebe bem a oposição, em Marx, entre a possibilidade de desenvolvimento integral dos indivíduos pelo trabalho, e a frustração desta possibilidade pelo aviltamento do trabalho no modo de produção capitalista: “Em Marx, encontramos uma análise detalhada do significado do trabalho para o desenvolvimento do homem, assim como das distorções desse desenvolvimento na sociedade capitalista. Para ele, a essência do ser humano está no trabalho: ‘Aquilo que [os indivíduos – W.M.]... são... coincide com sua produção, com *o que* eles produzem, e com *a maneira* de produzir. A natureza dos indivíduos depende, portanto, das condições materiais que determinam sua produção’. A produção capitalista, pensava Marx, usando o ideal humanista de uma personalidade harmoniosa própria do idealismo clássico alemão, deformou os homens e tornou-os criaturas alienadas, especializadas, animalizadas e despersonalizadas” (Mills, 1969:236).

Mesmo conhecendo e, inclusive, citando esta passagem de *O Capital*, Hannah Arendt retoma continuamente a leitura de *A ideologia alemã*, para sustentar que, na teoria social de Marx, o elemento “subjetivo” não desempenhava papel relevante:

Em seus primeiros escritos, Marx achava que ‘os homens começam a distinguir-se dos animais quando começam a produzir seus meios de subsistência’ (*A Ideologia Alemã*). É este o próprio conteúdo da definição do homem como *animal laborans*. Mais digno de nota ainda é o dado de que, em outros trechos, Marx não se mostra satisfeito com esta definição, que não chega a constituir distinção suficiente entre homem e os animais... [cita a passagem acima de *O Capital*]. É óbvio que Marx aqui já não se referia ao labor, mas ao trabalho – no qual não estava interessado [ele ou a sociedade que ele descreve?]; e a melhor prova disto é que o elemento de ‘imaginação’, aparentemente tão importante, não desempenha papel algum em sua teoria do trabalho (Arendt, 2000:111, n.36).

Ora, Arendt é obrigada a admitir que, em *O Capital*, Marx compreende o trabalho como algo mais do que uma mera atividade pela qual o homem produz os meios necessários à vida; que este possui uma dimensão teleológica fundamental que o torna singular. Se esta singularidade não joga um papel importante em sua teoria social é porque procurou descrever, antes de qualquer coisa, o funcionamento do trabalho, porém, na forma como este se realiza na sociedade capitalista – forma esta onde, especialmente com o taylorismo, não importa que o trabalhador seja mais do que uma mera força de trabalho, que este seja capaz de pensar.⁵⁰ Não é Marx quem reduz o *homo rationale* ao *homo laborans*, mas sim a sociedade capitalista e seu modo de produção, cujo fundamento se assenta na transformação do trabalho em mercadoria e na acumulação de capital.

Arendt ainda se surpreende, uma vez mais, ao descobrir que, em Marx, o trabalho não é algo absoluto, um fim em si mesmo; que inclusive este coloca na sua continua limitação a um tempo diminuto na vida de cada indivíduo, ou mesmo na sua supressão, o ideal da sociedade futura. Trata-se da famosa passagem do Livro III de *O Capital*, onde Marx fala do reino da liberdade e da necessidade, bem como da redução da jornada de trabalho como

⁵⁰ Recordemos aqui, o brilhante texto de Gramsci, *Americanismo e fordismo*. Nele Gramsci consegue, de modo profundo, capturar a essência dos métodos tayloristas de organização do trabalho: “Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalhador profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal” (Gramsci, 2001:266, vol. 4).

condição fundamental para o livre desenvolvimento humano (passagem que somente analisaremos mais tarde, no capítulo final). Arendt assim a interpreta:

Embora o trabalho fosse uma ‘eterna necessidade imposta pela natureza’ e a mais humana e produtiva das atividades do homem, a revolução, segundo Marx, não se destinava a emancipar as classes trabalhadoras, mas a emancipar o homem do trabalho; somente quando o trabalho é abolido pode o ‘reino da liberdade’ suplantiar o ‘reino da necessidade’. Pois ‘o reino da liberdade começa somente onde termina o trabalho imposto pela necessidade e pela utilidade exterior’, onde termina o ‘império das necessidades físicas imediatas’... O fato é que, em todos os estágios de sua obra, ele [Marx] define o homem como *animal laborans* para levá-lo depois a uma sociedade na qual este poder, o maior e mais humano de todos, já não é necessário. Resta-nos a angustiosa alternativa entre a escravidão produtiva e a liberdade improdutiva (Arendt, 2000:116/117).⁵¹

Todavia, “o fato”, aquele que verdadeiramente escapa a Arendt, como já assinalamos, é o seguinte: não é Marx quem faz do homem um *animal laborans*; muito pelo contrário, como esta se recusa a reconhecer. É na verdade a sociedade capitalista, alvo da análise e das mais incisivas críticas de Marx, quem tornava o *homo rationale*, tão celebrado por Arendt, em mera força de trabalho (animal), em *animal laborans*. Uma simples leitura de conjunto das obras de Marx, desprovida de pré-concepções e preconceitos diversos, seria o suficiente para reconhecer este fato. Como veremos, já nos capítulos finais deste trabalho, Arendt parece ter razão ao afirmar que o ideal humanista do trabalho, no qual os indivíduos pudessem se desenvolver integralmente,⁵² e que sempre fora o ideal almejado por Marx em quase todas suas obras, começa a se deslocar para outra direção, até aparentemente contrária: ao desenvolver suas análises sobre as transformações do processo de trabalho no modo de produção capitalista, sobretudo, quando se depara com o advento da maquinaria automática,

⁵¹ Na verdade Marx não fala, em *O Capital*, de supressão do trabalho, mas de uma efetiva redução de seu tempo. É *A ideologia alemã*, em diversas passagens, seu único texto – dentro do universo de suas obras que tive acesso – a afirmar a necessidade de “suprassunção” (que, entretanto, pode ser entendido como conservação/superação) do trabalho: “... os proletários, para afirmar a si mesmos como pessoas, têm de suprassumir sua própria condição de existência anterior, que é, ao mesmo tempo, a condição de toda a sociedade anterior, isto é, o trabalho” (Marx & Engels, 2007:66). É, portanto, muito provável que Marx nunca tenha realmente falado de abolição do trabalho.

⁵² Este ideal de desenvolvimento integral do indivíduo *pelo e no* trabalho é maravilhosamente sintetizado nesta passagem de *A ideologia Alemã*: “... na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isso, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico” (Marx & Engels, 2007:38).

sugiro que Marx parece de fato migrar do ideal de emancipação *pelo e no* trabalho, para o ideal de emancipação progressiva *do* trabalho.⁵³

Até esta altura já podemos tirar nossas primeiras conclusões a respeito do trabalho a partir das obras de Marx e de Marx e Engels: o trabalho é a “atividade adequada a um fim”, “consciente e livre”, mediadora do necessário e eterno intercâmbio material com a natureza, pelo qual o homem produz bens, valor-de-uso, “que por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual forma a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (Marx, 2001:57), e, “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” (Idem: 212). Marx é um autor materialista e dialético e, como tal, não poderia, de forma alguma, deixar de compreender o trabalho enquanto transformação dos elementos da natureza em objetos úteis ao homem. O corpo humano, cabeça e membros, é uma força material que dá nova forma aos objetos sobre os quais atua. Trabalho, nestes termos, refere-se, evidentemente, a trabalho tangível, concreto, criador de objetos também tangíveis e concretos. É, sobretudo, trabalho manual, conduzido pelo intelecto humano, criador de valores-de-uso, objetos úteis ao homem, que Marx tem em mente ao caracterizar o trabalho em geral, isto é, em seu mais alto grau de abstração. Mas não é a única e nem a mais adequada forma de representação do trabalho. Faltam as determinações histórico-sociais a esta, e são estas determinações que devemos procurar de agora em diante.⁵⁴

Se podemos, por exemplo, encontrar uma ruptura na unidade entre concepção e execução do trabalho, se definitivamente temos uma explícita separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, isto merece uma atenção especial e uma explicação – pode-se

⁵³ Mesmo no caso em que, como sustentaria o marxismo ortodoxo, a utopia marxiana fosse, única e derradeiramente, a da emancipação pelo e no trabalho, Arendt ainda assim estaria sujeita a críticas. Segundo André Gorz, em *Metamorfoses do Trabalho*, quando Marx funda seu ideal de sociedade comunista sobre a concepção da “associação voluntária”, do “desenvolvimento integral do indivíduo” e da “apropriação da totalidade das forças produtivas”, neste momento, “A contradição que tanto incomodava Hannah Arendt está, portanto, desfeita: o ‘trabalho’ (*Arbeit*) [no sentido de *labor*, de mera atividade de auto-conservação]... será eliminado (*beseitigt*) por meio da colaboração social racional dos indivíduos; em seu lugar, triunfará uma *poiêsis* coletiva, que não é mais o labor de indivíduos serializados e especializados, mas atividade autônoma de indivíduos colaborando entre si conscientemente e metodicamente. Eis aí a utopia da autogestão e do ‘controle operário’ (*workers’ control*, que seria melhor traduzido por ‘poder operário’); a utopia da união entre trabalho e vida, da atividade profissional transformada em desenvolvimento total do indivíduo, utopia ainda bem vívida em nossos dias” (Gorz, 2003: 35).

⁵⁴ No Livro III de *O Capital*, quando está tratando da fórmula trinitária, capital, terra e trabalho, mais uma vez Marx se referirá ao caráter de simples abstração da categoria trabalho quando relacionada apenas ao intercâmbio homem/natureza: “E, por fim, o terceiro componente da trindade, mero fantasma: ‘o’ trabalho, simples abstração, sem existência de per si, ou, no sentido que se lhe dá, atividade produtiva que o homem em geral exerce e com que efetua o intercâmbio material com a natureza; **atividade despojada de toda forma social e de toda especificação, separada de todas as sociedades e reduzida a manifestação e afirmação da vida comuns ao homem ainda não social e ao homem, seja como for, socialmente determinado**” (Marx, 2008:1078 – grifos meus).

também, com isto, demonstrar ainda mais o quanto a caracterização do trabalho a partir apenas do intercâmbio com a natureza, é insuficiente para sua mais larga compreensão. Como vimos em *A ideologia alemã*, Marx e Engels procuraram dar respostas a este fenômeno através da categoria de *divisão do trabalho*; somente esta permitiria a nós entendermos por que, no campo da produção, um sujeito tenha por função dirigir o trabalho, enquanto a outro cabe sua realização; ou, o que é o mesmo, a alguns caiba o trabalho “espiritual” e a outros o trabalho “material” da sociedade. A distribuição desigual do trabalho – que, conseqüentemente, se converte em distribuição desigual de seus produtos – é a base de todo processo.⁵⁵ Mas aqui a coisa se complexifica.

Não se trata mais do trabalho do indivíduo isolado e alheio aos outros, do confronto abstrato entre o indivíduo e a natureza, e sim do *trabalho social*, isto é, de homens e mulheres trabalhando em diferentes atividades da produção social global, cooperando ou não no interior de dado processo produtivo.⁵⁶ Mais tarde, aquele abstrato trabalhador isolado e independente, que tudo produzia para sua subsistência e de sua família, tornar-se-á progressivamente um exemplar cada vez mais raro. Quem aqui não se lembrará, então, das inúmeras vezes em que Marx debochou da economia política de seu tempo, quando esta se afundava em experimentos “robinsonianos” – as famosas “robinsonadas” – para validar pressupostos e abstrações conectadas com uma visão de mundo burguesa e, portanto, individualista e mesquinha?

Este é o perigo de toda a análise que se limite tão somente a destacar unilateralmente o trabalho enquanto metabolismo homem/natureza. Elimina-se uma das características históricas mais fundamentais do trabalho humano: este é antes de tudo trabalho social – até mesmo porque, “o homem que trabalha” já é produto social. No passado, em diversos períodos e contextos historicamente determinados, a divisão do trabalho esteve confinada em limites estreitos, ora no interior da própria organização familiar, ora no seio da mais simples, isolada e menos densa comunidade. Mas hoje, e mesmo no século XIX em que Marx viveu, esta já atingira dimensões planetárias (divisão internacional do trabalho). Para entender o trabalho não basta tê-lo em seu mais alto grau de abstração. O trabalho, como uma categoria, é sempre trabalho histórico e socialmente determinado. Marx nos advertiu para este fato no

⁵⁵ “Com a divisão do trabalho... que, por sua vez, se baseia a divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição desigual, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos. Portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem” (Marx & Engels, 2007:36).

⁵⁶ “Na produção, os homens não agem apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Eles somente produzem colaborando entre si de um modo determinado e trocando entre si as suas atividades. Para produzirem, contraem determinadas ligações e relações mútuas, e é somente no interior desses vínculos e relações sociais que se efetua a sua ação sobre a natureza, isto é, que se realiza a produção” (Marx, 2006:46)

capítulo V de *O Capital*, quando expôs os traços fundamentais e gerais do trabalho humano. Traços comuns a todas as épocas históricas, independentemente de sua origem e da forma social na qual tenha se desenvolvido. A análise, naquele momento, abstraía destes elementos da realidade concreta, assim como abstraía da relação do trabalhador com outros trabalhadores; bastava apenas tratar do homem, da natureza, e do trabalho humano. Não era uma categorização do trabalho a partir de suas múltiplas determinações. Era a apreensão, através do *método das abstrações*, dos elementos essenciais do trabalho, portanto, presentes em toda a história humana. Se até então caminhamos na direção do trabalho apenas do ponto de vista do intercâmbio entre homem e natureza, na sua forma mais geral e abstrata, é preciso, neste momento, fazer caminho inverso. Marx nos conduziu brilhantemente do concreto-particular ininteligível ao abstrato-universal dotado de significação; agora temos de realizar “a viagem de modo inverso”: do abstrato-universal ao concreto-particular já plenamente compreensível.⁵⁷ Para isso devemos agora introduzir progressivamente na análise, como o fez Marx em *O Capital*, as categorias *divisão do trabalho*, *cooperação* e *trabalhador coletivo*.

⁵⁷ Não é esse o método científico de Marx, o método das abstrações? A investigação deve partir, como diz em “O método da economia política”, do real e concreto até chegar à sua representação mais abstrata, para depois, no sentido inverso, retornar a este, “mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas... no primeiro caminho a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (Marx, 1989:410). Nada pode ser mais coerente com o materialismo histórico-dialético: o ponto de partida e o ponto de chegada é sempre a realidade concreta.

Capítulo 2 – A divisão do trabalho

“É somente na comunidade com outros que cada indivíduo tem os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos; somente na comunidade, portanto, a liberdade pessoal torna-se possível”
(Marx & Engels, *A ideologia alemã*).

Senão a totalidade, pelo menos a imensa maioria do que consumimos não é produto de nosso trabalho. Pela manhã, por exemplo, tomei uma pequena xícara de café – café que por muito tempo foi o símbolo máximo da riqueza nacional. Café este que evidentemente não plantei e não colhi. Com café tomo meu leite. Este, embalado numa caixa de papel revestida internamente por uma fina camada de alumínio, para melhor conservar seu conteúdo. Também, neste caso, não fui eu quem processou e embalou este leite. Nem mesmo o pão com que todos os dias faço meu desjejum fui eu quem preparou a massa e a assou. As roupas que visto agora, a caneta que empunho, o computador portátil a minha frente – expressão mais acabada do avanço tecnológico no campo informacional – nenhuma destas coisas fui eu quem as produziu. Não tenho, nem mesmo, a menor idéia de quem os haja produzido e mal sei como chegaram até o local onde os adquirei.⁵⁸

Para mim somente é possível precisar que, primeiramente como filho de pais de “classe” média, depois como trabalhador assalariado de várias empresas por onde passei, mais tarde como estudante bolsista de mestrado, e, neste momento, novamente como assalariado em um grande *Call Center* de São Paulo,⁵⁹ pude obter os recursos necessários para adquirir estes produtos de diferentes tipos de trabalho. Não sou eu quem os produziu, mas os serviços que prestei e que presto hoje, ou que meus pais prestaram por mim quando não os podia realizar, permitiram-me ter acesso às inúmeras coisas de que necessito. Para mim hoje, assim como para centenas de milhões de pessoas em todo o mundo, a contínua venda de nossa força de trabalho em sua forma abstrata (dispêndio de músculos e nervos) serve de moeda de troca

⁵⁸ A descrição do vulgar cotidiano individual acima pode parecer banal; e esta era a minha verdadeira intenção. Choca-nos, ou deveria nos chocar, o fato de a mais simplória vida cotidiana se desenrolar alheia a qualquer reflexão acerca das coisas mais elementares que nos cercam. Dezenas de objetos estão aí postos sem que tenhamos o mais vago conhecimento de sua origem ou de seu método de produção; enfim, do trabalho que custaram para virem ao mundo. Neles o trabalho individual e social se desvanece; os homens e mulheres por trás deles se apagam.

⁵⁹ Sadi Dal Rosso chama os *Call Centers* de “*sweat-shops* contemporâneos” (Dal Rosso, 2008:39). *Sweat-shop* era o nome dado às oficinas inglesas onde imperava o *sweating system* (sistema de fazer suar), isto é, o processo de subcontratação de trabalhadores pagos por peças, no qual estes ficavam submetidos à forma mais brutal de trabalho precário do século XIX.

para adquirir as mercadorias produzidas por esta monumental engrenagem produtiva criada pela *divisão social do trabalho*.

A grande maioria de nós – e cada vez mais raríssimas são as exceções – faz parte de um imenso corpo social de trabalho, de um colossal sistema produtivo, segmentado pela complexa e difundida divisão do trabalho. Divisão esta formada por inúmeras relações de interdependência que se concretiza em diversos graus de extensão: no mais reduzido contexto de uma unidade rural, de uma fábrica ou de uma empresa; no mais amplo e complexo da divisão do trabalho pela sociedade; ou mesmo, ainda, no domínio planetário da divisão internacional do trabalho. Seu desenvolvimento histórico acarretou a dependência universal e recíproca de todos, unindo os homens por laços concretamente objetivos, alheios, mesmo que não absolutamente, aos laços de dependência e/ou sujeição de ordem pessoal ou moral – que sempre *pareceram* ser o fundamento da manutenção dos homens e mulheres unidos em sociedade. Potencializou as forças produtivas criando o trabalho social e elevando não apenas nossa capacidade produtiva, como intelectual; mas também trouxe consigo a concentração destas mesmas forças nas mãos de uma pequena parcela enriquecida da população mundial, em detrimento da maioria pobre, degrada pelas condições de seu trabalho (ou pela falta dele). Heroína e ao mesmo tempo vilã; Prometeu e Pandora. Como todo processo contraditório, a divisão do trabalho não deixa de produzir efeitos diametralmente opostos que se interpenetram, ora para se conservarem, ora para se transformarem em renovadas contraposições.

Nosso objetivo neste capítulo – e também no próximo – é compreender, sempre a partir de Marx, como a divisão do trabalho se desenvolve dentro e fora da fábrica; examinar como o trabalho socialmente distribuído, a divisão social do trabalho, se transmuta, no interior das unidades de produção, em cooperação e divisão manufatureira do trabalho, convertendo-se em trabalho coletivo, até desenvolver-se em trabalho de fábrica; testemunhar como primeiro o trabalho social, depois o trabalho coletivo tornam-se uma necessidade tanto para a produção de maior quantidade e melhor qualidade de valores-de-uso, como para a produção do capital. Até então tínhamos apenas o trabalho em geral, no seu mais alto grau de abstração. Passaremos, agora, a examiná-lo quando exercido pelo corpo social.

Ao tratar, desde seus textos da década de 1840, de divisão do trabalho, é com Adam Smith que Marx mantém um intenso diálogo.

Smith havia depositado sobre a divisão do trabalho uma importância capital na elevação das forças produtivas das nações⁶⁰. Em seu sistema econômico, a produção de excedente para a acumulação de capital (segundo este, vital ao crescimento econômico) dependia fundamentalmente da elevação da produtividade do trabalho. Esta elevação, por seu turno, seria alcançada mediante progressiva e contínua divisão do trabalho. Assim, segundo seu pensamento, para haver maior excedente e maior acumulação era necessária maior divisão do trabalho.

Entretanto, Smith também enfatizava que para se alcançar uma maior divisão do trabalho era necessária certa acumulação prévia. Assim temos um pensamento circular em que maior acumulação, produz maior divisão de trabalho, e, por fim, maior acumulação. Mas por que uma prévia acumulação é necessária à divisão do trabalho?

Neste ponto o argumento de Smith não se destaca pela sofisticação. O trabalhador, na divisão do trabalho já desenvolvida, não produz para si, mas para a troca. Mas, contudo, para ter acesso aos produtos de que necessita no momento de produzir, meios de trabalho e meio de subsistência, deve trocar os seus com os de terceiros, portanto, deve já dispor de seus produtos para venda: deve tê-los já previamente produzidos. Mas como esta condição prévia pode ser satisfeita se o trabalhador para produzir precisa, antes de tudo, ter se alimentado e adquirido os materiais e instrumentos necessários ao trabalho?

O raciocínio de Smith estabelece, através de uma mera dedução lógica, que: “antes de a pessoa executar seu trabalho e vendê-lo, é necessário acumular em algum lugar certo estoque de bens de diversos tipos, estoque este suficiente para manter o trabalhador e provê-lo dos materiais e instrumentos necessários ao seu trabalho” (Smith, 1996:285). Em outros termos, é necessária uma acumulação prévia. Por fim, arremata dizendo: “Assim como a acumulação de capital, por sua natureza, deve ser anterior à divisão do trabalho, da mesma forma o trabalho pode ser cada vez mais dividido, somente na proporção em que o estoque for previamente cada vez mais acumulado” (Idem).⁶¹

⁶⁰ Smith inicia *A riqueza das nações* já declarando a importância da divisão do trabalho para o desenvolvimento das forças produtivas: “O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho” (Smith, 1996:65).

⁶¹ O argumento é evidentemente tacanho. Smith percebe que a divisão do trabalho se desenvolve mais intensamente no interior das manufaturas que agrupavam grande número de operários, matérias-primas, ferramentas, etc., portanto, onde há grande acumulação de capital. Disso estabelece que uma acumulação prévia é fundamental à divisão de trabalho. Deduz, ainda, que esta acumulação prévia é produto da parcimoniosidade de certos “trabalhadores” (provavelmente puritanos comedidos) que, no passado, “acumularam trabalho” na forma de mercadorias e com elas adquiriram capital e terra. Esta seria a gênese da propriedade privada: trabalho acumulado (mas, de quem?). Marx crítica, logo nas primeiras páginas do Capítulo XXIV – “A chamada acumulação primitiva” em *O Capital*, esta que não é apenas uma tese smithiana para a acumulação prévia, mas

O que temos com isso é um modelo econômico em espiral: maior acumulação levava a maior divisão do trabalho; esta, por sua vez, a maior produtividade, maiores excedente, e, conseqüentemente, maior acumulação. Ora, nesta simplificação de seu sistema, assim exposta, fica evidente que Smith considerava, desde partida, o trabalho como fonte de toda riqueza,⁶² e que depositava sobre a sua maior produtividade, alcançada mediante a divisão do trabalho, a razão do crescimento econômico.

Entretanto, como observa Braverman em *Trabalho e Capital Monopolista*, Smith assim como outros teóricos mais tarde (Durkheim, por exemplo, mais de um século depois, em *Da divisão do trabalho social* – Durkheim, 1999), têm uma caracterização da divisão do trabalho pouco precisa, misturando, muitas vezes, na mesma conceituação, duas espécies bastante distintas de divisão do trabalho: *divisão social do trabalho* e *divisão manufatureira do trabalho*:

O hábito de considerar como um único *continuum* o trabalho social e as divisões parceladas dele, com um único princípio técnico abstrato, é a maior fonte de confusão nos estudos desse assunto. A divisão do trabalho na sociedade é característica de todas as sociedades conhecidas; a divisão do trabalho na oficina é produto peculiar da sociedade capitalista. A divisão social do trabalho divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. No capitalismo, a divisão social do trabalho é forçada caótica e anarquicamente pelo mercado, enquanto a divisão do trabalho na

de toda a economia política burguesa de seu tempo, que, debochadamente, chamava de “o pecado original da economia”: “Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham. A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Acontece que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele, Temos aí o pecado original da economia” (Marx, 2001:827). E esta não continua a ser a desculpa dos ricos para a concentração das riquezas em suas mãos?

⁶² “O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente” (Idem: 59). Smith não apenas percebe a centralidade do trabalho, como chega mesmo a adotá-lo como medida do valor: “Fica, pois, evidente que o trabalho é a única medida universal e a única medida precisa de valor, ou seja, o único padrão através do qual podemos comparar os valores de mercadorias diferentes, em todos os tempos e em todos os lugares”. Porém, nas páginas seguintes, reduz a validade do trabalho como medida do valor para os primórdios da humanidade, quando o capital (e a terra) não haviam se acumulado nas mãos de particulares: “Já nessa situação, o produto do trabalho nem sempre pertence ao trabalhador. Na maioria dos casos, este deve reparti-lo com o dono do capital que lhe dá emprego. Também já não se pode dizer que a quantidade de trabalho normalmente empregada para adquirir ou produzir uma mercadoria seja a única circunstância a determinar a quantidade que ele normalmente pode comprar, comandar ou pela qual pode ser trocada” (Idem: 103). Ora, se o trabalhador deve entregar uma parcela ao proprietário do capital e/ou da terra, então no preço das mercadorias está contido, além do valor do trabalho (que se expressa no salário), o lucro e a renda da terra, daí segue-se a tese de que os preços são determinados pelas três formas de renda: salário, lucro e renda da terra.

oficina é imposta pelo planejamento e controle. Ainda no capitalismo, os produtos da divisão do trabalho são trocados como mercadorias enquanto os resultados da operação do trabalhador parcelado não são trocados dentro da fábrica como no mercado, mas são todos possuídos pelo mesmo capital. Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a *sociedade*, a divisão parcelada do trabalho subdivide o *homem*, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade (Braverman, 1987:72).⁶³

A diferença de espécie que Braverman alude nesta passagem entre “divisão social do trabalho” e, como a chama, “divisão pormenorizada do trabalho”, não é algo novo no campo do conhecimento sistematizado. Marx já a havia destacado, em 1867, no Capítulo XII – “Divisão do trabalho e manufatura” de *O Capital*; a exposição de Braverman é a sua forma sintética mais bem elaborada. Mais à frente voltaremos a tratar sobre este capítulo. Antes, porém, é preciso discutir um pouco mais sobre como a não distinção entre a divisão do trabalho na sociedade e no interior dos ofícios também se espelhará nas primeiras obras de Marx.

De fato, Smith, observando o modo como descreve e caracteriza a divisão do trabalho, parece não dar importância a grande diferença que se nota facilmente quando os ofícios são distribuídos por toda sociedade, e quando são os próprios ofícios alvo de fragmentação. Logo nas primeiras páginas de sua grande obra de 1776, dará como exemplo da grande vantagem econômica advinda da divisão do trabalho, a manufatura de alfinetes:

Um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz pontas, um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete requerem 3 ou 4 operações diferentes; montar a cabeça já é uma atividade diferente, e alvejar os alfinetes é outra; a própria embalagem dos alfinetes também constitui uma atividade independente. Assim a própria atividade de fabricar um alfinete está dividida em aproximadamente 18 operações distintas, as quais, em algumas

⁶³ Braverman afirma de passagem que a “divisão do trabalho na oficina é produto peculiar da sociedade capitalista”. Está apenas repetindo Marx de *O Capital*: “Enquanto a divisão social do trabalho, quer se processe ou não através da troca de mercadorias, é inerente às mais diversas formações econômicas da sociedade, a divisão do trabalho na manufatura [*the division of labour in the workshop*] é uma criação específica do modo de produção capitalista” (Marx, 2001:414). Entretanto, Stephen Marglin sustenta que já a “produção têxtil, por exemplo, mesmo sob o sistema corporativo, era dividida em tarefas separadas, cada uma controlada por especialistas” (Marglin, 1989:43). Desta forma, assim como a divisão *social* do trabalho, “A divisão *técnica* do trabalho, tampouco, é exclusiva do capitalismo ou da indústria moderna” (Idem – grifo do autor). De qualquer forma, somente sob as relações capitalistas de produção, o princípio da divisão manufatureira do trabalho se tornaria extremamente difundido.

manufaturas são executadas por pessoas diferentes, ao passo que, em outras, o mesmo operário às vezes executa 2 ou 3 delas (Smith, 1996:66).

O que temos nesta descrição da fabricação de alfinetes não é a divisão *social* do trabalho, e sim a divisão *manufatureira* do trabalho, a divisão no interior do ofício, no caso, o de fabricar alfinetes. Esta divisão no interior das manufaturas do século XVIII aparece a Smith como o método infalível e mais vantajoso para o desenvolvimento das forças produtivas.⁶⁴ As vantagens decorrentes desta maior subdivisão do trabalho são enunciadas, em *A riqueza das nações*, da seguinte maneira:

Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas (Idem: 68).

Todas estas vantagens encontradas por Smith na divisão do trabalho, como podemos perceber, advêm da secção do trabalho no interior da oficina; não são produtos da divisão social do trabalho. O que temos aqui é a forma como o trabalho pode ser subdividido no interior da oficina manufatureira, e como esta divisão é eficiente tecnicamente por: primeiro, produzir maior destreza no operário especializado; segundo, pela poupança de tempo na passagem de um trabalho a outro; e, finalmente, pela possibilidade de introdução de máquinas. Em momento algum desta passagem Smith está se referindo à distribuição do trabalho na sociedade, mas isto não significa dizer que não faça menção alguma sobre esta. Pouco mais à frente, sem fazer distinção alguma, Smith diz:

Observe-se a moradia do artesão ou diarista mais comum em um país civilizado e florescente, e se notará que é impossível calcular o número de pessoas que contribui com uma parcela – ainda que reduzida – de seu trabalho, para suprir as necessidades

⁶⁴ Mais à frente veremos que Marx encontra, no século XIX, outro método mais eficiente de aumentar a produtividade do trabalho não apenas na indústria de alfinetes ou de agulhas, mas em todas elas; a maquinaria: “Segundo Adam Smith, no seu tempo, por meio da divisão do trabalho [Marx deveria ter tido, da “divisão manufatureira do trabalho”], 10 homens faziam, por dia, mais de 48.000 agulhas. Uma única máquina fornece hoje 145.000, num dia de trabalho de 11 horas. Uma mulher supervisiona ou uma menina supervisiona, em média, 4 dessas máquinas, produzindo com a maquinaria 600.000 agulhas por dia; por semana, mais de 3 milhões” (Marx, 2001:523).

deste operário. O casaco de lã, por exemplo, que o trabalhador usa para agasalhar-se, por mais rude que seja é produto do trabalho conjugado de uma grande multidão de trabalhadores. O pastor, o selecionador de lã, o cardador, o tintureiro, o fiandeiro, o tecelão, o pisoeiro, o confeccionador de roupas, além de muitos outros, todos eles precisam contribuir com suas profissões específicas para fabricar esse produto tão comum de uso diário (Idem: 70)

Ora, o que é isso que descreve agora, senão a divisão social do trabalho e não mais a divisão no interior dos ofícios, porém sem fazer distinção entre estas duas espécies de divisão do trabalho? Pode mesmo parecer, do ponto de vista econômico – de fato, o ponto de vista adotado por Smith – que tal distinção não possua relevância alguma, pois no fim, ambas, quando bem planejadas e executadas, ou ajustadas através de um longo processo de tentativas e erros, abalos e estabilizações, produzem efetivo ganho de produtividade no trabalho. Contudo, do ponto de vista social – e é este que Braverman, seguindo Marx, tinha em mente na década de 1970 – a diferença entre ambas salta violentamente aos olhos.

Braverman enfatiza que “a divisão do trabalho em pormenor, a divisão manufatureira do trabalho... é o parcelamento dos processos implicados na feitura do produto em numerosas operações executadas por diferentes trabalhadores” (Braverman, 1987:72). Esta decomposição, este parcelamento do processo de produção de um bem em suas unidades constituintes, em si, não resultaria em mal algum, se também não significasse, inevitavelmente, sobretudo no modo capitalista de produção, na desqualificação do trabalhador e na despersonalização do trabalho – à qual devemos entender como a tentativa de reduzir o trabalhador à condição de “máquina” humana de trabalho, de mero “fator de produção” entre outros.⁶⁵ O que temos com a divisão pormenorizada do trabalho é a redução do gestuário do trabalhador a poucos e muito simples movimentos, como, por exemplo, o de esticar e cortar em tamanho padronizado um fio de arame, centenas de vezes por dia, numa manufatura de alfinetes. Um processo produtivo completo que requeria do antigo trabalhador de ofício certo conjunto de conhecimentos técnicos, o *saber-fazer*, e de certa habilidade e

⁶⁵ Esta despersonalização do trabalho – a mesma que permite a Marx chamar o trabalhador de mera “personificação da força de trabalho” – é produto não somente da manufatura ou da divisão sistemática do trabalho, mas das próprias relações capitalistas de produção. Segundo Thompson, “A relação clássica de exploração da Revolução Industrial é despersonalizada, no sentido de que não admite qualquer das antigas obrigações de mutualidade – de paternalismo ou deferência, ou de interesses da ‘Profissão’. Não há nenhum sinal do preço ‘justo’, ou do salário justificado em relação a sanções sociais ou morais, como algo oposto à livre atuação das forças no mercado. O antagonismo é aceito como intrínseco às relações de produção. Funções de gerência ou supervisão demandam a repressão de todos os atributos, à exceção daqueles que promovam a expropriação do máximo de mais-valia do trabalho. Esta é a economia política que Marx dissecou n’*O Capital*. O trabalhador tornou-se um ‘instrumento’ ou uma cifra, entre outras, no custo” (Thompson, 1987:28).

destreza manual, é subdividido em um número determinado de tarefas realizadas em etapas distintas de produção, cada uma delas confiadas, por longo tempo (e mesmo por uma vida inteira), a um trabalhador. O que se espera com esta subdivisão do processo de fabricação de dado bem é reduzir o tempo de sua feitura, mediante especialização do trabalhador na execução de suas tarefas parcelares. Mantendo-o por longos períodos, horas, meses, anos e até décadas realizando um conjunto muito limitado destas tarefas, espera-se que este adquira uma agilidade quase *maquinal*. É sobre esta redução do trabalho a repetição incansável de um gestuário simples e desprovido de conteúdo que repousa a dimensão negativa da divisão pormenorizada do trabalho: o trabalho humano, a unidade entre concepção e execução, a “atividade adequada a um fim”, no qual “o homem ao transformar a natureza, transforma-se a si mesmo”, reduz-se à realização de gestos repetitivos, estereotipados e muitas vezes apenas mecânicos: o trabalhador tornou-se máquina.

É principalmente este conteúdo humanamente contraproducente da divisão do trabalho que estará no horizonte dos primeiros textos de Marx em que o trabalho já figura como categoria central – isto é, todos aqueles posteriores ao período de 1841-1843 (período este no qual Marx, apesar de materialista, ainda não incorporara definitivamente a categoria trabalho). Ao contrário de Smith, que enfatizava e até exagera os aspectos positivos da divisão do trabalho, Marx estava interessado em revelar o reverso da moeda. Isto torna claro o porquê do intenso diálogo que travará com aquele ao longo dos *Manuscritos* de 1844.

Até mesmo por ter concentrado boa parte de sua atenção sobre as vicissitudes da divisão do trabalho, seja qual fosse seu escopo, se no interior do processo produtivo ou na sociedade como um todo, Marx muito dificilmente parece ter percebido e estabelecido resolutamente, pelo menos até escrever *O Capital*, a distinção de espécie que se pode estabelecer entre divisão social e manufatureira do trabalho. Mas é evidente que esta proposição somente pode ser melhor avaliada através de seus textos. Vejamos, então, como esta categoria aparece nos *Manuscritos econômico-filosóficos* e em *A ideologia alemã*. Começemos, seguindo a ordem cronológica, ou seja, pelos *Manuscritos*.

Neles, como indicado acima, o diálogo crítico de Marx com a economia política é travado, em grande parte, com Adam Smith. O ponto de partida deste diálogo são as mesmas teses smithianas de *A riqueza das nações*. Marx toma as categorias econômicas desenvolvidas por Smith; aceita seu pressuposto de que “o crescimento de capitais e renditos (*Revenuen*) de um país” depende de “que se acumule muito trabalho, porque o capital é trabalho acumulado”, e leva às últimas conseqüências o postulado de que: “a acumulação do capital aumenta a divisão do trabalho, a divisão do trabalho aumenta o número de trabalhadores;

inversamente, o número de trabalhadores aumenta a divisão do trabalho, assim como a divisão do trabalho aumenta o acúmulo de capital” (Marx, 2004:26). Estas passagens reproduzem, evidentemente, as mesmas idéias básicas contidas nas passagens de Smith que vimos mais acima. O modelo econômico em espiral de Smith é adotado por Marx: a acumulação de capital permite maior divisão do trabalho; esta, por sua vez, comporta maior produtividade, maior excedente e, por fim, maior acúmulo de capital, que, novamente, impulsiona maior divisão do trabalho e assim sucessivamente. Marx parte destes pressupostos, tomando-os para si, mas, contudo, acrescenta:

Com esta divisão do trabalho, por um lado, e o acúmulo de capital, por outro, o trabalhador torna-se sempre mais puramente dependente de trabalho, e de um trabalho determinado, muito unilateral, maquinal. Assim como é, portanto, corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem é reduzido a uma atividade abstrata e uma barriga [pois sua atividade vital serve tão somente para mantê-lo vivo] –, assim também se torna cada vez mais dependente de todas as flutuações do preço de mercado, do emprego dos capitais e do capricho do rico. De igual modo, o crescimento da classe de homens que apenas trabalha aumenta a concorrência dos trabalhadores, portanto o seu preço baixa. Na essência do sistema fabril, esta posição do trabalhador atinge o seu ponto culminante (Marx, 2004:26).⁶⁶

Marx não duvida de que a divisão do trabalho elevava “a força produtiva, a riqueza e o aprimoramento da sociedade” como defendia Smith, mas denunciava, entretanto, que a mesma divisão do trabalho conduzira o trabalhador “até a condição de máquina” (Idem: 29). Serão sempre cada vez mais recorrentes as acusações de Marx contra o processo de rebaixamento do trabalhador até esta condição pela divisão do trabalho. Mas as conseqüências perniciosas desta não se esgotavam, segundo Marx, nesta redução.

Não somente o trabalhador passa a enfrentar esta coisificação de seu ser enquanto trabalhador, como agora deve sofrer a concorrência das máquinas. Ora, uma vez que, acrescenta Marx, “o trabalho baixou à condição de máquina, a máquina pode enfrentá-lo como concorrente” (Idem: 27). Desta forma, com a concorrência das máquinas, excetuando-se nas situações de forte crescimento econômico, somavam-se aos sofrimentos derivados do

⁶⁶ Mais à frente teremos de verificar por que no sistema fabril esta situação de inteira sujeição ao capitalista “atinge o seu ponto culminante”. Mas pode-se dizer, previamente, mas carecendo de desenvolvimento, que o surgimento do sistema fabril, baseado fundamentalmente no emprego de máquinas, é o corolário da subsunção do trabalho ao capital.

trabalho a que os trabalhadores estavam submetidos, as aflições provocadas pela possibilidade de sua falta.

No entanto, parece bastante evidente que, assim como Smith, Marx ainda não fazia distinção entre divisão social e manufatureira do trabalho. Neste momento, o que temos é sempre o aspecto negativo da divisão do trabalho, seja, por um lado, no sentido de divisão social do trabalho – ao permitir maior concentração de capital, e, por conseguinte, a mais completa sujeição do trabalhador ao seu proprietário; seja, por outro, no de divisão manufatureira do trabalho – ao reduzir o trabalhador à condição de máquina, desqualificando seu trabalho ou o tornando definitivamente substituível por máquinas (uma vez que a estereotipização de seus gestos permite, mais facilmente, a sua mecanização).

Da mesma forma que nos *Manuscritos, A ideologia alemã*, até mais decididamente, expõe todas as mazelas criadas pela divisão do trabalho, sem, contudo, mais uma vez, fazer distinção entre a que se processa na sociedade e a no interior dos ofícios. Não há dúvidas de que novamente a influência decisiva sobre Marx (e agora, obviamente, também sobre Engels) é o pensamento de Smith. Todo texto procura evidenciar como os antagonismos de classe e mesmo a propriedade privada resultam da divisão do trabalho.

Segundo se lê nesta obra, “divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade” (Marx & Engels, 2007:37). Segundo os economistas do tempo de Marx, a propriedade “é o poder de dispor da força de trabalho alheia”. O raciocínio de Marx e Engels está pouco desenvolvido no texto, mas pode ser assim expresso: a divisão do trabalho implica em uma repartição, ou melhor, em uma “distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos” (Idem: 36). Ora, esta distribuição desigual significa que a alguns caberá um volume maior de trabalho e menor participação sobre os frutos do trabalho, enquanto a outros caberá o inverso; menor volume de trabalho e maior participação nos frutos do trabalho. A divisão desigual do trabalho implica que aja concomitante apropriação desigual dos produtos do trabalho; logo a propriedade privada de uma minoria nasce de uma anterior desigualdade na esfera produtiva.

A produção é o produto do trabalho, logo, se há quem se aproprie destes produtos sem trabalhar, é porque este alguém adquiriu, de alguma forma (por exemplo, pelo fato de ser proprietário dos meios de produção, portanto, dos frutos do trabalho pretérito, pois os meios de produção não nascem por geração espontânea), o direito de dispor do trabalho alheio. Desta forma, portanto, a divisão (desigual) do trabalho produz a propriedade privada, a

apropriação desigual dos produtos do trabalho, e esta, por sua vez, alimenta as desigualdades inerentes a esta divisão.

Ainda sobre a divisão do trabalho, segundo *A ideologia alemã*, nela estão dadas todas as contradições, uma vez que com a divisão entre trabalho manual e espiritual está dada, também, a divisão entre *trabalho* e *fruição*, e, portanto, a possibilidade de contradição entre *produção* e *consumo*:

... esses três momentos, a saber, a força de produção, o estado social e a consciência, podem e devem entrar em contradição [ecos do *Prefácio de 1859*] entre si, porque com a *divisão do trabalho* está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente supressumida (Marx & Engels, 2007:36).

Percebe-se a importância capital que a categoria divisão do trabalho possuía para o pensamento dos dois autores. Esta é a categoria, que neste momento da produção teórica de Marx e Engels, explica as possibilidades de crises inerentes ao sistema sócio-econômico capitalista. Mais tarde, como veremos no capítulo 6, quando tratarmos da lei geral da acumulação capitalista, veremos que não será mais esta e sim a maquinaria, a categoria chave para a explicação das crises de reprodução do capital.

A divisão social do trabalho, ainda segundo Marx e Engels, desenvolve-se anarquicamente no interior das economias de mercado através da relação entre oferta e procura (cujo equilíbrio dinâmico se dá através da concorrência), “uma relação que, como diz um economista inglês” – Marx e Engels não dizem qual, mas, pelo o que se segue, seguramente sabemos que é Smith – “paira sobre a terra igual ao destino dos antigos e distribui com mão invisível a felicidade e a desgraça entre os homens” (Idem: 39). É justamente contra este poder alheio e estranho aos homens, contra esta “mão invisível” do mercado, que o conteúdo essencial desta obra se coloca. A superação desta alienação/estranhamento provocada pelo desenvolvimento anárquico da divisão do trabalho, deste poder estranho ao qual a humanidade se submete ao invés de submetê-lo a seu controle, é o cerne do ideal revolucionário comunista de Marx e Engels:

... a divisão do trabalho nos oferece de pronto o primeiro exemplo de que, enquanto os homens se encontram na sociedade natural e, portanto, enquanto há a separação entre

interesse particular e interesse comum, enquanto a atividade, por consequência, está dividida não de forma voluntária, mas de forma natural, a própria ação do homem torna-se um **poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado**. Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico [alusão aos neohegelianos], e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida – ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico... O poder social, isto é a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária, mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma **potência estranha**, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vão, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma seqüência particular de fases e etapas de desenvolvimento, **independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir** (Marx & Engels, 2007:37/38 – grifos meus)

Sem dúvida uma das mais belas passagens de *A ideologia alemã*, assim como, de toda história das ciências sociais. Não iremos discutir, por hora, o conteúdo utópico da sociedade comunista, representado aí pela possibilidade de se controlar e distribuir coletivamente o trabalho social de modo absolutamente racional, e com este controle permitir que os indivíduos livremente associados se desenvolvam nos ofícios que mais lhe favoreçam. Isto ficará para os últimos capítulos, quando tratarmos de uma possível transição, em Marx, para outra conformação de ideal comunista. O que nos interessa, neste momento, é a sua caracterização da divisão do trabalho que, nos termos presentes na passagem, diz respeito evidentemente à divisão social do trabalho. Esta não apenas distribui desigualmente o trabalho e seus produtos, como também se desenvolve alheia ao controle social,⁶⁷ além de imputar, a

⁶⁷ Tentativa de esboçar os contornos de uma “teoria do estranhamento social”, partindo das idéias fundamentais expostas nos *Manuscritos* e na *Ideologia Alemã*, é feita por Giovanni Alves em sua mais recente obra. Suas observações principais se concentram fundamentalmente no processo de coisificação das relações homem/natureza e homem/homem: “A teoria do estranhamento explica a *inversão/perversão* da relação *sujeito/objeto* (e de forma derivada *sujeito/sujeito*) a partir da *interversão* do objeto em *coisa*. Em termos lógico-dialéticos, *sujeito* pressupõe *objeto*. Na medida em que o *objeto* torna-se “coisa”, “nega-se” – lógica e ontologicamente – o *sujeito*” (Alves, 2009:64). Interessante notar que a coisificação refere-se intimamente a despersonalização do homem e das relações que este estabelece com os seus. O resultado é uma sociedade sem

cada um, uma esfera exclusiva de atividade, limitando o “desenvolvimento integral” de todas as capacidades humanas. Por isso a palavra de ordem para Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, será a da superação da reificação (coisificação) e da divisão do trabalho que, evidentemente, é pressuposto da primeira.⁶⁸

É interessante destacar, mais uma vez, que tanto nos *Manuscritos*, quanto em *A ideologia alemã*, assim como em *A riqueza das nações* de Smith, a divisão do trabalho é a categoria capital no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas.⁶⁹ A maquinaria, neste momento, ainda aparece de maneira apenas secundária, sem a importância que alcançaria nas obras de maturidade de Marx. Mas, ao contrário dos *Manuscritos*, *A ideologia alemã* já se nota um princípio de distinção mais clara entre divisão social do trabalho e divisão do trabalho no interior da oficina. Há, em várias passagens, uma tentativa de esboçar o desenvolvimento histórico da divisão do trabalho:

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, à separação da cidade e do campo e à oposição entre os interesses de ambos. Seu desenvolvimento posterior leva à separação entre trabalho comercial e trabalho industrial. Ao mesmo tempo, por meio da divisão do trabalho no interior desses diferentes ramos, **desenvolvem-se diferentes subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalho** (Marx & Engels, 2007:89 – grifos meus).

É claro que, uma vez examinando o desenvolvimento histórico da divisão do trabalho, Marx e Engels fatalmente chegariam à divisão manufatureira do trabalho. Mas, entretanto, não há ainda em *A ideologia alemã* uma distinção de espécie, mas tão somente de grau. Mais tarde, em *O Capital*, Marx declararia: “Apesar das numerosas analogias e das conexões entre

sujeito, sem agentes sócio-históricos e, portanto, autonomizada e alheia ao controle social, porém, é preciso sempre lembrar, não de maneira absoluta. Em *O Capital* Marx retomará esta questão ao expor o desenvolvimento espontâneo da divisão do trabalho na sociedade capitalista: “Os componentes dispersos do organismo social de produção, configurados na divisão do trabalho, têm suas funções e proporcionalidades determinadas de maneira espontânea e alheatória. Por isso, descobrem nossos donos de mercadorias que a mesma divisão do trabalho, ao fazer deles produtores privados, torna independente deles o processo social de produção e as próprias relações que mantêm dentro do processo, e, ainda, que a independência recíproca das pessoas se integra num sistema de dependência material de todas as partes” (Marx, 2001:135).

⁶⁸ “A transformação, pela divisão do trabalho, de forças (relações) pessoais em forças reificadas não pode ser superada arrancando-se da cabeça a representação geral dessas forças, mas apenas se os indivíduos voltarem a subsumir essas forças reificadas a si mesmo e superarem a divisão do trabalho” (Marx & Engels, 2007: 64).

⁶⁹ Percebe-se isto mais claramente, por exemplo, na seguinte passagem: “A que ponto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado de modo mais claro pelo grau de desenvolvimento da divisão de trabalho” (Idem: 89).

a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na manufatura, há entre elas uma diferença não só de grau [*degree*], mas de substância [*kind*; espécie, tipo]” (Marx, 2001:409).

Em *A miséria da filosofia*, a divisão do trabalho já não desempenha o mesmo papel central que possuía nas duas obras que acabamos de analisar. Marx limita-se a afirmar que “a partir do momento em que se supõe mais de um homem na produção, supõe-se já toda uma produção fundada na divisão do trabalho. Suposta a divisão do trabalho, está admitida a troca e, conseqüentemente, o valor de troca” (Marx, 1985:40). Reafirma também uma proposição encontrada também em Adam Smith, a saber, de que não são tanto as diferenças naturais que distinguem os graus variáveis de capacidades encontradas entre os homens, mas a própria posição ocupada na divisão do trabalho. Isto é, que a desigualdade não é natural e inata, mas socialmente criada; é produto da posição ocupada na estrutura produtiva.⁷⁰ Se a divisão do trabalho perde aparentemente a importância que possuía até então, isto merece um breve exame.⁷¹ Talvez a explicação esteja no fato de que, pela primeira vez, em Marx, o desenvolvimento das forças produtivas encontra na maquinaria a sua forma mais progressista. Na passagem a seguir, o desenvolvimento das forças produtivas definitivamente incorpora o desenvolvimento do maquinismo:

O Sr. Proudhon, economista, compreendeu muito bem que os homens fazem tecidos de lã, algodão e seda em relações determinadas de produção. Mas o que ele não compreendeu é que estas relações sociais determinadas são também produzidas pelos homens, como os tecidos de algodão, linho, etc. As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de

⁷⁰ “No princípio, um carregador difere menos de um filósofo que um mastim [cão de guarda, cão pastor] de um galgo [cão usado para caçar lebres]. A divisão do trabalho é que introduziu um abismo entre ambos” (Marx, 1985:122).

⁷¹ Marx chega mesmo a contestar a maior produtividade criada a partir da divisão do trabalho no interior das oficinas: “A produtividade de uma oficina consistia menos na divisão do trabalho do que no fato de se executar o trabalho em uma escala maior, reduzindo-se os custos inúteis, etc. Nos finais do século XVI e inícios do século XVII, a manufatura holandesa conhecia pouco a divisão do trabalho” (Marx, 1985:129). Não pude verificar com exatidão até que ponto as manufaturas se valiam ou não da divisão pormenorizada do trabalho, entretanto, como veremos, segundo Mantoux, parece que estas eram menos comuns do que se fez acreditar. Mas será difícil negar decididamente que a divisão manufatureira do trabalho seja tecnicamente mais eficiente (apesar de socialmente perniciosa para os trabalhadores). Stephen Marglin procurou refutar esta maior produtividade alcançada através da divisão manufatureira do trabalho em seu celebre texto “Origem e funções do parcelamento das tarefas” (Marglin, 1989). O argumento central é de que a escolha pela subdivisão do trabalho foi mais política do que técnica: “dividir para reinar”. Não há dúvida que politicamente a divisão pormenorizada do trabalho é uma arma e tanto a favor do capitalista (apesar de não ser a única). Mas Marglin, contudo, tenta desconsiderar os ganhos reais de produtividade que o trabalho concentrado, parcelado ou não, no interior das unidades produtivas possui e que Marx procurou evidenciar em *O Capital*. A técnica não é neutra, mas nem por isso deixa de ser, no final das contas, técnica. Produzir mais com menor dispêndio de energia e consumo de insumos é uma questão técnica; produzir com redução do poder de barganha dos trabalhadores, política. Não apenas o último raciocínio, mas ambos fazem parte do cálculo capitalista.

ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial (Marx, 1985:106).⁷²

Nesta passagem não é mais o nível de divisão do trabalho alcançado que determina o grau de desenvolvimento das forças produtivas, mas o progresso técnico atingido com a maquinaria. Em *A miséria da filosofia*, pela primeira vez, Marx parece apreender mais decididamente o papel original que o maquinismo passaria a desempenhar para o revolucionamento do processo capitalista de produção e para a consolidação e hegemonia das relações de produção capitalista.

Esta mudança de posição pode dever-se muito a influência de Andrew Ure. Algumas passagens de *The philosophy of manufactures* (Ure, 1835) aparecem no texto para destacar a importância do “princípio do sistema automático” de máquinas – que examinaremos em outro capítulo – “na substituição da mão-de-obra pela arte mecânica e na substituição da divisão do trabalho entre os operários pela análise de um procedimento em seus princípios constituintes” (Ure *apud* Marx, 1985:133). Ora, o que temos aí, senão a possibilidade de suprimir a própria divisão do trabalho (evidentemente que me refiro da divisão deste no interior da oficina) – possibilidade que novamente será examinada em *O Capital*, anos mais tarde?⁷³ Mais adiante acrescenta Marx:

⁷² Nem é preciso lembrar o quanto o final desta passagem foi utilizado, diversas vezes, para defender a existência de certo “determinismo tecnológico” em Marx. Não vou me prender a esta discussão. Uma leitura desta obra por inteiro, e não apenas de passagens, seria o suficiente para demonstrar que, na verdade, é o antagonismo de classe, e não a tecnologia, o que determina as transformações históricas. O único equívoco que Marx parece cometer, neste momento, é o de sustentar que “uma transformação nas forças produtivas dos homens conduz necessariamente a uma transformação nas suas relações de produção” (Marx, 1985:116) quando na verdade é justamente o contrário – inversão esta que mais tarde será sanada em *O Capital*, quando Marx percebe, através de suas investigações históricas, que, por exemplo, a formação das relações capitalistas de produção precedeu, e muito, o desenvolvimento técnico. De qualquer modo, como bem colocou Donald MacKenzie, em *Cultural and Technology*, “Há muito mais nos escritos de Marx sobre tecnologia que não podem ser capturados por um simples determinismo tecnológico. De fato, sua maior discussão a respeito do assunto – ocupando uma grande parte do volume I de *O Capital* – sugere uma perspectiva bastante diferente. Marx argumenta que, no mais significativo complexo de transformações técnicas de seu tempo, a vindoura mecanização da produção em grande escala, foram mais as relações sociais que modelaram a tecnologia do que vive-versa” (MacKenzie, 1984:473). Mas mesmo no interior desta inversão, o motor da história, em última análise, recai sempre sobre a luta de classes. A contradição entre as relações de produção e forças produtivas, como já argumentei, são, em Marx, apenas um campo fértil para as revoluções e não o motor da história. Se de fato o desenvolvimento técnico e tecnológico fosse para Marx o fundamento das transformações históricas, que sentido haveria para sua veemente defesa, neste texto mesmo, e rivalizando com Proudhon, à associação e à organização político-revolucionária dos trabalhadores?

⁷³ “O que caracteriza a divisão do trabalho na fábrica é o fato de o trabalho perder aí todo caráter de especialidade [pois pode haver a passagem do operário de uma máquina a outra]. Mas, a partir do momento em que cessa todo desenvolvimento especial, a necessidade de universalidade, a tendência a um **desenvolvimento integral do indivíduo** começa a se fazer sentir. **A fábrica liquida as especialidades e o idiotismo do ofício**” (Marx, 1985:134/135 – grifo meu). Nesta passagem também podemos verificar, mais uma vez, o tema do “desenvolvimento integral do indivíduo” que, como vimos, constitui o núcleo da utopia comunista de Marx e

O Sr. Proudhon, sem ter compreendido sequer este único aspecto revolucionário da fábrica, retrocede e propõe ao operário fazer não apenas a duodécima parte de um alfinete [alusão a Smith], mas, sucessivamente, a dozes partes. O operário chegaria, assim, à ciência e à consciência do alfinete...

Em resumo, o Sr. Proudhon não superou o ideal pequeno-burguês. E, para realizar este ideal, ele não imagina nada melhor do que nos fazer voltar ao companheiro ou, quando muito, ao mestre-artesão da Idade Média (Marx, 1985:135).

Prossegue-se com o mesmo argumento. A fábrica mecanizada possui um caráter revolucionário: ela pode tornar possível a supressão da divisão manufatureira do trabalho. Já não é preciso uma regressão ao mestre-artesão da Idade Média para humanizar o trabalho. Progressivamente Marx irá cada vez mais incorporar e desenvolver as concepções de Ure sobre a fábrica automática, e com isto, passa a relativizar a importância da divisão do trabalho para o desenvolvimento das forças produtivas e, assim, vê-se a influência de Smith sobre seu pensamento ser efetivamente atenuada.⁷⁴ É este ponto que devemos reter destes comentários: ao invés da divisão do trabalho, a maquinaria passaria a adquirir maior importância, no interior da teoria social marxiana, sendo considerada, a partir de então, o meio mais eficaz para o desenvolvimento da força produtiva social.⁷⁵

No *Manifesto do partido comunista*, definitivamente a maquinaria adquire o mesmo *status* que até então a divisão do trabalho detinha. É mais uma evidência da crescente

Engels em *A ideologia alemã*, mas que reaparecerá também em *O Capital* nos mesmo termo que nesta passagem, porém de forma mais desenvolvida, não por acaso, no Capítulo XIII – “A maquinaria e a indústria moderna”. Também chama a atenção o final da passagem, quando Marx diz “idiotismo do ofício”. Isto afastaria a impressão deixada por *A ideologia alemã* de que Marx alimentaria um saudosismo tacanho pelos antigos processos de trabalho das corporações de ofícios.

⁷⁴ À época em que Smith publicou sua *Riqueza das nações* (1776), evidentemente, não era a mecanização do trabalho e sim a divisão deste, o princípio fundamental para a elevação da produtividade nas manufaturas do final do século XVIII. É o que Andrew Ure – a principal fonte de Marx em seus estudos sobre a fábrica – afirmou na primeira metade do século XIX: “Quando Adam Smith escreveu seu imortal elementos de economia (*A riqueza das nações*), a maquinaria automática dificilmente era conhecida. Ele foi corretamente conduzido a considerar a divisão do trabalho como o magnífico princípio para o aperfeiçoamento da manufatura” (Ure, 1835:19).

⁷⁵ Grave erro seria interpretar isso como uma completa perda de importância da categoria divisão do trabalho na obra de Marx. Nada mais falso. O que se tenta enfatizar aqui é, na verdade, a progressiva autonomia que este vai adquirindo em relação à economia política de seu tempo, sobretudo, a de Adam Smith. A divisão do trabalho é sempre considerada por Marx como um dos fatores para a elevação das forças produtivas do trabalho social, dentro e fora da fábrica, mas não é o único e tão pouco o fator mais dinâmico. A análise da maquinaria em *O Capital* revelará o quanto o avanço técnico no campo da mecânica, bem como, mais tarde, o casamento feliz entre técnica e ciência, com o qual nasce a tecnologia, passaram a constituir o principal veículo das grandes revoluções no processo capitalista de produção durante o século XIX. De qualquer forma, em sua obra máxima, Marx já agrega outros fatores responsáveis pelo aumento da produtividade do trabalho: “A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, dentre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (Marx, 2001:62).

importância que o maquinismo iria adquirindo em Marx e de seu progressivo afastamento e superação do pensamento político-econômico de Smith. Entretanto, Marx e Engels não abandonam o exame da divisão do trabalho neste extraordinário e vibrante panfleto político. E é justamente nesta obra que a distinção entre a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na oficina começa a se tornar cada vez mais clara:

O modo de exploração feudal ou corporativo da indústria existente até então não mais atendia às necessidades que aumentavam com o crescimento dos novos mercados [criados pelas grandes navegações e pela descoberta do novo mundo]. A manufatura tomou o seu lugar. Os mestres-artesãos foram suplantados pelo estamento [em algumas traduções aparece “classe”] médio industrial; **a divisão do trabalho entre as diversas corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da oficina** (Marx & Engels, 2001:67 – grifo meu)

Mas mesmo aqui, mais uma vez como em *A ideologia alemã*, esta distinção continua a ser de grau e não de espécie. De qualquer forma, na seqüência desta passagem e ao longo de todo texto, não é o desenvolvimento da divisão do trabalho, seja dentro ou fora das oficinas, manufatura, ou fábricas, que chamará a nossa atenção, mas o desenvolvimento da grande indústria mecanizada. A explicação para isso não é casual.

O crescimento contínuo do mercado – prossegue o texto mais à frente – preparado pela “descoberta da América, a circunavegação da África” (Idem), etc. não conseguia ser acompanhado pela produção manufatureira onde imperava o princípio da divisão (pormenorizada) do trabalho. Seu fundamento técnico básico, apesar de toda esta divisão e da constante tentativa de tornar o trabalho dos operários o mais especializado e maquinal possível, continuava a repousar, em última análise, sobre a habilidade e destreza dos trabalhadores. Mas o homem é instrumento imperfeito quando se trata de obter dele a repetição ininterrupta e automática de certos movimentos estereotipados. Logo a produção manufatureira “tornou-se insuficiente” e, em conseqüência, “o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. O lugar da manufatura foi ocupado pela grande indústria moderna” (Idem: 67).

Mas o vapor e a maquinaria não apenas substituíram a manufatura (e seu princípio da divisão manufatureira do trabalho) como o método mais eficiente de produzir em maior quantidade. A introdução de máquinas na produção tornou-se também, ao lado da própria divisão por menor do trabalho, outro método eficaz de dominar e domesticar os operários em nome do capital. Isto porque, ambos, tanto a divisão manufatureira do trabalho, quanto a

maquinaria, “levam o trabalho dos proletários a perder todo caráter independente e com isso qualquer atrativo para o operário. Esse se torna um simples acessório de máquina, do qual se requer a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender” (Idem: 72).

Contudo, estes apontamentos preliminares sobre como a mecanização aparece na obra de Marx tem por objetivo ainda delimitar melhor as diferenças entre divisão social do trabalho e divisão no interior da manufatura ou mesmo da fábrica. Assim, temos de destacar: nestas passagens não é a primeira que temos, a divisão social do trabalho, mas a segunda, a divisão manufatureira do trabalho. Em momento algum das obras até aqui analisadas há uma explícita e definitiva distinção entre ambas. Esta distinção continua carecendo de maior precisão, e somente será dada resolutamente em *O Capital*.

Vamos começar, primeiramente, por distinguir melhor a divisão social do trabalho através de passagens de *O Capital*, e deixar para o próximo capítulo a caracterização da divisão manufatureira, ou pormenorizada, do trabalho.

Para tanto temos que ter em mente uma proposição introduzida por Marx já em *A miséria da filosofia*, ou seja, a assertiva de que “a partir do momento em que se supõe mais de um homem na produção, supõe-se já toda uma produção fundada na divisão do trabalho” (Marx, 1985:40).⁷⁶ Dito isso, temos que acrescentar o seguinte: *divisão social do trabalho pressupõe trabalho social e implica, diretamente, no desenvolvimento das trocas*. Esta é a forma fundamental com que a distribuição do trabalho na sociedade se explicitará em *O Capital*.

Trabalho social significa que a produção dos bens úteis e necessários à comunidade é efetivada pela coletividade; que em seu interior existe uma distribuição do trabalho. Assim, alguns são responsáveis pela produção de um determinado artigo, enquanto outros são responsáveis pela fabricação de outros tantos diferentes. Contudo, uma vez que o trabalho social exista e, com este, sua repartição, ninguém produz tudo de que necessita e nem consome tudo aquilo que produziu. Os valores de uso são produzidos e distribuídos pela coletividade. E como se efetua a distribuição dos produtos do trabalho social entre os diversos produtores? Através das trocas que, na sociedade capitalista, se realizam através do mercado. Desta forma, falar em divisão social do trabalho implica falar em troca de valores de uso, e, portanto, em valor de troca.

Somente há troca entre os produtores individuais porque há divisão do trabalho. É através dela que os valores de uso, bens úteis ao homem, são produzidos não para o próprio

⁷⁶ “Por fim, desde que os homens, não importa o modo, trabalhem uns para os outros, adquire o trabalho uma forma social” (Marx, 2001:93).

consumo de seus produtores, mas para o consumo de terceiros; tornam-se, portanto, mercadorias. São mercadorias e, como tais, possuem um valor de troca. Não é por acaso que a divisão social do trabalho já aparece, logo no início de *O Capital*, nos capítulos em que se examina justamente a mercadoria, e nos quais Marx torna a teoria do valor-trabalho de David Ricardo mais coerente e melhor acabada.

A mercadoria é um valor de uso, um bem, que é produzido para a troca; existe em função dela. Todo valor de uso consumido pelo próprio produtor não é uma mercadoria, pois não foi objeto de troca; é produto do trabalho, mas sem assumir a forma mercadoria. Mas as trocas, por sua vez, concretizam-se por existirem produtores autônomos dispersos pela coletividade, produzindo mercadorias por meio de seus distintos trabalhos úteis, conectados apenas pelas relações de interdependência mútua, criadas e mantidas pela divisão social do trabalho:

Objetos úteis se tornam mercadorias, por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros. **O conjunto desses trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social.** Processando-se os contatos sociais entre os produtores, por intermédio da troca de seus produtos de trabalho, só dentro desse intercâmbio se patenteiam as características especificamente sociais de seus trabalhos privados. Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meios destes, entre os produtores (Marx, 2001:95 – grifos meus).

É justamente no interior deste trabalho social, ou a forma social que assume o trabalho no interior de determinada coletividade, que se desenvolvem, não apenas as multivariadas formas de trabalho útil, concreto, como também as diversas espécies de divisão do trabalho que Marx caracterizará progressivamente ao longo de *O Capital*:

No conjunto formado pelos valores-de-uso diferentes ou pelas mercadorias materialmente distintas, manifesta-se um conjunto correspondente dos trabalhos úteis diversos – classificáveis por ordem, gênero, espécie, subespécie e variedade –, a **divisão social do trabalho**. Ela é condição para que exista a produção de mercadorias, embora, reciprocamente, a produção de mercadorias não seja condição necessária para a existência da divisão social do trabalho. Na velha sociedade indiana, há a divisão social do trabalho, sem que os produtos se convertam em mercadorias. Ou um exemplo mais próximo [e que muito nos interessa]: em cada fábrica existe a **divisão sistemática do trabalho**, mas essa divisão não leva os trabalhadores a trocarem seus produtos

individuais. Só se contrapõem, como mercadorias, produtos de trabalhos privados e autônomos, independentes entre si.

(...)

Numa sociedade cujos produtos assumem, geralmente, a forma de mercadorias – isto é, uma sociedade produtora de mercadorias –, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis executados, independentes uns dos outros, como negócio particular de produtores autônomos, leva a que se desenvolva um sistema complexo, uma **divisão social do trabalho** (Idem: 64 – grifos meus).

Não é difícil perceber como nesta passagem Marx já torna clara a distinção entre divisão do trabalho na sociedade e no interior dos ofícios.⁷⁷ De qualquer forma, o destaque está dado sobre o papel da divisão do trabalho em criar o processo de troca de mercadorias. Progressivamente este movimento histórico de expansão da divisão do trabalho se ampliará, fazendo emergir cada vez mais novos ramos de produção, novos produtores privados e novos trabalhos autônomos:

... a divisão social do trabalho é um organismo de produção que se formou e continua a evoluir [evoluir], natural e espontaneamente, à margem da consciência dos produtores de mercadorias. A mercadoria pode ser produto de nova espécie de trabalho, que se destina a satisfazer necessidades emergentes ou mesmo criar necessidades até então desconhecidas. Função que era, ontem, uma dentre muitas do mesmo produtor de mercadorias pode, hoje, destacar-se do conjunto, tornar-se **autônoma** e, assim, enviar ao mercado seu produto parcial como mercadoria independente. Podem estar amadurecidas ou imaturas as circunstâncias para esse **processo dissociativo** (Marx, 2001:133 – grifos meus).

Percebe-se, então, uma verdadeira autonomização de funções parciais do processo de produção de determinada mercadoria. A complexificação do organismo social de produção faz com que uma antiga função parcial e independente de certo processo de produção se torne hoje, uma entre tantas outras unidades autônomas de produção. Por aqui já se percebe, também, o erro de tomar o trabalho apenas do ponto de vista do metabolismo homem/natureza. À medida que o trabalho se torna cada vez mais social, funções que em outra época eram apenas etapas de dado processo produtivo, separam-se deste, lançando no

⁷⁷ Há que se acrescentar ainda o seguinte trecho de *O Capital*: “Considerando apenas o trabalho, podemos chamar a separação da produção social em seus grandes ramos – agricultura, indústria etc. – de **divisão do trabalho em geral**; a diferenciação desses grandes ramos em espécies e variedades, de **divisão do trabalho em particular**; e a divisão do trabalho numa oficina, de **divisão do trabalho individualizada, singularizada**” (Marx, 2001:406 – grifos meus). Entretanto, Marx não utilizará mais, pelo menos desta mesma forma, esta nomenclatura que reproduz justamente as categorias lógicas de universalidade, particularidade e singularidade.

mercado, não apenas produtos, mas também serviços ofertados como mercadorias por emergentes produtores privados. Nem sempre estas funções autonomizadas realizaram qualquer transformação da natureza, embora sejam essenciais, em muitos casos, para o funcionamento do aparelho produtivo.

Ora, o organismo social de produção está se ampliando, fragmentando e se complexificando. Chegará o momento em que nem todas as funções desempenhadas pelos diferentes produtores privados estarão diretamente vinculadas àquele fundamental intercâmbio entre homem e natureza. No Livro II de *O Capital*, até melhor do que no primeiro, temos exposição mais acabada deste processo dissociativo:

Quando a produção por meio de trabalho assalariado se torna geral, a produção de mercadorias tem de ser a forma geral da produção. Se ela é a forma geral, determina por sua vez uma divisão cada vez maior do trabalho social, isto é, uma especialização progressiva do produto que é produzido como mercadoria de determinado capitalista, **uma dissociação cada vez mais acentuada de processos complementares que se tornam autônomos** (Marx, 2000:49 – grifos meus)

Neste mesmo livro de *O Capital*, Marx destaca as esferas da produção e da circulação de capital como determinantes, em conjunto, do processo total de produção de capital, uma vez que este “O processo total se apresenta como unidade do processo de produção e do processo de circulação; o processo de produção serve de meio para o processo de circulação e vice-versa” (Marx, 2000:115). É evidente que, abstraindo-se da análise o processo de circulação, obtém-se uma caracterização incompleta da esfera produtiva, isto é, do trabalho, ou de qualquer outra categoria econômico-social. Mesmo o “verdadeiro ciclo do capital industrial em sua continuidade é, por isso, além de unidade do processo de circulação e do processo de produção, unidade de todos os seus três ciclos”, isto é, os ciclos do *capital produtivo*, do *capital-mercadoria*, e do *capital dinheiro*.⁷⁸

A divisão do trabalho, quando evoluída, faz com que cada um destes ciclos, antigamente unidos na mesma unidade de produção, sejam desempenhados por diferentes agentes privados. Cada um desses agentes privados, conseqüentemente, empregará e explorará força de trabalho; empregará trabalhadores. Mas, entretanto, muitos destes não

⁷⁸ Assim Marx define o capital industrial, o capital produtor de mercadorias e valor por excelência: “Nos estádios de circulação, o valor-capital assume duas formas, a de *capital-dinheiro* e a de *capital-mercadoria*; no estádio de produção, a forma de *capital produtivo*. O capital que, no decurso de todo o seu ciclo, ora assume, ora abandona essas formas, executando através de cada uma delas a função correspondente, é o *capital-industrial*, industrial aqui no sentido de abranger todo o ramo de produção explorado segundo o modo capitalista” (Marx, 2000:62).

operarão, evidentemente, nenhuma transformação da natureza. Por conta disso, poderíamos afirmar que estes não sejam trabalhadores, que eles não trabalhem, uma vez que não dão nova forma às matérias ofertadas pela natureza? Vejamos o que Marx fala sobre os agentes de circulação:

Para simplificar o problema (...), vamos supor que esse agente de compra e venda seja um indivíduo que vende seu trabalho. Gasta sua força de trabalho, e seu tempo de trabalho nas operações M-D e D-M. **Vive disso como os outros que vivem de fiar ou de fazer pílulas** [*Il en vit, comme un autre gagne sa vie en filant ou en fabriquant des pilules*]. Realiza função necessária, pois o processo de reprodução também abrange funções improdutivas [lembrando que improdutivo e produtivo, para Marx, refere-se à produção de mais-valia; tem o sentido de trabalho produtor ou não de mais-valia e não de trabalho *na* ou *fora da* produção]. **Trabalha como qualquer outra pessoa, mas o conteúdo de seu trabalho não cria valor nem produto** [*Il travaille tout autant qu'un autre, mais, intrinsequement, son travail ne crée ni valeur ni produit*] (Marx, 2000:149 – grifos meus)

“Trabalha como qualquer outra pessoa, mas o conteúdo de seu trabalho não cria valor nem produto”. Está claro que Marx considera o assalariado do comércio, embora não produza produto algum ou valor, um trabalhador como qualquer outro. Segundo Marx, agora no Livro III de *O Capital*, “sob certo aspecto o trabalhador comercial [*employé commercial*] é um assalariado [*travailleur salarié*] como qualquer outro” (Marx, 2008:391):

Primeiro, o comerciante compra o trabalho utilizando capital variável e não dinheiro que despense como renda; assim, não o adquire para serviços pessoais e sim para valorizar o capital adiantado nessa compra. Segundo, determina-se então o valor da força de trabalho e, por conseguinte, o salário, como acontece com todos os demais assalariados, pelos custos de produção e reprodução dessa força de trabalho específica e não pelo produto de seu trabalho (Idem).

Ainda como qualquer outro trabalhador, o do comércio fornece trabalho não pago, “embora não crie mais-valia”. Seu trabalho permite que esta seja apropriada por seu empregador, o comerciante, pois “Se o trabalho não-pago do trabalhador cria diretamente mais-valia para o capital produtivo, o trabalho não-pago dos trabalhadores comerciais proporciona ao capital mercantil participação nessa mais-valia [*De même que le travail impayé de l'ouvrier crée directement de la plus-value pour le capitaliste productif, le travail*”

impayé du salarié commercil procure au capital marchand une partie de cette plus-value]” (Idem: 393). O trabalhador do comércio, enfim, é um produtor indireto de mais-valia para seu empregador:

O trabalhador de comércio não produz mais-valia diretamente [*Le travailleur du commerce ne produit pas directement de la plus-value*]. Mas o preço de seu trabalho [*le prix de son travail*] é determinado pelo valor da força de trabalho, pelo que custa produzi-la, portanto, **enquanto exercício dessa força, expresso em esforço, dispêndio de energia e em desgaste, conforme acontece com os demais assalariados**, não está limitado pelo valor dela. Por conseguinte, não há relação necessária entre o salário e o montante de lucro que esse trabalhador ajuda o capitalista a realizar. São magnitudes diversas o que custa e o que proporciona ao capitalista. **É produtivo, para o capitalista, não por criar mais-valia diretamente, mas por concorrer para diminuir os custos de realização da mais-valia, efetuando trabalho em parte não-pago** (Idem: 399/400 – grifos meus).⁷⁹

Como aparece em *O Capital*, agora, de volta ao Livro II, “A circulação é tão necessária à produção de mercadorias quanto a própria produção, e os agentes de circulação, portanto, tão necessários quantos os agentes de produção”, embora, “Os capitalistas que compram e vendem entre si, com esse ato, não criem produtos nem valor” (Marx, 2000:142).⁸⁰ Ora, suas atividades são vitais para o bom funcionamento do colossal aparelho

⁷⁹ O que segue a esta passagem é um dos momentos mais brilhantes da capacidade de Marx predizer certos desdobramentos inerentes ao sistema sócio-econômico capitalista. Ao elucidar a essência deste sistema, pode ele traçar certas tendências de evolução histórica, entre as quais, destaca-se, por exemplo, a da desqualificação dos trabalhadores do comércio: “O trabalhador comercial em sentido estrito figura entre os trabalhadores mais bem pagos, entre os que efetuam trabalho qualificado, acima do trabalho médio. Entretanto, com o progresso do modo capitalista de produção, seu salário tende a cair, mesmo em relação ao trabalho médio. Uma das causas é a divisão [pormenorizada] do trabalho no escritório [e que Braverman, mais tarde, na década de 1970, examinaria a fundo]: daí resulta um desenvolvimento apenas unilateral das aptidões de trabalho, em parte gratuito para o capitalista, pois o trabalhador torna-se competente exercendo a própria função, e tanto mais rapidamente quanto mais unilateral for a divisão [pormenorizada] do trabalho. Outra causa é a circunstância de a preparação, os conhecimentos de comércio e de línguas etc. se difundirem, com o progresso da ciência e da vulgarização científica, mais rápida, mais facilmente, de maneira geral e mais barato, quanto mais o modo capitalista de produção imprime aos métodos de ensino etc. um sentido prático. A generalização da instrução pública permite recrutar esses assalariados de camadas sociais antes à margem dessa possibilidade e que estavam habituadas a nível de vida baixo. Aumenta o afluxo desses trabalhadores e em conseqüência a competição entre eles. Por isso, ressalvadas algumas exceções, a força de trabalho dessa gente deprecia-se com o progresso da produção capitalista; o salário cai, enquanto aumenta a capacidades de trabalho. O capitalista aumenta o número desses trabalhadores, quando se trata de realizar quantidade maior de valor e lucro. O acréscimo desse trabalho é sempre conseqüência e jamais causa do aumento da mais-valia” (Idem).

⁸⁰ “A lei geral é: *todos os custos de circulação que decorrem apenas da mudança de forma da mercadoria [M-D] não acrescentam a esta valor*. São apenas custos para realizar o valor, para fazê-lo passar de uma forma para outra. O capital despendido nesses custos (inclusive o trabalho que ele comanda) pertence aos custos improdutivos necessários da produção capitalista. Seu reembolso tem de provir do produto excedente e constitui, para a classe capitalista em seu conjunto, um desconto na mais-valia, ou no produto excedente, do mesmo modo que, para o trabalhador, é tempo perdido o que utiliza na compra de meios de subsistência” (Idem: 165/166).

social produtivo; a inexistência dos agentes destas funções, autonomizadas pela divisão do trabalho, acarretaria a inelasticidade deste aparelho. O que os agentes de circulação, capitalistas, que em geral empregam assalariados,⁸¹ realizam é uma operação que reduz os custos e o tempo de circulação; facilitam a realização do valor, e, portanto, da mais-valia contida nas mercadorias produzidas pelo capital industrial produtivo⁸² – com isso, adquirem o direito de se apropriarem de parcela da mais-valia produzida por este capital.⁸³ E como diz Marx, “O capital industrial é o único modo de existência do capital em que este tem por função não só apropriar-se da mais-valia ou do produto excedente, mas também criá-la. Por isso, determina o caráter capitalista de produção; sua existência implica a oposição entre a classe capitalista e a trabalhadora” (Marx, 2000:65). Logo em seguida, acrescenta:

Na medida em que [o capital industrial] se apodera da produção social, são revolucionadas a técnica e a organização social do processo de trabalho e com elas o tipo econômico-histórico da sociedade. As outras espécies de capital [financeiro e mercantil], que surgiram antes dele em meio a condições sociais desaparecidas ou em decadência, movem-se nele fundamentadas, com ele vivem ou morrem, firmam-se ou caem. O capital-dinheiro e o capital-mercadoria, quando funcionam como veículo de um ramo específico, ao lado do capital industrial, não são mais do que modos de existência, que **a divisão social do trabalho tornou autônomos e especializados**, das diferentes formas de funcionamento que o capital industrial ora assume, ora abandona, na esfera da circulação (Marx, 2000:65/66 – grifos meus).

Mais uma vez, o que se vê aqui é o desenvolvimento contínuo do processo de autonomização das etapas da circulação do capital industrial – o capital-dinheiro e o capital-mercadoria (que se tornam, respectivamente, capital financeiro e capital mercantil)⁸⁴ – e,

⁸¹ “Quando o produtor capitalista de mercadorias aparece como agente da circulação, distingue-se do produtor direto de mercadorias apenas porque compra e vende em maior escala e, portanto, funciona como agente da circulação com maior amplitude. O fenômeno não se altera objetivamente quando a extensão do negócio força-o ou capacita-o a comprar (alugar) como assalariados agentes específicos de circulação” (Idem: 150).

⁸² É o que observa Marx, no Livro III de *O Capital*. Diz, por exemplo, que “em virtude da divisão do trabalho, o capital que se ocupa exclusivamente com a compra e venda... é menor que o que seria necessário para esse fim se o próprio capitalista industrial tivesse de explorar toda a parte mercantil de seu negócio”; e que, “ocupando-se o comerciante exclusivamente com esse negócio, converte-se a mercadoria mais rapidamente em dinheiro para o respectivo produtor” (Marx, 2008:370).

⁸³ “Uma vez que o próprio capital mercantil não produz mais-valia, é claro que a mais-valia que lhe cabe, na forma de lucro médio, constitui parte da mais-valia produzida pela totalidade do capital produtivo” (Idem: 380)

⁸⁴ Ainda no Livro III de *O Capital*, Marx, em relação ao capital comercial, por exemplo, dirá: “Quando essa função do capital que está no processo de circulação adquire autonomia como função particular, tornando-se, em virtude da divisão do trabalho, função própria de determinada categoria de capitalista, converte-se o capital-mercadoria em capital comercial” (Marx, 2008:361); e, mais à frente, acrescenta: “A função de... [vender o capital-mercadoria], de efetuar a primeira fase de sua metamorfose [M-D], transfere-a o produtor ao comerciante, que a converte em seu negócio particular, que antes era função do produtor, depois de ter levado a

através do qual vão se formando novos ramos autônomos e especializados em função da evolução da divisão social do trabalho. Ora, nem todas as atividades próprias do trabalho social estarão confinadas à produção direta de bens tangíveis. Em relação, agora, ao capital financeiro, dirá Marx no Livro III:

A divisão do trabalho faz que essas operações técnicas [de pagamentos, contabilização e guarda de tesouro], condicionadas pelas funções do capital, sejam tanto quanto possível executadas para toda a classe capitalista por uma categoria de agentes ou capitalistas como funções exclusivas, ficando concentradas em suas mãos. **Há aí divisão do trabalho em duplo sentido, como acontece com o capital mercantil.** Aquelas funções se tornam **negócios especializados**, e porque se efetuam como negócio especializado, por se repartir em **diversos ramos independentes entre si** e por se aperfeiçoarem as condições de trabalho desses ramos (grandes escritórios, numerosos contadores e caixas, adiantada divisão [pormenorizada] de trabalho). Pagamentos, recebimentos de dinheiro, operações de compensações, escrituração de contas-correntes, guarda do dinheiro etc. todas essas operações técnicas, separadas dos atos que as tornam necessárias, transforma em capital financeiro o capital nelas adiantado (Marx, 2008:423 – grifos meus).

A complexidade da estrutura produtiva da sociedade está progressivamente tornando-se cada vez mais intrincada. O aparelho produtivo, com sua desenvolvida divisão social do trabalho, exige a autonomização e especialização de diversas etapas da produção e da execução de certas atividades próprias à esfera da circulação. Nem todos os trabalhadores assalariados estarão atrelados à produção imediata. Com isto, as categorias de trabalhadores que surgem da inserção no aparelho social produtivo vão se diversificando, até o ponto de não ser mais possível encontrar apenas produtores diretos (isto é, operários, trabalhadores vinculados diretamente com a produção imediata).

Há que se falar ainda daquelas “categorias de pessoas [*Toutes les tierces personnes*]” que, surgidas com o desenvolvimento do modo capitalista de produção e com a enorme expansão da divisão do trabalho que este traz em seu bojo, “recebem necessariamente” das classes trabalhadora assalariada e capitalista, “o dinheiro **por serviços que prestam** [*en échange de prestations de services*], ou, se o recebem sem contrapartida, são **co-**

cabo a função de produzi-lo” (Idem: 364). Por fim, conclui dizendo: “O capital comercial, portanto, nada mais é do que o capital-mercadoria que o produtor fornece e tem de passar por processo de transformação em dinheiro, de efetuar a função de capital-mercadoria no mercado, com a diferença apenas de que essa função, em vez de ser operação acessória do produtor, surge como operação exclusiva de variedade especial de capitalista, os comerciantes, e adquire autonomia como negócio correspondente a um investimento específico” (Idem: 364/365).

proprietários da mais-valia [*copropriétaires de la plus-value*] sob a forma de renda, juros, etc.” (Marx, 2000:379 – grifos meus). Desta forma entendemos por que, mesmo não produzindo nenhum produto e, portanto, nenhum valor, podem os chamados “prestadores de serviços” – e muitas categorias de trabalhadores não vinculados à produção imediata são cobertos por esta categoria⁸⁵ – e os “co-proprietários da mais-valia” (donos de imóveis, burocracia estatal, sacerdotes, etc.)⁸⁶ se apropriarem de parcelas do produto excedente, e, portanto, da mais-valia, produzidas pelos produtores efetivos de mercadorias e de valor. Estes últimos, os co-proprietários da mais-valia, efetivamente vivem à custa do trabalhador coletivo e do trabalho social total, mas dificilmente poderia se afirmar o mesmo para os prestadores de serviço.

Como diz Marx, “Serviço nada mais é do que o efeito útil de um valor-de-uso, mercadoria ou trabalho [*Servicio es la utilidad que presta un valor de uso, mercancía o trabajo; A service is nothing more than the useful effect of a use-value, be it of a commodity, or be it of labour; Le service n’est que l’effet utile d’une valeur d’usage, que celle-ci soit marchandise ou travail*]” (Marx, 2001:226). Se, portanto, serviço é também o efeito útil de um trabalho (ou um valor de uso que nada mais é que o próprio trabalho), aqueles que o realizam, os prestadores de serviços, são produtores imediatos de determinado efeito útil objetivado por e através de seu trabalho; trabalham enfim.⁸⁷ Como todo trabalhador

⁸⁵ Para Ernest Mandel, Marx anteviu o crescimento do setor de serviços impulsionado com o desenvolvimento da produção mecanizada: “... com os progressos do maquinismo, **umentam ao mesmo tempo os empregos no setor dos serviços**, e que se desenvolve uma ‘nova classe média’ **que evita, assim, um crescimento contínuo do exército de reserva industrial**, fenômeno que Marx previa muito tempo antes que eles se produzissem, nas duas passagens das Teorias sobre a Mais-valia” (Mandel, 1968:153 – grifos meus). Evidentemente, aquela “nova classe média”, os *white collars* na acepção de Wright Mills, há muito sucumbiu com a degradação do trabalho levada a cabo pelo capitalismo contemporâneo; tornou-se até mesmo mais mal paga que os trabalhadores de chão de fábrica, o chamados *blue collars* – e, como vimos, Marx não deixou de predizer esta precarização do trabalho de escritório de forma brilhante. Esta observação de Mandel parece correta, pois Marx, no Livro III de *O Capital*, sugere que com “o crescimento natural anual da população, a reprodução simples [que, ao contrário da ampliada, apenas reproduz as condições da produção capitalista na mesma escala inicial] implicaria que correspondente número maior de **servidores improdutivos** participaria também do consumo... [da] mais-valia global” (Marx, 2000:574).

⁸⁶ “A terra e o capital – que os capitalistas industriais tomam de empréstimo aos capitalistas ociosos e por quem têm de ceder a estes parte da mais-valia na forma de renda, juros, etc. – proporcionam lucro àqueles, naturalmente, por ter sido uma das condições da produção do produto em geral e parte do produto a qual constitui produto excedente ou configura mais-valia” (Marx, 2000:537).

⁸⁷ Conforme pode ser lido nas edições em inglês e francês de *O Capital*, “Serviço é o efeito útil de um valor de uso, seja este de uma mercadoria ou do trabalho”; neste caso o próprio trabalho é equiparado a um valor de uso. Se, afinal, o trabalho e a força de trabalho podem ser vendidos como valores de uso, possuindo, por isto mesmo, valor de troca, é devido ao simples motivo de possuírem certa utilidade a terceiros – portanto, são mercadorias tanto quanto sabonetes e tecidos; e, assim, um homem é equiparado às coisas, coisificado, reificado. A transformação da força de trabalho em uma mercadoria não é justamente o âmago de todo processo de produção capitalista? Quem presta um serviço de lavagem de pratos não vende o efeito útil de sua força de trabalho, isto é, o resultado final de certa atividade pela qual se obtêm pratos limpos, da mesma forma como se vendesse o efeito útil de um valor de uso qualquer, como, por exemplo, um par de sapatos cuja utilidade é a de proteger os pés? No

assalariado, recebem uma retribuição por seus trabalhos, na forma de salário mesmo ou pagamento por serviços prestados. Seu trabalho, a produção de determinado efeito útil, é moeda de troca para adquirir os bens e outros serviços que não produzem diretamente.

Penso que não é preciso insistir muito mais sobre a qualidade de “trabalhadores” – de vendedores de sua força abstrata de trabalho (dispêndio de nervos e músculos) – que, mesmo aqueles que não efetuam qualquer transformação da natureza, como os assalariados do comércio ou das finanças, e mesmos os prestadores de serviço, possuem para Marx. Trabalho era, ao tempo de Marx, e ainda mais hoje, trabalho social; criado e difundido pela progressiva expansão da divisão social do trabalho, e, portanto, podemos observar que alguns trabalhos estarão ou não diretamente vinculados ao necessário e eterno intercâmbio entre homem e natureza.⁸⁸

Entretanto, ainda nos falta uma análise, a partir de Marx, das transformações técnicas do processo de trabalho no modo capitalista de produção. Já conhecemos melhor a divisão social do trabalho e o movimento autonomização de certas funções necessárias ao processo global de produção e reprodução capitalista. Agora, temos que nos deslocar para o interior da oficina, da manufatura e, depois, da fábrica capitalista; rastrear as transformações do processo de trabalho que aí se desenrolam; verificar como progressivamente vai se constituindo o trabalhador coletivo, o corpo coletivo de trabalho, primeiramente na sua forma mais elementar, a *cooperação simples*, e, posteriormente, ao complexificar-se, *trabalho manufatureiro*, para depois mais tarde, no capítulo 4, verificarmos a introdução das máquinas, e, com ela, a *mecanização progressiva do processo de trabalho*.

Por hora, basta assinalar, mais uma vez, que a categoria trabalho, como qualquer categoria, é histórica e socialmente determinada; transmuta seu conteúdo ao sabor das transformações sócio-históricas, uma vez que descreve um *processo* efetivo, vivo e dinâmico, e não um conceito definitivo e estático, mesmo que em geral e abstrato, sobre as determinações que a conformam. O trabalho é hoje, como já iniciara a ser no tempo de Marx,

primeiro caso, a própria atividade – *trabalho* que produz determinado efeito útil – é equiparada a, e vendida como um valor de uso.

⁸⁸ É o que se vê também com a progressiva relevância que o trabalho imaterial (trabalho intelectual, ou *general intellect*) vai adquirindo nos dias de hoje: “Da Revolução Industrial e das sociedades pré-industriais para hoje os tempos mudaram. Em decorrência do aprofundamento da divisão social do trabalho e do emprego de equipamentos de comunicação e de armazenamento de informações particularmente poderosos, na atualidade o espaço ocupado pelo trabalho imaterial no conjunto das atividades humanas expandiu-se muito. As atividades, hoje, passam a incorporar cada vez mais tecnologias de informática, de comunicação e de automação, que por sua vez ocupam muito mais a dimensão do conhecimento, da inteligência prática e da emoção do trabalhador do que em épocas anteriores. Mesmo tradicionais atividades industriais e primárias são transformadas pela revolução tecnológica, incorporando nelas também uma grande fatia de trabalho imaterial” (Dal Rosso, 2008:30).

qualquer função social necessária à reprodução do aparelho social produtivo – seja na esfera da produção ou da circulação, no âmbito da produção ou reprodução –, e que se exerce com o fim de participar (uma vez que sua realização é remunerada) da distribuição social dos bens e serviços produzidos pelo organismo social de trabalho.⁸⁹

Nem todos os assalariados participam da produção material, do metabolismo entre homem e natureza, mas nem por isso deixam de ser, no final das contas, *trabalhadores*.⁹⁰ Todos os trabalhadores assalariados, da agricultura, da indústria ou dos serviços, vendem sua força abstrata de trabalho; ofertam seus músculos e nervos no mercado de trabalho, e, com esta venda – produzindo uma mercadoria ou prestando um determinado serviço – recebem um salário, que nada mais é do que o meio pelo qual podem adquirir uma parcela individual do estoque social de mercadorias e serviços, para os quais eles contribuíram, direta ou indiretamente, para sua produção.

Assim, para o mais amplo entendimento do trabalho contemporâneo, a categoria *função social* adquire grande relevância. Como diz Marx, no Livro II de *O Capital*, quando trata não apenas dos assalariados externos à produção imediata, mas também das outras categorias sociais que se beneficiam desta produção:

Todos os membros da sociedade que não figuram na reprodução, com ou sem trabalho, só podem obter sua quota na produção anual de mercadorias, seus meios de consumo, portanto, buscando-os na fonte, nas mãos das classes às quais cabe imediatamente a produção, os trabalhadores produtivos, os capitalistas industriais e os proprietários das terras. Desse ponto de vista, suas rendas derivam materialmente de salários (dos trabalhadores produtivos), de lucro e renda fundiária, aparecendo, portanto, como derivadas em relação àquelas rendas originais. Entretanto, os recebedores dessas rendas derivadas, no sentido considerado, obtêm-nas por meio de sua **função social** [*fonction sociale*], de rei, sacerdote, professor, soldado, prostituta etc., e **podem considerar as**

⁸⁹ É o sentido mesmo que André Gorz, de certa maneira, defende, em *Metamorfoses do trabalho*, para o trabalho contemporâneo: “... a característica mais importante desse trabalho... é ser uma atividade que se realiza na esfera pública, **solicitada, definida e reconhecida útil** por outros além de nós e, a este título, remunerada. É pelo trabalho *remunerado* (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma ‘profissão’), inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres” (Gorz, 2003:21 – grifos meus). Esta noção do trabalho remunerado, como meio de inserção social, permite compreender melhor o fenômeno das identidades sociais, que emergem a partir da inclusão dos indivíduos na esfera das relações econômicas: sentir-se útil à coletividade, e, portanto, merecedor de uma cota-parte do produto global do trabalho social, é uma das maiores necessidades sociais (e econômicas) que os indivíduos estão submetidos nos dias atuais.

⁹⁰ “De fato, os fenômenos do trabalho nas sociedades contemporâneas não são todos, nem muito menos, assimiláveis aos comportamentos do *homo faber*. As atividades do homem não são necessariamente rurais ou industriais. Não consistem exclusivamente em atividades de ‘transformação’ (...). No século XX [e definitivamente ainda mais no século XXI], o homem no trabalho não é sempre, e até o é cada vez menos, no sentido clássico do término, um *homo faber*” (Freidmann, 1992:14).

respectivas funções as fontes originais de sua renda. (Marx, 2000:423 – grifos meus).⁹¹

É evidente que determinadas funções sociais, por sua natureza, são absolutamente desnecessárias em uma forma superior e emancipada de sociedade, como as funções próprias de rei, sacerdote, soldado e prostituta. Mas o mesmo pode-se dizer para as funções de professor, educador, contador, administrador, cientista, pesquisador, músico, dramaturgo, transportador, mecânico, encarregado de limpeza, médicos, enfermeiras, etc. etc.? Os executores destas funções sociais são definitivamente trabalhadores, pois os seus trabalhos contribuem, embora muitas vezes indiretamente, para a produção e reprodução das condições materiais e sociais de existência das sociedades humanas. O desenvolvimento, complexificação e dilatação do aparelho produtivo possibilitam que parcela da população possa se dedicar a estas funções sociais autonomizadas e especializadas, ao mesmo tempo em que, numa inter-relação dialética, depende destas para continuar se reproduzindo e até mesmo evoluindo.

O que seria do desenvolvimento das forças produtivas, que elevou a produtividade do trabalho social a níveis jamais imaginados, se todos nós estivéssemos confinados à produção imediata, se não houvesse divisão social do trabalho, e, com ela a possibilidade desenvolvermos as ilimitadas e plásticas potencialidades de nossa espécie?

⁹¹ Nem é preciso dizer que aqui Sérgio Lessa encontra um lugar *aparentemente* seguro nas obras de Marx, para sustentar sua tese de que os assalariados externos ao insuprimível metabolismo entre homem e natureza seriam uma espécie de “parasitas” do proletariado que, segundo ele, diz respeito somente aos trabalhadores manuais, o operariado do campo e da cidade. Seu alvo é diretamente excluir o trabalho intelectual. Porém, repetindo Marx, assim como no homem isolado, “cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos”; assim, o que é verdadeiro para o processo de trabalho considerado individualmente, o é também para o trabalho social. Se hoje atingimos um grau fabuloso de produtividade do trabalho social, isto se deve fundamentalmente à racionalização da quase totalidade do organismo de produção; mas não apenas deste, como também o de reprodução. Evidentemente o trabalho intelectual (ou imaterial como querem alguns) e os serviços de todas as naturezas foram e continuam a ser decisivos para este processo.

Capítulo 3 – A Cooperação e a manufatura

“Há um movimento contínuo de crescimento nas forças produtivas, de destruição nas relações sociais, de formação nas idéias; de imutável, só existe a abstração do movimento – mors immortalis”
(Karl Marx, *A miséria da filosofia*).

Um antigo artesão produzia sapatos solitariamente. Obtinha o couro através de uma pequena criação de animais que possuía em volta de sua choupana, e o cortava nas várias formas necessárias, costurando-as em seguida. Por fim, colava e pregava o solado. O processo era completamente manual e poucas eram as ferramentas necessárias. Do ponto de vista técnico, e o comparando com a nossa contemporânea fabricação de calçados, o processo de trabalho era bastante simples e inteiramente passível de ser conduzido por apenas um único artesão. Bastava apenas um trabalhador individual, suas ferramentas e os materiais a trabalhar.⁹² Mas, por outro lado, é evidente que, mantido tal processo individual de trabalho, a produtividade do trabalho jamais poderia ter alcançado a gigantesca dimensão que mais tarde, ao se tornar trabalho social e coletivo, veio a atingir.

O moderno modo capitalista de produção tinha cede de produtividade. Demandava grandes volumes de valores de uso para atender uma demanda que parecia não encontrar limites ao seu crescimento. Novos mercados no novo e velho mundo, bem como no oriente próximo, surgiam subitamente, sedentos por manufaturas diversas e a bom preço. Era preciso aumentar a produtividade do trabalho; subverter o velho processo de produção artesanal; deflagrar uma efetiva revolução nos métodos de produção.

Até então o capitalista tinha sido apenas um mero comprador e vendedor de mercadorias; não havia se tornado ainda um “capitão da indústria”. Adquiria do antigo artesão – muitas vezes, um simples camponês que, nas horas ociosas do trabalho em sua pequena lavoura, produzia algum tipo de manufatura, sapatos, fios, tecidos, couro, bordados, etc.⁹³ – as

⁹² Vejamos um outro exemplo de trabalho artesanal: “O marceneiro concebe e executa, plaina ou galorpa na mão, esculpe, dá polimento, enverniza, acaba a sua arca e aprecia-a ele mesmo com a sua prática. Nada o separa do seu material, da sua obra. O utensílio, tem-no ele na mão como um prolongamento dessa mão que o conhece, o adapta e o maneja como quer – o seu utensílio, prolongamento do seu corpo, da sua habilidade e da sua arte. Pelo menos dantes era assim”. (Friedmann, 1968:31/32).

⁹³ E. P. Thompson, em *Costumes em comum*, chama à atenção até mesmo para a variedade de tarefas que este camponês-artesão executava em sua choupana no final do século XIX: “... alguns trechos do diário de um tecelão agricultor metódico em 1782-3 podem nos dar uma idéia da variedade das tarefas. Em outubro de 1782, ele ainda estava trabalhando na colheita e na debulha, além de fazer seu trabalho de tecelão. Num dia chuvoso, ele podia tecer 8,5 ou nove jardas; no dia 14 de outubro, ele entregou a peça de tecido pronta, e por isso teceu apenas 4,75 jardas; no dia 23, ele ‘trabalhou fora de casa’ até as três horas, teceu duas horas antes do anoitecer, ‘remendou o

mercadorias com as quais procurava obter algum lucro, vendendo-as acima do que estas haviam lhe custado. Era um mercador e não um industrial. Seus ganhos advinham da exploração do capital-mercantil e não do capital produtivo – embora fosse da produção dos artesões, da apropriação de seu trabalho excedente, que tal ganho pudesse ser obtido.

Era preciso, então, dado a crescente demanda, apoderar-se do processo produtivo; tomá-lo das mãos do modesto artesão, criar uma nova ordem industrial, e, com isto, pouco a pouco, elevar a produtividade do trabalho e com ela os lucros.⁹⁴ Aos poucos, o nascente capitalista foi adquirindo a percepção da necessidade de conduzir diretamente o processo de trabalho, de lhe conferir uma racionalidade própria à da contabilidade capitalista: mensurar e avaliar tudo em termos econômico-monetários; encontrar e eliminar desperdícios inúteis; adotar métodos mais efetivos e econômicos de se fazer mais dinheiro com o já empregado. Deste ponto foi apenas um passo para que a racionalização da produção se tornasse o alvo central das preocupações da nascente classe industrial capitalista.

O primeiro esforço de racionalização foi trazer os artesões para a órbita de controle de seu empregador – e controle é tudo quando se deseja racionalizar um processo que fundamentalmente se assenta sobre a atividade de seres dotados de vontade própria. “O capital personificado, o capitalista”, diz Marx, “cuida para que o trabalhador realize sua tarefa com esmero e com o grau adequado de intensidade” (Marx, 2001:356). Garantir que os trabalhadores apenas utilizassem a quantidade necessária do material a ser trabalhado, foi a primeira imensa batalha encampada pelo emergente senhor da indústria contra sua dependência diante dos trabalhadores dispersos do artesanato.⁹⁵ Seu controle direto do

casaco à noite’. No dia 24 de dezembro, ‘teci duas jardas antes das onze horas. Empilhei o carvão, limpei o telhado e as paredes da cozinha, e adubei a terra até as dez horas da noite’” (Thompson, 1998:281). Prossegue, então, dizendo que “Além de trabalhar na colheita e na debulha, fazer manteiga, cavar vala e cuidar do jardim”, o mesmo tecelão agricultor, no dia 25 de janeiro, “teceu duas jardas, caminhou até uma vila vizinha, realizou ‘diversos trabalhos na roda do tear e no quintal, e à noite escreveu uma carta’. Outras ocupações compreendiam vender mercadorias com um cavalo e uma carroça, colher cerejas, trabalhar na represa de um moinho, assistir à reunião de uma associação batista e a um enforcamento público” (Idem).

⁹⁴ Maurice Dobb, em *A evolução do capitalismo*, indica que o capitalista em embrião, o mercador-fabricante, já exercia sobre o produtor um certo grau de controle através de uma “relação privada de dependência entre uma *clientèle* privada de artesãos”. Não se ocupava da produção, mas da compra e venda do trabalho dos camponeses artesãos dispersos. Seu controle sobre estes, se limitava ao estabelecimento de uma espécie de monopólio do direito de compra e venda de seus produtos. Ora, “Quando esse controle atingiu certo ponto, começou a modificar o caráter da própria produção – o mercador-fabricante se beneficiava simplesmente com o modo de produção existente e aumentava a pressão econômica sobre os produtores, mas mudando o modo de produção aumentava sua produtividade” (Dobb, 1974:162).

⁹⁵ “É compreensível, portanto, o fanatismo com que o capitalista procura economizar meios de produção. Que nada se perca nem se desperdice, que os meios de produção só se utilizem da maneira requerida pela própria produção, depende do adiestramento e da formação dos trabalhadores e ainda da disciplina que o capitalista exerce sobre os trabalhadores combinados, a qual seria desnecessária num sistema social em que os trabalhadores trabalhassem por sua conta, como quase já se observa hoje no trabalho por peça” (Marx, 2008:116).

processo de trabalho não possuía outro objetivo senão evitar as fraudes, os roubos, o trabalho malfeito e em menor quantidade, tudo aquilo que poderia acarretar em perdas consideráveis para seu capital – o que também o permitia apropriar-se de uma fatia maior do que era produzido (obtendo com isto uma maior mais-valia, ou lucro), quando os trabalhadores não estavam sob seu comando. Assim, fez surgir um novo tipo de trabalho: um trabalho não mais individual, solitário, auto-determinado; mas, agora, coletivo, cooperado e submetido ao comando e organização capitalista do trabalho.

De agora em diante, aquele nosso solitário sapateiro, passará a trabalhar com outros artesões sapateiros. Talvez estes venham a cooperar entre si – um cortando o couro, outro costurando, e um terceiro colando e pregando a sola –, ou talvez a produzir um sapato exatamente como antes, do início ao fim, individualmente. Mas, a partir de então, compartilhará com os colegas as mesmas instalações (a oficina manufatureira), a mesma iluminação e aquecimento, o mesmo estoque de matérias-primas, talvez até mesmo as mesmas ferramentas, e, sobretudo, estará submetido, como todos os outros, a um mesmo senhor. Dele receberá, em troca de seu trabalho (ou mais precisamente, das mercadorias que faz nascer com ele), um salário. Nada além do suficiente para mantê-lo apto para voltar, no dia seguinte, à oficina e trabalhar novamente.

Pouco a pouco, a aglomeração de trabalhadores em uma oficina vigiada e administrada pelo capitalista será insuficiente para ampliar a produtividade do trabalho. Surgirá a necessidade de transformar ainda mais o trabalho artesanal individual em trabalho coletivo e combinado. Não basta ter trabalhadores trabalhando no mesmo local, é preciso fazer com que estes entrem em efetiva combinação, que façam parte de um corpo de trabalhadores onde o trabalho de um seja a condição para a realização do trabalho de todos, de tal modo que se possa obter uma melhor emulação entre seus trabalhos individuais. É preciso que o processo de produção seja subdividido em suas partes constituintes, e que suas diversas funções parciais sejam executadas por trabalhadores também parciais: especializar o trabalhador para que ele possa realizar uma tarefa mais rapidamente, do que se tivesse que realizá-la dentro de um conjunto total de operações sucessivas de produção. Surge, então, o princípio da divisão manufatureira do trabalho.

Com isto o processo de trabalho está se metamorfoseando: de individual e isolado, para coletivo e combinado. Não se trata mais de um único indivíduo que através de seu trabalho produz completamente, do início ao fim, um valor de uso. Sob o controle das relações capitalistas de produção, o processo de trabalho está sendo revolucionado: enfrenta grandes transformações que seguem o sentido preciso, de uma crescente produtividade

derivada do caráter social que este vai cada vez mais assumindo. Em breve nenhum trabalhador isoladamente poderá dizer: “isto é meu, é meu produto, o guardarei para mim, pois fui eu quem o produziu”.⁹⁶

Nosso horizonte perseguido neste capítulo tem muito em comum com o do capítulo anterior. Estamos querendo retratar o desenvolvimento concreto do trabalho social fora e no interior da oficina, da manufatura, ou da grande indústria, conforme este é apreendido pela teoria social marxiana. A diferença está em que no capítulo passado desejávamos destacar a distinção de espécie entre divisão social e manufatureira do trabalho, tratando, sobretudo, da divisão social do trabalho e do trabalho social, para somente agora, abordarmos decididamente o processo de trabalho mesmo, e, com ele, a cooperação e a divisão do trabalho no interior da oficina e manufatura capitalista. Devemos, então, passar a observar como o processo de trabalho é revolucionado pelo modo capitalista de produção; como o trabalho social, no interior das unidades de produção, se torna trabalho cooperado, coletivo, combinado. Mais uma vez aqui, iremos perceber as armadilhas teóricas, que uma análise do trabalho a partir apenas do fundamental metabolismo entre homem e natureza tem para compreensão da categoria trabalho, pois o processo de trabalho já não mais pode ser entendido, analisando-se abstratamente a figura isolada de um trabalhador em seu trabalho – pois o produto final não é mais o resultado direto da atividade de um indivíduo, mas do corpo coletivo de trabalho, onde o trabalho das partes isoladamente não diz nada de substancial a respeito do todo. Nem todos os trabalhadores envolvidos na produção efetuam qualquer transformação de forma sobre o objeto de trabalho, mas nem por isso, suas atividades, desempenhadas no interior do trabalho coletivo, deixam de ser fundamentais para o resultado final e global do processo de produção.

Mas há algo mais a dizer, antes de iniciarmos a análise da cooperação e da divisão manufatureira do trabalho que se desenvolvem com o modo capitalista de produção. Estamos, neste momento, discutindo as transformações técnicas e históricas do processo de trabalho que foram investigadas e teorizadas por Marx, fundamentalmente na Parte Quarta – “A produção da mais-valia relativa” de *O Capital*. Estas transformações seguiram um fluxo histórico (não no sentido linear e rigorosamente cronológico, mas técnico; uma espécie de história da técnica) que desembocou no advento da produção mecanizada – e que, no fim das contas, é o fenômeno histórico que este trabalho oferece como o objeto central de sua

⁹⁶ Aqui, os leitores poderão corretamente deduzir que estou reproduzindo uma citação de Hodgskin utilizada por Marx nos *Grundrisse*: “Nem bem se desenvolve a divisão do trabalho, quase todo trabalho de um indivíduo é uma parte de um todo, sem valor ou utilidade por si mesma. Não há nada que o trabalhador possa tomar e dizer: isto é meu, isto é meu produto, o guardarei para mim” (Hodgskin *apud* Marx, 1973:233).

investigação e análise. Assim, nosso objetivo não é apenas tornar a categoria trabalho ainda mais rica de determinações, aproximando-a de sua efetiva realidade concreta, mas prepara um caminho amplamente seguro, para examinarmos a história da mecanização do processo de trabalho no século XIX – o século em que Marx viveu, e o qual teorizou intensamente. Assim, iniciemos, então, sempre conduzidos por Marx, nosso itinerário através das transformações técnicas do processo capitalista de trabalho.

Quem se debruça sobre os capítulos da Parte Quarta – “A produção da mais-valia relativa” e por estes se conduz, numa leitura apressada e muitas vezes enviesada de preconceitos, pode sustentar, ao cabo, que Marx edifica uma descrição supostamente “histórico-evolutiva” das transformações do processo capitalista de produção e de trabalho. Esta descrição evolutiva se iniciaria com a cooperação simples (Capítulo XI), passando pela manufatura (Capítulo XII), até chegar à maquinaria (Capítulo XIII). Nada mais falso. De fato, todas as categorias marxianas são invariavelmente históricas; descrevem processos de desenvolvimento histórico. Mas isto não quer dizer que a exposição corresponda a uma cronologia histórica, e muito menos de tipo evolutiva ou linear – “É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de investigação” (Marx, 2001:28).

A História, ou a “Ciência da História”, é, inegavelmente, o campo de investigação privilegiado do método materialista dialético, uma vez que parte (ou, pelo menos, deveria partir) de relatos (nem sempre perfectíveis, é claro) de fatos concretos e vivos da realidade social. Entretanto, Marx muitas vezes nos alertou para o fato de que a correta investigação de um dado fenômeno histórico, nem sempre pode ser obtida seguindo-se a seqüência temporal na qual os eventos se processaram. Muitas vezes, é preciso partir da própria relação mais complexa e acabada, da categoria mais rica em determinações, para se chegar à exposição mais precisa do processo de sua gênese e de seu desenvolvimento – o que não seria possível procurando, desde partida, seu início em um momento já bastante afastado no tempo e, portanto, menos acessível à investigação. É verdade que muitas vezes a seqüência histórica possa coincidir com a exposição ou mesmo com a investigação, mas apesar disso, embora cooperação simples, manufatura e maquinaria sejam categorias produzidas através de investigações histórico-sociais, são, antes de tudo, *categorias analíticas*: dizem respeito, no plano teórico-analítico, ao progresso da técnica e, sobretudo, à subsunção progressiva do trabalho ao capital (subsunção formal e real), e não a uma caracterização, uma representação, de um quadro de desenvolvimento histórico em termos evolutivos, lineares ou cronológicos.

Do ponto de vista do capital, mesmo a produção tocada através da cooperação simples pode ser imensamente satisfatória e até melhor desejada pelo capitalista do que o método de subdividir o trabalho ou de mecanizá-lo. Isto explicaria por que, por exemplo, na produção de calçados em Franca, no interior de São Paulo, há décadas vê-se ressurgir – com características regionais muito particulares – o sistema doméstico e o trabalho artesanal.⁹⁷ Da mesma forma, pode a manufatura, em muitos processos produtivos, ser a única forma tecnicamente possível de exploração capitalista do processo de trabalho – sobretudo naqueles em que a sua mecanização total seja, de alguma forma, técnica e economicamente inviável, como, por exemplo, e por muito tempo, foi impossível automatizar a etapa de montagem na indústria automotiva.⁹⁸ Mas há também situações em que os salários são tão baixos, que é economicamente mais viável manter a produção manufatureira do que mecanizá-la. A questão de saber qual método deve ser empregado depende sempre, em última análise, e em se tratando de produção capitalista, de qual permitirá maiores lucros. Há, no entanto, uma nítida tendência de desenvolvimento na história das transformações do processo capitalista de produção, que inegavelmente descrever duas sucessões intimamente relacionadas e concomitantes: a que vai, no plano analítico (e somente no plano analítico), do menos para o mais tecnicamente desenvolvido, e, outra, que representa um progressivo grau mais elevado e efetivo de subsunção do trabalho ao capital. Marx soube magnificamente representar estas duas sucessões inter-relacionadas.

Ora, isto significa dizer que a seqüência de capítulos adotada por Marx na Parte Quarta de *O Capital*, na verdade, não expõe um processo de sucessão histórica (uma seqüência cronológica), mas técnica e de graus de independização do capital em relação ao trabalho. O início se dá com a cooperação simples, a forma básica de cooperação no interior dos processos produtivos, onde o trabalho coletivo é a base fundamental e no qual não se processam grandes alterações, do ponto de vista técnico, nos métodos de trabalho herdados de formações sociais passadas; posteriormente é incorporado o princípio da divisão manufatureira do trabalho, em que as etapas do processo produtivo são subdivididas e confiadas, individualmente, a diferentes trabalhadores, criando um corpo combinado de trabalho onde o capital representa a unidade na qual aqueles constituem as partes; e, por fim, a mecanização progressiva do processo de trabalho, onde não mais o trabalho desempenha o

⁹⁷ É interessante à respeito desta questão, remeter os leitores ao interessante artigo de Vera Lúcia Navarro, “A reestruturação produtiva na indústria de calçados de Franca/SP”, contido na Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, *Idéias*, ano 9 (2) – 10 (1); 2002/2003.

⁹⁸ Uma excelente referência para este assunto é o livro de Horst Kern e Michael Schumann, *El Fin de la División del trabajo? Racionalización actual, determinación de las tendencias*, (Kern & Schumann, 1988).

papel central na produção e sim o capital fixo que se objetiva na maquinaria. Como veremos melhor, o trabalho em cooperação simples é, do ponto de vista puramente técnico, menos produtivo e o capital ainda mais dependente do trabalho do que o na manufatura, que, por sua vez, é menos produtivo do que o trabalho com máquinas, onde, enfim, o capital encontra a sua forma mais acabada e de maior grau de autonomia em relação ao trabalho.⁹⁹

E produtivo aqui tem um sentido muito específico: significa dizer que com o mesmo volume de trabalho e no mesmo espaço de tempo, determinado método de produção possibilita número maior de valores de uso do que outro.¹⁰⁰ Desta forma, a sucessão cooperação simples, manufatura e maquinaria descreve um avanço no campo da técnica e uma maior margem de liberdade do capital em relação ao trabalho, não uma seqüência histórica rigorosa. A maquinaria constitui o ápice desta sucessão, o grau mais elevado de progresso técnico e de subsunção do trabalho ao capital. É aquele progresso e esta subsunção que devemos examinar melhor a partir deste momento.

A cooperação é o fundamento de todos os métodos de produção da mais-valia relativa. Cooperação simples, manufatura ou mesmo a grande indústria mecanizada são formas particulares de cooperação.¹⁰¹ Mas, o próprio fundamento da cooperação está justamente no progressivo caráter social que o trabalho vai adquirindo, à medida que as transformações sociais vão forçando a indústria humana a aumentar sua produtividade. É por isto que foi necessário tratar primeiramente de trabalho social, ou, o que é o mesmo, de divisão social do trabalho, antes de analisarmos a cooperação em si mesma.

Mesmo a maquinaria, cuja tendência imanente – como veremos no próximo capítulo – é a de reduzir a aplicação de trabalho humano, exige diretamente trabalho cooperado.

⁹⁹ Em os *Grundrisse*, Marx afirmará, ainda mais enfaticamente, a maquinaria como a forma mais adequada de capital fixo e em geral: “Na máquina, e ainda mais na maquinaria enquanto sistema automático, o meio de trabalho está transformado – conforme o seu valor de uso, isto é, a sua existência material – em uma existência adequada ao capital fixo e ao capital em geral, e na forma sob a qual o meio de trabalho, enquanto meio imediato de trabalho, se inclui no processo de produção do capital, é superado sob uma forma posta pelo capital e a ele correspondente” (Marx, 1973:218).

¹⁰⁰ “Entendemos aqui por elevação da produtividade do trabalho em geral uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir, com a mesma quantidade de trabalho, quantidade maior de valor-de-uso” (Marx, 2001:365).

¹⁰¹ Marx afirma, em algumas passagens do Livro III de *O Capital*, que mesmo as economias das condições de produção advindas das três formas de produzir mais-valia relativa que estamos analisando, decorrem, em última análise, do trabalho socialmente combinado. É o que, por exemplo, podemos depreender no que se segue: “Conforme já acentuamos, ao tratar da cooperação, da divisão do trabalho e da maquinaria, a economia nas condições de produção, característica da produção em grande escala, decorre essencialmente de funcionarem elas como condições do trabalho social, socialmente combinado, como condições sociais do trabalho, portanto. No momento de produção, consome-as em comum uma coletividade de trabalhadores; não são consumidas fragmentariamente por uma massa de trabalhadores desligados entre si ou que, no máximo, só em pequena escala cooperam de maneira direta” (Marx, 2008:111).

Primeiro, por que sua aplicação apenas se faz, técnica e economicamente, viável no interior da produção em larga escala, e que, inevitavelmente, exige concentração e combinação de muitos trabalhadores; segundo, porque mesmo a “máquina automática mais aperfeiçoada”, fosse no final do século XIX, ou, hoje, no início do século XXI (e, portanto, após décadas de desenvolvimento tecnológico), “não elimina o trabalho humano de forma absoluta: é preciso um operário para conduzi-la” (Mantoux, s/d: 177);¹⁰² e, por último, seu desenvolvimento é resultado de outro tipo de trabalho social e coletivo de caráter mais universal: sua existência torna-se possível apenas com a acumulação material, cultural e científica legada pelas gerações passadas. Portanto, a maquinaria é produto tanto do trabalho social, da divisão do trabalho e do trabalho coletivo imediato, de ontem e de hoje, quanto do *general intellect* – o trabalho universal (ou geral); trabalho científico.¹⁰³

Para iniciar nossa análise sobre o trabalho coletivo, ou simplesmente cooperação, é interessante dissipar uma possível confusão entre duas categorias conexas, mas distintas no plano analítico. Uma leitura apressada do capítulo XI – “Cooperação”, da Parte Quarta de *O Capital*, pode gerar a falsa percepção de que *cooperação em geral* e *cooperação simples* (e, portanto, em particular), apesar de possuírem o mesmo conteúdo e caráter, sejam categorias idênticas.

Marx diz que a cooperação é “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (Marx, 2001:378); é a definição dada à cooperação em geral, à categoria cooperação em sua universalidade. Somente “Quando os trabalhadores se completam mutuamente, fazendo **a mesma tarefa ou tarefas da mesma espécie**, temos a cooperação simples” (Idem: 380 – grifos meus).¹⁰⁴ Assim, Marx completa caracterizando a cooperação simples como “o germe de espécies mais desenvolvidas de cooperação”, e que será sempre “a forma predominante nos ramos de produção em que o capital opera em grande

¹⁰² Se não para conduzi-la, pelo menos para vigiá-la e regulá-la: “... o desenvolvimento da maquinaria como sistema automático, quando levado às últimas conseqüências (basta lembrar a automação, que se difunde hoje [final da década de 1960]), revoluciona radicalmente a natureza do processo de trabalho, pois outorga ao trabalhador a função, totalmente modificada, de um mero ‘vigilante e regulador’ desse processo” (Rosdolsky, 2001:207).

¹⁰³ “Importa distinguir, observemos incidentalmente, entre trabalho universal [*general intellect*] e trabalho coletivo. Ambos têm função no processo de produção, ambos se entrelaçam, mas, ao mesmo tempo, se distinguem. Trabalho universal é todo trabalho científico, toda descoberta, toda invenção. É condição dele, além da cooperação com os vivos, a utilização do trabalho dos antecessores. O trabalho coletivo supõe a cooperação imediata dos indivíduos” (Marx, 2008:139). Daí se percebe a importância que o trabalho de caráter mais intelectual tem para Marx e que autores como Sérgio Lessa (Lessa, 2007) procuram a todo custo reduzir, senão eliminar.

¹⁰⁴ Na tradução em espanhol não aparece explicitamente “cooperação simples”, mas “forma de trabajo colectivo, que es la más sencilla” (Marx, 1999:264).

escala, sem que a divisão do trabalho e a maquinaria desempenhem papel importante” (Idem: 388).

Toda vez que o processo produtivo exigir um coletivo de trabalhadores, seja na oficina, na manufatura ou na grande indústria mecanizada, haverá trabalho cooperado no sentido estabelecido por Marx, ou seja, de que muitos indivíduos trabalham juntos. A cooperação em sua forma mais simples é aquela onde os trabalhadores são apenas reunidos no mesmo local; trabalham lado a lado, realizando a mesma tarefa, mas sem haver divisão técnica do trabalho ou emprego de maquinaria de forma substancial.

Ao isolar analiticamente a cooperação simples da cooperação em geral, Marx desejava ressaltar haver, mesmo na cooperação em sua feição mais simples (ou seja, sem divisão do trabalho ou emprego de maquinaria), pela simples existência de um corpo coletivo de trabalhadores, um evidente ganho de produtividade em relação ao trabalho individual. E o que explica este ganho de produtividade? Segundo Marx:

Mesmo não se alterando o método de trabalho, o emprego simultâneo de grande número de trabalhadores opera uma **revolução nas condições materiais do processo de trabalho**. Construções onde muitos trabalham, depósitos para matéria-prima etc., recipientes, instrumentos, aparelhos etc. que servem a muitos simultânea e alternadamente, em suma, uma parte dos meios de produção é agora utilizada em comum no processo de trabalho... **Meios de produção utilizados em comum cedem porção menor de valor a cada produto isolado**, seja porque o valor total que transferem se reparte simultaneamente por quantidade maior de produtos, seja, porque, em comparação com os meios de produção isolados, entram no processo de produção, em virtude de sua maior eficácia, com valor relativo menor, embora representem valor absoluto maior. Por isso, **diminui a porção de valor do capital constante** que se transfere a cada produto isolado, e, na proporção dessa queda, cai o valor global da mercadoria... **Essa economia no emprego dos meios de produção decorre apenas de sua utilização em comum no processo de trabalho**. E esses meios adquirem esse caráter de condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho em comparação com os meios de produção esparsos e relativamente custosos de trabalhadores autônomos isolados ou de pequenos patrões, **mesmo quando os numerosos trabalhadores reunidos não se ajudam reciprocamente**, mas apenas trabalham no mesmo local. Uma parte do instrumental ou dos meios de trabalho adquire esse caráter social antes que o processo de trabalho o conquiste” (Marx, 2001:378 – grifos meus).

São os chamados “ganhos de escala” que se obtém com a formação, a partir do trabalho em cooperação, do que Marx chamará, em diversas passagens, de o *trabalhador*

coletivo. A melhor caracterização desse trabalhador coletivo será dada por Marx no início do capítulo XIV – “Mais-valia absoluta e mais-valia relativa”:

Enquanto o processo de trabalho é puramente individual, um único trabalhador exerce todas as funções que mais tarde se dissociam. Ao apropriar-se individualmente de objetos naturais para prover sua vida, é ele quem controla a si mesmo; mais tarde ficará sob o controle de outrem. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem pôr em ação seus músculos sob o controle de seu cérebro. Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro [*trabajo mental; travail intellectuel*] e o das mãos [*trabajo manual; travail manuel; the labour-process unites the labour of the hand with that of the head*]. Mais tarde, se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários [*hasta enfrentarse como factores antagónicos y hostiles; deadly foes*]. **O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo** [*obrero colectivo; collective labourer; travailleur collectif*], **isto é, de uma combinação de trabalhadores** [*personal obrero combinado; a combination of workmen*], **podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho**. A conceituação do trabalho produtivo e de seu executor, o trabalhador produtivo [*el obrero que produce*], amplia-se em virtude desse caráter cooperativo do processo de trabalho. Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho [*intervención manual directa en el trabajo; to do manual work*]; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionadas. A conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material [*the very nature of the production of material objects*], continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto [*como colectividad*]. Mas não se aplica mais a cada um de seus membros, individualmente considerados (Marx, 2001:577 – grifos meus – grifos meus).¹⁰⁵

¹⁰⁵ Sérgio Lessa utilizará esta passagem, em que Marx afirma que o trabalho manual e intelectual “se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários” para sustentar que o trabalho intelectual (que ele reduz a apenas trabalho de controle e direção capitalista) não faça parte do trabalhador coletivo – e isto mesmo Marx afirmando também que “Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo”. Dirá, por exemplo, que “não há qualquer justificativa para, a partir da expressão ‘mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho’ postular-se que o trabalhador intelectual faria parte do trabalhador coletivo” (Lessa, 2007:190/191). Tive oportunidade de rebater esta tese em um artigo publicado no início de 2009, intitulado “Questão de classe (social): o proletário de Marx segundo Sérgio Lessa” (Teixeira, 2009), e, portanto, não me alongarei nesta discussão. Ressalto, apenas de passagem, a complexidade que o trabalho coletivo vai adquirindo com o desenvolvimento do regime capitalista de produção, e que, por este motivo, não pode ser reduzido tão somente ao trabalho imediato de transformação; ao trabalho manual, enfim. A divisão sistemática do trabalho no interior das unidades de produção exige diferentes funções e o desempenho de diversas atividades, muitas das quais apartadas do trabalho manual, mas nem por isso menos fundamentais para o resultado global da produção. Conquanto o trabalho puramente intelectual, por exemplo, de pesquisa, planejamento, preparação, coordenação, direção, etc. não realize nenhuma transformação concreta e efetiva, é esse o responsável por uma radical *potencialização* do trabalho manual, sem

Observamos que a categoria de trabalhador coletivo, na forma que aparece aqui, refere-se ao trabalho combinado de trabalhadores no interior de determinada unidade de produção, e não ao trabalho coletivo em escala social. Quando Marx deseja referir-se a este utiliza, de forma mais apropriada, a categoria de trabalho social ou trabalho social global. Em adição, o que fundamentalmente se destaca nesta caracterização do trabalhador coletivo é o fato do trabalho individual, mesmo não “executando uma tarefa de manipulação do objeto”, realizar trabalho produtivo simplesmente por fazer parte daquele. Em uma determinada fábrica, nem todos os trabalhadores estão diretamente vinculados à produção imediata. Haverá técnicos, pesquisadores, auxiliares de escritório, contadores, administradores, faxineiros, mecânicos, etc., ao lado dos operários propriamente ditos. Mas seus trabalhos especializados serão tão fundamentais para o resultado final da produção, quanto o de qualquer operário. Eles formam a unidade entre concepção e execução, trabalho intelectual e manual, tão fundamental ao processo de trabalho de que Marx fala. Seu ataque e crítica a esta especialização e repartição das funções dirige-se à cristalização destas em uma oposição: trabalho intelectual, de um lado, e trabalho manual, de outro. Veremos, no último capítulo, que Marx acreditava ser o “sistema automático de máquinas”, o meio pelo qual se poderia superar esta oposição, fazendo de cada trabalhador um regulador do processo produtivo, e, desta forma, pondo fim ao princípio da divisão manufatureira do trabalho.

Os ganhos de produtividade oriundos do trabalho coletivo não decorrem, segundo Marx, “da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva” (Idem: 379) – é a realização do princípio dialético de Hegel no qual as “modificações quantitativas, além de certo ponto, se transformam em modificações qualitativas” (Idem: 355). Mas como pode a união das forças produtivas individuais criar uma nova força produtiva, a força produtiva coletiva, em que a soma das partes fica aquém do resultado global obtido com sua combinação? Segundo Marx, uma das respostas a esta questão repousa no fato de que o trabalho em grupo suscita a emulação entre os seus participantes:

Pondo de lado a nova potência que surge da fusão de muitas forças numa força comum, o simples contato social, na maioria dos trabalhos produtivos, provoca **emulação** entre os participantes, animando-os e estimulando-os [*stimulation of the animal spirits*], o que

o qual a produtividade do trabalho humano não teria ultrapassado aquela escala primitiva, suficiente apenas para a manutenção de padrões bem modestos subsistência.

aumenta a capacidade de realização de cada um, de modo que uma dúzia de pessoas, no mesmo dia de trabalho de 144 horas, produz um produto global muito maior do que 12 trabalhando isolados, dos quais cada um trabalha 12 horas, ou do que um trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos. **É que o homem, um animal político, segundo Aristóteles, é por natureza um animal social** (Idem: 379 – grifos meus).¹⁰⁶

Não apenas isto. Acrescenta também um princípio muito peculiar à química: o do aumento da velocidade de reação pelo acréscimo do contato entre as substâncias a reagir. Isto é, se uma substância A tem de reagir com outra B, pode-se obter um resultado final mais rápido apenas aumentando-se a superfície de contato. É o que, de certa forma, analogamente Marx observa ao afirmar – utilizando o exemplo de uma construção que é “atacada ao mesmo tempo de vários lados” – que “o trabalhador coletivo [*a body of men working*] tem olhos e mãos em todas as direções e possui, dentro de certos limites, o dom da ubiqüidade. Concluem-se ao mesmo tempo diversas partes do produto que estão separadas no espaço” (Marx, 2001:380). No entanto, há ainda outros vários motivos apontados por Marx, ao todo, nove, que fazem do trabalho coletivo mais produtivo que o trabalho individual. São eles sumarizados na seguinte passagem:

“Comparando-se com uma soma igual de jornadas de trabalho individuais, isoladas, produz a jornada de trabalho coletiva [*the combined working-day*] maiores quantidades de valor-de-uso e reduz, por isso, o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. A jornada coletiva tem essa maior produtividade, ou [1º] por ter elevado a potência mecânica do trabalho; [2º] ou por ter ampliado o espaço que atua o trabalho; [3º] ou por ter reduzido este espaço em relação à escala da produção; [4º] ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico; [5º] ou por despertar a emulação [*excites emulation*] entre os indivíduos e animá-los [*raises the animal spirit*], [6º] ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade; [7º] ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo; [8º] ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso em comum; [9º] ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. Em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva [*the combined working-day*] é a

¹⁰⁶ Mais uma vez, aqui, Marx demonstra compreender a humanização do homem mais como o resultado das relações sociais do que do trabalho. Em nota ele dirá: “A definição de Aristóteles diz propriamente que o homem é por natureza um cidadão, habitante de uma cidade. Ela corresponde à Antiguidade clássica do mesmo modo que a definição de Franklin, de ser o homem um animal que faz instrumentos, corresponde ao espírito ianque” (Marx, 2001:379, n.13). Percebe-se que, mesmo aquela distinção de Franklin entre homens e animais dada pelo fato de os aqueles construírem suas ferramentas de trabalho, o *toolmaking animal*, é criticada por Marx. A natureza humana, a especificidade humana, é produto das relações sociais; fazer instrumentos de trabalho poderia ser agrupado, e mesmo assim com imperfeições, àquele conjunto de atributos que distingue o trabalho humano do trabalho animal, mas não o homem da natureza.

força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na própria cooperação. Ao cooperar com outros de acordo com um plano [‘de acordo com um plano’ não aparece na edição em inglês], desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie” (Marx, 2001:382).

Tecnicamente, estão demonstradas as razões por que o trabalho em cooperação, o trabalhador coletivo, é mais produtivo que o trabalho individual, isolado, de produtores independentes. Fica evidente que a organização coletiva do trabalho, por seu evidente ganhos de escala, para Marx, é tecnicamente mais eficaz na produção de bens do que a que pode ser obtida por pulverizadas e menores unidades individuais de produção. Sempre defenderá a produção coletivizada, seja na indústria ou no campo, mas, contudo, tendo a propriedade dos meios de produção passada efetivamente para as mãos dos próprios produtores diretos.

Mas vê-se, porém, que, sob o regime capitalista de produção, este ganho de eficiência produtiva ocorre em benefício do capitalista, o proprietário das condições objetivas do trabalho, e não do coletivo de trabalhadores.¹⁰⁷ O resultado final da produção depende imensamente – mesmo quando a mecanização já está bastante avançada – do trabalho coletivo; mas, entretanto, os produtos deste trabalho em cooperação não pertencem aos trabalhadores, é propriedade do capitalista. Este agrupa, num coletivo, aqueles para que produzam, sempre em maior escala, para seu ganho. E se este ganho é, em virtude do trabalho coletivo, uma magnitude sempre crescente, isto se deve, segundo Marx, à redução do tempo de *trabalho socialmente necessário*, e, concomitantemente, ao aumento do *trabalho excedente*, produtor de mais-valia.

Porém este ganho de produtividade, em função do caráter social do trabalho, tem para o capitalista também o seu reverso, pois, como dirá Marx, “com a quantidade dos trabalhadores simultaneamente empregados, cresce sua resistência, e com ela, necessariamente, a pressão do capital para dominar essa resistência” (Idem: 384). Aqui, ao tratarmos da oposição dos trabalhadores ao domínio do capitalista e a seu controle do

¹⁰⁷ E vê-se desenvolver, então, a falsa aparência de que este ganho é inerente ao capital e não ao trabalho coletivo: “A força produtiva do trabalho coletivo [*the productive power developed by the labourer when working in co-operation*] desenvolve-se gratuitamente quando os trabalhadores são colocados em determinadas condições, e o capital coloca-os nessas condições. Nada custando ao capitalista a força produtiva do trabalho coletivo, não sendo ela, por outro lado, desenvolvida pelo trabalhador antes de seu trabalho pertencer ao capital, fica **parecendo** que ela é força produtiva natural e imanente do capital” (Marx, 2001:386 – grifos meus). Não acho necessário chamar a atenção dos leitores, para a importância que os termos “aparência” e “essência” têm no texto de Marx. Isto vai ficando, por si só, cada vez mais evidente a cada nova citação que dele utilizarmos.

processo de trabalho, precisamos fazer um comentário sobre o papel que este último assumirá no interior do trabalhador coletivo.

“Todo o trabalho diretamente social ou coletivo, executado em grande escala”, segundo Marx, “exige, com maior ou menor intensidade, uma direção [*authority*] que harmonize as atividades individuais e preencha as funções gerais ligadas ao movimento de todo o organismo produtivo [*the action of the combined organism*], que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerados” (Idem). Ora, faz parte da natureza mesmo do processo de trabalho coletivo, a coordenação e direção dos trabalhos individuais – a direção e superintendência é uma função derivada do próprio caráter do trabalho coletivo. Entretanto, “Essa função de dirigir [*work of directing*], superintender e mediar [*adjusting*], assume-a o capital logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo” (Idem). Assim, não cabe ao próprio corpo social de trabalhadores a função de coordenar seus trabalhos; esta função é apropriada logo de partida pelo capitalista. É por esse motivo que Marx diz: “O capitalista não é capitalista por ser dirigente industrial, mas ele tem o comando industrial porque é capitalista [*It is not because he is a leader of industry that a man is a capitalist; on the contrary, he is a leader of industry because he is a capitalist*]” (Idem: 385). Mas não necessariamente sempre o capitalista assumirá esta função de direção:

De início, o capitalista em germe liberta-se do trabalho manual [*actual labour*] quando seu capital atinge aquela magnitude mínima em que começa a produção capitalista propriamente dita. Com o desenvolvimento, o capitalista se desfaz da função de [*the work of*] supervisão direta e contínua dos trabalhadores isolados e dos grupos de trabalhadores, entregando-a a um tipo especial de assalariados [*special kind of wage-labourer*]. Do mesmo modo que um exército, a massa de trabalhadores [*industrial army of workmen*] que trabalha em conjunto sob o comando do mesmo capital precisa de oficiais superiores (dirigentes, gerentes) e suboficiais (contramestres, inspetores, capatazes, feitores [não há menção destes dois últimos na edição em inglês]), que, durante o processo de trabalho comandam em nome do capital [*capitalist*]. O trabalho de supervisão torna-se sua função exclusiva (Idem)

Esta é a gênese da gerência capitalista. O processo coletivo de trabalho necessita de uma coordenação; ela existirá, primeiramente, na figura do próprio capitalista, e, em seguida, na figura de assalariados pagos para comandarem em seu nome. Em adição, o processo de trabalho não é apenas processo de produção de valores de uso, mas de valor, e,

fundamentalmente, de mais-valia; visa, em última análise, segundo Marx, a apropriar-se da maior quantidade possível de trabalho alheio, derivando disso seu caráter despótico.¹⁰⁸

Mas, mesmo a direção (a coordenação, a superintendência, a planificação etc.) sendo algo próprio da natureza do processo coletivo de trabalho, nada pode sustentar que a *direção capitalista* do trabalho seja uma necessidade imanente a este processo. Quem não se lembrará aqui de uma famosa nota de pé de página do Livro I de *O Capital* em que é mencionada a experiência bem sucedida – pelo menos até fins da década de 1860 – da cooperativa de Rochdale, a associação de trabalhadores que, segundo um periódico inglês citado por Marx, geria “lojas, fábricas e quase todas as formas de atividade com sucesso, e melhorou imediatamente a condição das pessoas”, mas que, entretanto, para o horror debochado de Marx, “não deixou nenhum lugar vizível para capitalistas” (Marx, 2001: 384; n. 21). Com esta nota Marx desejava demonstrar a possibilidade de a função de direção do trabalho ser exercida pelo próprio coletivo de trabalhadores, ao invés de ser monopolizada pelo capitalista ou por aqueles que façam a sua vez. Por aí se percebe o grande peso histórico, ideológico e “científico” que o desenvolvimento da gerência e da administração assume rapidamente no modo capitalista de produção: é preciso convencer que o trabalho em larga escala fatalmente necessite de um controle externo ao coletivo de trabalhadores; de que o domínio do capitalista, a personificação do capital, é inerente ao próprio processo de trabalho coletivo.

Do lado dos trabalhadores em cooperação, uma gigantesca metamorfose se opera em suas condições de trabalho. Quando ainda um trabalhador individual, o artesão independente detinha o controle total do processo de produção. Mas, com o nascimento do processo capitalista de trabalho, onde vários trabalhadores são postos a trabalhar para um mesmo capitalista, tal controle se transfere progressivamente para este último. No processo coletivo de trabalho, as atividades produtivas individuais já não se desenvolvem conforme a vontade dos trabalhadores, ou de modo orientado por um plano produzido em comum, mas segundo as determinações e vontades de seu patrão, o senhor do trabalho. Este é o início do processo de subsunção do trabalho ao capital que Marx destaca, meio que nas entrelinhas, durante os três capítulos que compõem a Parte Quarta de *O Capital*.

Esta subsunção se inicia com a cooperação em sua feição mais simples, e que, do ponto de vista técnico, não faz mais do que reunir os trabalhadores em um mesmo local, sem,

¹⁰⁸ “Se a direção capitalista [*the control of capitalist*] é dúplice e, seu conteúdo, em virtude da dupla natureza do processo de produção a dirigir que, ao mesmo tempo, é processo de trabalho social para produzir um produto [*use-values*] e processo de produzir mais-valia – ela é, quanto à forma, despótica” (Idem).

portanto, alterar o antigo método de trabalho herdado das formações sociais em decadência;¹⁰⁹ constitui o que Marx chamará de *subsunção formal* do trabalho ao capital – em oposição à cooperação em grande escala, à manufatura e à grande indústria mecanizada, que, de maneira contrária, enfim revoluciona efetivamente o próprio conteúdo do processo de produção, e que, enfim, realizam o que Marx definiu como sendo a *subsunção real* do trabalho ao capital.¹¹⁰ Somente no *Capítulo VI (Inédito)* de *O Capital* é que teremos de Marx a melhor caracterização deste processo de subsunção do trabalho ao capital. Sobre a subsunção formal dirá Marx:

O processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital – da fabricação de mais-valia. O processo de trabalho é subsumido ao capital (é seu *próprio* processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração de trabalho alheio. É isso que denomino *subsunção formal do trabalho ao capital* (Marx, 1978:51).

“Formal” no sentido de que o trabalhador está “preso” ao capital não por força de coerção política, moral ou de qualquer outra forma de coerção, e sim por conta da coerção de tipo puramente econômica. Em outras palavras:

... na medida em que surge a *subordinação*, esta deriva do *conteúdo determinado* da venda, não de uma *subordinação*, precedente à mesma, por força da qual o produtor – devido a circunstâncias políticas etc. – estivesse situado em outra relação do que a monetária (relação entre possuidor de mercadoria e possuidor de mercadoria) em relação ao explorador de seu trabalho. É *somente* na condição de possuidor das condições de trabalho que, nesse caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência *econômica*; não existe qualquer relação política, fixada socialmente, de superioridade e subordinação (Idem: 57).

¹⁰⁹ “... o capital é indiferente quanto à natureza técnica do processo de trabalho do qual se apossa. No começo, apodera-se dele tal qual o encontra” (Marx, 2001:288).

¹¹⁰ A forma mais explícita com que Marx trata de subsunção formal e real no Livro I de *O Capital*, aparece somente no capítulo XIV – “Mais-valia absoluta e mais-valia relativa”. Dirá Marx que “A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais”, completando em seguida, dizendo: “A mais-valia relativa pressupõe, portanto, um **modo de produção especificamente capitalista**, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da **subordinação formal** [*supeditación formal; formal subjection*] do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela **sujeição real** [*supeditación real; real subjection*] do trabalho ao capital” (Marx, 2001:578/579 – grifos meus).

O que se percebe na caracterização exposta por Marx é que, na subsunção formal não há transformação no conteúdo próprio do processo de trabalho, mas apenas subordinação dos produtores diretos às relações de produção capitalista – relações que se efetivam entre proprietários das condições objetivas do trabalho, os meios, instrumentos e materiais de produção, e os proprietários da força de trabalho. Ao contrário dos modos anteriores de produção, no capitalista a sujeição do produtor direto está relacionada fundamentalmente a um tipo de coerção puramente econômica. É na impossibilidade dos proprietários da força de trabalho realizarem as potencialidades desta força, e, portanto, de produzirem os seus meios de subsistência – uma vez que as condições objetivas da produção, necessárias à realização do trabalho, estão monopolizados pelas classes proprietárias –, que repousa a sujeição dos assalariados a seus patrões. Mas, não há aqui, contudo, do ponto de vista técnico, repito, qualquer transformação substancial dos métodos de trabalho.

Mas, à medida que o trabalho, ou melhor, o processo de trabalho, vai se subordinando ao capital, e por ele passa a ser diretamente controlado, inicia-se um contínuo processo de desenvolvimento e revolucionamento técnico, impulsionado pelas necessidades imanentes do processo de acumulação de capital. A cooperação se amplia e ganha maior escala e novas combinações. Pouco a pouco a organização do trabalho vai assumindo formas cada vez mais racionais (pelo menos do ponto de vista do capital), primeiramente, introduzindo o princípio da divisão técnica ou manufatureira do trabalho e, ao cabo, enfim chegará o momento da maquinaria. Este movimento de ampliação da escala de produção (e, com ela, a da cooperação), com a posterior sistemática divisão do trabalho, e, por fim, a mecanização deste, está, segundo Marx, diretamente relacionado à produção de mais-valia relativa e, conseqüentemente, à subsunção real do trabalho ao capital:

A subsunção real do trabalho ao capital se desenvolve em todas as formas que produzem mais-valia relativa, diferentemente da absoluta.

Com a subsunção real do trabalho ao capital, dá-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre o capitalista e o operário.

Na subsunção real do trabalho ao capital fazem sua aparição no processo de trabalho todas as modificações (*changes*) que analisamos anteriormente [cooperação, manufatura, e maquinaria]. Desenvolvem-se as *forças produtivas sociais do trabalho*, e, por força do trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata (Idem: 66).

Se seguirmos todo o raciocínio de Marx, exposto nas páginas deste trabalho, a cooperação, em sua feição mais simples somente poderia ser considerada como um modo de subsunção real do trabalho ao capital, se esta houvesse atingindo certa escala na qual, por um lado, a produção de mais-valia fosse suficiente para liberar o capitalista do trabalho imediato (e, portanto, fundando a produção capitalista propriamente dita), e, por outro, desse início à produção de um novo tipo de mais-valia não mais baseada no prolongamento da jornada de trabalho (a mais-valia absoluta), mas na elevação substancial da produtividade do trabalho, isto é, que produzisse efetivamente mais-valia relativa. A partir do momento que há mais-valia relativa, e, com ela, uma predominância maior do capital sobre o trabalho no que se refere à centralidade de ambos no processo produtivo, é que se desenvolve efetivamente a subsunção real. É por este motivo que mais-valia relativa e subsunção real estão intimamente relacionadas: uma máquina aumenta a produtividade do trabalho e, assim, produz mais-valia relativa, e, ao mesmo tempo, desloca o controlo real do processo produtivo das mãos do trabalhador para o capitalista – uma vez que a substancial efetivação da produção repousa, agora, sobre o capital fixo (que se objetiva na máquina) e não mais no trabalhador coletivo. Representa a vitória definitiva do capital – enquanto forma social (estranhada) de organização do trabalho – sobre o trabalho, enfim, sobre os produtores diretos.

Assim, a subsunção formal, do ponto de vista histórico, caracteriza um período particular de transição do velho para o novo modo de produção. O capitalista apropria-se do trabalho excedente dos produtores, mas, contudo, sem dirigir e controlar diretamente o processo produtivo, mantendo-o da mesma forma que o encontra. Rosdolsky, a partir de um exame rigoroso de os *Grundrisse*, chega mesmo a considera apenas o antigo sistema doméstico, a dos camponeses-artesãos dispersos, como o exemplo derradeiro de subsunção formal:

Nos primórdios da produção capitalista, o capital só coordena os trabalhadores formalmente, pois essa coordenação “se restringe ao produto do trabalho, e não ao próprio trabalho”. Consiste simplesmente em que “o capital contrata diversos tecelões e fiandeiros manuais e autônomos e dispersos em suas próprias moradias (...). O modo de produção propriamente dito ainda não está sob controle do capital, mas existe previamente a ele. Esses trabalhadores dispersos compartilham apenas a relação de cada um com o capital (...). O trabalho cooperado só existe *em si*, já que todos trabalham para o capital – que, por conseguinte, ocupa a posição central – sem que trabalhem juntos (de fato).” Aqui, a concentração ainda se limita a uma concentração dos intercâmbios pelo capital. Logo essa etapa é superada; chega-se a uma situação em que o capital já não

emprega os trabalhadores do jeito em que os encontrou, mas os faz cooperar em uma empresa (Rosdolsky, 2001:202/203)

Desta forma, mesmo a cooperação simples, “o germe de espécies mais desenvolvidas de cooperação”, não implicaria na subsunção formal, mas já, e diretamente, na subsunção real do trabalho ao capital. Há elementos mesmo na exposição de Marx que de fato parecem dar razão à interpretação desenvolvida por Rosdolsky, basta pensarmos, por exemplo, no fato de Marx tratar de cooperação simples justamente no interior da seção de *O Capital* dedicada à mais-valia relativa, a Parte Quarta – “A produção da mais-valia relativa”. E se toda forma de mais-valia relativa está relacionada diretamente a subsunção real do trabalho ao capital, nada mais lógico que considerá-la pertencente a este domínio. No entanto, Marx também afirma:

... a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista. Nos seus começos, a manufatura quase não se distingue, do ponto de vista do modo de produção, do artesanato das corporações, a não ser através do número maior de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital. Amplia-se apenas a oficina do mestre artesão (Idem: 375).

Marx parece entender realmente que não apenas a exploração capitalista de um grupo de artesãos dispersos, mas também a exploração, em reduzida escala, de um grupo limitado de trabalhadores em cooperação simples, e com a manutenção do antigo método de produção, pode constituir verdadeiramente uma forma própria de subsunção formal.¹¹¹ Somente quando se ultrapassa certo limite é que se tem a produção especificamente capitalista e com ela a subsunção real do trabalho.

¹¹¹ Diz Marx: “... no início, era necessária certa magnitude mínima de capital individual, a fim de que o número de trabalhadores explorados ao mesmo tempo e a conseqüente quantidade de mais-valia produzida fossem suficientes para liberar o empregador do trabalho manual e transformá-lo de mestre artesão em capitalista, estabelecendo-se, assim formalmente o sistema capitalista” (Idem: 383). E, um pouco mais à frente, acrescenta: “... o comando do capital sobre o trabalho era a conseqüência formal de o trabalhador trabalhar não para si, mas para o capitalista e, portanto, para seu controle” (Idem). Aqui, tem-se a idéia de que, até certo, ponto a subsunção permanece sendo meramente formal; o capitalista libertou-se do trabalho quando a concentração de trabalhadores produziu mais-valia suficiente para tanto, sem, contudo, alterar substancialmente o processo de produção.

A questão, entretanto, permanece em aberto. Não me dedicarei a resolvê-la, uma vez que esta não é a finalidade desta discussão. Estas notas rápidas sobre a subsunção formal e real do trabalho ao capital têm o objetivo de demonstrar, de forma ainda mais resoluta, justamente aquelas duas sucessões inter-relacionadas, expostas analiticamente por Marx, que apontamos no início do capítulo: a sucessão técnica e de graus de subordinação do trabalho ao capital. Percebemos que Marx trata de cooperação simples para indicar a primeira forma pela qual o regime capitalista de produção vai procurar ampliar, ao mesmo tempo, a produtividade do trabalho (e com esta, a produção de mais-valia relativa) e o seu controle sobre o processo de produção.

Mas, o processo não se esgota na intensificação do caráter social do processo de trabalho, ou seja, com a ampliação da escala de cooperação, e, portanto, com o alargamento do raio de ação do trabalhador coletivo. As leis imanentes ao modo capitalista de produção determinam uma contínua ampliação da produtividade do trabalho, seja para aumentar a extração de mais-valia relativa, seja para manter as condições de valorização do capital em uma economia de mercado concorrencial. Assim, a racionalização do processo de trabalho enfrentará, ainda nos primórdios do capitalismo, uma nova revolução: a introdução do princípio da *divisão manufatureira do trabalho*.¹¹²

Não há muito mais a acrescentar à caracterização, a partir de Marx, da divisão manufatureira do trabalho. Quando tratamos da divisão social do trabalho e, conseqüentemente, do trabalho social, foi necessário expor as particularidades da divisão sistemática do trabalho no interior das unidades de produção, além de ressaltar a diferença de espécie entre aquela e esta forma de divisão do trabalho. O sistema manufatureiro mesmo, ao contrário do que nos faz pensar Marx, nunca foi, segundo Mantoux, predominante, apesar de ter sido antecedente necessário da grande indústria:

Seria um engano, por exemplo, acreditar que a manufatura foi o fenômeno característico e predominante do período que precedeu o da grande indústria. Se ela foi, logicamente, o antecedente necessário do *sistema fabril*, não é verdade, historicamente, que fosse generalizada a ponto de deixar sua marca na indústria. Seu aparecimento, na

¹¹² Rosdolsky expôs sinteticamente o impulso capitalista dado ao desenvolvimento da manufatura: "... o capital não pode limitar-se à mera cooperação dos trabalhadores. Deve ir mais além. É certo que qualquer produção em maior escala pressupõe uma cooperação desse tipo, e neste sentido a cooperação simples segue sendo a 'forma fundamental da produção capitalista'. Mas seria historicamente errôneo considerá-la uma época particular e 'estável' do modo de produção capitalista. Ao evoluir, a empresa capitalista primitiva logo se vê obrigada a 'utilizar de outra maneira a concentração dos trabalhadores no mesmo lugar e a simultaneidade de seus trabalhos', por exemplo, dividindo o trabalho total em determinadas operações parciais e entregando cada uma dessas operações a um grupo específico de trabalhadores. Surge assim a típica manufatura capitalista, como modo de produção industrial" (Rosdolsky, 2001).

Renascença, foi um acontecimento importante e significativo, tanto quanto seu papel – pelo menos na Inglaterra – continuou secundário nos séculos seguintes. Podemos, a rigor, falar de regime manufatureiro para compará-lo ao da grande indústria moderna [como o fez Marx], mas sob a condição de não esquecer que esse regime nunca foi predominante, e que a seu lado subsistiram, até o final, os restos ainda muito vivos dos regimes industriais precedentes (Mantoux, s/d: 70).

O argumento de Mantoux é que Marx mais sintetizava a história e a tornava melhor inteligível do que a descreve rigorosamente. O que é totalmente verdadeiro. Basta ver, por exemplo, o capítulo sobre a acumulação primitiva que é uma síntese magistral do processo de formação do proletariado e da monopolização dos meios de produção nas mãos das classes proprietárias. E de fato a manufatura é retratada na obra máxima de Marx mais como um método técnico de aumentar a produtividade do trabalho (embora com conseqüências brutais para os trabalhadores) e, portanto, de produzir mais-valia relativa, do que um período histórico que predominou antes de ser superado pela grande indústria.¹¹³

O que devemos tratar sobre esta, neste momento, é sobre sua espantosa capacidade de aniquilar os ofícios e, com eles, toda a virtuosidade dos trabalhadores artesões, submetendo-os, ainda mais, à posição subordina que lhes cabe nas relações sociais de produção capitalista. Isto nada mais é do que inventariar uma outra etapa do processo de subsunção do trabalho ao capital. Antes de tudo, porém, é preciso considerar os fundamentos da manufatura. Inegavelmente o trabalho coletivo é seu ponto de partida, e o artesanato continua a ser sua base técnica:

Para melhor compreender a divisão do trabalho na manufatura, é necessário atentar para os pontos que se seguem. Antes de mais nada, a análise do processo de produção em suas diferentes fases coincide inteiramente com a decomposição da atividade do artesão

¹¹³ O princípio manufatureiro do trabalho, mesmo hoje, não sucumbiu com o surgimento da produção mecanizada. A divisão técnica e sistemática do trabalho continua a predominar nos processos produtivos (e mesmo nos serviços) em que, por motivos técnicos e econômicos, não é possível mecanizá-los substancialmente. Segundo Moraes Neto, o taylorismo e o fordismo foram eles mesmos formas de organizar o trabalho baseadas na divisão pormenorizada do trabalho, e, portanto, poderiam ser facilmente caracterizados como *neomanufaturas*: “A elevação da produtividade social do trabalho, para Ford, ocorre sempre pela via do parcelamento das tarefas; ora, esta não é outra coisa senão a natureza por excelência da manufatura. Portanto, Ford reinventou a correlação manufatureira entre divisão do trabalho e produtividade, correlação esta que já havia sido superada pela maquinaria, pois o princípio da maquinaria não é o parcelamento de tarefas, mas a unificação das atividades produtivas sob a égide da máquina” (Moraes Neto, 2003:23). André Gorz, de certa forma, percebe esta continuidade do princípio da divisão manufatureira do trabalho no taylorismo: “A fábrica taylorizada realizava o ideal dos padrões das manufaturas do século XVIII, para os quais ‘operários semi-idiotas’ eram a melhor mão-de-obra que se podia imaginar” (Gorz, 2003:63). Esta proposição começará a fazer melhor sentido quando examinarmos o “sistema automático de maquinaria” no próximo capítulo. As concepções de Moraes Neto influenciaram decididamente este trabalho, e a elas devo muito do que fui capaz de produzir e sustentar aqui.

nas diversas operações que a compõem. Complexa ou simples, **a operação continua manual, artesanal**, dependendo, portanto, da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual, ao manejar seu instrumento. **O ofício continua sendo a base** [*the handcraft continues to be the basis*]. Essa **estreita base técnica exclui** [*excludes*] **realmente a análise científica do processo de produção**, pois cada processo parcial percorrido pelo produto tem de ser realizável com trabalho parcial profissional de um artesão. É justamente por continuar sendo a **habilidade profissional do artesão o fundamento do processo de produção** que o trabalhador é absorvido por uma função parcial [*partial function*] e sua força de trabalho se transforma para sempre [*for the rest of his life*] em órgão dessa função parcial [*detail function*]. Finalmente, **a divisão manufatureira do trabalho é uma espécie particular de cooperação**, e muitas de suas vantagens decorrem não dessa forma particular, **mas da natureza geral da cooperação** (Marx, 2001:393 – grifos meus).

A manufatura, ao contrário do que ocorrerá com a grande indústria, com sua introdução, pela primeira vez na história, de maquinário em grandes volumes, não resultara num decréscimo absoluto ou relativo de trabalhadores, mas, muito, pelo contrário, exigirá a combinação de número crescente de trabalhadores. Isto ocorre em função da natureza técnica mesmo da manufatura, que continua, como na cooperação simples, a se fundamentar sobre o coletivo de trabalhadores, com a diferença, agora, de que este coletivo está segmentado e o trabalho dividido, pois, como dirá Marx, “O mecanismo específico do período manufatureiro é o trabalhador coletivo, constituído de muitos trabalhadores parciais” (Idem: 403). Se na manufatura há ganhos de produtividade, estes advêm da nova maneira de organizar o trabalho, de combinar os trabalhadores. Mas o que explica, segundo Marx, este ganhos? Ora, a especialização do trabalho:

... um trabalhador [*labourer*] que, durante sua vida inteira, executa uma única operação transforma todo o seu corpo em órgão automático especializado dessa operação. **Por isso, levará menos tempo em realizá-la que o artesão que executa toda uma série de diferentes operações.** O trabalhador coletivo [*collective labourer*] que constitui o mecanismo vivo da manufatura consiste apenas nesses trabalhadores parciais, limitados [*specialised detail labourers*]. Por isso, produz-se em menos tempo ou eleva-se a força produtiva do trabalho, em comparação com os ofícios independentes. Também aperfeiçoa-se o método do trabalho parcial [*fractional work*], depois que este se torna função exclusiva de uma pessoa. A repetição contínua da mesma ação limitada e a concentração nela da atenção do trabalhador ensinam-no, conforme indica a experiência, a atingir o efeito útil desejado com um mínimo de esforço (Marx, 2001:394 – grifos meus).

Desta forma, “a manufatura... não se limita a aproveitar as condições para cooperação como as encontra; ela as cria, até certo ponto, decompondo a atividade do artesão. Por outro lado, consegue essa organização social do processo de trabalho apenas aprisionando cada trabalhador a uma única fração de ofício” (Idem: 400). E é este aprisionamento do trabalhador a uma função especial no processo de trabalho, que liquida ou torna dispensável o conhecimento do processo produtivo em sua totalidade: o progresso técnico da manufatura repousa na desqualificação do trabalhador individual; retira deste, individualmente, toda sua virtuosidade para fazê-la renascer, potencializada, no trabalhador coletivo:

...desenvolve a manufatura, uma vez introduzida, forças de trabalho que, por sua natureza, só são aptas para funções especiais, limitadas. O trabalhador coletivo passa a possuir, então, todas as qualidades produtivas no mesmo grau elevado de virtuosidade e as despende ao mesmo tempo, da maneira mais econômica, individualizando todos os seus órgãos em trabalhadores especiais ou em grupos de trabalho aplicados exclusivamente em suas funções específicas. A estreiteza e as deficiências do trabalhador parcial tornam-se perfeições quando ele é parte integrante do trabalhador coletivo. O hábito de exercer uma função única limitada transforma-o naturalmente um órgão infalível dessa função, compelindo-o à conexão com o mecanismo global a operar com a regularidade de uma peça de máquina (Marx, 2001:404).

Ora, “Certa deformação física e espiritual é inseparável mesmo da divisão do trabalho na sociedade. Mas – prossegue Marx – como o período manufatureiro leva muito mais longe a divisão social do trabalho e também, com sua divisão peculiar, ataca o indivíduo em suas raízes vitais, é ele que primeiro fornece o material e o impulso para a patologia industrial” (Marx, 2001:418). É evidente que do ponto de vista puramente técnico, a divisão manufatureira do trabalho é um avanço no que se refere à necessidade de aumentar as forças produtivas do trabalho. No entanto, do ponto de vista social, e, portanto, do ponto de vista dos homens e mulheres que trabalham em manufaturas, as conseqüências podem ser as mais desastrosas. É o que se percebe nitidamente quando observamos o caráter capitalista da manufatura.

Ao transformar o trabalhador do artesanato, senhor de um ofício, dono de um *saber-fazer* adquirido com a experiência que se acumula com o tempo, em trabalhador parcial da manufatura, especializado em uma diminuta operação, o capitalista – “o capital personificado”, como sempre a este se refere Marx – reduz seus custos na obtenção de força

de trabalho. Antes estes custos incorporavam também os custos de uma longa aprendizagem; mas, agora, como o trabalho sistematicamente subdividido da manufatura, tal aprendizagem se limitava a algumas poucas semanas, ou, mesmo a alguns dias. A repetição contínua de um gestuário muito simples e desprovido de conteúdo não requer muito esforço cognitivo, não pelo menos até que se tenha passado o período de adaptação e de internalização dos movimentos requeridos, até se chegar ao ponto em que, posteriormente, sua execução não necessite mais de atenção consciente, uma vez que se tenha tornado praticamente automática e, em muitos casos, inconsciente. E é a especialização do trabalhador individual no interior do trabalhador coletivo, com esta conseqüente desvalorização da força de trabalho, que torna ainda mais efetivo o processo de subsunção do trabalho ao capital. A este respeito, dirá Marx:

Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o, artificialmente, a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tira-lhe a pele ou o sebo. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações [e] são distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial... Originalmente, o trabalhador vendia sua força de trabalho ao capital por lhe faltarem os meios materiais para produzir uma mercadoria [subsunção formal]. Agora, sua força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital [subsunção real]. Ela só opera dentro de uma conexão que só existe depois da venda, no interior da oficina capitalista. O trabalhador da manufatura, incapacitado, naturalmente, por sua condição, de fazer algo independente, só consegue desenvolver sua atividade produtiva como acessório da oficina do capitalista. (Marx, 2001:415).

A manufatura, do ponto de vista teórico-analítico, é, então, como dito antes, mais uma das etapas do processo de subsunção do trabalho ao capital; mas não é a última e nem a mais adequada, segundo Marx, ao regime capitalista de produção. Por mais que o trabalhador individualmente se encontre efetivamente submetido à organização capitalista do processo de trabalho, ainda repousa sobre o próprio trabalho a base desta organização, porém, agora enquanto trabalho coletivo. Inevitavelmente, uma vez que a própria ordem industrial repousa sobre a exploração do trabalho, os conflitos entre capitalistas e trabalhadores, entre patrões e empregados, só poderiam se generalizar ainda mais com a crescente aglomeração destes últimos na mesma unidade de produção. E, assim, “Uma vez que a habilidade manual

constituía o fundamento da manufatura e que o mecanismo coletivo que nela operava não possuía nenhuma estrutura material independente dos trabalhadores, lutava o capital constantemente contra a insubordinação do trabalhador” (Idem: 423). E é por esta razão que “Por todo o período manufatureiro, estendem-se as queixas sobre a falta de disciplina dos trabalhadores” (Idem).

O processo final de subsunção do trabalho ao capital somente se completaria, conforme a teoria social marxiana sustenta, quando o capital – enquanto um complexo determinado de relações sociais que se torna dominante (mesmo que ainda não predomine em termos numéricos) – encontrasse uma forma material capaz de deslocar o trabalho enquanto elemento central na produção. Isto se daria somente com o desenvolvimento do capital fixo, ao assumir, então, a forma concreta da *maquinaria*. E são as máquinas, segundo Marx, que “eliminam o ofício manual como princípio regulador da produção social”; com isto, “caíram as barreiras que aquele princípio opunha ao domínio do capital” (Idem: 424). E por que somente com a grande indústria mecanizada a subsunção do trabalho atinge seu grau máximo? Tentaremos dar uma resposta a esta questão partindo desta passagem de *O Capital*:

O instrumento de trabalho [as ferramentas], ao converter-se em maquinaria, exige a **substituição da força humana por forças naturais**, e da rotina empírica, pela aplicação consciente da ciência. Na manufatura, a organização do processo de trabalho social é puramente subjetiva, uma combinação de trabalhadores parciais. No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que **o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material de produção** (Idem: 442 – grifos meus).

Não é mais o trabalho a principal força produtiva, quando a maquinaria, cada vez mais sofisticada, é aplicada em escala substancial em determinada unidade de produção. E, como diz Marx, “Na maquinaria, o trabalho objetivado não é um simples produto servindo de instrumento de trabalho; ele é a própria força produtiva” (Marx, 1980:40). O trabalhador aí aparece, no interior da grande indústria mecanizada, como um mero apêndice de um dispositivo mecânico; um auxiliar consciente de um mecanismo morto. Como veremos melhor a partir do próximo capítulo, a maquinaria suprime a necessidade de grande esforço muscular, permitindo-se incorporar novas camadas de trabalhadores, mulheres, crianças, trabalhadores sem experiência ou qualificação, e, sobretudo, suprime postos de trabalhos; faz crescer a concorrência entre os trabalhadores. Pela primeira vez, com a aplicação capitalista das máquinas, a acumulação de capital pode ser realizar sem aumentar o volume de trabalho

humano necessário à crescente escala social de produção, e, portanto, sem comprometer a acumulação pela elevação dos salários, provocada pela escassez de trabalho. Enfim, os novos ganhos de produtividade não advêm, como na cooperação simples ou na manufatura, da extensão da cooperação no trabalho ou da organização mais racional (do ponto de vista do capital) deste, mas do próprio capital que se objetiva na maquinaria.

Isto é tudo que deveríamos tratar sobre as históricas transformações técnicas pelas quais passou o processo de trabalho, sob o domínio das relações capitalistas de produção no tempo de Marx, antes de nos dedicarmos definitivamente à análise da maquinaria e sua aplicação. O processo de subsunção do trabalho ao capital, que se inicia com a cooperação em sua feição simples, passando pela divisão manufatureira do trabalho, finaliza-se finalmente com a mecanização progressiva do processo de trabalho, transformando-o, cada vez mais, em processo de produção, onde o trabalho, quando aparece, possui uma função e importância secundária diante do poderio dos instrumentos mecânicos de produção.

Marx finalmente chega, após delinear os traços fundamentais das transformações técnicas do processo de trabalho, à análise da maquinaria, e, com ele, chegamos nós. Mas, o que é uma máquina? O que a distingue de uma mera ferramenta? Que transformações técnicas ela traz ao processo de trabalho e de produção, e que consequências sociais produz direta e indiretamente? É chegado o momento, enfim, de examinarmos a maquinaria nas principais obras de Marx.

Capítulo 4 – A maquinaria

“O sonho de Aristóteles é nossa realidade. Nossas máquinas de hálito de fogo, membros de aço, infatigáveis, de uma fecundidade maravilhosa e inesgotável, realizam docilmente, por si sós, seu santo trabalho; no entanto, a mente dos grandes filósofos do capitalismo continua dominada pelo preconceito do assalariado, a pior das escravidões. Ainda não entendem que a máquina é o redentor da humanidade, o Deus que resgatará o homem das sordidas artes e do trabalho assalariado, o Deus que lhes concederá os lazeres e a liberdade” (Paul Lafargue, O Direito a Preguiça)

Voltemos no tempo, com o auxílio de nossa imaginação, até a primeira metade do século XIX, no apogeu da Revolução Industrial inglesa e olhemos um pouco ao redor para observar as condições de trabalho vigentes. Aqui, entre as diversas fábricas erguidas quase do dia para a noite, com suas imensas chaminés despejando vapor pela atmosfera, podemos testemunhar as longas jornadas de trabalho a que os trabalhadores estavam submetidos, as quais poderiam chegar a 10, 12, ou até mais de 15 horas diárias, com algumas poucas e curtas pausas para as refeições, muitas vezes, efetivadas ao lado do trabalho. O trabalho é, em sua maioria, pesado e intenso, e se estende pela semana, onde nem sempre se pode contar com o “santificado” descanso dominical; o trabalhador nele se extenua e se degrada; é consumido como o carvão que alimenta a máquina a vapor. Surpreende que o trabalho assim o seja, pois, ainda aí, no interior das fábricas, principalmente nas têxteis, que definitivamente são o modelo mais desenvolvido de grande indústria deste período, por todo o seu interior encontramos, ao lado ou à frente do trabalhador, a *maquinaria*. Não deveria a máquina, por todas as suas qualidades, poupar trabalho e o trabalhador?

Supõe-se, até com certa validade, que a máquina, quando se apodera progressivamente do processo de produção, tem a função de abreviar, suavizar ou mesmo suprimir o esforço cansativo e prolongado de homens e mulheres (e crianças) que trabalham. Mas, não é este o caso na primeira Revolução Industrial. Concomitantemente à introdução da maquinaria ao processo fabril de produção, não se assiste, de prontidão, uma esperada redução do esforço laborativo ou mesmo das horas dedicadas ao trabalho. Muito pelo contrário, a maquinaria trouxe consigo a intensificação e a extensão (temporal) do trabalho, isto é, trouxe maior dispêndio de força de trabalho, de músculos e nervos, dilatado no tempo; trouxe mais trabalho. Seu emprego produz uma evidente contradição: ao invés de libertar o homem do que

há de mais estafante em sua atividade vital, produz justamente o contrário; maior submissão e maior esforço.¹¹⁴ Curioso ver como a aplicação que se dá a este artefato humano, a maquinaria, pôde e continue a produzir tal contradição. De fato, a máquina merece ser vista mais de perto, pois, afinal, o que é uma máquina?

Vários podem ser os pontos de vistas que podemos utilizar para descrever teoricamente o que seja uma máquina: o puramente técnico, o econômico, o gerencial, etc. Todos eles, sob certa perspectiva, têm alguma serventia para muitos de nós, homens e mulheres que vivem do trabalho. Entretanto, esclarecem pouco sobre em quais condições sociais a máquina é introduzida e quais os efeitos que produz sobre estas mesmas condições; não nos dizem muito sobre nossa vida social em meio à maquinaria, pois como diz Marx, faltam a eles, entre outras coisas, “o elemento histórico” (Marx, 2001:428). O que nos interessa aqui é entender a máquina, mas do ponto de vista de sua relação com o homem, com a humanidade.

Tudo o que esta, a humanidade, realiza no mundo tem um impacto sobre sua vida. Quando desvia o leito de um rio, quando planta determinada cultura, quando sua indústria lança gases na atmosfera, quando cria uma bomba atômica, todas estas atividades e criações humanas têm um impacto direto sobre o meio em que vivemos. Isto não é diferente em relação à maquinaria. Assim, o que nos interessa saber sobre o que seja uma máquina é o que esta tem de especial em relação a nós; o que ela, enquanto produto de nosso artifício, de nossa engenhosidade, nos causa. Desta forma, o ponto de vista adotado por nós, neste momento, deve ser, portanto, o ponto de vista sócio-histórico.

Sócio-histórico, pois, primeiro, a maquinaria é produto da inventividade humana – a qual, por sua vez, não é atributo de indivíduos abstratos, mas de seres sociais – e, além disso, tem efeitos sobre o modo como as sociedades se reproduzem. Segundo, a criação das máquinas e sua aplicação massiva no processo de produção e de trabalho, constituem, por si só, uma grande novidade histórica, e, evidentemente, é produtora de grandes transformações, afinal, somente após o prelúdio da Revolução Industrial no final do século XVIII, finalmente o homem passou a ser efetivamente senhor da natureza.

Procurando tomar este ponto de vista, e, portanto, adotando uma definição que procure expressar a relação entre a máquina e o homem, podemos dizer, enfim: a máquina é um artefato, um dispositivo mecânico, que substitui o trabalho humano – não importando que este

¹¹⁴ “À medida que a máquina se aperfeiçoa e elimina o trabalho do homem com uma rapidez e precisão cada vez maiores, o operário, em vez de prolongar seu descanso na mesma medida, redobra seus esforços, como se quisesse rivalizar com a máquina. Que concorrência absurda e assassina” (Lafargue, 1980:31/32).

seja mais preponderantemente muscular do que intelectual, ou vice-versa; toma o lugar do homem na realização de seu trabalho; retira de suas mãos o objeto sobre o qual o trabalho deveria atuar.¹¹⁵ Seu efeito social mais visível é o de deslocar o homem da produção; quando definitivamente desenvolvida, a maquinaria torna o trabalhador e seu trabalho desnecessário.

Se a máquina, em tese, pode vir a substituir o homem em seu intercâmbio necessário e eterno com a natureza, então pode ela, da mesma forma, libertar o homem de sua luta pela produção e reprodução das condições materiais de sua vida; pode libertá-lo do reino da necessidade. A sociedade grega clássica vivia a cultura e os prazeres da vida colocando seus escravos para trabalhar; diferentemente, as nossas sociedades de hoje tem a possibilidade de – num futuro ainda por conquistar com muito suor e lágrimas – gozar os mesmos prazeres gregos enquanto nossos “escravos” mecânicos tocam toda a produção social, produzindo os bens e serviços necessários à nossa vida. Para “o futuro da vida dos povos, as forças naturais desprovidas de sentido, que operam nas máquinas, serão nossas escravas e servas” (Schulz *apud* Marx, 2004:32); é um sonho utópico, e o será ainda por muito tempo até que nós, homens e mulheres de todo o mundo, aprendamos a sermos senhores da História. Mas, pelo menos na teoria, observando as condições técnicas e tecnológicas, não seria arriscado demonstrar que as condições objetivas para realizá-lo já amadurecerem e há muito – e com isto deixa de ser uma utopia para tornar-se um ideal concretamente atingível.

A maquinaria não é nada mais do que a expressão sintética deste progresso; permite-nos fazer conjecturas: talvez, um dia, o trabalho humano não seja mais necessário; talvez, possa chegar o momento em que não teremos mais de nos sujeitar a nenhum ou, pelo menos, a um reduzido tempo de trabalho; talvez sejam possíveis sociedades emancipadas do trabalho, talvez, talvez! A máquina anuncia esta possibilidade quando torna cada vez mais efetiva, a substituição do cérebro e dos membros humanos na transformação dos elementos da natureza em coisas úteis e necessárias aos homens. Toda vez que uma máquina de tecer transforma, sem o contato das mãos, fios em tecidos; quando um robô junta componentes e peças para produzir um automóvel; quando um computador faz cálculos matemáticos complexos para controlar um sistema automatizado de máquinas; quando a cana de açúcar é triturada, fermentada, destilada, etc. até se transformar em açúcar cristal ou em álcool combustível de maneira contínua e sem interferência humana no processo físico e químico, isto é, sempre que

¹¹⁵ “Aqui esta o específico da máquina: ao invés de ser um instrumento na mão de um operário, a máquina é uma mão artificial. Ela se distingue da ferramenta menos pela força automática que a move do que pelos movimentos de que é capaz; movimentos esses inscritos em suas engrenagens pela arte do engenheiro e que substituem os processos, os hábitos, a destreza da mão... A definição de máquina seria, portanto, a seguinte: um mecanismo que, sob o impulso de uma força motriz simples, executa os movimentos compostos de uma operação técnica, antes efetuada por um ou vários homens” (Mantoux, s/d: 178).

estamos diante de máquinas que executam determinadas tarefas que um dia foram, ou que jamais poderiam ter sido realizadas pelas mãos humanas, estamos diante da possibilidade de realizar aquele sonho utópico. A máquina pode, enfim, realizar o reino de liberdade.

Pode, mas não o fez até o momento. E por quê? Por que motivo a aplicação em larga escala de máquinas na produção resultou, pelo menos em seus primórdios, naquele nosso fim de século XIX inglês, na elevação intensiva e extensiva do trabalho? Como é possível que um artefato que visa, em última análise, substituir o trabalho humano, resultar em mais trabalho? As respostas fogem à observação puramente técnica da máquina.

Há de fato algo de muito ilógico no cosmo da vida humana salpicado por constelações de máquinas. Há uma contradição que, se transposta ao nível da consciência, da racionalidade e da crítica, torna-se cada vez mais *irracional*. Mesmo nas diversas sociedades capitalistas mais desenvolvidas de hoje, nas quais as máquinas foram mais intensamente aperfeiçoadas e aplicadas à produção, não há atualmente movimento de redução, mais ampliação do trabalho – nunca o trabalho foi tão fundamental para a sociedade capitalista quanto hoje, justamente quando este se tornou ainda mais substituível por máquinas. A contradição se desenvolve e, como no processo de surgimento de supernovas, explode: desemprego, redução de salários, ciclo econômico de intensa depressão; para logo em seguida se conter, até que haja novo desenvolvimento explosivo. Não se resolve, pelo contrário, se repõem a cada instante. Seu movimento dialético permite a sua conservação. Perdura, estende-se; mas até quando? Aos homens cabe responder a esta questão, e não aos investigadores. A estes compete entender a contradição e expô-la da melhor maneira possível, a fim de que todos possam ter clareza sobre o que fazem e sobre o que poderiam fazer, talvez até de modo bem diverso.

É o que, de certa forma, nos propomos neste capítulo e nos próximos: compreender como o processo de mecanização, segundo Marx, desenvolveu-se historicamente e sob a égide das relações capitalistas de produção. Importa-nos saber como, sob o domínio de tais relações, as transformações do processo de trabalho convergiram para uma progressiva substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto; a substituição do homem pela máquina. Não é por acaso que o capítulo sobre a maquinaria de *O Capital*, o capítulo XIII – “A maquinaria e a indústria moderna”, seja um dos mais longos e densos do Livro I. Marx dedicou uma atenção toda especial ao processo de mecanização da produção, que até então não houvera por parte da economia política de seu tempo.¹¹⁶ O exame deste capítulo em

¹¹⁶ Não que Adam Smith, David Ricardo, ou mesmo outros economistas não tivessem levado em conta o processo de introdução das máquinas à produção. Mas é em Marx que tal processo ganha uma caracterização precisa e uma análise de fôlego sobre várias perspectivas, sobretudo, histórica, social e dialética.

especial revelará o quanto a maquinaria desempenha um papel de extrema importância no quadro geral de sua teoria sócio-econômica. Ao analisá-la, Marx sentiu-se completamente tomado pela tarefa de compreender e expor a muitas vezes terrível e cruel contradição entre suas potencialidades no campo da emancipação humana, e seu emprego capitalista. É, então, o momento oportuno para voltarmos a alguns de seus textos e a algumas passagens que fazem alusão à maquinaria.

Os *Manuscritos*, como vimos, não se detêm na análise da maquinaria, e pouco a esta fazem menção explícita. É em citações de outros autores que a maquinaria aparece. Marx a conheceu, num primeiro momento, muito provavelmente através da obra de Wilhelm Schulz, *Die Bewegung der Production* (Movimento da produção), da qual transcreve, inclusive, várias passagens, com a finalidade de examinar as condições de trabalho dos operários ingleses. A exposição do conjunto destas citações não deixa de lançar forte luz sobre o que Marx, mais tarde, irá tomar como a sua forma de caracterizar a maquinaria.

Primeiramente temos que considerar a relação contraditória já vista, entre a introdução das máquinas e a elevação da jornada de trabalho, particularmente, nas manufaturas de algodão inglesas. Schulz observa que, em relação ao tempo de trabalho de antes e de agora, década de 1840, “esse elevou-se, para o trabalhador inglês nas manufaturas de algodão, a 12 até 16 horas diárias desde 25 anos para cá, em virtude da avidez do empresário, portanto, precisamente após a introdução das máquinas poupadoras de trabalho” (Schulz *apud* Marx, 2004:31). Ora, máquinas poupadoras de trabalho que exigem maior jornada de trabalho; mas como? Avancemos um pouco mais na exposição.

As citações utilizadas por Marx, pouco mais à frente, abordam outro tema bastante recorrente em *O Capital*: a utilização do trabalho infantil favorecida pela introdução da maquinaria que suprime a necessidade de grande esforço muscular, perícia e destreza no trabalho:

Nas fiações inglesas movidas a vapor e água, trabalhavam no ano de 1835: 20.558 crianças entre 8 e 12 anos; 35.867 entre 12 e 13, e finalmente 108.208 entre 13 e 18 anos de idade... Sem dúvida, os posteriores progressos da mecânica, na medida que removem cada vez mais da mão humana todas as ocupações uniformes, atuam na direção de uma paulatina supressão destes inconvenientes [o trabalho infantil]. Todavia, no caminho destes mais rápidos avanços está a circunstância de que os capitalistas podem apropriar as forças das classes subalternas, até mesmo na idade infantil, da

maneira mais fácil e mais barata, para servir-se delas e as usar *em lugar* dos recursos da mecânica (Idem: 33)

Mas a introdução da máquina não se faz de uma vez por todas e, assim, não elimina definitivamente a divisão manufatureira do trabalho. Schulz, desta forma, expõe a relação (e que Marx retoma em vários momentos) entre, de um lado, a mecanização da produção e a divisão manufatureira do trabalho, e, de outro, o trabalhador, que muitas vezes não se sabe se trabalha *com* máquinas ou trabalha *como* máquina – os *Manuscritos* se detêm, como vimos, sobretudo sobre esta confusão:

A passagem para além do trabalho manual composto pressupõe uma decomposição do mesmo em suas operações simples. Mas, então, em primeiro lugar, apenas *uma parte* das operações uniformemente recorrentes cabe às máquinas, e uma outra parte cabe aos homens. Segundo a natureza das coisas e segundo experiências conformes, uma tal atividade incessantemente uniforme é, igualmente, prejudicial para o espírito assim como para o corpo; e então têm de aparecer, junto desta *conexão* da maquinaria com a mera divisão do trabalho sob numerosos braços humanos, também ainda todas as desvantagens desta última. As desvantagens revelam-se, dentre outras coisas, na maior mortalidade do trabalhador fabril... Não se levou em conta ainda esta grande diferença: até que pontos os homens trabalham *com* as máquinas, ou até que pontos eles trabalham *como* máquinas (Idem: 32)

A introdução das máquinas, de fato, tem por efeito diminuir a quantidade de trabalhadores ocupados na produção, mas esta redução, entretanto, se dá de modo relativo e não absoluto. Schulz descreve com precisão este fenômeno quando, na citação seguinte utilizada por Marx, demonstra que, apesar de somente com a redução do trabalho requerido para fabricação de certo produto poder-se obter uma redução efetiva dos preços – pois apenas “pela eliminação da força humana se tornou possível fiar, de uma libra de algodão no valor de 3 xelins e 8 dinheiros, 350 meadas com o comprimento de 167 milhas inglesas (ou 36 milhas alemãs), e com valor comercial de 25 guinéus” (Idem: 53) –, a mesma redução dos preços, por sua vez, torna possível o aumento do consumo e, por extensão, o aumento da escala de produção e do número de trabalhadores que ela requer para ser levada a cabo. Isto porque, segundo Schulz, “maior barateza dos produtos industriais aumenta o consumo tanto dentro do país, quanto o mercado no exterior; e com isso se depreende que, na Grã-Bretanha, o número de trabalhadores do algodão, após a introdução das máquinas, não apenas não diminuiu, mas subiu de 40.000 para um milhão e meio” (Idem: 53/54).

Por fim, no conjunto das citações de Schulz de que Marx se apropria em os *Manuscritos*, temos a relação entre a maquinaria e o tempo livre (o tempo de não-trabalho) – e sobre a qual retomaremos nos capítulos finais. Para Schulz, o progresso do maquinismo permitiria que se conquistasse cada vez mais tempo para a criação e fruição espiritual:

Um povo, para ser cultivado de forma espiritualmente mais livre, não pode permanecer na escravidão de suas necessidades corpóreas, não pode continuar a ser servo do corpo. Acima de tudo, tem de lhe restar *tempo* para poder criar espiritualmente e fruir espiritualmente. Os progressos no organismo do trabalho ganham esse tempo. Pois agora, junto a novas forças motrizes e maquinaria aperfeiçoada, não raramente um único operário executa, nas fábricas de algodão, o trabalho de 100 ou mesmo 250 até 350 trabalhadores de antes... Não obstante a economia de tempo por intermédio do aperfeiçoamento da maquinaria, para uma numerosa população a duração do trabalho escravo nas fábricas apenas aumentou (Idem: 32).

Como veremos quando abordarmos a maquinaria a partir de *O Capital*, Marx tornará esta caracterização dos efeitos da mecanização da produção legada por Schulz, ainda mais rica de detalhes e conseqüências. Por hora não temos que nos ater aos pontos levantados nestas passagens sobre o emprego das máquinas. Basta somente sumariá-los para mais tarde retratá-los através de Marx. Assim, a partir de Schulz podemos então inventariar um quadro de relações entre, por um lado, a maquinaria e, por outro: 1) o tempo de trabalho mais elevado nas fábricas; 2) o emprego de trabalhadores não adultos, e, portanto, sem qualificação; 3) a divisão manufatureira do trabalho, ou a continuidade do princípio da subdivisão do trabalho mesmo nas fábricas mecanizadas; 4) a diminuição relativa do número de trabalhadores empregados na produção; e 5) o tempo livre. Todas estas relações serão investigadas ao detalhe por Marx em *O Capital*.¹¹⁷

Em *Trabalho Assalariado e Capital*, escrito em 1849 a partir de anotações das conferências pronunciadas por Marx à Associação dos Operários Alemães de Bruxelas, em 1847,¹¹⁸ tanto a divisão do trabalho (sobretudo, a manufatureira), quanto a maquinaria,

¹¹⁷ Valeria um exame sobre esta obra e este autor que parecem ter dado a Marx muito dos elementos necessários para o exame de todas as conseqüências implicadas no emprego da maquinaria industrial. Em *O Capital*, Schulz aparece, no Livro I, apenas de passagem, em uma nota de pé de página sem grande importância. As grandes fontes utilizadas por Marx na caracterização da maquinaria são, sobretudo, David Ricardo, Andrew Ure e Charles Babbage. Mas poder-se-ia verificar se muito do que está em *O Capital* não coincide com *Movimento da produção* de Wilhelm Schulz. Investigação bastante interessante e que poderia ser melhor realizada por conhecedores da língua alemã.

¹¹⁸ A edição que utilizo é baseada na que foi apresentada por Engels em 1891. Esta sofre substanciais alterações, mas, como a introdução de Engels procura destacar, estas se concentram sobre a já bastante conhecida distinção,

aparecem como as responsáveis, ao mesmo tempo, pelo desenvolvimento das forças produtivas e acumulação de capital, como pela desvalorização da força de trabalho, pois “quanto mais cresce o capital produtivo, mais a divisão do trabalho e o emprego da maquinaria se ampliam. Quanto mais se ampliam a divisão do trabalho e o emprego da maquinaria, mais se expande a concorrência entre os operários” (Marx, 2006:67). E por que o emprego da maquinaria aumentaria a concorrência entre os operários? A resposta será a mesma dada em *O Capital* anos mais tarde:

“A maquinaria produz os mesmo efeitos [concorrência entre os operários] numa escala muito maior [que a divisão do trabalho], ao impor a substituição de operários especializados por operários não especializados, de homens por mulheres, de adultos por crianças, pois a maquinaria, onde é introduzida pela primeira vez, lança os operários manuais em massa na rua; e onde é desenvolvida, aperfeiçoada, substituída por máquinas de maior rendimento, despede operários em grupos menores” (Marx, 2006:65)

O raciocínio analítico de Marx neste texto já possui a mesma profundidade crítica característica de *O Capital*. Marx compreende e procura destacar que os ciclos econômicos de crescimento não garantem à classe trabalhadora, melhores condições de venda de sua força de trabalho, uma vez que com a extensão da divisão (manufatureira) do trabalho e com a aplicação crescente das máquinas, o capital global encontra formas de crescer sem elevar a concorrência, entre os capitalistas, por mais braços. Nestes termos, e em resumo, o emprego massivo de maquinaria, mesmo exigindo um crescimento do capital empregado na produção, permite que o capital se acumule sem, por outro lado, promover um aumento paralelo na demanda por trabalho. E por quê? Por dois motivos: primeiro, porque a máquina dispensa força, destreza e habilidade muscular, e, assim, permite a incorporação de camadas ainda maiores de trabalhadores ao processo produtivo (como, por exemplo, mulheres e crianças); segundo, por simplesmente dispensar trabalhadores elevando o número dos que procuram trabalho. O efeito geral é o aumento das fileiras dos que lutam desesperadamente pela venda de sua força de trabalho; concorrência ferrenha entre os trabalhadores.

Como sabemos, anos antes da publicação deste texto, Marx e Engels já haviam redigido o manuscrito de *A ideologia alemã*. Este texto, como já vimos, centra-se sobre a categoria divisão do trabalho e faz também apenas poucas alusões à maquinaria. Entretanto,

criada mais tarde por Marx, entre a venda do “trabalho” e a venda da “força de trabalho”. Não implica, portanto, em problemas para o que desejo destacar aqui: a maquinaria.

uma proposição marxiana – e que nos faz lembrar muito das idéias fundamentais contidas nas passagens de *A miséria da filosofia* que analisamos mais atrás – diz muito a respeito da importância que esta passaria a desfrutar na teoria social de Marx:

“... só é possível conquistar a libertação real no mundo real e pelo emprego de meios reais; que a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor e a *Mule-Jenny*, nem a servidão sem a melhora da agricultura, e que, em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebidas, habitação e vestimentas, em qualidade e quantidade adequadas” (Marx & Engels, 2007:29)

Mule-Jenny é a máquina de fiar criada por Samuel Crompton, em 1779, na Inglaterra – sobre ela voltaremos a falar mais tarde. Nesta passagem Marx e Engels fazem uma rigorosa advertência aos ideólogos alemães, sobretudo, aos neohegelianos, ao enfatizar, de forma vigorosamente radical, que somente na prática pode o homem se emancipar, e não através da superação das falsas representações do mundo como aqueles acreditavam – este é o núcleo da crítica de Marx e Engels ao idealismo e ponto de partida para o materialismo dialético. A liberdade pressupõe a não sujeição humana às necessidades fisiológicas e sócias mais básicas; pressupõe que os homens vivam em meio à abundância material. E esta abundância somente pode ser produzida pelo melhoramento e massificação das forças materiais de produção criadas pelo homem, sendo a maquinaria a expressão máxima do desenvolvimento das forças produtivas.¹¹⁹

Também já tivemos a oportunidade de ver como o *Manifesto* trata a maquinaria. A diferença deste para outros textos até aqui vistos talvez resida apenas no fato de Marx e Engels enfatizarem, de forma ainda mais incisiva, o enorme desenvolvimento das forças produtivas que esta, a maquinaria, torna possível. Por todo o texto ecoa o *Prefácio de 1859*. O grande aumento da produção social conquistada pelo emprego da maquinaria e de todos os

¹¹⁹ E a economia moderna ainda deseja definir-se como a ciência da “escassez”: “Cuando manejamos ciertas categorías económicas, como la oferta y la demanda, estamos implícitamente operando sobre magnitudes económicas relativas, es decir, estamos razonando con conceptos económicos últimos que se mueven en el ámbito **presupuesto de la escasez**. Por más que queramos evadirnos del juego de la oferta y la demanda mediante la construcción del plan económico que comprende la sociedad toda, la férula de esa ley nos seguirá coerciéndolo **mientras no destruyamos la escasez económica; es decir, no podemos crear la abundancia ilimitada. La creación de la abundancia es la aniquilación** [assim esperamos!] **de la economía fundada en la escasez, de la economía política, en suma** [o que seria ainda melhor!]” (Gilli, 1944:33 – grifos meus), e acrescenta, mais a frente que “no podemos deshacernos de los efectos de una economía que funciona mediante ajustes continuos de la oferta e la demanda, mientras no transformemos la producción deliberadamente limitada en una producción ilimitada de la abundancia” (Gilli, 1944:34). Nada mais desejável e racional do que aniquilar tal economia e sua ciência alicerçada sobre a escassez em troca da abundância ilimitada – desde que, é claro, ela seja coletivamente apropriada.

outros diversos meios de elevar a capacidade produtiva social (aplicação tecnologia da ciência, organização e divisão do trabalho, etc.), sob as relações capitalistas de produção, transformam-se em meio pelo qual se produz a “epidemia da superprodução”; o indício mais claro do choque que se realiza entre as forças produtivas e as relações de produção, o momento privilegiado no qual se pode observar, ainda mais claramente, a imensa irracionalidade de uma sociedade que sofre – conforme as palavras mesmas de Marx e Engels de o *Manifesto* – por conter “demasiada civilização”.¹²⁰ Não há dúvidas que o *Manifesto* é um imenso clamor indignado contra a irracionalidade de um sistema sócio-econômico, que torna o desenvolvimento da capacidade produtiva social em fonte de miséria para uma imensa maioria. No entanto, nossa atenção deve deter-se justamente sobre o principal meio de expandir esta capacidade produtiva: a maquinaria.

A respeito desta, as primeiras pinceladas decisivas já foram dadas. Um quadro impressionista, de contornos tênues, mas carregados de dramaticidade, sobre a maquinaria em Marx já surgiu diante de nós. Entretanto, em todos os textos que neste e em outros capítulos consideramos, falta uma análise precisa e uma conceituação rigorosa do que seja uma máquina, assim como uma caracterização histórico-social do processo de introdução da maquinaria à produção. Aquela análise e conceituação, e esta caracterização somente se darão, de forma completa e absolutamente magistral, em *O Capital*. Enfim chegamos ao momento mais intenso de nosso itinerário crítico através da teoria social de Marx: a análise da maquinaria em *O Capital*.

Comecemos, portanto, por conceituar o que seja uma “máquina” da mesma forma como Marx o fez no capítulo XIII – “A maquinaria e a indústria moderna” de *O Capital*. Aqui já surge uma grande novidade em sua análise e que é um dos pontos mais geniais de sua exposição, assim como é também, entretanto, um dos menos lembrados por seus comentadores. Ao contrário do que muitos historiadores, sociólogos, pesquisadores em geral, marxistas ou não, no passado e ainda hoje têm afirmado, a Revolução Industrial inglesa, segundo Marx, não se inicia com a máquina a vapor de James Watt; mas sim com a criação de instrumentos mecânicos que substituem a mão do trabalhador na operação de fabricação de um dado valor de uso, sejam estes movidos por força mecânica, humana ou animal:

¹²⁰ “A sociedade vê-se repentinamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; é como se uma situação de miséria ou uma guerra geral de extermínio houvessem suprimido todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados, e por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio” (Marx & Engels, 2001:71/72).

[A] máquina a vapor, na forma em que foi inventada no fim do século XVII [refere-se muito provavelmente à “máquina de fogo” de Thomas Savery de 1699, e a seu desenvolvimento em 1705 por Newcomen], durante o período manufatureiro, e em que subsistiu até o começo da década dos 80 do século XVIII [quando, então, em 1769, Watt criou a máquina a vapor], não provocou nenhuma revolução industrial. Foi, ao contrário, a criação das máquinas-ferramenta [na edição em inglês aparece somente “*machines*”] que tornou necessária uma revolução na máquina a vapor. Quando o homem passa a atuar apenas como força motriz numa máquina-ferramenta [*implement-machine*], em vez de atuar com a ferramenta sobre o objeto de trabalho, podem tomar seu lugar o vento, a água, o vapor etc., e torna-se acidental o emprego de força muscular humana como força motriz (Marx, 2001:431).

A Revolução Industrial não parte da força mecânica produzida pelo vapor; muito pelo contrário. Somente quando máquinas operando com ferramentas antes empunhadas pelo trabalhador são criadas é que a máquina a vapor se torna necessária. É, na verdade, da “máquina ferramenta que parte a revolução industrial do século XVIII”. A máquina-ferramenta é aquela terceira parte essencial de toda maquinaria, aludida por Marx (as outras duas são o motor e a transmissão),¹²¹ “que se apodera do objeto de trabalho e o transforma de acordo com o fim desejado” (Marx, 2001:429). Entretanto, examinemos, mais de perto, a máquina-ferramenta através das palavras de Marx:

Os aparelhos e instrumentos com que trabalhavam o artesão e o trabalhador manufatureiro nela [a máquina-ferramenta] reaparecem, de modo geral, embora muitas vezes sob a forma muito modificada; não são mais instrumentos do homem, e sim ferramentas de um mecanismo, instrumentos mecânicos [*en vez de ser herramientas en manos de un hombre, ahora son herramientas mecánicas, engranadas en un mecanismo*] (Marx, 2001:429).

A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao lhe ser transmitido o movimento apropriado, realiza com suas ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes... Quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta [*La herramienta se convierte de simple herramienta en máquina cuando pasa de manos del hombre a pieza de un mecanismo*]. A diferença salta aos olhos, mesmo quando o homem continua sendo o primeiro motor (Idem:430).

¹²¹ “Toda maquinaria desenvolvida consiste em três partes essencialmente distintas: o motor, a transmissão e a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho [*tool or working machine*]” (Marx, 2001:429).

O que nos chama a atenção imediatamente nestas passagens é a ênfase depositada sobre a transferência das ferramentas da mão do trabalhador, do ofício ou da manufatura, para a máquina-ferramenta. Marx está, neste momento, diferenciando analiticamente uma máquina de uma simples ferramenta. O critério adotado para esta distinção é dado pela observação de quem realmente está atuando sobre o objeto de trabalho, a matéria-prima: caso seja o trabalhador trata-se de uma simples ferramenta; caso contrário, seja o mecanismo mecânico trata-se de uma máquina-ferramenta.¹²²

Facas, martelos, chaves de fendas, alavancas, serras, fusos, etc. todos são ferramentas quando movimentados e controlados pela força, destreza, intencionalidade, etc. do trabalhador; não são mais do que extensões de suas mãos. Ainda aí é o homem quem opera as transformações sobre o objeto de trabalho, que, através de suas mãos, empunhando suas ferramentas, emprega nova forma ao material de trabalho. Caso as mesmas ferramentas, ou outras já adaptadas ao novo método de trabalho, agora sejam movimentadas por um artefato mecânico, já não é o trabalhador quem opera tais transformações e sim a máquina. “A diferença salta aos olhos”, pois a máquina agora passa a substituir completamente o trabalho das mãos. Diz Marx: “Quando, em 1735, John Wyatt anunciou sua máquina de fiar e, com ela, a revolução industrial do século XVIII, não disse que a máquina seria movida por um burro e não por um homem, embora o burro desempenhasse o papel de força motriz. Seu prospecto falava numa máquina ‘para fiar sem os dedos’” (Marx, 2001:428).

Pondo-se de lado as suspeitas de se realmente John Wyatt é o verdadeiro criador de uma das primeiras máquinas de fiar do século XVIII,¹²³ a questão posta aqui é o fato de esta máquina se dispor a produzir fios sem a intervenção das mãos sobre o objeto de trabalho, no caso, as fibras de algodão. Não importa que o movimento todo de seu mecanismo seja impulsionado pelo homem ou por outra força qualquer, animal, hidráulica, a vapor, etc. O ponto fundamental que caracteriza uma máquina é se as operações sobre o objeto de trabalho são executadas sem as mãos, e não o tipo de força empregada. Marx observa de passagem que a distinção dada, muitas vezes até mesmo hoje, entre a ferramenta e a máquina através do

¹²² “A máquina tomou para si, desde seu nascedouro, a função de ‘modelar o objeto de trabalho’, no sentido da realização das transformações materiais necessárias à transformação do objeto de trabalho em produto do trabalho” (Moraes Neto, 1989:62).

¹²³ Segundo introdução de Ashton (1957) ao livro de Paul Mantoux, *A revolução industrial no século XVIII* (Mantoux, s/d), foi Lewis Paul o verdadeiro criador da fiação à máquina. Lewis patenteou a invenção em 1738 e somente após 1740 a máquina obteve aplicação prática. Edward Cave, no correr da década de 1740, comprou a invenção de Paul e Wyatt e montou em Northampton uma oficina com 5 máquinas de 50 fusos cada. Esta faliu em 1764 e seu material foi comprado mais tarde por Arkwright – o suposto inventor da *water-frame*, outra máquina de fiar da qual falaremos mais à frente. No entanto, apesar “de sua existência precária e da pouca fama que teve no mundo, a fábrica de Northampton não deixa de ser a primeira fiação de algodão da Inglaterra, o ancestral de todas as fábricas...” (Mantoux, s/d: 205).

tipo de força que as põem em movimento, “afirmando-se ser a ferramenta movida pela força humana, e a máquina, por uma força natural diversa da força humana” não é suficiente para distingui-las corretamente: “De acordo com isso, um arado puxado por bois, que pertence às mais diferentes épocas de produção, seria uma máquina; e o tear circular de Claussen, que, movido pela mão de um trabalhador, faz 96.000 malhas por minuto, uma ferramenta” (Idem).¹²⁴ Desta forma, quando Marx se refere a qualquer máquina, não está preocupado se esta é movida pelo vapor ou pelo homem; o que sempre procura destacar é a substituição do trabalho com as mãos sobre o objeto de trabalho pela máquina e suas ferramentas.

Observemos, por exemplo, a *spinning-jenny*, a máquina de fiar inventada por James Hargreaves, em 1764, e que Marx faz alusão logo nas primeiras páginas do capítulo XIII. Descrições técnicas sobre a *jenny*, assim como sobre outras tantas máquinas de que falaremos aqui, podem ser encontradas em *A history of technology*, da *Oxford University Press* (Singer, 1958, vol. V). No entanto, mesmo agora, ainda que de passagem, podemos destacar algumas de suas principais características, e relatar a tão grande simplicidade desta máquina do início da Revolução Industrial.

Era feita de madeira e posta em movimento por uma manivela movida à mão, e muito parecida com a antiga roda de fiar – Andrew Ure dizia que a “*jenny* é apenas uma roca de vários fusos (*a multiple hand*)” (Ure *apud* Mantoux, s/d: 208).¹²⁵ Contudo, mesmo “as menores faziam a tarefa de seis ou oito operários” (Mantoux, s/d: 210). Foi criada para utilizar 8 fusos simultaneamente, mas houve modelos com mais de 80 (Idem:208), e, como descreve Mantoux, “A *jenny* era uma máquina simples e de construção barata. Ocupava pouco espaço e não requeria a instalação de oficinas especiais. Funcionava sem o concurso de qualquer força motriz artificial” (Idem: 210). É por isto que a *jenny* fez perdurar, por tanto tempo, o antigo

¹²⁴ O único registro que consegui encontrar sobre este tear, *circular loom*, foram alguns breves comentários de um observador, Horace Greeley, que relatou os eventos da Grande Exibição de 1851: “O senhor Claussen possui também um tear circular na Exibição em que sacolas, meias, etc. podem ser tecidas sem costura ou qualquer coisa deste tipo. Este tear pode ser movido suavemente pelas mãos (mas certamente o vapor ou a força hidráulica são mais baratos), e realiza seu serviço rapidamente e sem defeitos” (Greeley, 1851).

¹²⁵ Sobre a roda de fiar, diz Marx: “Na roda de fiar, por exemplo, o pé age apenas como força motriz, enquanto a mão executa a operação de fiar propriamente dita, trabalhando com o fuso, puxando e torcendo o fio. A revolução industrial apodera-se primeiro desta segunda parte da **ferramenta** e deixa para o ser humano, no começo, a função puramente mecânica de força motriz, ao lado do **novo trabalho de vigiar a máquina e corrigir com a mão seus erros**” (Marx, 2001:430/431 – grifo meu). A roda de fiar é, então, uma mera *ferramenta* de trabalho. Isto porque, ainda é papel do trabalhador fiar com as mãos. Quando a máquina toma esta tarefa para si e impulsiona-se a si mesma, àquele cabe agora apenas o “novo trabalho de vigiar” e corrigir os erros da máquina. Não trabalha mais sobre o objeto de trabalho, mas vigia ou repara as operações da máquina; esta sim é quem de fato executa o trabalho.

sistema doméstico de produção, onde os antigos camponeses, nas horas de folga do trabalho agrícola, produziam fios de algodão para um comerciante ou cliente determinado.¹²⁶

Tomando toda esta descrição da *jenny*, e considerando o tipo de força que a punha em movimento, temos grandes dificuldades de defini-la como uma máquina. Porém, se o critério de demarcação entre ferramenta e máquina for o de quem na verdade opera as transformações de forma da matéria a trabalhar, então a *jenny*, mesmo com toda a sua simplicidade, era verdadeiramente uma máquina de fiar “sem os dedos”.

Marx observa ainda sobre a *jenny*, que esta “fia, de saída, com 12 a 18 fusos” – como as citações anteriores de Mantoux, de certa forma, confirmam. Isto significa que o “número de ferramentas com que opera simultaneamente a máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar” (Marx, 2001:430) – nem o mais virtuoso trabalhador poderia fiar 12 fusos simultaneamente. Mas, tento ainda o homem como o seu motor, a máquina-ferramenta continua limitada pela baixa potência produzida por seus auxiliares vivos; e é este fato que nos permite entender por que motivo, mais tarde, houve necessidade de desenvolver a máquina a vapor. A força humana que movia as primeiras máquinas-ferramenta restringia, em muito, a sua capacidade de produção:

O aumento do tamanho da máquina-ferramenta e do número dos instrumentos com que opera ao mesmo tempo exige um motor mais possante, que, para vencer a própria resistência, precisa de uma força motriz superior à força humana. Além disso, a força humana é um instrumento muito imperfeito para produzir um movimento uniforme e contínuo. Mas, supondo-se que o homem exerça apenas a função de força motriz, tomando uma máquina-ferramenta o lugar de sua ferramenta, pode ele ser substituído nessa função por forças naturais (Marx, 2001:432).

Não é preciso insistir muito mais sobre o verdadeiro papel da máquina-ferramenta ou da máquina a vapor na Revolução Industrial. É da primeira que esta parte.¹²⁷ O que agora

¹²⁶ “A invenção de Hargreaves era mais simples [do que outras de seu tempo], modificava menos profundamente a organização do trabalho. Marcou a transição entre o trabalho manual e o maquinismo, entre o sistema doméstico ou da pequena manufatura e o sistema fabril” (Mantoux, s/d: 207).

¹²⁷ Maurice Dobb parece não acreditar muito no caráter revolucionário da máquina-ferramenta, ao enfatizar a introdução da máquina a vapor como crucial para a Revolução Industrial: “A essência da transformação [chamada de Revolução Industrial] estava na alteração do caráter da produção que em geral se associa à **utilização de máquinas movidas por energia não-humana e não-animal**. Marx afirmou que a alteração crucial foi na verdade a adaptação de uma ferramenta, antes empunhada pela mão humana, a um mecanismo... Ao mesmo tempo ele indica que ‘a máquina individual retém um caráter anacônico enquanto for trabalhada pela força do homem apenas’, e que ‘sistema algum de maquinaria poderia ser adequadamente desenvolvido antes que a máquina a vapor tomasse o lugar da força motriz anterior’. De qualquer forma, essa alteração crucial, quer

temos de observar mais atentamente é o fenômeno da substituição do homem pela máquina como o principal protagonista da produção. Isto porque, quando Marx afirma que a máquina é um artefato que executa as mesmas operações que antes o trabalhador, com suas ferramentas, realizava, não está justamente indicando a possibilidade de supressão dos trabalhadores, de sua expulsão massiva do processo produtivo? Vejamos a situação mais de perto.

Marx até então está apenas analisando uma máquina individualmente, mas logo passa a observá-las em conjunto. Ressalta, então, a distinção entre a “cooperação de muitas máquinas da mesma espécie e o sistema de máquinas” (Idem: 434). Na primeira, diversas máquinas de mesmo tipo executam o mesmo trabalho paralelamente; trata-se de uma espécie de “cooperação-simples” entre máquinas. No segundo, diversas máquinas de tipos e funções diversas realizam sucessivas modificações no objeto de trabalho até dar-lhe forma acabada; é uma espécie de “divisão manufatureira do trabalho”, mas, agora, entre as máquinas. No primeiro caso, o da cooperação-simples entre as máquinas, uma máquina sozinha é capaz de realizar todo o trabalho de produção. É o que ocorre, segundo Marx, por exemplo, em uma manufatura de envelopes, onde uma certa máquina individualmente “realiza todas as operações de uma só vez” – dobra o papel, passa a goma, dobra a aba, etc. – “e faz 3000 e mais envelopes em uma hora”; o mesmo pode ser observado em uma fábrica de tecelagem, constituída de “muitos teares mecânicos aglomerados no mesmo local” (Marx, 2001:435). No entanto, um “verdadeiro sistema de máquinas” somente aparece no segundo caso:

Um verdadeiro sistema de máquinas só toma o lugar das máquinas independentes quando o objeto de trabalho percorre diversos processos parciais conexos, levados a cabo por um conjunto de máquinas-ferramenta de diferentes espécies, mas que se completam reciprocamente. Reaparece então a cooperação peculiar à manufatura baseada na divisão do trabalho, mas agora sob a forma de combinação entre máquinas-ferramenta parciais, complementares. As ferramentas específicas dos diferentes

a localizemos na **mudança de uma ferramenta da mão humana para um mecanismo**, ou na **adaptação do implemento a uma nova fonte de energia**, transformou radicalmente o processo de produção. Ela não só tornou preciso que os trabalhadores se concentrassem num só lugar de trabalho, a fábrica (isso acontecera à vezes no período anterior ao que Marx chamara ‘manufatura’), mas impôs ao processo de produção um caráter coletivo, como a atividade de uma equipe meio mecânica e meio humana” (Dobb, 1974:316/317 – grifos meus). Dobb parece confuso em outro ponto também. Não foi a maquinaria que imprimiu ao trabalho o seu necessário caráter coletivo, mas sim a produção em larga escala e a introdução do princípio da divisão manufatureira do trabalho, ambos possíveis somente com a cooperação (partindo da cooperação simples à complexa) de muitos operários. É o desenvolvimento progressivo da divisão do trabalho dentro e fora do processo de trabalho que tornaria necessário o trabalho coletivo. Se no caso da maquinaria o trabalho deve ser coletivo, isso deve fundamentalmente à produção em grande escala. Somente com ela os custos de implementação de maquinaria densa se justificariam, e somente com ela, a necessidade de um número elevado de trabalhadores trabalhando em conjunto seria efetivamente necessário – até que a automatização viesse a reduzir esse número dramaticamente, pelo menos nas grandes empresas líderes em inovação técnica.

trabalhadores parciais – na manufatura de lã, por exemplo, a do batedor, a do cardador, a do tosador, a do fiandeiro etc. – transformam-se então nas ferramentas de máquinas especializadas, constituindo, cada uma destas, um órgão especial adequado a uma função especial no sistema (Idem: 436)

De qualquer forma, seja na cooperação simples entre as máquinas, ou no sistema de máquinas propriamente dito, já não são os trabalhadores e suas ferramentas quem realizam as transformações do objeto de trabalho. Há uma variedade de máquinas que serão, numa ou noutra forma, tanto mais perfeitas, justamente quanto mais contínuo e menos necessária a interferência humana em todo o processo de produção:

A máquina-ferramenta combinada, que consiste num sistema coordenado de várias espécies isoladas ou agrupadas de máquinas-ferramentas, **é tanto mais perfeita quanto mais contínuo é o processo em toda a sua extensão**, isto é, quanto menos for interrompido o trânsito da matéria-prima da primeira à última etapa e quanto mais o mecanismo **elimina a interferência humana**, levando a matéria-prima de uma fase a outra (Marx, 2001:437 – grifo meu).

Ora, é propriamente desta combinação de máquinas, onde o processo de produção é cada vez mais contínuo e a intervenção humana sobre este drasticamente reduzida, que surge *o sistema automático de máquinas*:

Um sistema de máquinas – quer se baseie na cooperação simples [*mere co-operation*] de máquinas-ferramenta da mesma espécie, como na tecelagem, ou na combinação de máquinas de espécie diferentes, como na fição – constitui em si mesmo um **grande autômato**, sempre que é movido por um primeiro motor que se impulsiona a si mesmo. Mas todo o sistema pode ser impulsionado pela máquina a vapor, por exemplo, embora certas máquinas-ferramenta precisem do trabalhador [*workman; obrero; ouvrier*] para determinados movimentos (a máquina de fiar [*spinning-mule*] precisava da ajuda do trabalhador para ser posta em funcionamento [*such aid was necessary for the running in of the mule carriage; para echar a andar el huso*], até que se inventou a máquina automática [*self-acting mule; mule automatique*]; na fição fina [*fine-spinning mills*], ainda é necessária essa ajuda), ou determinadas partes da máquina, para que esta leve a cabo sua tarefa, tenham de ser dirigidas pelo trabalhador, como se fosse uma ferramenta. É o que se dava na construção de máquinas antes de a espera de torno [*slide rest*] se transformar em elemento automático [*self-actor; mecanismo automático; facteur-automate*]. **Quando a máquina-ferramenta, ao transformar a matéria-prima, executa sem ajuda humana todos os movimentos necessários, precisando**

apenas da vigilância do homem para uma intervenção eventual, temos um sistema automático [*automatic system of machinery; sistema automático de maquinaria; système automatique*], suscetível, entretanto, de contínuos aperfeiçoamentos. São invenções mais recentes o aparelho que pára a máquina de fiar [*drawing frame*] quando se parte um fio, ou o freio automático [*self-acting stop*], que pára o tear a vapor [*power-loom*] aperfeiçoado quando falta o fio da trama [*wef*] na canela da lançadeira [*shuttle bobbin*]. A fabrica moderna de papel [*modern paper mill*] pode servir para ilustrar a continuidade da produção e a aplicação do princípio automático [*automatic principle*] (Marx, 2001:437 – grifos meus).¹²⁸

E o que se deve entender, então, por um “sistema automático de maquinaria”? Este é um sistema mecânico que “executa sem a ajuda humana todos os movimentos necessários” à transformação da matéria prima, “precisando apenas da vigilância do homem para uma intervenção eventual”.¹²⁹ O que é isto senão o que hoje conhecemos como automatização ou, mais popularmente, como automação?¹³⁰

À nossas mentes do século XIX, bastante entorpecidas por mais de cem anos de continua e frenética inovações tecnológicas, testemunhando o surgimento dos modernos computadores que agora se espalham por todo o mundo, dos avançados robôs das linhas de montagem das indústrias automotivas, da produção contínua e grandiosa das indústrias químicas, dos superconfortáveis aviões comerciais e das surpreendentes naves espaciais, etc. pode parece, e de fato soa muito estranho Marx falar de “sistema automático de máquinas”, do que conhecemos hoje como automatização ou, enfim, como automação, e isto na segunda metade do século XIX (*O Capital* foi publicado em 1867). Entretanto, tal estranheza começa a se dissipar quanto observamos que Marx está se referindo precipuamente ao processo de mecanização da indústria têxtil (fiação e tecelagem), sobretudo, a do algodão – a primeira de todas as indústrias da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, a passar por um intenso processo de

¹²⁸ Evidentemente, aqui, os termos em inglês que apresento são mais relevantes para o estudo, do que os de outros idiomas em que *O Capital* foi traduzido, uma vez que estes se referem a máquinas produzidas na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Entretanto, não deixei de introduzir variantes de tradução em espanhol e francês para deixar ainda mais clara a exposição desta passagem.

¹²⁹ O operário que supervisiona uma máquina, segundo Mantoux, “tem por tarefa pô-la em marcha, detê-la, alimentá-la, vigiar seu funcionamento: mas ele só intervém na operação da qual ele está encarregada para retardá-la ou acelerá-la, para assegurar, no máximo, uma execução regular e sem interrupções. Sua presteza ou sua negligência influem mais na quantidade da tarefa executada do que em sua qualidade. Uma ferramenta, pelo contrário, é inerte nas mãos que a manejam” (Mantoux, s/d: 177/178).

¹³⁰ Talvez tenha sido Ernest Mandel, em *Formação do pensamento econômico de Karl Marx*, um dos primeiros a observar que Marx já se referia, no século XIX, a um processo de automatização: “Mas na medida em que o capitalismo desenvolve de maneira sempre mais rica e mais complexa esse capital fixo, essa tecnologia científica, a produção torna-se cada vez mais independente do trabalho humano propriamente dito. Marx tem aqui o pressentimento do que será a automação cada vez mais avançada e da rica promessa que ela contém para uma humanidade socialista” (Mandel, 1968:112).

mecanização.¹³¹ Será preciso examinar, como a seguir o faremos, as obras de alguns historiadores que retrataram a Revolução Industrial inglesa e que, de certa forma, foram capazes de inventariar o desenvolvimento da maquinaria durante o século XIX, para verificar a possibilidade de já encontrarmos, neste mesmo século, indícios de um processo, mesmo que em sua forma ainda germinal, de automatização da indústria têxtil. É por isto que temos que discutir um pouco mais sobre as máquinas e implementos de que Marx trata nesta última passagem que estamos examinando, a fim de verificarmos o quanto estes e aquelas se constituíam ou não em mecanismos verdadeiramente automáticos de produção.

A principal máquina destacada por Marx na citação acima é a *spinning-mule* (também conhecida como *mule-jenny*, ou somente *mule*), a máquina de fiar concebida por Samuel Crompton em 1779. “*Mule*” em inglês significa “mula”. O nome deriva do fato de a máquina de Crompton ser uma combinação entre a *spinning-jenny*, de Hargreaves, e a *water-frame*, de Arkwright.¹³² A primeira já é nossa conhecida. A segunda era uma máquina de fiar movida pela força da água – aqui se vê a razão de muitas das primeiras fábricas inglesas terem se estabelecido ao longo do leito de rios, utilizando moinhos cujas engrenagens transmitiam seu movimento a diversas máquinas de todos os tipos. A *water-frame*, apesar de não se distinguir muito da máquina de fiar de John Wyatt e Paul Lewis do início do século XVIII, era capaz de “fabricar um fio muito mais forte e mais resistente do que o dos mais hábeis fiandeiros na roca” (Mantoux, s/d: 215). Em 1771 Arkwright montou uma oficina em Cromford às margens do rio Derwent, algumas milhas de distância da fábrica dos irmãos Lombe – os famosos fabricantes de seda que utilizavam máquinas de duplicação (processo de produção de fios de seda obtidos por torção dos filamentos dos casulos), também movidas pela força da água, construídas de acordo com plantas de modelos italianos roubadas¹³³ – “utilizando vários milhares de fusos e dando trabalho a trezentas pessoas” (Idem).

¹³¹ Como afirma Mantoux: “... é a indústria têxtil que fornece o primeiro exemplo de maquinismo, no sentido mais completo do termo. A rápida transformação da indústria do algodão, por uma série de invenções técnicas, faz dela a primeira no tempo e o tipo clássico de grande indústria moderna” (Mantoux, s/d: 179). É o mesmo que sustenta Gilli: “Las industrias más avanzadas son aquellas en que esta emigración operativa [emigração das operações fragmentadas do homem para a máquina] se ha propagado a todo el cuerpo del oficio fundamental. La industria textil es un ejemplo acabado de este hecho” (Gilli, 1944:92/93).

¹³² Inúmeros historiadores, inclusive Marx, questionam ser Arkwright o verdadeiro inventor desta máquina. Não me deterei também nesta questão. Assiná-lo apenas de passagem, que a patente obtida por Arkwright em 1769, foi cancelada, ao final de uma longa e intempestiva batalha judicial, em 1785, por fraude.

¹³³ “Outra inovação mecânica precoce foi a máquina de duplicação da seda, que torcia os filamentos de modo a formar um fio. Ela foi inventada no século XVII, na Itália, onde o segredo foi cuidadosamente guardado. Mas o projeto foi contrabandeado para fora por um inglês John Lombe, em 1716-17. Em poucos anos, seu irmão, Thomas Lombe, construiu uma enorme usina de duplicação em Derby, uma fábrica mecanizada de 500 pés, com cinco ou seis andares e cerca de 460 janelas, que era uma das maravilhas da época. Em meados do século, fábricas semelhantes tinham sido fundadas em Londres e nas províncias, sendo algumas delas ainda maiores que o monstro de Lombe” (Landes, 1994:86).

Mais tarde, Arkwright também aperfeiçoou as máquinas utilizadas por sua fábrica, introduzindo várias invenções individuais, como o pente móvel, a máquina de cardar,¹³⁴ o torcedor e o aparelho de alimentação. Todos estes implementos, na indústria têxtil, eram dispositivos necessários às etapas de preparação, que, em conjunto com a máquina de fiar, criaram “um sistema complexo, capaz de executar todas as operações sucessivas dessa indústria, exceto a última e mais difícil, a tecelagem” (Idem: 217/218) – constituíam, em seu conjunto, o “verdadeiro sistema de maquinaria”, a divisão manufatureira do trabalho entre as máquinas, que Marx menciona nas passagens que vimos mais acima. Já conhecemos melhor a *water-frame* de Arkwright, mas, entretanto, precisamos agora voltar novamente nossa atenção à *mule* de Crompton, afinal, esta tem para nós um interesse especial, uma vez que Marx a toma como exemplo de uma máquina automática.

Não havia nada de complexo desenvolvimento técnico no primeiro modelo de *mule* criada no final do século XVIII. Esta “foi, inicialmente, como a *jenny*, uma máquina de madeira, de pequenas dimensões, feita para ser utilizada em casa”.¹³⁵ Somente por volta de 1783, começaram “a fazê-la em tamanhos cada vez maiores, com engrenagens e cilindros de metal” (Idem: 230). Como já dito, combinava certas características da *jenny* e outras da *water-frame*. Desta última, segundo Mantoux, “emprestou os cilindros entre os quais se formava o fio; da outra, o carro móvel, que deslizava de frente para trás e de trás para diante” (Idem: 227), e, com esta combinação, a *mule*:

permitia obter, ao mesmo tempo, resistência e a mais extrema finura. Era, em muitos aspectos, uma invenção definitiva e, apesar das modificações que lhe foram impostas pelas necessidades respectivas das várias indústrias têxteis e pelo progresso da mecânica, encontramos ainda [até pelo menos 1928, quando a obra de Mantoux foi republicada com atualizações] seus traços fundamentais sob as engrenagens delicadas e complicadas sob os mil detalhes engenhosos das máquinas mais recentes (Idem).

¹³⁴ A carda é o processo pelo qual as fibras de algodão são abertas para preparação dos chumaços que serão fiados. No início, o processo constituía-se na utilização de duas escovas com dentes de metais, onde o algodão era raspado até que as fibras fossem abertas e espaçadas o suficiente para serem fiadas.

¹³⁵ Segundo Abbott Usher, até “o final do século XVIII, a maior parte do maquinário industrial era feito de madeira” (Usher, 1993:465), e somente no final deste mesmo século é que as máquinas começariam a ser produzidas com metal: “O último quarto do século XVIII é marcado pelo início de um desenvolvimento rápido de métodos de refinar e trabalhar o ferro, que possibilitou novos usos do ferro e do aço e logo conduziu à construção de maquinário industrial de ferro. A nova técnica de construção de máquinas, com algumas modificações e extensões, também possibilitou a produção de grandes quantidades de utensílios metálicos para o consumo geral” (Usher, 1993:465/466).

Quando Marx diz que “a máquina de fiar precisava do trabalhador para determinados movimentos”, pela tradução em inglês (*such aid was necessary for the running in of the mule carriage*) e pela descrição de Mantoux, sabemos que este se referia ao “carro móvel” da *mule*. Tal dispositivo permitia que os fios, durante a torção, fossem esticados a fim de garantir sua maior resistência e finura. A necessidade de intervenção humana no processo de mover o carro móvel (*mule carriage*) foi eliminada, como diz Marx, quando a máquina de fiar automática (*self-acting mule*) surgiu.

Provavelmente foi a partir de 1790 que *mules* automáticas do tipo descrito por Marx começaram a ser produzidas. Ainda segundo Mantoux, neste período, “um fabricante escocês, William Kelly, fabricou *mules* automáticas, acionadas por uma roda d’água, como a máquina de Arkwright e que comportava até trezentos ou quatrocentos fusos. A partir de então, a *mule* passou a ser a máquina de fiar por excelência; substituiu, no uso corrente, a *jenny* de Hargreaves” (Idem).¹³⁶

Os relatos históricos sobre esta máquina de fiar são bastante ricos e numerosos, e com eles pode-se traçar uma linha de desenvolvimento bem definida. Segundo as informações historiográficas consultadas, o mesmo William Kelly patenteou, em 1792, uma *mule* completamente automática, “mas abandonou-a ao reconhecer o seu difícil uso e por esta não ocasionar qualquer vantagem econômica”. Um ano mais tarde, John Kennedy, “experimentou mover a *mule* com a máquina a vapor” – e, a partir de então, o vapor substituiria os moinhos d’água na função de “primeiro motor” desta e de outras máquinas. Inúmeras *mules* automáticas “foram produzidas entre 1818 e 1825, mas nenhuma logrou suficiente sucesso em adquirir um uso generalizado” (Singer, 1958:288, vol. IV). Coube a Richard Roberts, em 1825 e 1830, e, mais tarde, a William Smith, desenvolver *mules* cuja aplicação se disseminasse definitivamente:

Criar as peças necessárias para tornar a operação da *mula* automática provou ser uma tarefa difícil e, embora tentativas tenham sido feitas já em 1790 por J. Strutt, nenhum sucesso prático foi alcançado com as máquinas automáticas até 1825, quando Richard Roberts lançou sua máquina básica. Nove anos mais tarde, William Smith patenteou uma máquina com linhas relativamente diferentes e a maioria dos melhoramentos subsequentes da mula foram baseados em uma ou outra destas duas máquinas (Usher, 1993:392)

¹³⁶ É a partir deste momento que, mesmo o mais especializado e excelente trabalho artesanal, como o dos fiandeiros indianos, não podia se comparar em qualidade ao trabalho à máquina: “A *mule*, graças à extrema finura do fio que produzia, permitiu que fosse superada a lendária habilidade dos operários indianos e fossem fabricadas musselinas de uma leveza incomparável” (Idem).

De fato parece haver consenso entre as descrições de diferentes historiadores de que a *mule* caminhou, desde a sua criação, na direção de um continuo aperfeiçoamento até se tornar uma máquina de fiar completamente automática, isto é, no sentido de afastar definitivamente o trabalhador das operações de fabricação, deixando-lhe apenas a função de vigiar o maquinismo e de eventualmente corrigir seus defeitos. Mesmo David Landes – historiador econômico e incisivo crítico de Marx – refere-se ao filatório automático de Roberts como o “apogeu da automação”:

As primeiras décadas da industrialização assistiram a uma guerra ininterrupta contra os defeitos. Na virada do século [XVIII para o XIX], entretanto, não apenas a armação pesada e imóvel das máquinas podia ser feita de ferro, como também suas peças móveis; as correias de couro haviam substituído as cordas de polia feitas dos resíduos dos cotonifícios. Nas décadas subseqüentes, os aperfeiçoamentos das máquinas a vapor produziram uma cadência mais regular; as engrenagens e os eixos foram racionalizados; **e a automação crescente atingiu seu apogeu com o filatório automático de Roberts (1825)** (Landes, 1994:93 – grifos meus).¹³⁷

Na mesma passagem que estamos analisando, Marx ainda faz referência ao torno com *slide rest* (“descanso lateral”, “espera de torno”, ou ainda “suporte de corredeira”, dependendo da tradução),¹³⁸ descrevendo-o como uma máquina automática utilizada na produção também de máquinas. Mais à frente acrescenta o seguinte:

¹³⁷ Landes ainda apresenta informações que confirmam muitos dos relatos sobre tecnologia de Marx, e nos dá uma noção um tanto quanto completa do grau de desenvolvimento da maquinaria, na segunda metade do século XIX e por toda a Europa ocidental. Observa, por exemplo, que o “período entre 1850 e 1873 correspondeu à chegada da indústria continental à maioria” (Landes, 1994:201), acrescentando, em seguida, que esses “foram anos de amadurecimento tecnológico, essencialmente marcados pela elaboração, no Continente, das inovações que constituíram o cerne da Revolução Industrial e que tinham sido desenvolvidas e difundidas na Inglaterra uma ou mais gerações antes. No setor têxtil, o **filatório automático e o tear mecânico** [*power loom*] substituíram a fiandeira-espuladeira [enroladora] e o tear manual. A indústria siderúrgica consumou a mudança do combustível vegetal para o mineral. A máquina a vapor selou seu triunfo sobre a roda d’água. A indústria química pesada estabeleceu-se firmemente, e as possibilidades técnicas do complexo sal-soda-ácido foram exploradas segundo a orientação implícita no processo Leblanc. Por fim, a máquina difundiu-se com ampliação cada vez maior – na fabricação de pregos e no setor de cutelaria, na estampagem de fôrmas metálicas pesadas, na confecção de roupas, na fabricação de papel e em outros numerosos campos” (Idem – grifos meus).

¹³⁸ O *slide rest* é um implemento mecânico, no qual as ferramentas de corte são fixadas, que desliza sobre uma superfície o mais precisamente plana possível, permitindo obter dos materiais trabalhados as formas geométricas exatamente necessárias. A vantagem no uso deste dispositivo está mais na precisão que se obtém do que na redução da quantidade e qualidade do trabalho humano exigido, uma vez que este não dispensa a intervenção de um operador de máquinas com certa habilidade e perícia, na operação de avanço e recuo das ferramentas de corte.

A condição de produção mais essencial para a fabricação de máquinas com máquinas era um motor [*prime mover; máquina motriz*] capaz de desenvolver qualquer potência e perfeitamente controlável. Ele já existia na máquina a vapor. Mas, ao mesmo tempo, era necessário produzir mecanicamente as formas rigorosamente geométricas necessárias às diversas partes componentes da máquina: linha, plano, círculo, cilindro, cone e esfera. Henry Maudslay resolvera esse problema, na primeira década do século XIX, inventando **a espera de torno (*slide rest*) que logo se tornou um dispositivo automático** [*a tool that was soon made automatic*] e, em forma modificada, se adaptou a outras máquinas construtoras, além do torno para o qual fora primitivamente destinada. **Esse dispositivo mecânico** [*mechanical appliance; aparato mecánico*] **não substituiu uma ferramenta qualquer, mas a própria mão humana**, que cria uma forma determinada no material de trabalho, o ferro, por exemplo, utilizando o gume dos instrumentos cortantes etc. Conseguiu-se, assim, produzir as formas geométricas das partes componentes da máquina ‘com a facilidade, precisão e rapidez que nem mesmo a mão do mais experiente dos artesãos [*the most skilled workman; obrero más diestro*] conseguiria atingir (Marx, 2001:441 – grifos meus).

Neste momento de sua obra máxima, Marx está descrevendo e analisando o processo de “construção de máquinas com máquina”, no qual o torno com *slide rest* possui uma importância capital. Na passagem anterior a esta, afirmava que as máquinas utilizadas para a construção de máquinas necessitavam, muitas vezes ainda, de ser manejadas diretamente pelo trabalhador como se fossem *ferramentas*, até que o *slide rest* se convertesse em dispositivo automático. Este dispositivo, a espera de torno, parece verdadeiramente, como afirma Marx, ter substituído “a própria mão do homem”, pois muitos dos relatos dos historiadores confirmam este fato; mas, entretanto, a respeito do quão este torno era realmente automático (e se, acrescentando a isto, temos em mente a imagem quase idílica dos atuais tornos controlados por computador em ação – o torno CNC), parece ser questionável a descrição marxiana desta máquina-ferramenta. Apesar de sermos capazes de afirmar que a *mule* fosse verdadeiramente uma máquina automática de fiar, poderíamos sustentar, da mesma forma, que um torno com *slide rest* de final do século XIX revelava-se um mecanismo automático? Parece difícil. Observemos, então, mais de perto o aperfeiçoamento desta máquina fundamental para a construção de máquinas – o torno com *slide rest* – e vejamos se de fato podemos considerá-lo uma máquina automática como afirma Marx.

Marx atribui a Henry Maudslay a introdução do *slide rest*. Maudslay viveu de 1771 a 1831 e é, no ramo de produção de máquinas-ferramenta, considerado um dos mais importantes e brilhantes inventores e inovadores britânicos da história. Não foi o verdadeiro

criador do *slide rest*; mas foi, entretanto, o responsável pelo aperfeiçoamento e disseminação desta e de outras inovações. Além disso, Maudslay é também lembrado como o precursor da introdução de padrões técnicos e da standardização dos materiais e processos.¹³⁹ De fato, depois dos aperfeiçoamentos introduzidos por Maudslay ao torno mecânico, as ferramentas e máquinas ferramentas produzidas começaram, ainda durante o século XIX, a tornarem-se cada vez mais resistente, precisas e automáticas:

As ferramentas tornaram-se mais pesadas e mais rígidas (como o torno inteiramente metálico de Maudslay), mais automática e precisas (o torno auto-regulável e o mandril central de duplo direcionamento de Clement, a fresadora e limadora automática de roscas de Nasmyth, e toda uma sucessão de aperfeiçoamentos no trabalho com a plaina), e mais versáteis e mais fáceis de operar (o torno-revólver e as fresadoras). Em meados do século XIX, ‘a maioria das ferramentas mecânicas [ou *máquinas-ferramenta*, conforme certas traduções] atualmente usadas (...) já tinha sido criada’... (Landes, 1994:112).

Entretanto, mesmo com todo o aperfeiçoamento das máquinas-ferramenta por todo o correr do século XIX, isto não nos permite afirmar que as operações do torno e de outras máquinas necessárias á fabricação de máquinas, eliminassem a necessidade de constante intervenção dos operários em suas operações sobre os materiais de trabalho, pois, como afirma Landes, a “invenção de ferramentas mecânicas não modificou o caráter pessoal do trabalho. Cada artesão continuava a ser juiz de seu próprio desempenho, trabalhando segundo especificações aproximadas, que nem sempre eram uniformes nem mesmo dentro da oficina” (Idem: 112/113).

O torno de Maudslay da década de 1860, do qual Marx faz menção, apesar da grande engenhosidade e inovação de seus dispositivos mecânicos, ainda era uma máquina-ferramenta muito simples. Não repousava sobre seus dispositivos mecânicos, de forma absoluta, a qualidade do trabalho, mas, ao contrário, sobre os seus operadores. Uma peça bem torneada e de dimensões precisas dependia fundamentalmente da habilidade, conhecimento e destreza do operador de máquinas. E assim continuou a ser durante os cem anos seguintes, até que com o desenvolvimento da microeletrônica e da computação, fosse possível automatizar e controlar por computador aparelhos mecânicos bastante complexos. Somente a partir daí muitas

¹³⁹ “As realizações de Maudslay com o torno são descritas com muita imperfeição quando se afirma que ele inventou o carro de torno. Ele fez do torno um instrumento de precisão capaz de trabalhar numa larga escala construindo-o totalmente de ferro e pelo desenvolvimento de uma técnica que possibilitava o corte preciso de parafusos de avanço com comprimentos suficientemente grandes a fim de possibilitar a troca do princípio do mandril de avanço pelo princípio mais flexível da ferramenta de avanço” (Usher, 1993:475).

máquinas deixaram de ser operadas ou de pelo menos de depender da habilidade, experiência e conhecimento do trabalhador.¹⁴⁰

Parece difícil sustentar que as máquinas-ferramenta do século XIX pudessem ser consideradas de fato mecanismos automáticos, mesmo nos termos estabelecidos por Marx. Não há muitas dúvidas de que a partir da criação do torno com *slide rest*, o material (ou objeto) de trabalho passou a não ser mais transformado diretamente pelo trabalhador (estivesse ele empunhando ou não, sua ferramenta); cabia agora às ferramentas afixadas ao mecanismo mecânico a operação de dar nova forma ao material. Mas, apesar disso, o torno *slide rest* e outras máquinas-ferramentas dependiam fundamentalmente, ainda, da perfeita condução daquele que as operavam para realização de seu trabalho:

Ora, o torno com descanso deslizante é o exemplo mais conspícuo de máquina-ferramenta universal (MFU), assim denominada por permitir grande flexibilidade produtiva, entendida como capacidade do equipamento de produzir diferentes tipos de peças.

(...)

E de onde vem esta essa grande flexibilidade? Da grande flexibilidade do homem como instrumento de produção... uma MFU não apresenta automação alguma; aliás, representa a própria negação deste conceito (Moraes Neto, 2003:44).

Não é o que observara Marx, quando este afirmava que “determinadas partes da máquina, para que leve a cabo sua tarefa” tinham “de ser dirigidas pelo trabalhador, como se fosse uma ferramenta” (Marx, 2001:437)? A máquina-ferramenta universal não opera as transformações do material de trabalho sozinha, relegando ao trabalhador apenas a tarefa de vigiá-la ou repará-la quando necessário. Acarreta, verdadeiramente, uma grande diminuição

¹⁴⁰ No entanto, há também autores, como Sam Lilley, que parecem concordar que tornos automáticos pudessem já ser encontrados a partir de 1860: Las décadas siguientes [à 1850] produjeron la fresadora universal (1861-1862), la rectificadora cilíndrica (producida por primera vez en escala comercial en 1864), el **torno automático** (en el cual varias herramientas trabajan la pieza en forma sucesiva y automática, y **la única tarea del operario consiste en alimentar la materia prima en forma de barras**) y el torno de husos múltiples (en el cual la pieza pasa de manera automática a varios husillos en sucesión, en cada uno de los cuales se la somete a uno o más procesos distintos). Este torno dió a su vez nacimiento a **máquinas-herramientas altamente automáticas**, tales como la “Mult-Au-Matic”, aparecida inmediatamente antes de la primera guerra mundial, en la cual la pieza pasa por una serie de seis u ocho estaciones; en cada una de ellas se pueden realizar operaciones tales como taladrar, torneear, frentear, roscar, ranurar o perforar” (Lilley, 1957:124 – grifos meus). “Mult-au-matic” é o torno automático de múltiplos fusos verticais desenvolvido por Edward Payson Bullar – chefe da companhia americana produtora de máquinas *Bullar Machine Tool Company* fundada por seu pai, Oliver V. S. Bullar, em 1894 (Day & McNeil, s/d: 114). Também Anthony Giddens nos dá indícios, em sua obra *Sociologia*, de que tornos automáticos já haviam sido concebidos durante o século XIX: “O conceito de automação, ou máquinas programáveis, foi introduzido em meados do século XIX, quando o americano Christopher Spencer inventou o Autômato: um torno mecânico programável que fazia parafusos, porcas e carretos” (Giddens, 2004:382).

no esforço físico e na necessidade de perícia artesanal, outrora requisitada – e que, em muitos ofícios, demandava quase uma vida inteira de aprendizado para atingir um grau satisfatório –, levando a uma redução nos custos de formação da mão-de-obra e, por conseqüência, à substancial desqualificação do trabalhador, à redução de seu salário e à sua fácil substituição por outros de pouca ou quase nenhuma experiência. Mas, contudo, ela não elimina absolutamente o papel fundamental que o operador de máquinas, o torneiro mecânico, o fresador, o aplainador, etc., detêm sobre o resultado final da produção com máquinas. Não possui ainda as qualidades necessárias para ser considerada automática, pois muitos de seus movimentos dependiam ainda da plástica e flexível condução humana. O nome genérico que veio a receber diz muito a seu respeito: era uma máquina; porém, e antes de tudo, uma máquina-“ferramenta”.

Não fiz ainda, contudo, relevante menção aos teares mecânicos e automáticos (*power-loom*) desenvolvidos no mesmo período em análise, e que, além de citados por Marx, eram mecanismo até mais bem desenvolvidos que as próprias máquinas automáticas de fiar. Passo a fazê-la, ainda que de maneira breve, agora.

Em 1733 aparece o célebre tear com *fly-shuttle* (lançadeira-volante; dispositivo que faz a trama passar pela urdidura utilizando hastes laterais que golpeiam, de um lado ao outro – daí o motivo do nome “lançadeira” –, o carretel de linha) de John Kay. Uma década mais tarde, seu filho, Robert Kay criou a *drop-box* (caixa descendente) – um aperfeiçoamento da lançadeira. Mas, mesmo após estas inovações, o tear continuava, contudo, a ser uma máquina movida e operada à mão; mas, embora assim o fosse, permitira uma enorme defasagem entre os ramos da fiação e tecelagem.¹⁴¹

O tear mecânico propriamente dito somente surgiu em 1787, sob criação atribuída ao clérigo inglês Edward Cartwright. Segundo Landes, na “primeira década do século [XIX], a máquina mal chegava a trabalhar mais depressa do que o tear manual tradicional, mas em meados da década de 1820 sua superioridade técnica havia-se elevado, para uma proporção de até 7,5 para 1”, e, em 1833, “um jovem com um assistente de doze anos era capaz de operar

¹⁴¹ “A lançadeira de Kay, que realmente só se popularizou nas décadas de 1750 e 1760, agravou um desequilíbrio já grave [entre fiação e tecelagem]. O problema foi resolvido por uma família de máquinas de fiar: as cardas de Paul e outros (em uso a partir da década de 1750); a fiadeira de fusos (*jenny*) de Hargreaves (c. 1765, patenteada em 1770); o filatório contínuo de Arkwright (1779); e a fiadeira automática (*mule*) de Crompton (1779), assim chamada por combinar algumas das características do filatório contínuo e da *jenny*” (Landes, 1994:90). Contudo, após a invenção das máquinas de fiar citadas na passagem acima – muitas das quais já tratamos –, a situação se inverte: agora mais fios poderiam ser produzidos do que tecidos. É o que, de certa forma, relata Marx nesta passagem: “A fiação a máquina... fornecia o fio tão barato e abundante que o tecelão manual, no início, poderia trabalhar todo o tempo, sem maiores despesas. Assim, elevava-se seu rendimento. Daí a afluência de pessoas para a tecelagem de algodão, na Inglaterra, chegando a 800.000 os tecelões surgidos em virtude das máquinas de fiar “*Jenny*”, *throstle* e *mule* e liquidados, depois, pelo tear a vapor” (Marx, 2001:506).

quatro teares e produzir o equivalente a vinte vezes a produção de um trabalhador manual” (Landes, 1994:91). Entretanto, o “modelo que parece finalmente ter emergido como o mais prático foi aquele construído por Roberts, o inventor da *self-acting mule*” (Singer, s/d: 300; vol. IV). Por fim, o grande avanço posterior realizado sobre o tear mecânico, *power loom*, – agora movido a vapor – e que o tornou definitivamente automático foi, como ressaltado por Marx, o freio automático (*self-actin stop* ou *automatic stop motion*), “que pára o tear a vapor quando falta o fio da trama na canela da lançadeira” (Marx, 2001:437).¹⁴²

É possível afirmar, então, que o principal trabalho nas fábricas de tecelagem, a partir do desenvolvimento do tear mecânico e de seus aperfeiçoamentos posteriores, estava mais decididamente ligado à preparação, manutenção e reparação das máquinas do que na sua condução. As descrições deste tear de meados do século XIX revelam que a operação de tecer era totalmente conduzida pela máquina, embora certa intervenção e vigilância constante fossem necessárias.¹⁴³

Assim finalizamos nosso itinerário através das principais máquinas automáticas do século XIX descritas por Marx no capítulo sobre a maquinaria de *O Capital*. A conclusão que podemos obter a partir das considerações que fizemos a respeito delas é a de que, apesar do inadequado exemplo do torno *slide rest*, que dificilmente poderia ser considerado uma máquina automática,¹⁴⁴ a indústria têxtil do século XIX, sobretudo com o desenvolvimento de suas duas mais importantes e conhecidas máquinas – a *self-acting mule*, na fiação, e o tear mecânico (*power-loom*) de Roberts, na tecelagem –, genuinamente já possuía todos os traços fundamentais de uma produção automatizada.¹⁴⁵

¹⁴² Marx faz menção, ainda, a Jacques de Vaucanson, que automatizou o tear através de cartões perfurados que guiavam ganchos conectados ao urdume de fios (urdidura). Esta técnica somente foi desenvolvida e aperfeiçoada por Jacquard em 1801 – o tear de Jacquard, *Jacquard loom*.

¹⁴³ No geral, as fases da produção têxtil podem ser distinguidas em quatro momentos: “preparação, na qual o material é separado, lavado e penteado, de modo a que as fibras se estendam em sentido paralelo; fiação, em que as fibras soltas são estiradas e torcidas de modo a formar um fio; tecelagem, em que parte dos fios é estendida ao comprimento (o urdume) e outra parte (a trama) corre transversalmente por cima e por baixo dos fios longitudinais, para formar o tecido; por fim, o acabamento, que varia consideravelmente conforme a natureza do tecido, mas pode compreender a feltragem ou a engomagem (para encorpá-lo), a lavagem, a aparação, o tingimento, a estampagem ou o alvejamento” (Landes, 1994:86). No tocante à tecelagem, observamos que, com os teares mecânicos, o trabalho dos operários se concentra principalmente na preparação da máquina, isto é, na colocação dos fios que formarão a urdidura, por onde passará, de modo mecânico e automatizado, a trama.

¹⁴⁴ “Não podemos negar os efeitos econômicos da passagem da produção de máquinas de uma forma manual para o torno com descanso deslizante (*slide-rest*), dado o inegável incremento na produtividade do trabalho; não temos dúvida, todavia, de que Marx cometeu um grande exagero ao imaginar que uma máquina-ferramenta com estas características ajustava-se às suas proposições sobre o caráter teórico da maquinaria” (Moraes Neto, 2003:43).

¹⁴⁵ Evidentemente, foi na indústria do algodão que o processo de mecanização da produção desenvolveu-se em processo automatizado de produção: “O período entre 1815 e a década de 1840 assistiu, portanto, a disseminação da produção fabril em todas as atividades algodoeiras, bem como seu aperfeiçoamento através da adoção de dispositivos automáticos na década de 1820 e outras melhorias” (Hobsbawm, 1986:56). Entretanto, mais à

Esta é a mesma opinião defendida e sustentada de forma ampla por Moraes Neto. Segundo o autor de *Século XX e trabalho industrial* (Moraes Neto, 2003), a Revolução Industrial do século XIX no setor têxtil possuía os mesmos traços fundamentais do processo de automatização que estamos a presenciar desde o final do século passado, com a emergência da terceira revolução industrial:

... não é a automação algo imanente à própria grande indústria? Quando da Revolução Industrial, a introdução maciça da maquinaria (basicamente no setor têxtil) não gerou as mesmas discussões a respeito do emprego da força de trabalho? Os autores clássicos [como, por exemplo, Ricardo, no capítulo XXXI – “Sobre a maquinaria” de seus *Princípios*, ou mesmo Marx] já não trataram exaustivamente da questão da automação e de seus impactos sobre a organização do trabalho e [sobre] a sociedade? Se tudo isto foi escrito a partir de transformações tecnológicas operadas no século XVIII, como entender o ressurgimento dessa preocupação no último quartel do século XX? Em outras palavras, se a indústria, a partir da emergência do princípio da maquinaria (ou, o que é o mesmo, da **automação**) na segunda metade do século XVIII, tivesse desenvolvido de forma contínua (ainda que não de forma linear) o grau de automação [o que, evidentemente, não foi o caso], seria difícil de imaginar que um avanço na automação na atualidade gerasse um impacto tão vigoroso como o que se tem observado (ou antevisto para um futuro recente). Podemos ilustrar essa opinião através da indústria têxtil; se caminharos do tear mecânico do fim do século XVIII até os teares sem lançadeiras dos nossos dias, observaremos uma tendência contínua de avanço do grau de automação, ou seja, do grau de autonomia do processo produtivo frente ao trabalho humano (Moraes Neto, 2003: 27/28 – grifos meus)

É neste ponto que devemos nos concentrar a partir de agora, ao analisarmos os efeitos da mecanização sobre o trabalhador – e, no restante deste capítulo, e nos próximos que se seguirão, a automatização da produção têxtil, detectada por Marx no século XIX, estará sempre em meu horizonte de análise. Está claro que Marx ao falar de mecanização da produção tem em mente os desenvolvimentos técnicos aplicado à indústria têxtil de seu tempo. Nesta, pode ele encontrar os primeiros germes de um processo de automatização que somente iria se dilatar mais aceleradamente décadas e décadas mais tarde, com o

frente, Hobsbawm parece por em dúvida o grau de automatização da produção no século XIX: “... tivemos que esperar pela tecnologia dos meados do séc. XX para que se concretizasse a semi-automação ou automação na produção fabril que os filósofos do ‘intelectu do vapor’ da primeira metade do século XIX [Andrew Ure e Charles Babage] anteviam com tamanha satisfação, e que discerniram nas imperfeitíssimas e arcaicas fábricas de tecidos de sua época” (Hobsbawm, 1986:63).

desenvolvimento da robótica e dos modernos microprocessadores.¹⁴⁶ Ao reconhecer as principais características deste processo, Marx pode traçar algumas tendências fundamentais inerentes ao desenvolvimento sócio-econômico capitalista.¹⁴⁷ Jamais produziu “antevisões” ou realizou deduções absurdas sobre as possibilidades e limites do avanço técnico e tecnológico sob domínio das relações capitalistas de produção ou subordinou o desenvolvimento destas àquele, como certos autores se apressam em afirmar.¹⁴⁸ Para Moraes Neto:

Marx está afirmando essas coisas [a produção têxtil automatizada] no início da segunda metade do século XIX, e não anunciando o que poderá acontecer no futuro do capitalismo. Ele está observando a tendência imanente ao capitalismo, observando o que está efetivamente ocorrendo em sua época: a introdução maciça da maquinaria, o revolucionamento do processo de produção, principalmente na indústria têxtil. Já se tem, portanto, no século XIX, a base material capitalista plenamente constituída, enquanto caráter, enquanto natureza a se generalizar (Idem:19).

O exame que realizamos do capítulo XIII – “A maquinaria e a indústria moderna” de *O Capital* confirma, em muito, a opinião defendida acima. O que tentarei expor, a partir de agora, são as principais conseqüências sociais produzidas pela introdução da maquinaria à produção, apontadas por Marx, e demonstrar a relação que há entre sua aplicação capitalista e o processo de acumulação de capital segundo o eixo mestre de sua teoria econômica: a teoria valor trabalho. Muito do que aborda, analisa e relata no capítulo sobre a maquinaria já havia sido aventado em suas obras anteriores, como observamos páginas atrás. A novidade da

¹⁴⁶ “O impacto da automatização ampliou-se com a concepção dos robots industriais – aparelhos automáticos que executam funções habitualmente atribuídas a seres humanos. Os robots foram utilizados pela primeira vez em quantidades significativas na indústria em 1946, quando o primeiro dispositivo foi inventado para regular automaticamente a maquinaria na engenharia industrial. Não obstante, os robots com maior complexidade datam apenas do desenvolvimento dos micro-processadores – ou seja, basicamente a partir dos anos 70” (Giddens, 2004:382/383).

¹⁴⁷ “Sobre o capitalismo, Marx *observa* sua tendência imanente. A forma plenamente desenvolvida da produção capitalista foi *detectada* e não anunciada por Marx a partir do estudo do setor mais desenvolvido, a indústria têxtil” (Moraes Neto, 1989:95).

¹⁴⁸ É esta a opinião, por exemplo, de Jose A. Gilli: “Considerar, como lo hizo Marx, la fábrica estudiada por Ure como la encarnación absoluta del capitalismo constituye un error. Era únicamente la expresión de un capitalismo, el de 1830, fenómeno propio de una época, no habiendo ningún motivo para generalizarla. La fábrica de Ure fué la obra de los capitanes de la industria, hombres de carácter, audaces, mezcla de humanidad e impiedad, animados por un soplo místico, y que dejaron el monumento más grandioso de la historia al engendrar la gran revolución industrial, que entreabrió al hombre las puertas de su definitiva emancipación del yugo de las fuerzas telúricas” (Gilli, 1944:225). Outros autores, mais atuais, como Harry Braverman (Braverman, 1974: 137) e – segundo Moraes Neto – Michel Aglietta (Moraes Neto, 1989:82), também entendem que Marx mais *anteviu* do que testemunhou um processo de automação produtiva.

exposição fica mesmo a cargo da vinculação do exame da maquinaria à teoria do valor. É o que precisamos expor melhor.

Para a teoria econômica de Marx, somente o trabalho, ou melhor, a força de trabalho pode produzir valor – e por “força de trabalho” ou “capacidade de trabalho” Marx compreende “o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (Marx, 2001:197). Máquinas, materiais de trabalho, ferramentas, materiais acessórios, instalações, etc. tudo aquilo que constitui o capital constante de um determinado capitalista, não produzem valor,¹⁴⁹ mas tão somente transferem às mercadorias o valor que já possuíam anteriormente ao entrarem no processo de produção, uma vez que estes também são produtos do trabalho humano, porém, de um trabalho pretérito: é função exclusiva do trabalho humano, transferir este valor às mercadorias produzidas além de, ao mesmo tempo, criar novo valor durante o processo de produção. Assim, o lucro dos proprietários dos meios de produção e de subsistência, das máquinas e dos salários pagos aos trabalhadores, não é produzido a partir da exploração desta posse, mas do trabalho alheio; o único capaz de criar um valor a mais do já existente, de gerar uma mais-valia. O lucro nada mais é que uma fração desta mais-valia criada pelos trabalhadores e apropriada gratuitamente pelos capitalistas, e não uma espécie de juros ou renda adquirida pela concessão de uso dos meios de produção a estes.

A mais-valia, como os leitores de Marx já conhecem muito bem, é criada pela extensão do tempo de trabalho para além do tempo de trabalho necessário à reprodução do valor pago pela utilização da força de trabalho ou, o que é o mesmo, do valor que se expressa nos salários;¹⁵⁰ enfim, é trabalho excedente não pago fornecido ao capitalista. Assim, se em 4 horas são produzidas mercadorias de valor igual ao salário, em uma jornada, digamos, de 8 horas, o restante, 4 horas, será tempo de trabalho não pago, trabalho excedente, dedicado à produção de valor que se incorpora às mercadorias, sem nenhuma retribuição ao trabalhador.

¹⁴⁹ “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante” (Marx, 2001:244).

¹⁵⁰ “O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por conseqüência, à sua reprodução... Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. A força de trabalho só se torna realidade com seu exercício, só se põe em ação no trabalho. Através da sua ação, o trabalho, despende-se determinada quantidade de músculos, de nervos, de cérebro etc., que se tem de renovar” (Marx, 2001:200/201).

Estas 4 horas de trabalho excedente não pago produzem um valor adicional, um mais valor, enfim, uma mais-valia (lucro) que nada custa ao capitalista.¹⁵¹

Há, entretanto, apenas duas formas do capitalista ampliar o montante de mais-valia: primeiro, ampliar a jornada de trabalho sem elevar o tempo dedicado ao trabalho necessário; ou, segundo, mantendo-se a jornada inalterada, encurtar o tempo de trabalho necessário mediante aumento da produtividade do trabalho. A primeira forma constitui a mais-valia absoluta; a segunda, a mais-valia relativa.¹⁵² A primeira nos interessa somente discutir mais tarde, quando tratarmos justamente da jornada de trabalho. No entanto, a segunda, a mais-valia relativa, tem clara importância para a análise da maquinaria, isto, porque, segundo Marx, na edição francesa de *O Capital*, ela, a maquinaria, “é um método particular para a produção da mais-valia relativa” [*C’est une méthode particulière pour fabriquer de la plus-value relative*] (Marx, 1963:462).

Se a jornada de trabalho não pode ser ampliada, ficando impossibilitada a produção de mais-valia em sua forma absoluta, então esta somente pode ser elevada se se puder encontrar um meio de dilatar o tempo de trabalho não pago, de trabalho excedente, diminuindo-se o tempo de trabalho necessário. Isto pode ser obtido através do aumento da produtividade do trabalho, a fim de que, em menos horas de trabalho, reproduza-se o montante do valor dos salários, ficando o restante da jornada livre para a produção da mais-valia. De fato é o que consegue o capitalista que introduz algum tipo de inovação técnica ou tecnológica ao processo de produção e com isso amplia a produtividade do trabalho, produzindo abaixo do tempo de trabalho socialmente necessário.¹⁵³ A maquinaria é o método mais eficaz de baixar o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de dado valor de uso e de elevar, portanto, a mais-valia relativa.

Com o emprego de maquinaria aperfeiçoada, o capitalista obtém de seus trabalhadores, com a mesma jornada de trabalho, um número maior de mercadorias, as quais podem ser vendidas, enquanto o novo método não se disseminar, pelo mesmo preço costumeiro ou com uma leve redução deste em relação aos praticados por seus concorrentes, barateando suas mercadorias – muitas das quais fazem parte dos meios de subsistência dos trabalhadores, e, por encontrarem-se agora mais baratas, permitem a redução absoluta e/ou

¹⁵¹ “A mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho...” (Marx, 2001:231).

¹⁵² “Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho” (Marx, 2001:366).

¹⁵³ “Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (Marx, 2001:61).

relativa dos salários. Mesmo com esta redução, obtém-se, por ampliar o tempo de trabalho excedente sobre o necessário, e, portanto, a mais-valia relativa, uma maior margem de lucro. É isto que explica, na teoria econômica de Marx, o impulso capitalista ao desenvolvimento da técnica e da tecnologia, e, sobretudo, à introdução e ao aperfeiçoamento da maquinaria: ampliar a mais-valia relativa.

O emprego da maquinaria que caracteriza a indústria moderna, segundo Marx, não apenas amplia a produtividade do trabalho, encurtando o tempo de trabalho necessário, produzindo mais-valia relativa; ele também permite que os custos da força de trabalho sejam reduzidos, ao permitir a desqualificação do trabalho ou a incorporação de levas de trabalhadores que até então, dado o grau de habilidade e experiência exigido pelo trabalho, estavam excluídos do mercado de trabalho:

O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção e à de sua família. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim, desvaloriza a força de trabalho do adulto... Desse modo, a máquina, ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano [pois agora, início do século XIX, o capital pode tomar o trabalho de mulheres e crianças], amplia, ao mesmo tempo, o grau de exploração (Marx, 2001:452).

Este é o efeito negativo da aplicação capitalista das máquinas. Sua introdução não visa à redução da dureza e da extensão do trabalho, mas sim possibilitar a extração de mais trabalho com menor custo. E este custo menor em adquirir força de trabalho não é apenas possibilitado pela desqualificação do trabalho e incorporação e novas camadas da população ao mercado de trabalho, é também produto, de maneira indireta, do barateamento das mercadorias. Seu menor valor permite que os salários se mantenham baixos e, mesmo assim, suficientes para que os trabalhadores adquiram os meios necessários à reprodução de sua força de trabalho. É por esta razão que, segundo Marx, observam-se na maquinaria duas formas, direta e indireta, de produção de mais-valia relativa:

... diretamente, ao depreciar a força de trabalho; indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força e, ainda, em suas primeiras aplicações esporádicas, transformando em trabalho potenciado, de maior eficácia, o trabalho empregado, ficando o valor individual de seu produto inferior ao social e capacitando o capitalista a cobrir o valor diário da força de trabalho com menor porção

de valor do produto diário. Nesse período de transição em que a produção mecanizada assume o aspecto de monopólio, os lucros são extraordinariamente altos, e o capitalista procura explorar ao máximo essa lua-de-mel, prolongando ao máximo possível o dia de trabalho. Quanto mais lucra, mais quer lucrar (Marx, 2001:464).

Mas, em adição, a máquina produz muito mais do que uma forte redução nos custos de formação e manutenção da força de trabalho; produz também a sua *prescindibilidade*.¹⁵⁴ Isto é, torna o trabalho humano, muitas vezes, desnecessário ou de menor qualidade, substituível por um sistema mecânico cujas suas tarefas executa com maior perfeição e, muitas vezes, com pouca ou nenhuma intervenção; mecanismo que tem por finalidade, em última análise, “economizar trabalho”.¹⁵⁵ Com isto cresce o número daqueles trabalhadores deslocados pela maquinaria postos em “pouso” compulsivo, em situação de ócio involuntário, e que constituem o que Marx definiu como o “exército industrial de reserva” – cada vez mais, nos dias de hoje, um exército permanentemente desmobilizado.¹⁵⁶ O crescimento do número de desempregados acirra a disputa pelo direito de ser explorado pelos capitalistas. E, em um sistema social dominado pela mão invisível do mercador, pela livre iniciativa e pela regulação dos preços através da lei da oferta e da procura, a consequência inevitável deste crescimento da massa sem emprego é a redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor real, isto é, abaixo do valor dos meios de subsistências necessários à manutenção desta força:

O instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador... Quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor-de-troca

¹⁵⁴ É o que destaca Lukács ao tratar da mais-valia relativa: “... na mais-valia relativa – obtida pelo aumento da produtividade que diminui o valor da força de trabalho – surge já uma forma de exploração na qual a mais-valia (e, portanto, a própria exploração) pode crescer mesmo se o salário aumenta; assim acontece na revolução industrial, onde a introdução das máquinas faz com que o homem e sua capacidade de trabalho **não sejam mais os fatores determinantes do trabalho**, que o próprio trabalho humano seja **desantropomorfizado**” (Lukács, 1979:54 – grifos meus). Desta forma, o advento das máquinas coloca definitivamente a possibilidade de uma “desantropomorfização” do processo de trabalho, transformando-o, cada vez mais, em “processo de produção” – e não mais “processo de trabalho” – alheio ao trabalho humano. E com o advento do sistema automático de maquinaria, como dirá Marx nos *Grundrisse*, “O processo de produção há cessado de ser processo de trabalho no sentido de ser controlado pelo trabalho como unidade dominante” (Marx, 1973:219).

¹⁵⁵ “Nenhum industrial compra uma peça de equipamento calculando o ‘excedente de valor’ que esta peça lhe traz. O que ele calcula são as economias que ela lhe permite efetuar nos gastos de produção (ou, se se quer, no seu preço de custo unitário). E, se se interrogam os industriais, eles dirão espontaneamente, nove em dez, que são as ‘economias de trabalho’ que os interessam (nos Estados Unidos, aliás por muito tempo, designaram-se as máquinas com o nome ‘*labour saving devices*’, ‘dispositivos para economizar trabalho’” (Mandel, 1968:95).

¹⁵⁶ Gilli considera que não somente a fábrica capitalista, ao introduzir e aperfeiçoar as máquinas, produz a prescindibilidade do trabalho humano, mas toda e qualquer fábrica: “La fábrica, dice Marx, con su incesante mejoramiento técnico tiende a renunciar al empleo del trabajo humano, a su reemplazo por la máquina. Esto no es una tendencia exclusiva de la fábrica capitalista, lo es de todas las fábricas históricamente posibles” (Gilli, 1944:226). Seria tendência imanente ao sistema fabril, caracterizado pelo emprego de maquinaria sempre mais sofisticada, suprimir o trabalho humano, seja num regime capitalista ou pós-capitalista.

da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor-se-uso. **O trabalhador é posto fora do mercado como o papel-moeda retirado da circulação.** A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, não mais imediatamente necessária à auto-expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo do seu valor (Marx, 2001:491 – grifos meus).

Marx também destaca o uso estratégico que a maquinaria adquire na luta entre trabalhadores e capitalistas. Muitas das máquinas que foram criadas ao longo do século XIX, serviram como armas nas mãos destes últimos contra as inúmeras e, muitas vezes, potencialmente perigosas revoltas dos trabalhadores. A maquinaria adquire, desta forma, a função econômica não apenas de aumentar a produtividade do trabalho, mas também a função política de manter a força de trabalho sobre controle:

A máquina não é apenas o concorrente todo-poderoso, sempre pronto a tornar ‘supérfluo’ o assalariado. O capital, aberta e tendenciosamente, proclama-a o poder inimigo do trabalhador, manejando-a em função desse atributo. Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as revoltas periódicas e as greves dos trabalhadores contra a autocracia do capital... Poder-se-ia escrever toda uma história das invenções feitas a partir de 1830 com o único propósito de suprir o capital com armas contra as revoltas dos trabalhadores. Destaca-se entre elas a máquina de fiar automática [*self-acting mule*], pois ela abre uma nova época no sistema automático (Marx, 2001:497).¹⁵⁷

É incontestável o fato de que a introdução das máquinas não tem por objetivo, sob o regime capitalista de produção, encurtar a jornada de trabalho e criar maior tempo livre, melhorar e humanizar as condições de trabalho, reduzindo o estafante esforço físico e mental dos trabalhadores. Muito pelo contrário. Sua aplicação visa, em última análise, ampliar os lucros ou reduzir os custos de produção na contínua luta contra a concorrência. A imanente tendência de toda aplicação capitalista da maquinaria – contrabalançada por freios sociais e morais que surgem ao longo do desenvolvimento histórico-social do modo de produção

¹⁵⁷ Mais uma vez Landes confirma as observações de Marx quando diz que “o custo elevado e ascendente da mão-de-obra inglesa foi um incentivo à mecanização – e, portanto, ao crescimento – no século XIX. Mesmo depois do período inicial de industrialização, a taxa de substituição dos homens pelas máquinas refletia flutuações nos salários ou nas demandas salariais; assim, os fabricantes têxteis introduziram os equipamentos automáticos de fiação e os teares mecânicos espasmodicamente, respondendo, em grande parte, a greves, possibilidades de greve e outras ameaças à autoridade administrativa... Em suma, os altos salários foram um estímulo à inovação e ao avanço tecnológico” (Landes, 1994:122).

capitalista – é justamente produzir o oposto disto: maior jornada, maior brutalidade das condições de trabalho, desemprego e rebaixamento de salários. O quadro geral da aplicação capitalista da maquinaria pode ser, a partir de Marx, assim sintetizado:

É incontestável que a maquinaria em si mesma não é responsável por serem os trabalhadores despojados dos meios de subsistência... A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores (Marx, 2001:503).

Neste capítulo, tivemos a oportunidade de examinar mais de perto a maquinaria descrita por Marx; observar suas características técnicas, sua caracterização histórica, seu conteúdo material e social, e sua aplicação. Sabemos o que é, enfim, uma máquina, destacando sua singular capacidade de substituir o homem no processo de produção de um dado valor-de-uso, de um bem; de dar forma útil aos objetos de trabalho, as matérias-primas, sem a intervenção da mão humana. Verificamos o desenvolvimento do primeiro processo de automatização da produção, que se processa na indústria têxtil inglesa do século XIX com o advento do sistema automático de máquinas.¹⁵⁸ E, por fim, discutimos a aplicação capitalista das máquinas ao tratar da relação entre a teoria econômica marxiana e a maquinaria.

Nos próximos capítulos continuaremos a examinar mais de perto os efeitos da aplicação capitalista das máquinas, mas fixando nossa atenção sobre o crescimento do

¹⁵⁸ Sobre este ponto, não é possível deixar de transcrever uma admirável passagem de os *Grundrisse*: "... uma vez introduzido no processo de produção do capital, o meio de trabalho experimenta diversas metamorfoses, a última das quais é a máquina, ou melhor, um *sistema automático de maquinaria* (sistema de maquinaria; o *automático* não é mais do que a forma mais adequada e plena da mesma, e que transforma, pela primeira vez, a maquinaria em um sistema) posto em movimento por um autômata, por uma força motriz que se move a si mesma... A máquina em nenhum aspecto aparece como meio de trabalho do trabalhador individual. Sua diferença específica de modo algum é, como no caso do meio de trabalho, a de transmitir ao objeto a atividade do trabalhador, senão que esta atividade mais bem se há posta de tal maneira que não faz mais do que transmitir à matéria prima o trabalho ou ação da máquina, à que vigia e preserva de avarias. Não é como no caso do instrumento, que o trabalhador anima, como a um órgão, com sua destreza e atividade, e cujo manejo depende, portanto, da virtuosidade daquele, Senão que a máquina, dona em lugar do trabalhador da habilidade e da força, é ela mesma a virtuosa, possui uma alma própria presente nas leis mecânicas que operam nela, e assim como o trabalhador consome comestíveis, ela consome carvão, óleo, etc. (materiais instrumentais) com vistas ao seu automovimento contínuo. A atividade do trabalhador, reduzida a uma mera abstração da atividade, está determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso. A ciência, que obriga aos membros inanimados da máquina – mercê a sua construção – a operar como um autômata, conforme um fim não existente na consciência do trabalhador, senão que opera através da máquina como poder alheio, como poder da máquina mesma sobre aquele" (Marx, 1973:218). E esta é a tendência definitiva, em última análise, de todo processo de mecanização: tornar a produção cada vez mais independente possível de qualquer intervenção externa, e, desta forma, cada vez mais completamente automatizada.

exército industrial de reserva e sobre a dilatação ou retração da jornada de trabalho. Isto porque, se a mecanização da produção tem por conseqüência reduzir a necessidade do emprego de força de trabalho, ampliando o número dos desempregados, não seria justamente a redução da jornada de trabalho o meio mais eficaz de absorção do excedente de oferta de força de trabalho? Entretanto, a história da introdução das máquinas durante as primeiras décadas do século XIX revela que esta não foi a tendência dominante; muito pelo contrário.

É preciso, então, compreender a relação, examinada por Marx, por um lado, entre o avanço técnico e a atração e repulsão dos trabalhadores, e, por outro, entre este mesmo avanço e a variação da jornada de trabalho. Nos capítulos finais, quando trataremos de como Marx entendia o processo de emancipação humana, veremos que seu exame sobre estas duas relações parecem ter deslocado seu ideal de sociedade comunista da realização das capacidades e potencialidades humanas *no e através do trabalho*, para *além do trabalho*, no tempo livre.

Parte II – O tempo de trabalho e o tempo de vida

Capítulo 5 – A jornada de trabalho

“O tempo é tudo, o homem não é nada – quanto muito, é a carcaça do tempo” (Karl Marx, *A miséria da filosofia*).

Existe uma relação verdadeiramente muito íntima entre *tempo* e *trabalho*: o titã *Chronos*, senhor do tempo, parece ora conduzir o *tripalium* (objeto de tortura de onde se derivou a palavra *trabalho*), assim como ora por este parece ser conduzido.

Marx diz, em *Salário, preço e lucro*, que “O tempo é o campo de desenvolvimento humano” (Marx, 2006:131), no sentido de que a vida humana, sua efetiva manifestação, se desenrola no tempo: consome tempo. Movimento e processualidade são categorias que se relacionam diretamente com sua duração, sendo esta, o tempo, o modo pelo qual a humanidade, ao longo de sua história, procurou e ainda procura representar, no plano ideal, a processualidade inerente ao movimento. Diz Philippe Zarifian, expondo o pensamento de Aristóteles, que “O movimento é a medida do tempo; o tempo é a medida do movimento” (Zarifian, 2002:3) – muito embora o tempo em si não exista, pois o que realmente existe é o movimento e a sua percepção e representação pelo homem (tomado aqui sempre em seu sentido genérico). Assim, se continuamos a entender, com Marx, o trabalho como a atividade vital do homem, então compreendemos a importância que o tempo adquire quando esta atividade, na qual “encontra-se o caráter inteiro de uma espécie, seu caráter genérico”, mas que, porém, sob certas condições históricas e determinadas relações sociais de produção, é exercida de forma estranhada/alienada, requer boa parte de nosso tempo de vida: o tempo torna-se o registro expressionista da calamidade da vida de homens e mulheres sujeitos ao esforço intenso, despersonalizado e sem sentido humanamente legítimo.¹⁵⁹

O homem vive e viver significa mover-se, pensar e agir sobre o mundo. Respirar, andar, comer e beber, atuar sobre os materiais legados pela natureza, interagir, etc. Como já

¹⁵⁹ Marx completa a passagem acima desta forma: “O homem que não disponha de nenhum tempo livre, cuja vida – afóra as interrupções puramente físicas, do sono, das refeições etc. – esteja toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destruída e brutalizada intelectualmente, para produzir riqueza para outrem. E, no entanto, toda a história da indústria moderna revela que o capital, se não tiver um freio, tudo fará, implacavelmente e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação” (Marx, 2006:131). E o tempo continua a ser o campo colonizado, após intermináveis batalhas, pelo poder econômico e racionalidade capitalista: se os trabalhadores conquistaram uma redução da jornada de trabalho ao longo destas batalhas, em troca as relações sócio-econômicas capitalistas exigiram deles a liberdade de se apropriar de seu tempo livre, explorando-o economicamente. O resultado disso foi, como bem se vê nos dias de hoje, o mais irracional consumismo e as formas mais vulgares de entretenimento. Não há, para o regime capitalista, atividade humana que não possa transformar-se em cifras; assim como “tempo de vida” que não possa ser contabilizado e convertido em unidades monetárias. Como diz o popular ditado: “tempo é dinheiro”.

vimos, o trabalho é uma forma de intervenção consciente sobre o mundo externo, e, portanto, é uma atividade humana (práxis); assim como, por outro lado, é uma atividade “vital”, no sentido de que o trabalho é necessário à nossa existência material, afinal, através do trabalho, apropriamo-nos dos elementos naturais necessários à nossa vida. É por este motivo que Marx, nos *Manuscritos*, considerava o trabalho, a atividade vital, como a própria manifestação da vida, isto é, a forma fundamental de conservá-la e de expressá-la, e, por isso, a mais perceptível.¹⁶⁰ Mas o trabalho não é a única forma autenticamente humana de manifestação da vida. É uma atividade *vital*, mas não é a única atividade – e dificilmente alguém poderia, a partir de Marx, negar este fato.

O trabalho social potencializado e o progresso técnico e tecnológico – ao tornar a atividade vital humana cada vez mais produtiva, a ponto de apenas uma fração progressivamente reduzida do tempo de vida dos indivíduos ser suficiente para a produção e reprodução das condições materiais e sociais de nossa existência – possibilitou liberar uma quantidade maior de tempo social para outras formas de manifestação da vida humana, como a arte, a filosofia, a ciência, a política, o esporte, as festividades, a cultura em geral, etc. – todas estas que são formas de manifestação autenticamente humanas, por serem carregadas de sentidos atribuídos pelos indivíduos sociais; e nenhuma espécie, a não ser a nossa, pode atribuir, individual e coletivamente, sentido ao que faz e pensa. A partir de então a vida humana não mais se reduziu tão somente à luta contínua pela conservação física.

“Nem só de pão viverá o homem” (e, é claro, muito menos da palavra de Deus!). A humanidade é muito mais do que sua atividade vital; é a totalidade de suas formas de manifestação de vida – as quais, por sua vez, não se reduzem tão somente ao trabalho –, é, portanto, a universalidade de sua *práxis*.¹⁶¹ Pode ser que, como de fato ocorreu em diversas situações no passado – e isto nós observaremos de passagem, mais à diante –, o trabalho se confunda com boa parte das demais formas de práxis, a ponto de se *confundir com a própria vida* e de não se poder distinguir uma antinomia entre tempo de trabalho e tempo livre (tempo de não-trabalho). Mas para que isto, nos dias de hoje, pudesse ser novamente uma realidade, o trabalho (cada vez mais contemporaneamente reduzido a *tripalium* – objeto de tortura) teria de passar por uma radical humanização.

¹⁶⁰ “... a força de trabalho em ação, o trabalho, é a própria atividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida. E é essa atividade vital que ele vende a um terceiro para se assegurar dos meios de vida necessários, A sua atividade vital é para ele, portanto, apenas um meio para poder existir. Trabalha para viver. Ele nem sequer considera o trabalho como parte de sua da sua vida, é antes um sacrifício da as sua vida” (Marx, 2006:36).

¹⁶¹ Sadi Dal Rosso foi muito feliz ao observar que: “Políticas de tempo definem o conteúdo das vidas das pessoas. Até hoje ninguém pode viver sem trabalhar, exceto os ricos. Mas a vida é bem mais do que trabalhar. Trabalha-se para viver. Não se vive para trabalhar. A vida tem potencialidades de realização que ultrapassam o horizonte do trabalho” (Dal Rosso, 1998:99).

Entretanto, se um dia o trabalho tornar a se humanizar inteiramente, convertendo-se em auto-realização, objetivação do sujeito, exercício da liberdade, e, até mesmo, diversão, jogo, entretenimento, etc., enfim, como dito acima, voltar a se confundir com a vida (núcleo da utopia marxista),¹⁶² será porque o desenvolvimento das forças sociais de produção já terá subvertido as necessidades. A enorme afluência de riqueza gerada continuamente pelas objetivações deste desenvolvimento tornaria o trabalho humano, enquanto atividade vital, enquanto intercâmbio material com a natureza, uma atividade desnecessária – o trabalho pretérito, trabalho morto, que se objetivou na maquinaria automática e nos diversos sistemas automatizados de máquinas, seria, nesta situação, a força produtiva predominante. O trabalho aí já não será mais atividade “vital” (ou mesmo uma força produtiva imediatamente necessária), pois aquela imensa afluência material de riqueza social criada, teria tornado o trabalho uma atividade sem finalidade (a manutenção da vida), cujo conteúdo, o próprio desfrute de sua execução, tivesse enfim se transformado em um fim em si mesmo. Isto não é nada mais que a completa emancipação do trabalho de toda coerção externa (natural e social) – o paraíso e a eterna felicidade não em uma suposta pós-vida, mas na vida terrena mesma. Sua condição fundamental de efetivação é, segundo Marx, a *redução da jornada de trabalho*. Liberar cada vez mais o tempo para que este tempo liberado (*disposal time*) seja – conforme sustenta Gorz, seguindo o mesmo Marx – o campo de “desenvolvimento das individualidades”; a condição necessária e fundamental para, posteriormente, humanizar o trabalho, e não o inverso como sustentam as interpretações consagradas do pensamento marxiano. Desenvolverei esta questão nos próximos capítulos, mas por hora temos de fixar nossa atenção sobre a relação entre as categorias tempo e trabalho, pois, seja como for, do que foi dito persiste a questão de saber, enfim, qual a relação entre o senso de tempo e o trabalho (entendido aqui sempre como atividade vital)?

Esta é a nossa tarefa para este capítulo. Precisamos expor como Marx representa a dialética inerente entre trabalho e tempo, e perceber a importância que a categoria tempo tem para sua teoria social e econômica.¹⁶³ Mas, mais do que isto, precisamos compreender, em

¹⁶² Não há dúvidas de que Marx acreditava que o trabalho pudesse se tornar “trabalho atrativo”, muito embora não acreditasse que este pudesse se tornar “diversão”. Nos *Grundrisse*, observa que se deve primeiro ter “criado as condições, subjetivas e objetivas (...) para que o trabalho seja trabalho atrativo [*travail attractif*], auto-realização do indivíduo, o que de modo algum significa que seja mera diversão, mero entretenimento [*amusement*], como concebia Fourier com seu candor de costume” (Marx, 1973:119/120). Nos capítulos finais voltarei a esta questão.

¹⁶³ Sobre a categoria tempo de trabalho, Giuseppia Rosaria De Grazia, em artigo intitulado “A *redução da jornada de trabalho em questão*”, afirma: “De importância central na teoria do valor, o tempo de trabalho constitui, para Marx, o conceito chave para a compreensão do processo de acumulação e dos mecanismos de exploração do capital, seja por meio da extração da mais-valia absoluta, com o alongamento da jornada, seja utilizando o desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente redução do tempo de trabalho necessário

seus textos, a importância que a luta pela regulamentação da jornada de trabalho vai adquirindo para os trabalhadores, durante o desenvolvimento e consolidação do regime capitalista de produção. O combate direto entre capital e trabalho teve seu primeiro e mais dramático capítulo durante o século XIX, na Inglaterra, com a pressão social por esta regulamentação. Este embate teria revelado a Marx a importância da luta pela redução da jornada de trabalho, na conquista de uma real emancipação das classes exploradas. Meu objetivo para este e para os próximos capítulos é demonstrar que a liberação do tempo, isto é, a liberação *do* trabalho, e não mais a emancipação *no* e *pelo* trabalho, pode ter começado a se tornar o novo norte da utopia marxiana.

Segundo E. P. Thompson, em *Costumes em comum*, “entre os povos primitivos, a medição do tempo está comumente relacionada com os processos familiares no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas” (Thompson, 1998:269). Isto significa dizer que a passagem do tempo, para as sociedades do passado (não apenas para elas, mas também para as sociedades menos complexas em termos de organização e volume social, do passado ou do presente), é fundamentalmente percebida em função das rotineiras atividades diárias de trabalho realizadas no interior da unidade familiar; é o que Thompson assinala como o *senso de tempo baseado na “orientação pelas tarefas”* (Idem: 271). São tarefas “que podem variar da pesca ao plantio, construção de casas, remendo das redes, feitura dos telhados, de um berço ou de um caixão”, e que, como acrescenta Thompson, “parecem se desenrolar, pela **lógica da necessidade**, diante dos olhos do pequeno lavrador” (Idem – grifos meus).

Percebe-se que para este senso de tempo orientado pelas tarefas há uma íntima conexão entre tempo, trabalho e vida, isto porque, o pulsar da vida e a noção do tempo se misturam com as necessárias atividades do dia-a-dia. Disso resulta não haver uma separação perceptível ou necessária entre o tempo de trabalho e o tempo de vida. É sobre esta não distinção objetiva que Thompson nos chama a atenção, ao procurar destacar três pontos de vistas sobre esta forma de perceber o tempo em função das tarefas cotidianas:

É possível propor três questões sobre a orientação [do tempo] pelas tarefas. Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado. Segundo, **na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre ‘o trabalho’ e ‘a vida’**. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa –

para a extração da mais-valia relativa, como acontece mais intensamente nos dias atuais” (De Grazia, 2001:73/74).

e não há grande senso de conflito entre o trabalho e ‘passar o dia’. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência (Thompson, 1998:272 – grifos meus).

Ora, trabalho e vida, isto é, a atividade necessária à reprodução material do indivíduo e de sua família e as outras diversas formas de objetivação da práxis humana e das relações sociais (familiares ou mais amplas) se confundem. O tempo de trabalho é, ao mesmo tempo, tempo de vida. Isto explica por que o “tempo” pode ser percebido em função do ritmo natural das distintas atividades vividas como únicas, e, portanto – uma vez que não há distinções claras entre ambos – determinado em função dos ciclos da vida e do trabalho. Mas em que situações o tempo, o trabalho e a vida podem ser vivenciados como uma só mesma coisa? Evidentemente isto somente é possível onde o trabalho não é sentido como algo diverso de viver; onde, enfim, a vida não foi expulsa do trabalho.

Thompson indica que, nas sociedades pré-modernas, o trabalhador detinha o controle de sua atividade vital; isto é, o trabalho. Era ele quem determinava a sua forma e seu ritmo. Havia, é claro (e evidentemente ainda há), imposições, naturais e sociais, externas ao trabalho. Orientava-se, como ainda hoje, pelas necessidades materiais a serem atendidas e correspondia às imposições próprias ao metabolismo natural, assim como se sujeitava a condições históricas e sociais multáveis de exploração do trabalho (relações sociais de produção historicamente determinadas). Mas, em geral, (e exceções não faltaram) era o trabalhador quem detinha o comando sobre a forma como trabalhava, uma vez que inexistia o controle, exercido diretamente por terceiros, sobre o processo de trabalho mesmo. Nessas sociedades onde a direção do trabalho repousa na própria figura do produtor direto, impera a voluntária determinação dos ritmos, e, portanto, como ainda observa Thompson, “O padrão de trabalho sempre alternava momentos de atividade intensa e de ociosidade”.¹⁶⁴ Ora, percebe-se claramente que se isto era possível, devia-se ao fato de que “os homens detinham o controle de sua vida produtiva” (Idem: 282).

Em tais sociedades pré-industriais, pré-modernas, ou pré-capitalistas (os nomes somente podem soar como sinônimos pela inquestionável inter-relação dialética que possuem), a lógica que orienta o trabalho, e, portanto, a vida e o senso de tempo, é uma lógica

¹⁶⁴ E Thompson nos coloca “a questão de saber se [este] não é um ritmo ‘natural’ de trabalho” (Thompson, 1998:282). Por isto pôde ele aventar a tese, exposta na passagem mais acima, de que o senso de tempo orientado pelas tarefas “é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado”, no sentido de que, neste caso, é o consumo do tempo que se subordina às necessidades humanas, determinando-se pelo ritmo natural de vida, e não o contrário, como contemporaneamente ocorre: o ritmo da vida dos seres humanos se subordina ao tempo de trabalho estranhado/alienado.

que, como assinalou Thompson acima, se caracteriza pela busca da *satisfação das necessidades*, e, desta forma, avessa à *racionalidade econômica* que domina o mundo contemporâneo. É um conflito de racionalidades que fale a pena destacar. Se na primeira impera um limite dado evidentemente pelo que se tem a satisfazer, na segunda, o que se observa é a busca infundável pela maximização dos resultados, mesmo quando as necessidades aparecem como satisfatoriamente asseguradas.¹⁶⁵ E é justamente esta a lógica inerente ao regime de produção capitalista: o ininterrupto processo de acumulação de capital, de criação de riquezas apropriadas por uma determinada classe social, como uma finalidade em si mesma.

Assim, naquelas sociedades não subordinadas à racionalidade puramente econômica, tempo de vida e tempo de trabalho estão intimamente relacionados, porque as atividades se orientam pelas necessidades e carências da própria vida;¹⁶⁶ e, como afirma André Gorz em *Metamorfoses do trabalho*:

Enquanto permanecem infensas ao cálculo, as atividades humanas não são passíveis de serem dominadas pela racionalidade econômica: confundem-se com o tempo, com o movimento, com o ritmo da vida. Enquanto planto, em meu pedacinho de terra, aquilo

¹⁶⁵ Sobre aquela antiga racionalidade calcada na satisfação das necessidades, Hobsbawm nos dá a seguinte descrição: “O trabalho pré-industrial reagia a incentivos materiais, na medida em que desejava ganhar o suficiente para gozar aquilo que era tido como o conforto pertinente ao nível social que a Deus aprovera situá-lo, mas até mesmo suas idéias acerca de conforto eram determinadas pelo passado e estavam limitadas por aquilo que fosse ‘apropriado’ a alguém de sua posição ou, no máximo, da posição imediatamente superior. Se ganhasse mais que a ninharia que considerava suficiente poderia – como os irlandeses imigrantes, desespero da racionalidade burguesa – gastá-lo em lazer, em festas e em álcool” (Hobsbawm, 1986:82).

¹⁶⁶ É preciso fazer um breve comentário sobre as categorias carência e necessidade. Há uma possível distinção, em Marx, entre “carências” e “necessidades” humanas. A primeira tem relação direta com as necessidades físicas, portanto, materiais da vida humana, enquanto a segunda diz respeito não apenas a estas necessidades de tipo fisiológico, mas também, e indo mais além, a necessidades socialmente desenvolvidas – vide, por exemplo, a apresentação de Jesus Ranieri aos *Manuscritos econômico-filosóficos* (Marx, 2004: 16/17). Gorz também operou com esta distinção, quando na seguinte passagem trata (conforme a opção do tradutor) de “necessidade humana” e “necessidade material”: “Marx já empregava a noção de ‘trabalho’ de forma indiferenciada, colocando no mesmo plano o trabalho de um operário de fábrica e aquele do compositor ou do cientista. Assim, podia afirmar tranquilamente que o ‘trabalho’ tornar-se-ia uma necessidade humana [*besoin*] logo que deixasse de ser uma necessidade material [*nécessité*]” (Gorz, 2003:132/133). Assim, o trabalho operário fabril satisfaria às necessidades materiais, isto é, físicas, dos homens, enquanto o trabalho, por exemplo, do músico, às necessidades humanas, social e historicamente, desenvolvidas e já não relacionadas diretamente com a mera conservação da vida. Aqui Gorz procura demonstrar que Marx acreditava que o trabalho seguiria existindo como uma necessidade humana, mesmo em sociedades em que a produção material fosse realizada completamente pelas forças mecânicas e automáticas de produção. Somente assim parece fazer sentido a seguinte passagem de *O Capital*: “O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é **necessidade natural e eterna** de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (Marx, 2001:64/65 – grifos meus). Mas mesmo assim, aqui temos uma afirmação paradoxal de Marx. Se o intercâmbio imediato entre homem e natureza pode ser realizado, como Marx mesmo observa em *O Capital*, não mais pelo trabalho, mas pela produção mecanizada e automatizada, como pode ser o trabalho uma “necessidade eterna” se este, como aparece na passagem acima, se refere tão somente à manutenção da vida humana, e, portanto, à satisfação de *carências* humanas?

que me alimenta, a mim e à minha família, um burro e duas cabras, enquanto corto a madeira e com ela cozinho e me aqueço porque há madeira no talude e na mata vizinha, meu trabalho está longe da racionalidade econômica: levo o tempo que preciso para fazer o que há para fazer e quando o necessário está garantido, o trabalho dá lugar ao lazer (Gorz, 2003:109).

Ora, a não percepção do tempo de trabalho e de vida como coisas distintas e o controle do processo de trabalho pelos próprios produtores, tudo isto sugere que, no período pré-industrial, o tempo dedicado ao trabalho era muito menor do que no período posterior, o do capitalismo industrial.¹⁶⁷ Entretanto, é difícil encontrar na literatura especializada evidências expressamente declaradas de que o tempo de trabalho nas sociedades pré-industriais era menor. Na verdade os historiadores do período parecem sugerir que tal delimitação do tempo dedicado ao trabalho era praticamente impossível de se precisar, pelo simples fato de que, como dito, trabalho e vida não estarem separados nitidamente em tais sociedades – o que evidentemente inviabilizaria qualquer computação precisa do tempo de trabalho, uma vez que é quase impossível destacá-lo precisamente de qualquer outra atividade.

Mas, algo muito diverso, contudo, começa a ocorrer durante a Revolução Industrial que se inicia, na Inglaterra, em meados do século XVIII, e que se estende por todo século XIX, mas desta vez tendo toda a Europa Ocidental como palco, e, que, enfim, permitirá perceber claramente uma separação entre trabalho e vida. Neste período há o consenso de que não apenas surge esta nítida demarcação entre tempo de trabalho e tempo de vida, como *o tempo de trabalho passa por uma radical elevação*.¹⁶⁸

¹⁶⁷ É o que sugere Gorz, ainda no mesmo texto, quando diz: “O trabalho com finalidade econômica nem sempre foi a atividade humana dominante. Tornou-se dominante na escala de toda sociedade depois do aparecimento do capitalismo industrial, há aproximadamente duzentos anos. Antes disso, nas sociedades pré-capitalistas que subsistem ainda hoje [1988], trabalhava-se menos, muito menos que hoje. A tal ponto que os primeiros industriais, nos séculos XVIII e XIX, tinham grandes dificuldades para obrigar sua mão de obra a trabalhar o dia inteiro, dia após dia. Os primeiros patrões de manufatura faliram por causa disso” (Gorz, 2003:211).

¹⁶⁸ Marx afirma diretamente ter havido uma ampliação da jornada de trabalho durante o início da Revolução Industrial: “Durante o século 17, e até mesmo durante os primeiros dois terços do século 18, a jornada normal de trabalho, em toda a Inglaterra, era de 10 horas. Durante a guerra contra os jacobinos..., o capital viveu dias de orgia e prolongou a jornada de 10 para 12, 14 e 18 horas” (Marx, 2006:129). Uma das evidências deste fato que, de passagem, Marx nos oferece em *O Capital*, é um texto de final do século XVIII, em que Postlethwayt, “esse fiel paladino do capital”, propõe, para “extirpar a preguiça”, “encarcerar os trabalhadores que dependam da beneficência pública, em uma palavra, os pobres, num ‘asilo ideal de trabalho’”; um asilo na forma de “casa de terror”, onde, “haverá a obrigação de trabalhar ‘14 horas por dia, incluindo-se o tempo adequado para as refeições, de modo que restarão 12 horas inteiras de trabalho’” (Marx, 2001:319). Isto proposto em 1770. Mas o que temos em 1833 é justamente uma lei que limitava o trabalho em 15 horas diárias! “A casa de terror para os indigentes, com a qual a alma do capital ainda sonhava em 1770, ergueu-se poucos anos mais tarde, gigantesca, no cárcere de trabalho para o próprio trabalhador da indústria. Ela se chama fábrica. E, desta vez, o ideal empalideceu diante da realidade” (Idem). Em 1770 propunha-se uma jornada de 12 horas; e em 1833 tentava-se, pela primeira vez limitá-la em 15 horas. É válido supor que a jornada de final de século XVIII e início de XIX dilatou-se monstruosamente.

Isto parece ser um fato passível de plena demonstração. Segundo Sadi Dal Rosso, “O alongamento do tempo de trabalho é parte do processo de acumulação primitiva de capital que antecedeu à consolidação do sistema capitalista no Ocidente” (Dal Rosso, 1998:22). Era preciso aproveitar as oportunidades abertas pelas grandes navegações e pelo renascimento do comércio, acumulando capital o mais rapidamente possível – o que possibilitava auferir ainda maiores lucros – e forçando os trabalhadores (livres, servos ou escravos) a produzirem mais mercadorias em menos tempo. Mas, conquanto o período da acumulação primitiva seja fundamental para a compreensão da extensão do tempo de trabalho, o ápice da curva histórica da jornada de trabalho somente é atingindo – ainda segundo o mesmo autor – durante a Revolução Industrial. Para Dal Rosso, então, este ápice indica:

... o ponto além do qual não é possível ultrapassar, seja porque atingiu-se o limite biológico – a jornada média de uma população não pode somar mais de 4 mil horas/ano da Revolução Industrial – ou porque bateu no limite social e despertou a resistência dos trabalhadores e dos seus organismos representativos. Por isso, o ápice do trabalho é encontrado nos momentos que antecedem imediatamente ou nos momentos em que se instauram efetivamente as revoluções industriais (Dal Rosso, 1998:23).

E aqui vale uma sutil digressão para observar uma curiosa “coincidência” histórica, deste período de consolidação do capitalismo. O relógio que, segundo Thompson, era um artigo de luxo até pouco antes do final do século XVIII, torna-se, a partir deste mesmo século, largamente difundido, e isto justamente “no exato momento em que a Revolução Industrial requeria maior sincronização do trabalho” (Thompson, 1998:279).¹⁶⁹ A marcação do tempo está adquirindo uma importância capital durante a Revolução Industrial. E por quê? Há algo de novo na história humana, durante o período de nascimento e consolidação do regime capitalista de produção, que faz do tempo de trabalho um campo de disputa econômica e política, e que precisamos tentar destacar melhor.

Se entendermos o capitalismo como um sistema sócio-econômico que se baseia fundamentalmente na exploração do trabalho assalariado, e que este sistema de exploração surge com a separação dos trabalhadores de seus meios de produção e de subsistência, então somos levados ao ponto nefrágico de todo processo: o trabalhador para viver tem de colocar a

¹⁶⁹ “A indústria traz consigo a tirania do relógio, a máquina que regula o tempo, e a complexa e cuidadosamente prevista interação dos processos: a mensuração da vida não em estações (acerto de trabalho até a Festa de São Miguel, ou até a Quaresma) ou mesmo em semanas e dias, mas em minutos, e acima de tudo, um *regularidade* mecanizada de trabalho que se choca não só com a tradição mas também com todas as inclinações de uma população ainda não condicionada para ela” (Hobsbawm, 1986:80).

sua força de trabalho a disposição de quem monopoliza os elementos objetivos do processo de trabalho e de se sujeitar ao seu comando; o capitalista. Aí está o âmago das relações capitalistas de produção: o trabalhador já entra no processo de produção e de trabalho como sujeito subordinado; *o controle do tempo e do processo de trabalho já não lhe pertence mais.*

Como vimos nos capítulos anteriores, segundo Marx, de início o capitalista não modifica o processo de trabalho. Contenta-se apenas a explorar um processo estabelecido de longa data, para somente aos poucos dar-se conta da necessidade de organizá-lo diretamente – e esta necessidade nasce da própria forma social sob a qual se subordina o processo de trabalho. Quando um trabalhador é contratado para produzir para certo capitalista, o produto do trabalho não lhe pertence, mas sim a este último. Segue-se daí que a quantidade e a qualidade da produção são de interesse fundamental do capitalista e não do trabalhador – para quem o trabalho e o produto de seu trabalho são indiferentes, pois seu alvo imediato é o salário com que pode adquirir os seus meios de subsistência e de sua família.¹⁷⁰ Ora, a forma social em que o trabalho se desenvolve sob as relações capitalistas de produção, torna necessário o controle do processo de trabalho pelo empregador. E este não demora muito a se aperceber disto e, tão imediatamente quanto possível, assume a função de direção do trabalho.

Vimos também como o processo histórico-social de subsumção do trabalho ao capital vai se objetivando, e como o processo de trabalho, agora subsumido ao capital, passa por revoluções organizacionais e técnicas, até chegar à maquinaria automatizada. Tudo isto decorre da necessidade de submeter o trabalho aos imperativos da acumulação de capital; de garantir que o trabalhador apareça como o elemento subordinado no processo de trabalho (determinando a desvalorização de seu trabalho, e, portanto, do preço de sua força de trabalho), enquanto o capital, na figura dos elementos objetivos deste processo, surge como dominante. O fundamento de todo o processo está, já desde partida, na separação do trabalhador de seus meios de produção e de vida – processo que, aliás, Marx analisa brilhantemente no capítulo XXIV – “A chamada acumulação primitiva” de *O Capital*.¹⁷¹ É

¹⁷⁰ “A atividade produtiva [durante a Revolução Industrial] desfazia-se de seu sentido original, de suas motivações e de seu objeto para tornar-se simples *meio* de ganhar um salário. Deixava de fazer parte da vida para tornar-se o *meio* de ‘ganhar a vida’. O tempo de trabalho e o tempo de viver foram desconectados um do outro; o trabalho, suas ferramentas, seus produtos, adquiriram uma realidade separada do trabalhador e diziam agora respeito a decisões estranhas a ele. A satisfação em ‘fazer uma obra’ comum e o prazer de ‘fazer’ foram suprimidos em nome das satisfações que só o dinheiro pode comprar” (Gorz, 2003:30).

¹⁷¹ “Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e, do outro os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção... e porque não são donos dos meios de produção... O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o

sobre esta separação que repousa o poder que o capitalista adquirirá no interior do processo de produção.

Do lado do trabalhador, seja na oficina, na manufatura ou na fábrica capitalista, este passa a encontrar um processo de trabalho *pronto e regulado*, no qual deve ele se inserir e ao qual tem de se adaptar se não quiser ser posto na rua, e, conseqüentemente, vir-se privado de seus meios de subsistência.¹⁷² Do lado do empregador capitalista, a disciplina no trabalho surge como um imperativo para o sucesso do empreendimento. Dela depende seu lucro e sua continuidade no mercado, e, conforme argumenta Sidney Pollard:

Embora o sistema doméstico tivesse implicado em alguma medida de controle, “ser um disciplinador foi algo essencialmente novo para o capitalista”. “O patrão capitalista tornou-se um supervisor de cada detalhe do trabalho: sem qualquer mudança no caráter geral no contrato salarial, o patrão adquiriu novos poderes que tiveram uma grande significância social”. O conceito de disciplina industrial era novo e exigiu tanta inovação quanto os inventos técnicos do período (Pollard, 2000:103).

Tudo isto nos leva a compreender por que motivo o tempo de trabalho vai adquirindo uma importância capital para trabalhadores e patrões: *trata-se de uma luta pelo controle do processo de produção, entorno da fixação de seu ritmo, intensidade e resultados e que perpassa o embate pela alocação do tempo*. Nisto repousa a relação entre a perda, para os trabalhadores, do controle do processo de trabalho e o aumento da jornada de trabalho. Ora, “Na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’” (Thompson, 1998:298 – grifos do autor), e, de fato, pouco a pouco o tempo, em geral, seja no trabalho ou fora dele, vai se tornando o principal campo de disputa entre trabalhadores e patrões durante todo o século XIX e ainda hoje.

Assim, ainda como acrescenta Thompson, as “Sociedades industriais maduras de todos os tipos são marcadas pela administração do tempo e por uma clara demarcação entre o ‘trabalho’ e a ‘vida’” (Idem: 300); seja porque, para o trabalhador, seu tempo tornou-se uma mercadoria a ser vendida no mercado (e a luta histórica dos trabalhadores tem sido

trabalho... O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. **A chamada acumulação primitiva é apenas o processo que dissocia o trabalhador dos meios de produção**” (Marx, 2001: 828 – grifos meus).

¹⁷² E, segundo Sidney Pollard, “Demissão e a ameaça de demissão eram, de fato, os principais instrumentos de dissuasão para impor a disciplina nas fábricas. Nos períodos de escassez de trabalho eram ineficientes, mas quando um mercado favorável aos compradores de trabalho retornava, um suspiro de alívio ecoava pelas classes empregadoras ante a restauração de seu poder” (Pollard, 2000:105).

fundamentalmente pela valorização de seu tempo), seja porque, do outro lado, para o capitalista “tempo é dinheiro”, no sentido de que em quanto menos tempo puder produzir, tanto mais terá a vender e, conseqüentemente, a lucrar.¹⁷³ É um novo desenvolvimento histórico que Gary Gross sintetiza de maneira muito apropriada na passagem a seguir:

À medida que a industrialização significava a desqualificação do trabalho, o assalariado crescentemente experimentava o trabalho como a comercialização de minutos. O que os trabalhadores vendiam era sacrifício de tempo; quando os empregadores tomaram controle sobre o processo de trabalho e quando as horas de trabalho tornaram-se uma prerrogativa da gerência, os assalariados começaram a considerar o tempo de trabalho como sua não propriedade. Reconhecendo gradualmente que os empregadores compravam horas de trabalho mais do que simples destreza [*skill*], os trabalhadores começaram a colocar um preço mais elevado em seu tempo. Simultaneamente, os assalariados tornaram-se conscientes de que tempo era uma raridade a ser protegida e liberada do trabalho. O bater do ponto na entrada e saída do trabalho tinha radicalmente diferentes significados. Quando a gerência expulsou a ‘vida’ do trabalho, a duração do trabalho tornou-se central: para o empregador, isto de fato tornou-se dinheiro; para o trabalhador, significava não apenas renda, mas também uma subtração da vida. **A longo prazo, ambos tinham um incentivo para separar tempo de trabalho e lazer. A luta seria sobre a alocação** (Cross, 1988:3 – grifos meus).

Desde que o controle do processo de trabalho passou das mãos do produtor direto para o capitalista, “Trabalhar mais ou menos horas” passou a depender do “resultado das relações vigentes entre os agentes sociais. Os momentos em que a força de trabalho está mais enfraquecida política ou economicamente são propícios ao alongamento das horas de trabalho” (Dal Rosso, 1998:23). E foi justamente uma correlação de forças desfavorável aos trabalhadores que permitiu uma drástica elevação da jornada de trabalho durante o final do século XVIII e início do XIX.

Mas a batalha secular, empreendida pelos patrões, pela elevação da jornada de trabalho chocou-se contra a resistência inerente aos tradicionais métodos de trabalho. Historiadores, como o mesmo Sidney Pollard, enfatizaram a dificuldade encontrada pelos primeiros patrões capitalistas para disciplinar uma mão-de-obra acostumada ao ritmo

¹⁷³ “É como uma mercadoria, portanto, que o tempo exige uma economia. Uma economia de tempo, que aplicada ao trabalho se traduz na necessidade de diminuir cada vez mais o tempo durante o qual uma determinada tarefa pode ser executada. É nessa relação entre tempo e trabalho, na qual a teoria econômica busca a essência do conceito de produtividade e em que se funda o princípio básico do taylorismo, que se desenvolve a noção de tempo útil expressa na clássica fórmula: *tempo é dinheiro*” (Silva, 1996:28).

tradicional do trabalho. Festejos de todos os tipos e já há muito consagrados, como a Santa Segunda, foram alvo constante das queixas dos primeiros empregadores do setor têxtil:

“St Monday” (Santa Segunda) e dias festivos, tradição comum na indústria doméstica, foram um persistente problema. Os tecelões estavam acostumados a “se divertirem freqüentemente a segunda-feira toda, e grande parte da terça-feira, e a trabalharem até bem tarde da noite na quinta, e freqüentemente toda a noite da sexta”. Fiadores, até o fim do século XIX, podiam desaparecer das fábricas na segunda e terça, e “quando retornavam, trabalhavam muitas vezes desesperadamente, noite e dia, para saldar suas dívidas nas tavernas, e conseguir dinheiro para gastar a revelia”, como observou um crítico hostil. No País de Gales foi estimado que, no final da década de 1840, os trabalhadores perdiam uma semana em cinco, e que em uma quinzena depois do dia semanal de pagamento, apenas dois quintos do tempo estava sendo trabalhado (Pollard, 2000:100).¹⁷⁴

E, como destaca Thompson, “Os ritmos irregulares do trabalho”, pré-Revolução Industrial, “nos ajudam a compreender a severidade das doutrinas mercantilistas quanto à necessidade de manter os salários baixos para prevenir o ócio” (Thompson, 1998:289).¹⁷⁵ São estes elementos, então, presentes nas diversas análises históricas e sociológicas, que nos permite sustentar a tese da dissociação entre tempo de trabalho e tempo de vida, assim como, a da elevação da jornada de trabalho durante a Revolução Industrial. Com a industrialização capitalista, um novo senso de tempo está surgindo em função, sobretudo, das novas relações de produção e do controle capitalista do processo de trabalho. Mesmo o local de trabalho – como vimos ao tratar da concentração de trabalhadores sob o comando de um mesmo

¹⁷⁴ E Marx diz a este respeito: “Durante a maior parte do século XVIII, isto é, até a época da grande indústria, não conseguira o capital na Inglaterra, com o pagamento do valor semanal da força de trabalho, apoderar-se de toda a semana do trabalhador. Eram exceção os trabalhadores agrícolas. Os demais, podendo viver a semana inteira com o salário de 4 dias, não encontravam nessa circunstância razão suficiente para trabalhar os outros 2 dias para o capitalista” (Marx, 2001:316).

¹⁷⁵ Isto tudo era incompatível com o trabalho industrial, “principalmente [o] de uma fábrica mecanizada”, que, segundo Hobsbawm, “impõe uma regularidade, uma rotina e uma monotonia totalmente diferente dos ritmos pré-industriais de trabalho, que dependem da variação das estações e do tempo, da multiplicidade de tarefas em ocupações não afetadas pela divisão racional do trabalho, pelos caprichos de outros seres humanos ou de animais, e **até mesmo pelo desejo de se divertir em vez de trabalhar**” (Hobsbawm, 1986:80 – grifos meus). Evidentemente, esta cultura do ócio se perdeu depois de mais de um século e meio de adestramento para o trabalho metódico e rotineiro. No final do século XVIII e até quase o final do século XIX inglês, a batalha contra esta tradicional “inclinação” para o ócio se deu mais ou menos nestes termos: “E como os homens não assimilavam espontaneamente a esses novos costumes [baseados na regularidade do trabalho] tinham de ser forçados por disciplina e multas, por leis de Senhor e Servo como aquela de 1823 que os ameaçava com prisão por quebra de contrato (aos patrões cabia apenas multas) e por salários tão baixos que somente a labuta incessante e ininterrupta os fazia ganhar o suficiente para sobreviver, sem prover o dinheiro que os afastasse do trabalho por mais tempo que o necessário para comer, dormir e – como se tratava de um país cristão – orar no Dia do Senhor” (Idem).

capitalista no capítulo 3 – já não se encontra no lócus familiar. Violentamente transmutado para a oficina, manufatura ou fábrica capitalista, o trabalhador não controlará mais o modo de execução, o ritmo e a intensidade de seu trabalho, assim como, por fim, não encontrará mais desfrute na obra que cria ou na atividade que exerce.¹⁷⁶ E assim, de agora em diante, trabalho e vida estão rigidamente dissociados e nitidamente demarcados. O pulsar eloqüente e vibrante da pujante vida humana já não reside mais nos domínios do primeiro.

Inevitavelmente, com o “expurgo da diversão do trabalho” e com a expulsão do ambiente familiar do local de trabalho, os trabalhadores, como forma de resistência ao controle capitalista sobre suas vidas produtivas, progressivamente passaram a reivindicar o aumento das horas de não-trabalho como forma de defesa da vida em família:

O novo senso de tempo era também a adaptação a mudanças na organização do trabalho. O gradual expurgo da diversão do trabalho obrigou os trabalhadores a reclamar o lazer ‘depois do horário de trabalho’. O ataque violento dos patrões contra a “Santa Segunda” requereu a compensação pelo meio feriado de domingo. A separação de trabalho e vida doméstica produzida pela remoção dos materiais e das máquinas das choupanas [*cottage*] redirecionou os trabalhadores na direção de abraçar uma clara segmentação entre trabalho e “vida” como a única defesa prática dos interesses familiares (Cross, 1988:8).

E assim, com esta curta exposição histórica do tema presente neste capítulo, levantamos os elementos necessários para iniciarmos nossa análise a respeito da jornada de trabalho em Marx. Leitores atentos de *O Capital* e de outras obras marxianas perceberão rapidamente uma relação dialética entre trabalho e tempo, e que, como veremos a seguir, constitui-se no centro da teoria social e econômica desenvolvida por Marx. Nosso objetivo aqui é, completando o que dissera no início, compreender fundamentalmente, a partir de Marx: a relação entre, por um lado, a duração do trabalho e, por outro, a substância do valor e, por extensão, a categoria da mais-valia; verificar por que razão o modo de produção capitalista exigia, nos seus primórdios, uma radical extensão do dia de trabalho; examinar como surge e se desenvolve a resistência dos trabalhadores contra esta elevação; e –

¹⁷⁶ A perda da independência pessoal no trabalho pode explicar o motivo pelo qual o trabalho de fábrica foi, durante muito tempo, evitado pelos trabalhadores: “Embora os salários fabris tendessem a ser mais altos que os da ‘indústria doméstica’ (exceto os pagos a trabalhadores manuais altamente qualificados e versáteis), os trabalhadores relutavam em trabalhar nelas, pois ao fazê-lo as pessoas perdiam aquele direito com que haviam nascido – a independência. Na verdade, essa era uma das razões por que se se contratavam, de preferência, mulheres e crianças, mais dóceis: em 1838 apenas 23% dos trabalhadores de fábricas de tecidos eram homens adultos” (Hobsbawm, 1986: 64).

inicialmente neste, mas deixando para o próximo capítulo a conclusão da exposição – por em evidência como a maquinaria, mesmo constituindo-se em magnífico modo de fecundar o trabalho humano, torna-se, nas mãos dos capitalistas, o meio mais eficaz de prolongar a jornada de trabalho.

Quando Marx trata de jornada de trabalho em sua obra máxima – capítulo VIII – “A jornada de trabalho” – é justamente na divisão do Livro I de *O Capital*, a Parte Quarta, dedicada a mais-valia absoluta. Ora, isto somente após de uma longa construção de categorias como a do valor e a da mais-valia. Mas qual a relação entre, de um lado, jornada de trabalho e, de outro, valor e mais-valia? Esta questão nos remete a necessidade de fazermos uma breve exposição da teoria do valor-trabalho em Marx.

Devo dizer de partida, que considero a teoria do valor-trabalho, seja qual for a sua última formulação, bastante problemática. Entretanto, uma vez que esta polêmica teoria não constitui o objeto central de minha reflexão, vou apenas me limitar a expô-la de forma muito didática e sucinta. Trato-a apenas como um modelo teórico de interpretação da realidade econômica, um axioma – e talvez um dos mais belos e produtivos axiomas já criados – pelo qual nos guiamos a fim de compreendermos melhor a realidade complexa que nos circunda. Talvez no futuro me dedique melhor a esta questão, mas por hora desejo apenas tornar este pilar fundamental da teoria econômica desenvolvida por Marx, mais acessível aos leitores.

Marx estava obcecado por uma constatação econômica surpreendente, e sobre a qual trabalhou à finco para tornar teoricamente explicável: por mais que os preços variem em função das “leis” da oferta e da procura, eles sempre gravitam entorno de um eixo claramente perceptível e mensurável: o *preço médio*.¹⁷⁷ Ora, mas o que este preço médio pode estar nos querendo dizer? O que ele expressa afinal de contas? As chamadas “leis” da oferta e da procura apenas explicam a flutuação, mas nunca o porquê de este eixo se fixa neste e não naquele patamar. Algo deve estar oculto por trás desta desordem aparente que são as flutuações do preço, e este algo, para Marx, seguindo a economia política clássica, era o *valor*.

Ele estava convicto de que o preço médio, o eixo sobre o qual gravitavam os preços, era a forma fenomênica mais perceptível da manifestação do valor das mercadorias; a

¹⁷⁷ “As contínuas oscilações dos preços de mercado, subidas e quedas, compensam-se, anulam-se reciprocamente e reduzem-se ao preço médio, a sua lei interna. O preço médio constitui a estrela guia do comerciante ou do industrial em todo empreendimento que requer tempo. Ele sabe que, observando um período longo em seu conjunto, as mercadorias se vendem realmente de acordo com um preço médio, nem abaixo, nem acima dele” (Marx, 2001:196, n.37).

expressão objetiva mais aproximada da essência deste fenômeno. Acreditava que o próprio valor explicava o equilíbrio, quase mágico – a “mão invisível” de Smith –, entre oferta e procura: era o imanente valor das mercadorias que se expressava no equilíbrio do mercado. O que ele tinha como tarefa era demonstrar o que era o valor e como ele impõe às mercadorias este e não aquele preço médio. Contudo, como é do conhecimento geral, o valor já havia sido deduzido por outros economistas políticos, nas figuras de William Petty, Adam Smith e, principalmente, de David Ricardo. A Marx coubera a tarefa monumental de dar uma formulação científica adequada e mais bem acabada à teoria do valor.

A Parte Primeira de *O Capital*, “mercadoria e dinheiro”, é toda dedicada à sustentação da teoria valor-trabalho. Inicia com a distinção consagrada entre valor de uso e valor de troca, e, ao longo da caracterização deste último, Marx procura responder à seguinte indagação: dado duas mercadorias absolutamente distintas, produzidas por trabalhos concretos qualitativamente diversos, que elemento em comum às duas mercadorias em questão pode ser usado como forma de equiparação no ato de troca? O que há numa determinada mercadoria A que também se pode observar numa outra B que pode torná-las objetivamente intercambiáveis? Concretamente as duas mercadorias são distintas, e, portanto, aparentemente nenhum ato de abstração pode encontrar tal elemento em comum. Então é preciso tornar a própria interrogação ainda mais abstrata: o que elas simplesmente têm em comum? Ora, o fato de ambas serem produtos do *trabalho humano*. E é, portanto, o trabalho humano a substância do valor. Mas não o trabalho humano concreto, e sim tomado no seu mais alto grau de abstração, ou seja, trabalho humano abstrato, o mero dispêndio de força viva de trabalho, despojado de suas qualidades concretas. Claro, pois se considerarmos o trabalho humano em sua forma concreta, evidentemente, não há como haver equiparação entre trabalhos tão qualitativamente dispares como, por exemplo, o do tecelão e do alfaiate.¹⁷⁸

Descoberta a substância do valor é preciso encontrar a medida de sua magnitude. Aqui, enfim, encontramos a categoria tempo, tão fundamental para a construção teórica de Marx. Pois, o trabalho é uma atividade, que independente de sua objetivação, demanda tempo; consome tempo. Portanto, a medida do valor está imanentemente relacionada com o tempo de trabalho. Isto significa que, digamos, se uma mercadoria A consome 2 horas de trabalho, seja qual for sua forma de execução, e outra, B, consome 4 horas, então as duas se trocam na razão de 2 para 1. Mas não se trata, entretanto, de qualquer tempo de trabalho como medida do

¹⁷⁸ “A igualdade completa de diferentes trabalhos só pode assentar numa abstração que põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato” (Marx, 2001:95).

valor, mas do *tempo de trabalho socialmente necessário* para produzi-la. Isto significa que se uma mercadoria, pelos padrões sociais médios de produção, leva uma hora para ser produzida, quem a produza abaixo deste tempo poderá ter grandes lucros e conquistar boas fatias do mercado, enquanto aquele que a produza acima está sujeito a ser eliminado do mercado. Marx supõe aqui – em função do grau de abstração do qual necessariamente deveria partir sua investigação – uma sociedade de livre concorrência e sem quaisquer barreiras substanciais à circulação de mercadorias. Os leitores mais familiarizados com *O Capital* perceberam facilmente, que a categoria de *tempo de trabalho socialmente necessário* introduz justamente a concorrência no interior da análise da teoria valor-trabalho: não se tratava de uma “mão invisível”, mas sim de uma proporção adequada entre as necessidades sociais historicamente determinadas e o tempo social de trabalho total disponível em toda a sociedade, isto é, e em última análise, adequação entre oferta e procura.

Sendo o valor de uma mercadoria determinado pelo tempo de trabalho que esta leva para ser produzida, e que as trocas nada mais fazem do que se guiarem pela magnitude de valor que estas possuem, deduz-se que, em uma transação econômica, duas pessoas, vendedor e comprador, sempre trocam equivalentes: certa quantidade de horas de trabalho, pela mesma quantidade de horas de trabalho.

Como qualquer outra, também a relação entre capitalista e trabalhador é uma relação econômica de troca. Este último oferta sua única mercadoria, a força de trabalho, e o outro o paga com dinheiro, ou melhor, paga-lhe um salário. Mas, de fato, o que se troca é certa quantidade de trabalho por certa quantidade de valores de uso, pois o salário, tão logo seja recebido pelo o trabalhador, em geral, neles se converte – e nestes valores de uso está contida também certa quantidade de trabalho, desta forma, troca-se, por fim, trabalho por trabalho. Ora, segundo Marx, a força de trabalho tem um valor que é dado pelo valor dos meios de subsistência necessários para a reprodução da força viva de trabalho, enquanto o salário é o preço da força de trabalho, correspondente ou não ao seu valor.

Aparentemente troca-se equivalente por equivalente, força de trabalho por salário, mas, segundo Marx, somente na *aparência*. O trabalhador é contratado para trabalhar uma jornada diária, semanal, mensal, etc. fixada, por exemplo, em 8 horas diárias de trabalho, durante cinco dias na semana para produzir calçados. Se nestas horas produz vários pares que, quando vendidos e, portanto, convertidos em dinheiro, não apenas são suficientes para pagar o seu salário diário, mas ainda para gerar um lucro para seu empregador, Marx chama este lucro de mais-valia. Ora, o raciocínio é simples: o trabalhador é pago com um salário que corresponde mais ou menos aos meios de subsistência. São estes que tornam a força de

trabalho efetiva para um dia completo de trabalho e, justamente por serem suficientes para manterem a força de trabalho operante por um dia todo, nada impede que o dia de trabalho se prolongue para além do tempo necessário para produzir valor equivalente ao dos meios de subsistência necessários à sua manutenção. O empregador exige que o trabalhador produza mercadorias (e, portanto, valor) não apenas para pagar o seu salário, mas também para criar um excedente de valor, um mais valor, enfim, uma mais-valia para si, e, portanto, como diz Marx, “A mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho” (Marx, 2001:231). Eis aqui, enfim, a categoria festejada como o grande legado científico de Marx: a mais-valia; a chave para explicação da exploração capitalista.

Toda esta discussão apresentada nos primeiros capítulos de *O Capital* converge para uma batalha, exposta principalmente no Capítulo VIII – “A jornada de trabalho”, entre patrões e trabalhadores, em torno da alocação do *tempo de trabalho necessário* e *tempo de trabalho excedente*. O tempo de trabalho necessário é aquele no qual o trabalhador produz mercadorias cujo valor é suficiente para reproduzir o valor de sua força de trabalho. Tempo de trabalho excedente, por sua vez, é o tempo no qual o trabalho necessário já foi realizado e em que se inicia a produção da mais-valia. Uma jornada de 8 horas pode ter, por exemplo, seis horas de trabalho necessário e duas de excedente; quatro de para ambos; ou duas de necessário e seis de excedente. O que determinará o grau de exploração, a taxa de mais-valia, será a relação, o coeficiente, entre ambos, entre o tempo de trabalho necessário e o excedente.

Evidentemente, para o capitalista interessa ampliar sempre mais o tempo de trabalho excedente, e, ao trabalhador, o oposto. Mas como é possível ampliar o trabalho excedente e, portanto, a mais-valia? Segundo Marx de duas maneiras: estendendo a jornada de trabalho sem elevar o tempo de trabalho necessário; ou, mantendo a jornada de trabalho fixa, diminuindo o tempo de trabalho necessário. O primeiro método de elevação da produção de mais-valia Marx denominou, como já vimos, de *mais-valia absoluta*, e o segundo de *mais-valia relativa*.

Ora, dado certo grau de produtividade, o volume de mercadorias e a massa de valor e de mais-valia contidos neste, apenas podem ser elevados se o número de jornadas de trabalho for aumentado. Com métodos idênticos de trabalho, somente se pode produzir mais, obviamente, com mais trabalho. Ora, o primeiro impulso que as novas relações de produção deram ao capitalista, quando este se tornou capitão da indústria, foi justamente o de exigir de seus trabalhadores que trabalhassem mais horas pelo mesmo salário que recebiam. Tudo isto nós já vimos ao longo desta exposição. Não havia outro modo de elevar o volume de valores

de uso produzido, uma vez que os métodos de produção continuavam, do ponto de vista técnico, praticamente inalterados. E é isto que explica por que a Revolução Industrial é precedida de um aumento monstruoso da jornada de trabalho.

Marx concebeu uma teoria econômica, que explicava satisfatoriamente os mecanismos inerentes ao novo modo de produção, no qual a elevação da jornada de trabalho era um imperativo, quase uma lei natural – e isto, ao sustentar que tal elevação somente poderia decorrer da necessidade de produzir mais-valia em sua forma absoluta. Ora, nada mais coerente do ponto de vista lógico. Se hipoteticamente tivéssemos o tempo necessário fixado em, digamos, seis horas, e a produtividade do trabalho não sofresse qualquer alteração substancial – o que de fato pode ser verificado no início da Revolução Industrial –, então a lucratividade dos primeiros capitalistas industriais estava diretamente relacionada com a extensão ou contração da jornada de trabalho.¹⁷⁹ Se esta fosse de dez horas, a mais-valia corresponderia, descontadas seis horas de trabalho necessário, a quatro horas, e sua taxa seria, conseqüentemente, de 66,66%; se fosse de 12, teríamos seis de trabalho excedente (que produz uma mais-valia) e 100% de taxa de mais-valia; e se de 16, estes seriam de 10 e 166,66%, respectivamente. Evidentemente a teoria do valor-trabalho demonstra haver reais e concretos interesses aos capitalistas, para exigirem uma jornada elevada de trabalho de seus trabalhadores. Isto pode explicar, em parte, o relativo sucesso que a teoria tem encontrado, a mais de um século, entre intelectuais de esquerda e no seio do movimento das classes trabalhadoras.

Marx inicia o capítulo VIII – “A jornada de trabalho” dizendo: “A jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável. Uma das partes é determinada pelo tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do próprio trabalhador, mas sua magnitude total varia com a duração do trabalho excedente. A jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas considerada em si mesma, é indeterminada” (Marx, 2001:270). Determinável, pois, pelo que foi dito, mas também porque o dia de trabalho deve,

¹⁷⁹ Levando-se em conta – e disso não podemos nunca nos esquecer – que o salário médio tende, nas relações capitalistas de produção, a se manter sempre próximo de seu valor, ou seja, correspondente ao valor dos meios necessários tão somente para a manutenção da força viva de trabalho. Isto não inviabiliza que, mesmo os salários estando sempre ao nível de seu valor, haja uma melhora substancial das condições de vida dos trabalhadores. Segundo a teoria do valor de Marx, o monumental aumento da produtividade do trabalho possibilita que quantidades decrescentes de valor produzido, correspondam a volume crescente de valores de uso. O mesmo salário pode, então, adquirir maior volume de bens e serviços, pois seus custos de produção estão em contínua redução. E, por outro lado, o que se considera como meios de subsistência, como os elementos imprescindíveis à manutenção da vida humana, é social e historicamente determinado. O que hoje se considera um mínimo, ontem era considerado um máximo, e, assim, pode ser, no futuro, tomado como insignificante perto das novas condições sociais historicamente desenvolvidas, e, como diz Marx, no Livro III de *O Capital*: “Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las (Marx, 2008:1083).

necessariamente, ser menor que 24 horas e deixar tempo suficiente para o repouso e para a satisfação de necessidades físicas inerentes à fisiologia humana: comer, lavar-se, etc. São os limites físicos da jornada de trabalho, os quais impedem a colonização total do tempo de vida do trabalhador pelo tempo de trabalho. E indeterminável, pois o tempo de trabalho excedente pode variar continuamente dentro de limites físicos e condicionados por fatores sociais, políticos, morais e culturais de diversa natureza que influem em sua duração. Entretanto, se a jornada de trabalho será fixada em 15, 12, 10 ou 8 horas, dependerá fundamentalmente, em última análise, da correlação de forças entre as duas personagens centrais desta trama: capitalista e trabalhadores – sem esquecer seu coadjuvante ilustre, o Estado capitalista. Pois, como diz Marx, tendo em vista o palco das relações econômicas que os dois personificam, observamos que:

O capitalista afirma seu direito, como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho e transformar, sempre que possível, um dia de trabalho em dois. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida impõe um limite ao consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma seu direito, como vendedor, quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada magnitude normal. Ocorre assim uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais e opostos, decide a força. Assim, a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como a luta pela limitação da jornada de trabalho, um embate que se trava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora (Marx, 2001:273).

Se tomarmos a perspectiva de um empregador capitalista, para ele, evidentemente, o tempo de vida de um trabalhador deve se resumir ao tempo de trabalho que este tem de fornecê-lo. Quanto maior este tempo, aparentemente mais produtivo será este trabalhador e maior o seu rendimento em termos de custo/benefício. Marx argumenta que este ponto de vista, imensamente cruel, torna o trabalhador uma mera “besta de carga”, pois nas condições de vida sob as quais aquele, de fato, deseja aprisionar o trabalhador, nelas “o tempo é tudo, o homem não é mais nada; ele é no máximo a carcaça do tempo” (Marx, 1985:58). Ora, nestas condições o trabalhador é despojado de qualquer tempo disponível para exercitar atividades mais dignas e próprias de sua condição humana:

O que é uma jornada de trabalho? Durante quanto tempo é permitido ao capital consumir a força de trabalho cujo valor diário paga? Por quanto tempo se pode

prolongar a jornada de trabalho além do tempo necessário para reproduzir a própria força de trabalho? A estas perguntas, conforme já vimos, responde o capital: o dia de trabalho compreende todas as 24 horas, descontadas as poucas horas de pausa sem as quais a força de trabalho fica absolutamente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Fica desde logo claro que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho, que todo seu tempo disponível [*disposable time*] é, por natureza e por lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical, mesmo no país dos santificadores do domingo (Marx, 2001:305/306).

Quando tratarmos, no capítulo 7, sobre o tempo livre, retornaremos a esta questão do tempo disponível que se perde para o tempo de trabalho (estranhado/alienado). Por hora temos de prosseguir na exposição. O que nos interessa agora é apresentar como Marx expõe a resistência dos trabalhadores a este processo de colonização de seu tempo pelo tipo de trabalho inerente ao regime capitalista de produção. Aqui nos deteremos brevemente sobre “A luta pela jornada normal de trabalho. Limitação legal do tempo de trabalho. A legislação fabril de 1833 a 1864” – título da seção 6 do capítulo VIII – “A jornada de trabalho”, de *O Capital*.

Marx realiza, nesta seção, uma exposição histórica, dinâmica e sucinta, sobre os movimentos de luta pela fixação de uma jornada normal de trabalho. Inicia-a deste modo:

“Logo que a classe trabalhadora, atordoada pelo tumulto da produção, recobra seus sentidos, tem início sua resistência, primeiro na Inglaterra, a terra natal da grande indústria. Todavia, as concessões que conquistara durante três decênios ficaram apenas no papel. De 1802 a 1833, promulgou o Parlamento cinco leis sobre o trabalho, mas, astuciosamente, não votou recursos para sua aplicação compulsória, para o quadro de pessoal necessário à sua execução etc. Eram letra morta” (Marx, 2001:321).

Deste modo, somente a partir 1833, isto é, mais de meio século após o início da Revolução Industrial, estabelece-se legalmente, pela primeira vez na Inglaterra, uma jornada normal de trabalho para a indústria moderna. Esta se inicia às 5½ da manhã e termina às 8½ da noite, com 1½ hora de pausa para as refeições (15 horas de jornada diária!); para menores 9 anos, está proibido o trabalho; para os entre 9 e 18 anos, a jornada fixada não poderia exceder a 12 horas, e estava proibido, para todos os menores, o trabalho noturno. O curioso

nesta nova legislação protetiva, não apenas nela, mas em todas que se seguiram até 1864, era que todas elas, segundo Marx, não limitavam a jornada de trabalho em geral, mas tão somente a dos menores:

...lembramos que as leis fabris de 1833, 1844 e 1847 estavam em pleno vigor [em 1848], ressalvadas as emendas de uma na outra; que nenhuma delas limita a jornada do trabalhador do sexo masculino maior de 18 anos; e que, a partir de 1833, o período de 15 horas de 5½ da manhã 8½ da noite era o dia legal, dentro de cujos limites devia ser executado, inicialmente, o trabalho de 12 horas e, depois, o trabalho de 10 horas dos adolescentes menores de 18 anos e das mulheres, sob as condições legalmente prescritas” (Marx, 2001:329).

Entretanto, o “efeito mais imediato” destas legislações protetivas, restritas ao trabalho de menores e, pouco depois, também ao trabalho feminino (1844),¹⁸⁰ “foi submeter, na prática, a jornada de trabalho do homem adulto aos mesmos limites, uma vez que a cooperação das crianças, dos adolescentes e das mulheres é imprescindível [até, pelo menos, o final da década de 1860] na maioria dos processos de produção” (Idem: 325/326). Assim, mesmo que convencionalmente o trabalho masculino estivesse aparentemente livre de uma limitação legal, na prática, ele acabava por seguir as restrições imposta ao trabalho de crianças, jovens e mulheres.

Primeiro, então, a partir de 1833 temos diversas leis fixando a jornada de trabalho em 15 horas diárias. A seguir, com novas medidas legais, primeiro em 1833 mesmo, e depois em 1844, temos pela primeira vez uma substancialmente redução da jornada de trabalho, passando esta de 15 para 12 horas diárias. E assim, com estas, segundo Marx, “no período de 1844 a 1847, vigorou geralmente o dia de trabalho de 12 horas em todos os ramos industriais submetidos à legislação fabril” (Idem: 326). Ora, mas o que poderia ter feito das legislações fabris uma realidade? Que forças sociais estavam envolvidas, a tal ponto de se estabelecer uma correlação que permitisse não apenas uma regulamentação da jornada de trabalho, como até mesmo sua redução?

Do lado dos trabalhadores nascia e crescia a resistência organizada, que se expressava em dois grandes movimentos sociais: o *luddismo* e o *cartismo*. O primeiro consistia numa tentativa de impedir a competição ferrenha, e nitidamente desequilibrada em favor dos

¹⁸⁰ Em 1844 as mulheres maiores de 18 anos foram equiparadas aos adolescentes menores de 18 anos, e, desta forma, sua jornada de trabalho foi fixada em 12 horas, também com a proibição do trabalho noturno. “Pela primeira vez, foi a legislação levada a controlar o trabalho de pessoas adultas, direta e oficialmente” (Idem: 324).

interesses econômicos da classe capitalista, entre a maquinaria e os trabalhadores; o segundo centrou-se na busca de maior participação política. Para os trabalhadores das fábricas, segundo Marx, a partir de 1838, a campanha pela lei das 10 horas havia se tornado a “sua divisa econômica e a carta do povo” – que deflagrou o movimento cartista – “sua divisa política e eleitoral” (Idem). Do lado das emergentes classes industriais, havia o interesse de destruir a resistência da velha aristocracia da terra às reformas econômicas necessárias ao pleno desenvolvimento da economia burguesa. “Tinham”, estes mesmos industriais, “deflagrado a campanha para abolir as leis aduaneiras de proteção aos cereais e precisavam da ajuda dos trabalhadores para a vitória” (Idem), e, deste modo, algumas concessões a estes poderiam ser negociadas. Por último, “Ameaçados nos seus interesses mais sagrados, na renda da terra, tropejaram finalmente os *tories*” – partidários dos interesses aristocráticos no parlamento inglês –, “possuídos de fúria filantrópica contra ‘as práticas nefandas’ de seus inimigos” (Idem). Foi desta correlação de forças que, segundo Marx, “nasceu a lei fabril adicional de 7 junho de 1844” (Idem), aquela que limitava a jornada em 12 horas.

É de domínio público que as famosas leis dos cereais, que, a partir de 1815, impediam a importação dos principais produtos agrícolas que compunham a sexta básica da população inglesa – o que mantinha o mercado interno inglês cativo nas mãos dos donos de terras, favorecendo a velha aristocracia de origem feudal, e que prejudicava os interesses das classes empregadoras ao encarecer os principais produtos integrantes dos meios de subsistência de seus trabalhadores e, assim, elevando o custo de sua manutenção e, portanto, de seus salários – foram revogadas em 1846. Como se referiu Marx à revogação destas leis, “o comércio livre torna-se [a partir de então] a estrela polar da legislação. Em suma, raiou o novo milênio” (Idem: 326). Entretanto, este é também o mesmo período em que “o movimento cartista e a campanha pelas 10 horas atingiram ponto culminante. Encontraram-se aliados nos *tories* sedentos de vingança” (Idem). Foi assim que, mais uma vez, nesta brecha produzida por uma correlação de forças favoráveis, que o movimento dos trabalhadores teve, mais uma vez, sua reivindicação por menores horas de trabalho atendida, quando então, em meados de 1847, nova legislação estabelecia que, a partir de 1º de maio de 1848, o dia de trabalho dos adolescentes de 13 a 18 anos e de todas as mulheres seria de 10 horas.

Foi uma vitória magistral, mas que teve seu alcance limitado pelos fatos que, em seguida, se sucederam. O movimento cartista foi desmantelado, “com seus chefes postos na cadeia e sua organização dissolvida” (Idem). Logo em seguida, a insurreição de Paris fracassa e “seu afogamento em sangue” reuniu “todas as frações das classes dominantes – senhores de terra e capitalistas, especuladores de bolsa e lojistas, protecionistas e livre-cambistas, governo

e oposição, clérigos e livre-pensadores, jovens e prostitutas e velhas freiras – sob a bandeira comum da salvação da propriedade, da religião, da família e da sociedade” (Idem). Medidas posteriores reduziram, por todos os modos, a eficácia da lei das 10 horas, e, em 1850, um conjunto de decisões das cortes da Inglaterra sepultou-a efetivamente. Mas, como no passado, “Com essa vitória aparentemente definitiva do capital, surgiu uma reviravolta. Os trabalhadores tinham oferecido uma resistência até então passiva, embora inflexível e quotidianamente renovada. Agora protestavam em comícios rumorosos e ameaçadores em Lancashire e Yorkshire” (Marx, 2001:335). Com esta resistência contínua e renovada da classe trabalhadora, no fim, segundo Marx:

...venceu o princípio de regulamentar o trabalho, ao triunfar nos grandes ramos industriais que são a criação mais genuína do modo moderno de produção. Seu desenvolvimento maravilhoso de 1853 a 1860, paralelamente com o renascimento físico e moral dos trabalhadores, evidenciava-se até aos mais míopes. Os próprios fabricantes, aos quais foram arrancados, palmo a palmo, no curso de uma guerra civil de meio século, os limites e as regras da jornada de trabalho, apontavam orgulhosos para o contraste existente entre os seus setores e aqueles onde era “livre” a exploração... Os fariseus da economia política proclamaram então ser uma nova conquista, característica de sua ciência, a compreensão da necessidade de regular legalmente a jornada de trabalho. Compreende-se facilmente que, depois de terem os magnatas industriais se conformado e se reconciliado com o inevitável, se enfraquecesse gradualmente a força de resistência do capital, ao mesmo tempo em que a capacidade de atacar da classe trabalhadora crescesse com o número de seus aliados nas camadas sociais não imediatamente interessadas (Idem: 339)

Em síntese, o que observamos na exposição de Marx é um apelo à organização das forças inerentes à classe trabalhadora, na tentativa de que esta se torne, efetivamente, uma *classe-para-si*, pois “A história da regulamentação da jornada de trabalho... demonstra que o trabalhador isolado, o trabalhador como vendedor ‘livre’ de sua força de trabalho, sucumbe sem qualquer resistência a certo nível de desenvolvimento da produção capitalista. A instituição de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o resultado de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora” (Idem: 343).

Meu interesse nesta apresentação da trajetória histórica, desenvolvida por Marx, acerca da luta pela regulamentação da jornada de trabalho, era justamente evidenciar a importância que a categoria luta de classes tem para a teoria social desenvolvida por Marx.

Isto nos ajuda a afastar boa parte da carga determinista que a teoria econômica marxiana possa apresentar, conforme sugerem diversas interpretações produzidas por especialistas que fixam sua atenção unilateralmente aos mecanismos econômicos, às leis econômicas próprias do regime capitalista de produção, investigadas e retratadas por Marx. Como já argumentei, as teses do *Prefácio de 1859*, contém a expressiva e polêmica afirmação de que *necessariamente* os mecanismos sócio-econômicos farão colidir o desenvolvimento das forças produtivas com as relações sociais de produção (ou de propriedade) vigentes; mas esta situação, se de fato ocorreu, ocorre ou ocorrerá, não significará nenhuma ruptura histórica a menos, é claro, que as forças sociais operem uma radical transformação. E, se no futuro, com o desenvolvimento técnico e tecnológico, pudermos fundar uma nova sociedade não mais baseada no trabalho, mas no tempo livre, ou tempo disponível (*disposal time*), isto somente se realizará através de lutas incansáveis empreendidas por sujeitos sociais, transformados em agentes da transformação, que buscam incansavelmente a sua emancipação efetiva. O fim do capitalismo não é um processo mecânico no qual apenas temos que esperar pelo passar contínuo dos ponteiros do relógio; o seu fim, que de modo algum é sinônimo do fim da exploração e opressão do homem pelo homem e da sujeição às necessidades, naturais e sociais, depende de uma radical subversão da práxis.¹⁸¹

Antes de encerrar este capítulo, ainda cabe por em evidência um último ponto, que será mais bem analisado no próximo capítulo. Curiosamente Marx observa que “o capital satisfaz seu impulso de prolongar o dia de trabalho, sem limites e sem consideração, nas indústrias que originalmente foram revolucionadas pela água, pelo vapor e pela maquinaria, nessas primeiras criações do modo moderno de produção, nas fiações e tecelagens de algodão, lã, linho e seda” (Idem: 342). Ora, mas como pode justamente onde as máquinas são introduzidas, ser o mesmo local onde a jornada de trabalho é radicalmente elevada? O efeito esperado com a mecanização da produção não é justamente o de reduzir o trabalho, substituí-lo por mecanismos cada vez mais perfeitos e automáticos? Como pode ela resultar em maior

¹⁸¹ E o conceito de radicalismo aqui não se confunde com o de revolução, pois, conforme diz Marx, “Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas, no homem, a raiz é o próprio homem” (Marx, 2003: 151). Nesta passagem, duas coisas se destacam: o “tomar as coisas pela raiz” e o homem como raiz das coisas, quando este é seu próprio objeto. Entendo o radicalismo como um movimento de crítica e de transformação consciente, *com conhecimento de causa*, da realidade, tendo a emancipação humana como meta absoluta: o homem como raiz – objeto e sujeito – do conhecimento e da emancipação – emancipação que pode ocorrer, ou *não*, através de uma revolução, ou seja, de uma rápida transformação das estruturas sociais, valendo-se, ou *não*, do emprego da força física. Acredito que o tempo das revoluções com derramamento de sangue, de assalto ao Estado, já se foi. Agora vivemos o tempo que anseia por um movimento radical de contestação e transformação da realidade, pacífico e fundamentalmente inteligente, bem organizado, crítico e calcado na democracia direta e participativa, capaz de pleitear a hegemonia social, política e cultural. O radicalismo revolucionário se serve muito mais hoje da práxis contestatória e da plena atividade política *consciente*, do que do uso (irracional) da força.

quantidade extensiva (e mesmo intensiva, como veremos) de trabalho? O que explica o fato de que, com a introdução da maquinaria ao processo capitalista de produção, enfim, com o advento da Revolução Industrial, o tempo de trabalho passe por uma monumental elevação? São estas questões que precisamos responder no próximo capítulo.

Capítulo 6 – A maquinaria, a jornada de trabalho e o exército industrial de reserva

“Mais próximo e talvez igualmente decisivo é outro evento não menos ameaçador: o advento da automação, que dentro de algumas décadas provavelmente esvaziará as fábricas e libertará a humanidade do seu fardo mais antigo e mais natural, o fardo do trabalho e da sujeição à necessidade. Mais uma vez, trata-se de um aspecto fundamental da condição humana; mas a rebelião contra este aspecto, o desejo de libertação das ‘fadigas e penas’ do trabalho é tão antigo quanto a história de que se tem registro. Por si, a isenção do trabalho não é uma novidade: já foi um dos mais arraigados privilégios de uma minoria. Neste segundo caso, parece que o progresso científico e as conquistas da técnica serviram apenas para a realização de algo com que todas as eras anteriores sonharam e nenhuma pôde realizar” (Hannah Arendt, A condição humana).

A máquina é uma conquista da humanidade. Nas mãos dos capitalistas, subordinados que estão às forças inerentes ao mecanismo social do qual eles são, ao mesmo tempo, suportes e mantenedores de suas estruturas, torna-se instrumento de tortura e de sujeição. Isto ficou evidente quando, ao longo do capítulo 4, tratamos sobre seus principais aspectos técnicos e sobre as conseqüências sociais de sua aplicação, conforme estes pontos são teorizados por Marx. A máquina veio para substituir o homem na efetivação de seu eterno e necessário intercâmbio material com a natureza, veio até mesmo para substituir muito das funções rotineiras de seu intelecto. Isto poderia significar, então, a produção da mais completa afluência material, com a satisfação das necessidades e carências humanas sem o dispêndio de um volume gigantesco de energia humana. Mas, entretanto, o brutal automatismo social criado pelas relações capitalistas de produção – que, reificando as relações humanas de todos os tipos, fizeram do trabalho e da busca incansável pela riqueza fins em si mesmo – tornaram o enorme desenvolvimento das forças produtivas em um meio não de diminuir a demanda por trabalho (e, com isto, criar maior tempo livre), mas, pelo contrário, de exigir sempre mais trabalho.

Vimos, no capítulo anterior, que a radical separação entre tempo de trabalho e tempo de vida, com a elevação sem precedentes do primeiro, coincidiu decididamente com o início da primeira Revolução Industrial. Os historiadores parecem concordar que, concomitante ao

processo de mecanização da produção, houve um processo de ampliação da jornada de trabalho. Parece haver aqui um evidente *paradoxo*: é compreensível que quando o processo de trabalho não apresenta volume considerável de aplicação de maquinaria industrial, como no caso das oficinas e fábricas capitalistas onde a cooperação simples e a divisão manufatureira do trabalho desempenham o papel principal, o aumento da produção e, conseqüentemente, dos lucros (ou da mais-valia), depende fundamentalmente do aumento do volume de força de trabalho empregada, e isto, em todas as suas formas, quantitativa e qualitativa, extensiva (maior jornada) e intensiva (maior dispêndio de força de trabalho em menor tempo). Contudo, quando o processo de trabalho é revolucionado com o emprego de maquinaria, o fabuloso aumento de produtividade do trabalho humano não decorre de sua maior aplicação, mas, muito pelo contrário, de sua economia.

Se antes – pensemos de modo hipotético – eram necessários 100 trabalhadores para produzir 10.000 pares de sapatos em um mês, com uma jornada semanal de 40 horas, agora, ao se introduzir um conjunto de máquinas, são necessários apenas cinco trabalhadores, com a mesma jornada, para produzir a mesma quantidade de sapatos, no mesmo intervalo de tempo considerado. A economia de trabalho é evidente. Nada, entretanto, garante que estes cinco trabalhadores remanescentes tenham que despender menos trabalho. Pode até ser que, ao contrário, este possa ter sido duramente intensificado – isto até mesmo porque, a fim de não perderem seus empregos, os trabalhadores tenham concordado ou se conformado a trabalho num ritmo mais frenético.¹⁸²

Desta forma, é possível deduzir que mesmo havendo redução do volume global de força de trabalho aplicada a dado processo produtivo, pode haver elevação do dispêndio de trabalho por parte dos trabalhadores individuais. Para isto basta que o número de trabalhadores por unidade produtiva seja reduzido. Somente assim compreendemos por que Marx afirma, em várias passagens de *O Capital*, que “todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo”, ou seja, do conjunto de trabalhadores empregados numa unidade de produção, “são aplicados à custa do trabalhador individual” (Marx, 2001:749). A maquinaria não é introduzida para aliviar o trabalho dos que estão incorporados ao processo capitalista de trabalho, mas para reduzir os custos com salários e permitir que um número reduzido de trabalhadores possa produzir uma quantidade muito superior de produtos e serviços. Se imaginarmos que uma indústria ou empresa tem 100 trabalhadores com salários

¹⁸² Mas, de qualquer modo, seja qual for a intensidade do trabalho destes cinco trabalhadores, é impossível que o volume de trabalho que eles possam fornecer se equipare ao que os antigos 100 trabalhadores forneciam anteriormente, mesmo no caso em que a intensidade do trabalho destes último fosse muito baixa – o que, evidentemente, se investigássemos um caso concreto, não se verificaria.

médios de \$ 1.000 unidades monetárias, então a massa de salários paga é de \$ 100.000 unidades monetárias. Ao se introduzir um conjunto de máquinas, custando, digamos, \$ 50.000 unidades monetárias, e necessitando de apenas 10 trabalhadores para serem operadas, mantendo ou até mesmo ampliando o volume de produção anterior, então teremos uma economia geral de \$ 40.000 unidades monetárias. Pode existir estímulo maior do que este para mecanizar a produção?

De qualquer modo a redução dos custos de produção é sempre algo necessário ao empreendedor capitalista, seja isto para ampliar sua margem de lucro, ou para reduzir o preço de suas mercadorias, apoderando-se, então, de maiores fatias do mercado, ou mesmo apenas para se manter neste, defendendo-se contra a concorrência de seus competidores. O que se evidencia, pois, em todos estes casos é sempre a busca desesperada pela redução de custos. O mecanismo social compele aos empreendedores capitalistas sempre a isto, como uma condição de vida ou morte dos negócios. Mas claro está que, dentre os métodos mais eficientes de redução de custos está, sem sombra de dúvida, a redução de custos salariais. Na busca deste fim, a mecanização da produção vem ao auxílio da classe capitalista sempre que outros métodos variados falham.

Observando-se a totalidade do organismo social de produção, a redução do volume de trabalho empregado é sempre relativa e nunca absoluta – embora haja a possibilidade de que, em algum momento, possa vir a sê-la também. Nas unidades produtivas o trabalho requerido pode ser drasticamente reduzido, mas na sociedade como um todo, pode haver elevação. Basta que haja crescimento da produção e maior demanda para absorvê-la – e a maquinaria, como veremos, possibilita que mais capital seja acumulado e, posteriormente, utilizado como capital adicional, empregado para ampliar a escala de produção.

Onde antes, hipoteticamente, havia uma fábrica de tecidos com 500 trabalhadores, produzindo 1.000 toneladas de tecido, hoje há 20, entretanto, que se valendo dos desenvolvimentos técnicos e tecnológicos, emprega 50 trabalhadores e com a mesma produção de 1.000 toneladas cada uma. Com isto, observamos que o número de trabalhadores e o volume produzido cresceram – o primeiro, de 500 para 1000 trabalhadores, e, o segundo, de 1.000 toneladas para 20.000 –, embora cada unidade de produção empregue relativamente menos trabalhadores. Reduziu-se o número de trabalhadores por unidade – concomitante ao acréscimo de capital convertido em maquinaria (capital constante), em detrimento àquele que antes se convertia em força de trabalho (capital variável, e daí o seu decréscimo relativo) –, mas também houve aumento de seu número absoluto devido ao maior número de unidades produtivas e da maior produção realizada. Desta forma, fica evidenciado que o “Decréscimo

relativo do número de trabalhadores empregados é, portanto, compatível com seu aumento absoluto” (Marx, 2001:512). Tudo depende da relação entre o trabalho que se economiza por unidade de produção e o novo acréscimo de trabalho requerido para o incremento da produção social global.

Começamos a compreender, então, que aquele paradoxo apresentado acima *somente existia na aparência*, ou, dito de outra maneira, constituía-se num *falso paradoxo*, no qual conviviam, confusamente, o fato de a maquinaria poupar trabalho e de, ao mesmo tempo, exigir um maior volume global e uma maior intensidade de trabalho por toda a sociedade – menos trabalho relativamente e mais trabalho em termos absolutos causados pelo mesmo fenômeno. Mas como? Ora, não se trata de um paradoxo, mas de uma contradição dialética: a produção de um dado fenômeno gera também a sua própria negação, ou o seu contrário.

Grosso modo, eis aqui os pontos fundamentais que devemos examinar exaustivamente, sempre auxiliados por Marx, neste capítulo: ao mecanizar-se progressivamente a produção pode haver, por um lado, redução do volume de trabalho requerido por unidade produtiva sem, contudo, haver diminuição da jornada de trabalho ou mesmo de sua intensidade (podendo-se observar, em certas situações, justamente o oposto disto), e, por outro, pode haver, ao contrário do que ocorre nas unidades individuais de produção, aumento do volume global de trabalho social requerido na sociedade como um todo, desde que continue concomitantemente a haver elevação da escala social total de produção – embora o ritmo desta elevação deva ser, quanto mais se desenvolva a técnica e a tecnologia aplicada à produção, muito maior que o número de trabalhadores que este desenvolvimento das forças produtivas suprime. Isto pode explicar por que motivo a introdução das máquinas caminhe passo a passo com a elevação da jornada de trabalho e do trabalho excessivo. Mas, evidentemente, esta avaliação somente se tornará mais precisa no decorrer da exposição. Assim, fica posto que nosso objetivo para este capítulo será verificar como Marx procura teorizar a ampliação da jornada de trabalho durante as primeiras décadas da Revolução Industrial, isto é, final do século XVIII e início do XIX; ver como a aplicação capitalista das máquinas provoca um crescimento da cobiça por mais trabalho não-pago, por trabalho excedente, ou, enfim, o que é o seu sinônimo, por mais-valia; verificar a relação entre a maquinaria e o crescimento do exército industrial de reserva (categoria que, como veremos melhor, compreende não apenas os desempregados, mas os subempregados e aqueles categorias de indivíduos que estão prestes a serem incorporados ao proletariado); e, por fim, esclarecer a relação entre a categoria da maquinaria e o que Marx chamou de a “lei geral da acumulação capitalista”.

Sobre este último ponto, nos deteremos mais demoradamente, pois parece evidente que, para Marx, a lei geral da acumulação capitalista somente poderia ser formulada nos termos em que foi estabelecida em *O Capital*, partindo-se da constatação preliminar de uma tendência inerente ao modo de produção capitalista, a saber, de que *o emprego de capital variável deve cair em relação ao capital constante, isto é, de que progressivamente maior volume de meios de produção é empregado em detrimento do volume de força de trabalho necessário para fazer funcionar estes meios*. Assim, o que Marx desejava demonstrar é que as relações capitalistas de produção tendiam sempre a produzir uma gigantesca superpopulação relativa, um exército de reserva, de desempregados e subempregados, que pressionaria os salários para baixo, ampliando o suplício dos trabalhadores e o pauperismo social. Ora, veremos que a lei geral da acumulação capitalista se sustenta sobre o pressuposto de uma contínua mecanização da produção, a substituição do trabalho vivo pelo morto, e, conseqüentemente, sobre a produção de um decréscimo no número de empregos.

Mais uma vez, para este capítulo dispensarei outras obras de Marx, e de Marx e Engels, para me concentrar tão somente em *O Capital*. Não há dúvidas de que somente nesta é exposto com maior desenvoltura e intensidade a categoria da maquinaria, e, desta forma, não me parece necessário voltar a outros textos que aqui já analisamos, para apresentar, apenas a título de curiosidade, o que é mais bem dito somente naquela monumental obra. Nossa atenção deve ser fixada, sobretudo, na seção 3, do capítulo XIII – “A maquinaria e a indústria moderna”, que trata justamente do “prolongamento da jornada de trabalho”. Ora, nela Marx irá procura demonstrar os motivos pelos quais a aplicação capitalista das máquinas redundava em maior jornada. São quatro fortes motivos que compelem ao capitalista estender a jornada de trabalho quando da introdução da maquinaria. Destacá-los-ei separadamente embora eles se interpenetrem e se completem mutuamente.

O primeiro ponto diz respeito ao valor que a maquinaria transfere às mercadorias para as quais ela contribui para a produção. Ora, mais uma vez aqui estamos diante da teoria do valor-trabalho. Segundo Marx, somente o trabalho humano produz valor; as máquinas, por quanto contribuam para a produção de um valor de uso, somente em parte contribuem para a formação do valor das mercadorias. Isto porque elas não produzem valor, mas transferem o seu valor para o produto. E que valor elas transferem? O valor que já possuíam anteriormente.

Como qualquer artefato humano, a maquinaria não brota espontaneamente da natureza; precisa ser criada pelo trabalho das mãos, pois, “Assim como o homem, para respirar, precisa de um pulmão, para consumir produtivamente as forças naturais ele precisa

de algo criado pelo seu esforço [*necesita también algún artefacto “hecho por su mano”*]. Para explorar a força motriz da água, é necessária uma roda hidráulica, e, para explorar a elasticidade do vapor, uma máquina a vapor” (Marx, 2001:443). Ora, assim a maquinaria entra na produção já contendo um valor, pois ela nada mais é do que trabalho pretérito objetivado e exteriorizado, trabalho morto. Mas como a máquina transfere seu valor para os produtos que contribui para produzir?

Aqui Marx introduz a categoria do desgaste da máquina, que pode, grosso modo, ser classificado em dois tipos: um físico e outro moral. O desgaste físico decorre “de seu uso, como moedas que se gastam na circulação”, ou “da inação, como a espada inativa que enferruja na bainha” (Idem: 462). Já o desgaste moral compreende a perda do “valor-de-troca, na medida em que se podem produzir mais barato máquinas da mesma construção ou fazer melhores máquinas que com ela concorram” (Idem). Ora, o primeiro tipo de desgaste estabelece justamente a quantidade de valor que a máquina transfere ao produto, enquanto o segundo diminui a quantidade total do valor que aquela pode transferir a este.

O raciocínio é simples: uma máquina se exaure progressivamente no processo de produção; se desgasta até que se torne inútil e tenha de ser repostas. Como valor de uso, o seu consumo determina o seu fim, tanto do ponto de vista de sua utilidade, quanto de seu valor; uma mercadoria não pode ter valor sem ser valor de uso. Mas dado que a própria máquina possui um valor, seu consumo, ou seja, a sua utilização, acarreta o fim progressivo de seu valor de uso e, portanto, ao produzir um bem, cede o seu valor na proporção de seu desgaste. Este valor incorporado, evidentemente, ao se realizar a venda da produção, repõe, alimentando progressivamente uma espécie de fundo, o valor pago pela aquisição da máquina.¹⁸³ Ao cabo de sua vida produtiva, é mister que a realização do valor das mercadorias tenha repostado este valor da maquinaria, a fim de que ela seja substituída sem necessidade de aplicação de capital adicional.

Entretanto, para o que nos interessa neste momento, o desgaste físico não tem tanta serventia; é o desgaste moral que nos importa decididamente. Isto porque o desgaste moral implica que, no passar do tempo, novas máquinas sejam produzidas a menores custos e com maiores rendimentos. Ora, o que determina o valor de uma máquina não é o tempo que ela custou para ser produzida individualmente, mas o tempo socialmente necessário para produzir

¹⁸³ “Embora... o capital fixo continue a operar fisicamente no processo de produção, parte de seu valor, de acordo com seu desgaste médio, já terá circulado com o produto e se transformado em dinheiro, constituindo elemento da reserva monetária destinada a repor o capital no momento de sua reprodução em espécie. Esta parte do valor do capital fixo convertida em dinheiro pode servir para ampliar a indústria ou melhorar as máquinas, aumentando sua eficácia” (Marx, 2000:193).

máquinas da mesma espécie. Isto significa que se o tempo de trabalho socialmente necessário é reduzido em relação ao tempo de trabalho individual para a construção de uma dada máquina, esta sofreu desvalorização, e, portanto, transferirá menor valor à mercadoria mesmo tendo incorporado maior valor no momento de sua feitura. Com isto, parte do capital adiantado se perdeu com a desvalorização da máquina. A única maneira de reduzir as conseqüências desta depreciação é encurtar o período necessário para reproduzir o valor global adiantado na compra desta máquina. Então Marx arremata, dizendo:

Quanto mais curto o período em que se reproduz seu valor global, tanto menor o perigo de desgaste moral [da máquina], e, quanto maior a duração da jornada de trabalho, tanto mais curto aquele período. Quando se introduz a maquinaria, pela primeira vez, em qualquer ramo industrial, aparecem, sucessivamente, novos métodos para reproduzi-la mais barato e aperfeiçoamentos que atingem não só partes e dispositivos determinados, mas sua construção inteira. É, por isso, na primeira fase de sua existência que esse motivo especial influi de maneira mais poderosa no sentido de prolongar a jornada de trabalho (Marx, 2001:462).

Ora, é preciso acelerar a produção e o giro do capital a fim de que em menos tempo se reproduza o valor empregado na aquisição da máquina, para que ela não sofra maior desgaste moral, maior depreciação, do que inevitavelmente sofrerá com o passar do tempo. Isto explica por que o capitalista tem sede por mais, e tantas mais, horas de trabalho, quando compreendemos, enfim, que o que este procura recuperar, o mais rápido possível, é na verdade o valor que investiu em maquinaria.¹⁸⁴

O segundo motivo a compelir a classe patronal a estender a jornada de trabalho, diz respeito aos lucros suplementares que a introdução da maquinaria pode proporcionar. Já observamos, a partir de Marx, que a maquinaria permite que se aumente a produtividade do trabalho e, com isto, permite que o valor individual da mercadoria produzida à máquina seja menor que o valor social médio. Isto quer dizer que o tempo socialmente necessário para

¹⁸⁴ Mas o fenômeno pode ser estendido a qualquer aplicação da ciência e da técnica, quando então temos o processo de depreciação do capital já em funcionamento, em função do desenvolvimento das forças produtivas, do qual o capitalista procura se compensar através da maior exploração de seus trabalhadores: “Do mesmo modo que a exploração incrementada das riquezas naturais por meio apenas da maior tensão da força de trabalho [aumento da intensidade e da duração do trabalho], constituem a ciência e a técnica uma potência para expandir o capital, independentemente da magnitude dada do capital em funcionamento. Ambas atuam ao mesmo tempo sobre a parte do capital original que esteja sendo renovada. O capital incorpora gratuitamente em sua forma o progresso social que se realizou sem qualquer interferência de sua forma antiga. Sem dúvida, **esse desenvolvimento da força produtiva é simultaneamente acompanhado de depreciação parcial dos capitais em funcionamento**. Quando a concorrência agrava sensivelmente essa depreciação, a sobrecarga principal recai sobre o trabalhador, procurando o capitalista explorá-lo mais para compensar-se” (Marx, 2001:704/705 – grifos meus).

produzir tal mercadoria, e que regula seu preço, está acima do tempo de trabalho que individualmente se produz com a utilização da maquinaria. Assim, o capitalista fica possibilitado de vender sua mercadoria individual acima do valor que este lhe custa efetivamente. Pode até mesmo vender abaixo do valor social médio e acima de seu valor individual, mas em todas as situações em que venda acima de deste último terá um lucro suplementar. Este deixará de existir tão logo quanto a aplicação da maquinaria se difunda completamente e, assim, faça cair o tempo de trabalho socialmente necessário ao mesmo patamar do tempo de trabalho individual que se conseguiu obter provisoriamente com a aplicação pioneira da maquinaria. Ora, “Nesse período de transição em que a produção mecanizada assume o aspecto de monopólio, os lucros são extraordinariamente altos, e o capitalista procura explorar ao máximo essa lua-de-mel, prolongando ao máximo possível o dia de trabalho. Quanto mais lucra, mais quer lucrar” (Marx, 2001:464).

O que se destaca na exposição de Marx é justamente esta motivação extra, o lucro suplementar, que compele ao capitalista a aproveitar, o máximo possível, as oportunidades abertas pelo monopólio provisório de certo método mais econômico e lucrativo de produzir. Ao perder este monopólio, perde-se com ele a fonte deste seu lucro suplementar. Enquanto aquele não se desfaz, tem de colocar seus trabalhadores para produzirem ao máximo, e, assim, repetir, várias vezes, os ciclos do capital em que este lucro extraordinário se realiza.

O terceiro motivo para o prolongamento da jornada de trabalho demanda um pouco mais de atenção de nossa parte. Ele tem relação com uma “lei” econômica que Marx procura evidenciar melhor no Livro III de *O Capital*: a lei tendencial da queda da taxa de lucro. Mais uma vez aqui temos de operar melhor com a lei do valor.

Marx criou duas categorias para tornar sua exposição da lei do valor mais operacional dentro da totalidade da teoria econômica que desejava erigir: a de *capital constante* e de *capital variável*. Ora, mas por que não utilizar as categorias consagradas de *capital fixo* e de *capital circulante*, tão em voga ainda hoje? O capital fixo, por definição, tem relação tão somente com os instrumentos de produção – sobretudo, instalações, galpões, maquinaria, edifícios, etc. – que entram repedidas vezes no processo de produção e apenas em parte na formação do valor. O capital circulante, por seu turno, corresponde não apenas aos objetos do trabalho, às matérias primas a serem trabalhadas e aos materiais auxiliares (lubrificantes, o carvão consumido pela máquina a vapor, etc.), como também à força de trabalho. São os elementos que transferem todo seu valor por inteiro, e de uma vez, ao produto para o qual são postos a produzir. Mas, Marx não podia operar com uma distinção que colocava parte dos meios de produção, as matérias primas e os materiais auxiliares, na mesma categoria onde se

encontrava a força de trabalho. Ora, isto porque, segundo a lei do valor, somente a força de trabalho cria valor, enquanto os meios de trabalho, as condições objetivas do trabalho, apenas transferem o valor que já possuíam anteriormente. Assim, Marx criou as categorias do *capital constante*, ou seja, os meios de produção, que somente transferem valor; e a do *capital variável*, a força viva de trabalho, a única capaz de criar novo valor.¹⁸⁵ A distinção só faz sentido no momento em que Marx põe em evidência uma contradição que julga explosiva para o modo de produção capitalista:

A mais-valia origina-se apenas da parte variável do capital, e vimos que a quantidade da mais-valia é determinada por dois fatores: a taxa da mais-valia e número de trabalhadores empregados ao mesmo tempo. Dada a jornada de trabalho, a taxa de mais-valia é determinada pela proporção em que a jornada de trabalho se reparte em trabalho necessário e trabalho excedente. O número dos trabalhadores ocupados depende da proporção existente entre o capital variável e capital constante. É claro que **a produção mecanizada**, por mais que amplie, aumentando a produtividade do trabalho, o trabalho excedente à custa do trabalho necessário, só obtém esse resultado **diminuindo o número dos trabalhadores ocupados por dado montante de capital**. Ela transforma uma parte do capital que antes era variável, investido em força viva de trabalho, em maquinaria, em capital constante, que não produz mais-valia... Há, portanto, uma **contradição imanente na aplicação da maquinaria para produzir mais-valia**, pois, dos dois fatores da mais-valia obtida com um capital de magnitude dada, um fator, a taxa de mais-valia, só pode ser aumentado por essa aplicação se ela diminuir o outro fator, o número de trabalhadores. Essa **contradição imanente** se patenteia quando, com o emprego generalizado da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida à máquina regula o valor de todas as mercadorias da mesma espécie, e **é essa contradição que, por sua vez, impele o capitalista, sem tomar consciência dela, a prolongar desmedidamente a jornada de trabalho**, a fim de compensar a redução do número relativo dos trabalhadores explorados com o aumento, tanto do trabalho excedente relativo, quanto absoluto (Marx, 2001:464/465 – grifos meus).

Mais uma vez aqui, o raciocínio pode ser exposto simplificadamente. Para produzir maior magnitude de mais-valia, sobretudo, de mais-valia na sua forma relativa, o capitalista

¹⁸⁵ Marx define desta maneira o capital constante: “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante” (Marx, 2001:244). Enquanto, para o capital variável, temos: “A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário [dos meios de produção], muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável” (Idem:244/245).

procura mecanizar a produção a fim de ampliar a porção da jornada de trabalho dedicada ao trabalho excedente. Ao fazer isto, aumenta o que Marx chama de *composição orgânica do capital*, a relação entre capital variável e capital constante.¹⁸⁶ Ora, agora mais capital é aplicado na compra dos meios de produção e menos na compra de força de trabalho. Em determinado momento, a redução relativa do capital variável frente ao capital constante deverá redundar em decréscimo no número de trabalhadores. Mas, dado que somente o trabalho humano cria valor, a diminuição do número de trabalhadores deve provocar uma redução no volume de mais-valia extraída, por maior que seja a taxa de mais-valia obtida com aquela mecanização. Marx, então, está partindo da constatação do aumento dos gastos em capital fixo (categoria que está plenamente contida na de capital constante), tendentes a reduzir o número de trabalhadores necessários à produção, para afirmar que, esta mesma tendência, segundo os pressupostos da lei do valor, faria com que o volume total de mais-valia caísse, mais cedo ou mais tarde, de forma correspondente a esta redução. Segundo Marx, isto tudo posto, resulta na tentativa, agora plenamente justificada, por parte dos capitalistas, de compensar o decréscimo no volume total de mais-valia, pela ampliação da jornada de trabalho e, portanto, extraindo maior mais-valia, porém, em sua forma absoluta (que não implica em grande aumento na composição orgânica do capital, da mesma forma como se verifica na produção de mais-valia relativa).

A lei tendencial de queda da taxa de lucro se resume, portanto, ao processo de diminuição do número de trabalhadores requeridos para a produção: somente estes produzem mais-valia, e sem estes, a mais-valia, e mesmo o próprio valor, não podem existir. Para uma sociedade onde toda a produção social fosse tocada pelas máquinas, e, portanto, onde o trabalho imediato deixasse de ser a principal força produtiva, Marx já declarava o necessário fim da lei do valor:

Desde que o trabalho, na sua forma imediata, deixe de ser a fonte principal da riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua medida, e o valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso. O sobretabalho das grandes massas deixou de ser a

¹⁸⁶ “A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessário para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda, de composição técnica. Há estreita correlação entre ambas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de **composição orgânica do capital**. Ao falar simplesmente de composição do capital, estaremos sempre nos referindo à sua composição orgânica” (Marx, 2001:715 – grifos meus).

condição do desenvolvimento da riqueza geral, tal como o não-trabalho de alguns deixou de ser a condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano.

Por essa razão, desmorona-se a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato acha-se despojado da sua forma mesquinha, miserável e antagônica (Marx, 1980:50).

Não me deterei, aqui, assim como não o fiz em relação à teoria do valor-trabalho, sobre a polêmica que circunda a validade ou não da lei tendencial de queda da taxa de lucro.¹⁸⁷ Esta polêmica, em minha opinião, se insere dentro de outra, ainda maior, entorno da lei do valor mesma. Mas, seja como for, a teoria parece fazer sentido na realidade concreta. Quando milhares de trabalhadores assalariados são substituídos por máquinas de todos os tipos, evidencia-se, mais cedo ou mais tarde, uma posterior desaceleração do ritmo de crescimento, que pode ser explicada pela queda da demanda nos setores que dependem substancialmente do consumo dos trabalhadores, fazendo com que toda a cadeia produtiva, mais dia ou menos dia, entre em crise.¹⁸⁸ Marx diria se tratar de uma crise de lucratividade baixa, ou de impossibilidade de criar maior mais-valia (já que o lucro é uma fatia da mais-valia), uma vez que esta está em flanco declínio pela redução do número de trabalhadores empregados. Contudo, me parece difícil sustentar que esta baixa nos lucros seja a causa, e não a consequência de uma queda da demanda resultante do desemprego elevado. Como disse, não é possível continuar este debate aqui. De qualquer forma, a teoria do valor e da queda tendencial da taxa de lucro permitem a Marx aventar a hipótese de que os capitalistas procuram se compensar da redução do volume de mais-valia, pela elevação da jornada de trabalho, isto é, pela extensão da produção de mais-valia na sua forma absoluta. Aqui, a lógica inerente à sua teoria, construída sobre a lei do valor, permite assim afirmar.

O último ponto a ser tratado por Marx na parte dedicada ao prolongamento da jornada de trabalho, da seção 3, do capítulo XIII – “A maquinaria e a indústria moderna”, é definitivamente aquele que sobre o qual mais vezes Marx se dedicará, mesmo que de passagem, ao longo dos três livros de *O Capital*: o da produção de uma população

¹⁸⁷ Paul Sweezy, em *Teoria do desenvolvimento capitalista* (Sweezy, 1976), além de fazer uma excelente síntese da teoria econômica de Marx, também constrói elementos para uma crítica de sua tendencial da queda da taxa de lucro. Rosdolsky, também em *Gênese e estrutura de O Capital* (Rosdolsky), aborda a mesma lei e ainda procura refutar as críticas de Sweezy.

¹⁸⁸ Josué Pereira Silva, ao comentar André Gorz, acaba por apontar mais claramente este ponto, a partir da análise da fábrica automática mesma: “Na fábrica automática, ainda segundo Gorz, o trabalho vivo direto, o valor econômico do produto – ‘no sentido marxista’ – e o poder de compra baseado em salários tendem todos a zero, donde se conclui que ‘a automatização abole os trabalhadores ao mesmo tempo que os compradores potenciais’. É isto que impõe uma revisão no cálculo econômico tradicional, no qual o valor do trabalho ocupa lugar central...” (Silva, 1996:42).

trabalhadora excedente. Na passagem a seguir, há uma síntese do que já havíamos visto no capítulo 4 sobre a maquinaria, quando tratamos do recrutamento de novos indivíduos para o trabalho (isto é, mulheres, jovens e crianças), e a substituição de trabalhadores pelas máquinas. Sobre esta tendência da aplicação capitalista das máquinas, Marx declara:

A aplicação capitalista da maquinaria cria motivos novos e poderosos para efetivar a tendência de prolongar sem medida o dia de trabalho e revolucionar os métodos de trabalho e o caráter do organismo de trabalho coletivo de tal forma que quebra a oposição contra aquela tendência. Demais, ao recrutar para o capital camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis e ao dispensar trabalhadores substituídos pelas máquinas, produz uma **população trabalhadora excedente**, compelida a submeter-se à lei do capital. Daí esse estranho fenômeno da história da indústria moderna: a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. **Daí o paradoxo econômico** [aquele nosso *falso* paradoxo!] **que torna o mais poderoso meios de encurtar o tempo de trabalho no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir seu valor** (Marx, 2001:465/466 – grifos meus).

Mas o mais enfático destaque aí tem de ser dado à produção de população excedente, pois o recrutamento de novos indivíduos para o trabalho, até então inacessíveis, e a substituição de trabalhadores, ambos possibilitados pela maquinaria, são justamente os meios pelos quais o modo de produção capitalista produz a oferta de força de trabalho adequada à sua acumulação. Chegamos, então, ao ponto onde devemos nos deter na análise do Capítulo XXIII – “A lei geral da acumulação capitalista” de *O Capital*. Este capítulo é de suma importância para a exposição que estou realizando aqui, pois se estamos interessados na tendência de mecanização da produção, a substituição do trabalho vivo pelo morto, e nas contradições que este processo produz – como o aumento da exploração dos trabalhadores ativos, e o maior número de desempregados –, então é claro que devemos colocar em evidência os assuntos tratados neste capítulo, uma vez que estes se centram justamente nos mecanismos que possibilitam a criação desta superpopulação relativa e redundante – aquele contingente de indivíduos, em número superior ao que o organismo econômico está apto a absorver, enfim, o exército industrial de reserva.

Ainda no capítulo XIII, que trata sobre a maquinaria e grande indústria, Marx expõe o mecanismo de atração e repulsão de trabalhadores segundo os ciclos favoráveis ou desfavoráveis da acumulação capitalista:

O acréscimo do número dos trabalhadores tem, portanto, por condição o incremento proporcionalmente muito mais rápido do capital global empregado nas fábricas. Mas esse incremento está condicionado pelo fluxo e refluxo do ciclo industrial. Além disso, é continuamente interrompido pelo progresso técnico, que ora **substitui virtualmente os trabalhadores, ora os suprime de fato**. Essa mudança qualitativa na produção mecanizada **afasta** constantemente trabalhadores das fábricas ou fecha suas portas a novos candidatos a emprego, enquanto a simples expansão quantitativa das fábricas **absorve**, com os despedidos, novos contingentes. Os trabalhadores são, assim, **ininterruptamente repelidos e atraídos**, jogados de um lado para outro, variando constantemente o recrutamento deles em relação ao sexo, à idade e à habilidade (Marx, 2001:516 – grifos meus).

Ora, o que temos aí é justamente a proposição de que somente com acumulação acelerada de capital podem os trabalhadores encontrar postos de trabalhos em quantidade adequada. Mas, mesmo nesta situação, dado o processo contínuo de substituição de trabalhadores por máquinas, ainda assim o rápido crescimento econômico não garante situações de pleno emprego. Somente, como deduzimos do que foi dito acima, com a acumulação de capital e com a “expansão quantitativa das fábricas”, pode o exército de desempregados ser absorvido satisfatoriamente, desde que aquela acumulação e esta expansão se dêem em um ritmo mais acelerado do que o da supressão de postos de trabalhos operada pela mecanização. Mas como se processa esta acumulação de capital e expansão das unidades de produção?

Já verificamos em capítulos anteriores que o capital para acumular deve ser capaz de elevar a força produtiva, mantendo os salários ao nível do valor da força de trabalho, ou seja, ao nível das necessidades de subsistência, para que, desta forma, boa parte da produção ampliada, ao realizar seu valor pela venda das mercadorias, converta-se em maior porção de mais-valia. Mas, entretanto, é ainda necessário que uma boa parcela da mais-valia *não seja consumida como renda, mas sim capitalizada*, isto é, que o capitalista não desfrute do trabalho não-pago que obtém, adquirindo bens ou serviços pessoais, mas que a aplique como novo capital produtivo, ou, o que é o mesmo, como novo capital produtor de mais-valia. Desta forma, a acumulação, ou, o que é o seu sinônimo, a reprodução ampliada do capital, depende do volume e grau de exploração (mais-valia e taxa de mais-valia, respectivamente) que o capital global (ou social) pode extorquir da classe trabalhadora assalariada em conjunto. Mantido os salários ao redor de seu valor, qualquer elevação da produtividade do trabalho

resultará em maior taxa e volume de mais-valia globalmente produzida, o que possibilita que uma porção crescente desta mais-valia global seja recapitalizada, ou seja, reinvestida como capital.

O problema é que para produzir mais-valia, segundo a lei do valor, é necessário explorar trabalho alheio. Assim os capitalistas são forçados, ao capitalizar a sua mais-valia, a contratar mais trabalhadores. Considerando-se a produtividade e a intensidade do trabalho constante, chegará o momento em que a demanda por trabalho será maior que a sua oferta, o que fará com que os salários se elevem acima de seu valor, comprimindo os lucros – ou, melhor dizendo, a mais-valia, e, assim, reduzindo a sua taxa. Desta forma, concluímos que a acumulação de capital depende de que os salários nunca ultrapassem certo nível, a fim de que a mais-valia possa ser abundante e, conseqüentemente, os incentivos à capitalização da mais-valia continuem. Em resumo: salários altos comprimem a mais-valia; com menor volume de mais-valia, menor incentivo para capitalizá-la, e, portanto, menor acumulação.

Do ponto de vista da classe trabalhadora, este é o pior dos mundos. Para que os níveis de empregos e salários cresçam é necessário que sua exploração cresça sempre em proporção maior e mais acelerada. É a completa sujeição ao mecanismo social criado pelas relações e modos de produção capitalista. Somente quando o capital se acumula mais rapidamente é que a demanda por trabalhadores pode se elevar, e, assim, pode também haver, obedecendo-se a tão surrada lei da oferta e da procura, aumento dos salários – mas o que, contudo, tem hora e dia marcados para acabar, bastando, para tanto, que a acumulação de capital desacelere, pare, ou mesmo retroceda.

Poder-se-ia, então, argumentar que o sistema todo deve encontrar, por fim, um determinado equilíbrio, uma vez que há a possibilidade– depois de inúmeras oscilações, crises e ciclos econômicos – de o volume de empregos encontrar finalmente um nível adequado a um determinado ritmo de crescimento. Bastar-se-ia manter uma taxa de lucro convincente à capitalização de mais-valia, suficiente para manter a demanda por emprego em níveis satisfatórios. Mas há, entretanto, um complicador. O capital, com o revolucionamento dos meios de produção, pode crescer, ou mesmo acumular-se num ritmo frenético, sem, contudo, elevar a demanda por trabalho. Ora, basta que haja o que Marx chamava de alteração na composição orgânica do capital. Ela significa que existe uma alteração na repartição do capital total aplicado entre capital constante e variável. Se, hipoteticamente, tivéssemos um capital total de \$ 1.200 unidade monetárias, com sua repartição entre capital variável e constante de \$ 600 unidades para cada, a proporção seria de 1:1. Com a introdução de maquinaria e com o crescimento da escala de produção, impulsionados pela própria

acumulação de capital, e pela concentração e centralização que a acompanha, há a tendência de que mais capital constante seja aplicado em detrimento relativo do capital variável. Poderíamos, então, ter uma nova proporção, digamos, de 1:2, ou seja, \$ 400 unidades montarias despendidas em capital variável e 800 em capital variável. Com menos capital variável disponível para a compra da força de trabalho, mantidas constantes todas as outras variáveis, teríamos inevitavelmente redução no número de trabalhadores. Desta forma, nem mesmo a acumulação de capital garante o pleno emprego, uma vez que a mudança na composição orgânica do capital resulta na redução relativa (e, às vezes, até mesmo absoluta) da parte variável do capital, empregando, por fim, menos trabalhadores. Em conclusão, Marx arremata, “a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (Idem: 733).¹⁸⁹ Ora, sem pleno emprego e com a manutenção de uma superpopulação relativa, dificilmente os salários poderão se elevar acima de seu valor. A acumulação de capital está mais do que garantida com este excesso relativo de mão-de-obra disponível.

Se observarmos bem, segundo Marx, o processo de adequação da oferta de força de trabalho aos ditames da acumulação capitalista, a produção de uma superpopulação relativa capaz de manter os salários sempre ao nível de seu valor (ou seja, ao nível do valor dos meios de subsistência), somente faz sentido se levarmos em conta o histórico advento da produção mecanizada. Com ela, o decréscimo relativo da parte variável do capital se torna cada vez mais acelerado, enquanto que, com a produtividade aumentada, o capital pode se acumular mais rapidamente sem sofrer a pressão por aumento de salários.¹⁹⁰ Desta forma, aqui, a categoria principal e que tornará inteligível a lei geral da acumulação capitalista é, sem sombra de dúvidas, a maquinaria. Mas como Marx chega à dedução desta lei econômica? É preciso, contudo, antes de examiná-la a fundo, expor outra categoria marxiana. Estou me

¹⁸⁹ É o que bem observa Giovanni Alves, em *A condição de proletariado*: “No capítulo 23 do livro I, de *O Capital*, intitulado ‘A lei geral da acumulação capitalista’, Marx expõe os mecanismos da acumulação de capital e seus resultados objetivos. Em 1867, ele conseguiu apreender a natureza da acumulação de valor – na medida em que se desenvolve, o capital tende a substituir trabalho vivo por trabalho morto. Eis a verdade essencial da produção capitalista (o que se expressa na lei tendencial do aumento da composição orgânica do capital)... O que nos interessa salientar é que ela implica a constituição progressiva de uma ‘superpopulação relativa’ ou população excedente não apenas *funcional* à acumulação de capital (o chamado ‘exército industrial de reserva’), mas *afuncional*, e em última instância, *disfuncional* à reprodução do modo de acumulação de valor (o que alguns autores iriam chamar de ‘massa marginal’)” (Alves, 2009:160).

¹⁹⁰ “O impulso que capitais adicionais que procuram aplicação transmitem à procura de trabalho é neutralizado em cada caso, na medida em que é contrabalançado pela expulsão dos trabalhadores, ocasionada pelas máquinas. Isto significa que o mecanismo da produção capitalista opera de maneira que o incremento absoluto do capital não seja acompanhado por uma elevação correspondente da procura geral de trabalho” (Marx, 2001:743).

referindo à categoria de *exército industrial de reserva*, que, de certa forma, já estamos tratando desde o início deste capítulo.

É claro que ao falarmos de superpopulação trabalhadora relativa, já abordamos os aspectos fundamentais do exército industrial de reserva. Superpopulação relativa, redundante e exército industrial de reserva são sinônimos. Delas ou dele fazem parte todo trabalhador “durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado” (Marx, 2001:744). Suas formas principais resumem-se à superpopulação *flutuante*, *latente* e *estagnada*. No interior da primeira, a flutuante, encontramos os trabalhadores que ora são atraídos, ora repelidos dos centros da indústria moderna, muito em função do processo de mecanização; a segundo, a latente, diz respeito a reserva de mão-de-obra que se encontra no campo, prestes a ser expulsa para os centros urbanos. Sobre a última forma de superpopulação relativa vale a pena nos determos. Dirá Marx:

A terceira categoria de superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e justamente isso torna-a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e o mínimo de salário caracterizam sua existência... A superpopulação estagnada se amplia à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número dos trabalhadores supérfluos. Ela se reproduz e se perpetua, e é o componente da classe trabalhadora que tem, no crescimento global dela, uma participação relativamente maior que a dos demais componentes (Marx, 2001:747).

Esta categoria de superpopulação relativa, a estagnada, tem total relação com a categoria contemporânea de *trabalhadores precarizados*; corresponde esta, no final do século XX e início deste nosso século XXI, ao que a categoria de *trabalhadores a domicílio* procurava evidenciar no século XIX. Quando Marx pensa em superpopulação estagnada, reporta-se rapidamente ao trabalho a domicílio, para o qual “São continuamente recrutados para suas fileiras os que se tornaram supérfluos na grande indústria e na agricultura, e notadamente nos ramos de atividades em decadência, nos quais o artesanato é destruído pela manufatura ou pela indústria mecânica” (Idem: 746/747).

Mas além destas três formas de superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, temos uma quarta que Marx a caracteriza, asperamente, como “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa”, que “vegeta no inferno da indigência, do pauperismo”

(Idem, 747). É composto de três categorias – excluindo-se o *lumpenproletariado* (vagabundos, criminosos, prostitutas, etc.): os aptos para o trabalho, mas, evidentemente, estando continuamente desempregados; os órfãos e filhos de indigentes que eram comumente empregados nas fábricas e oficinas capitalistas do século XIX desde a mais tenra idade (a obra de Charles Dickens, *Oliver Twist*, retrata esta dura realidade); e os incapazes para trabalhar, mutilados ou incapacitados pela indústria. Assim, “O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (Idem: 747/748). Ao cabo da exposição de todas as formas de superpopulação relativa, Marx enuncia a lei geral da acumulação capitalista:

Quando maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* Como todas as outras leis, é modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias que não nos cabe analisar aqui (Marx, 2001:748 – grifos do autor).

Ora, Marx está anunciando uma lei econômica, no sentido de tendências objetivas do desenvolvimento histórico, inerente ao mecanismo social mantido pelo modo e relações capitalistas de produção, onde a acumulação de capital, ou, o que é o mesmo, o crescimento econômico, produz, ao mesmo tempo, riqueza num pólo, e miséria num outro:

A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que os grilhões de Vulcano acorrentavam Prometeu ao Cáucaso. **Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital.** Acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital (Idem: 749 – grifos meus).

Não tenho dúvida de que existe em Marx a convicção de que o modo de capitalista de produção tinha eminentemente, por fim, de perecer, isto é, de que fazia parte do próprio fundamento deste sistema sócio-econômico a sua derrocada.¹⁹¹ Isto se dá por sua constatação de que, por um lado, o crescimento da riqueza apropriada individualmente por membros de uma determinada classe, e, por outro, a miséria crescente do proletariado (a classe dos que nada possuem, a não ser sua força de trabalho para ofertar em troca dos meios de subsistência), tendiam a tornar a manutenção deste sistema, social e economicamente, insustentável.¹⁹² Marx previa que a acumulação resultaria no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, a tal ponto em que a demanda por trabalho caísse drasticamente sem, entretanto, cair o volume de riqueza material produzido; a abundância conviveria ao lado da miséria. Tudo porque as leis inerentes ao regime de propriedade privada, a expressão jurídica das relações capitalistas de produção, fariam com que esta abundância de riqueza estivesse sendo, constante e progressivamente, carreada, deslocada, para as classes proprietárias. Isto alimentaria as lutas de classe e, por fim, resultariam na revolução proletária (numa perspectiva otimista). A lei tendencial da queda da taxa de lucro e a lei geral da acumulação capitalista – as duas leis sobre as quais Marx assume a convicção de que as contradições próprias do funcionamento sócio-econômico capitalista favoreceriam, mais cedo ou mais tarde, uma radical transformação de toda a sociedade – compartilham do mesmo pressuposto causal: a redução relativa no emprego de capital variável, causada, fundamentalmente, pelo processo de mecanização da produção. Ora, *a categoria maquinaria adquire para Marx, a partir de seus trabalhos de maturidade, um papel fundamental para a inteligência totalizadora de sua teoria sócio-econômica*. Uma teoria das crises em Marx, por exemplo, não pode abrir mão desta categoria, sem a qual não encontra nenhuma lógica imanente.¹⁹³ Desconheço qualquer comentador de Marx (e talvez isto se deva a mais pura

¹⁹¹ Nos *Grundrisse* esta convicção aparece de forma ainda mais resoluta e explícita: “Na mesma medida em que o tempo de trabalho – o mero *quantum* de trabalho – é posto pelo capital como o único elemento determinante, desaparecem o trabalho imediato e sua quantidade com princípios determinantes da produção – da criação de valores de uso –; na mesma medida, o trabalho imediato se vê reduzido quantitativamente a uma proporção mais exígua, e qualitativamente a um momento, sem dúvida imprescindível, porém, subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, por um lado, e, por outro, frente à força produtiva geral resultante da estruturação social da produção global... **O capital trabalha, assim, em favor de sua própria dissolução como forma dominante da produção**” (Marx, 1973: 222 – grifos meus).

¹⁹² “Marx acreditava que o esforço constante dos produtores em continuar substituindo o trabalho humano por máquinas, acabaria se mostrando contraproducente. Eliminando a mão-de-obra humana do processo produtivo e criando um exército de reserva de trabalhadores desempregados, cujos salários poderiam ser forçados cada vez mais para baixo, os capitalistas estavam cavando sua própria sepultura, pois haveria cada vez menos consumidores com suficiente poder aquisitivo para comprar seus produtos” (Rifkin, 1995:17).

¹⁹³ Robert Kurz percebe que a crítica de Marx à economia política capitalista, somente fazia sentido dentro de um quadro onde o desenvolvimento das forças produtivas tivesse posto o emprego de trabalho humano em franco declínio: “Até a segunda metade do século XX, o desenvolvimento empírico não forneceu nenhum

ignorância), que tenha evidenciado a importância da categoria maquinaria para seu *constructo* teórico. A grande maioria se prende à categoria da divisão do trabalho, sobre a qual, de fato, como observamos no capítulo 2, várias das obras de Marx, e de Marx e Engels, anteriores a 1847, se centravam – a grande importância atribuída à economia política de Adam Smith deve realmente ter pesado muito durante o início dos estudos econômicos de Marx e Engels, como pudemos observar naquele capítulo. A exceção fica por conta de Benedito Moraes Neto, que soube brilhantemente tornar inteligível a afirmação de Marx, nos *Grundrisse*, de que “o capital mesmo é uma contradição em processo” (Marx, 1973: 229).¹⁹⁴ Após citar esta passagem dos *Grundrisse*, diz Moraes Neto:

Está posta, portanto, com uma clareza insofismável, a natureza da contradição em que se move o capital. Ao desenvolver a base material segundo as determinações da sua valorização, o capital amplia desmesuradamente o trabalho excedente à custa de economias na substância do valor, o trabalho vivo. Isto através da **cientificização dos processos de trabalho, que torna supérfluo o trabalho vivo**. Ora, se o tempo de trabalho é negado como fonte de riqueza, abre-se a possibilidade histórica da produção social não assentada no roubo do tempo de trabalho de uma classe por outra. A forma burguesa não é mais necessária, antes pelo contrário, para o desenvolvimento das forças produtivas. A base material desenvolvida pelo capitalismo constitui o *pressuposto* da sua negação (Moraes Neto, 1989:115 – grifos meus).

Era a produção mecanizada, a “cientificização dos processos de trabalho, que torna supérfluo o trabalho vivo”, que permitia a Marx não apenas anunciar a possibilidade de

indício que desse razão à crítica de Marx, cuja lógica precisamente por isso parecia obscura.” – e o era, na medida em que não se considerava os avanços dos sistemas automáticos de maquinaria, de que este tratara exaustivamente nas páginas de *O Capital* – “O desenvolvimento das forças produtivas não tinha alcançado aquele ponto a partir do qual se torna obsoleto o princípio básico da sociedade do trabalho” (Kurz, 1996:81/82).

¹⁹⁴ A passagem completa segue assim: “O capital mesmo é uma contradição em processo: pelo fato de que tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho, enquanto que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como a única medida e fonte da riqueza. Diminui, pois, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário para aumentá-lo na forma de trabalho excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição – questão de vida ou morte – do necessário. Por um lado desperta para a vida todos os poderes da ciência e do intercâmbio sociais, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho empregado nela. Por outro lado se propõe a medir, com o tempo de trabalho, essas gigantescas forças sociais criadas dessa forma, e reduzi-las aos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. As forças produtivas e as relações sociais – umas e outras aspectos diversos do desenvolvimento do mesmo indivíduo social – se lhe aparecem para o capital apenas como meios, e não são para ele mais que meios para produzir fundando-se em sua mesquinha base. De fato, porém, constituem as condições materiais para fazer saltar essa base pelos ares” (Idem). Os ecos do *Prefácio de 1859* são evidentes nesta passagem. As relações e o modo de produção capitalista desenvolvem, por um lado, magnificamente as forças produtivas, mas, por outro, pretende ainda continuar fazendo do trabalho e do tempo de trabalho, respectivamente, a substância e a medida do valor. Em resumo, pretende manter a exploração do trabalho, mesmo quando o grande desenvolvimento técnico e tecnológico exige cada vez menos trabalho: nitidamente vemos as relações sociais de produção se colidirem com o desenvolvimento das forças produtivas.

derrocada do sistema capitalista, mas, como veremos nos próximos capítulos, anunciar uma sociedade, não mais baseada na exploração do trabalho da grande massa, cuja existência está quase completamente consagrada à produção de riqueza para minorias afortunadas (seu tempo de vida é, então, colonizado pelo tempo de trabalho para os outros), e sim na, absoluta e coletivizada, afluência de riqueza e de tempo livre.

Não cabe analisar detidamente, aqui, as contra-tendências que o próprio Marx afirma existirem no final da passagem de *O Capital*, transcrita mais acima, que trata da lei geral da acumulação capitalista. Basta destacar que o processo de mecanização e de automação não se generalizou tão rapidamente como a teoria marxiana parecia prever. O taylorismo e o fordismo do final do século XIX e início do XX, conquanto empregassem grandes quantidades de capital fixo, repousaram sobre os mesmos princípios técnicos das manufaturas do século XIX, isto é, na divisão pormenorizada do trabalho, que, evidentemente, *não suprime postos de trabalho em massa*, e, muito menos, fazia com que a força de trabalho deixasse de ser a principal força produtiva, como ocorre no caso da introdução massiva de maquinaria no processo produtivo. O tipo de mecanização fordista, por exemplo, se concentrou mais no transporte dos materiais a serem trabalhados (a esteira rolante) e nas ferramentas de trabalho, do que na efetiva produção mecanizada e automatizada. Mas aqui me detenho nos meus comentários a este respeito. Para uma análise mais apurada do retorno ao princípio da divisão manufatureira do trabalho operadas pelo taylorismo e fordismo, limite-me a remeter os leitores, mais uma vez, à genial obra de Benedito Moraes Neto, *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão* (Moraes Neto, 1989).¹⁹⁵ Por outro lado, e em acréscimo, o crescimento do setor de serviços, que Marx de certa forma previa, contribuiu para absorver drasticamente o contingente de trabalhadores expulsos das indústrias, enxugando o exército industrial de reserva e aliviando as pressões sociais ou mesmo econômicas (queda na demanda). Isto até que, com a revolução informática e informacional, no final do século XX, mesmos os setores de serviços foram impactados com o progresso técnico e tecnológico aplicado a produção de bens e serviços. Estes fenômenos ficaram muito além da brilhante capacidade de Marx – partindo sempre de suas análises magistrais do funcionamento concreto do sistema sócio-econômico capitalista – de esboçar tendências ao desenvolvimento histórico. Seria impossível deduzi-los em meados do século XIX.

¹⁹⁵ Cabe aqui, apenas uma curta citação da obra a respeito do taylorismo: “... a forma tayloristas significa não uma economia de trabalho vivo através da introdução maciça de trabalho morto (como nos fala sempre Marx), mas sim *manter o trabalho vivo como base fundamental do processo de trabalho, e extrair desse trabalho vivo a maior produtividade possível*” (Moraes Neto, 1989:101 – grifos do autor).

Então, ao cabo deste capítulo, chegamos ao ponto em que é preciso fazer uma pequena síntese. Durante nosso itinerário através da teoria social marxiana, ocupamo-nos da exposição de inúmeras categorias desenvolvidas por Marx. Primeiro tratamos da mais fundamental delas: o trabalho. Demonstramos a sua historicidade, partindo de sua conceituação mais abstrata e geral, do trabalho como mediador do intercâmbio entre homem e natureza, até chegar, posteriormente, um pouco mais próximo de sua caracterização mais concreta, mais particularizada, ao introduzir as categorias de trabalho social, divisão social e manufatureira do trabalho, e trabalho coletivo. Depois de introduzir estas categorias fundamentais, tornou-se, enfim, possível e mais seguro tratarmos especificamente da categoria de maquinaria. Ali nos ocupamos em verificar que Marx não estava deduzindo um processo futuro de automatização, mas o descrevendo na riqueza de seus detalhes e conseqüências. De fato, os relatos, descrições e análises de historiadores e sociólogos parecem confirmar realmente a existência de máquinas automáticas no século XIX. Com a produção mecanizada e automatizada que Marx detecta, é posto em evidência o fenômeno da supressão do trabalho vivo pelo morto, e, com este, a possibilidade de que, superado o regime capitalista de produção, o intercâmbio entre homem e natureza não mais seja mediado pelo trabalho, mas sim pela ciência e tecnologia que se objetivam no “sistema automático de maquinaria”.

A seguir, tratamos da jornada de trabalho. Expus a importância que a categoria tempo, sobretudo, tempo de trabalho, tem para a teoria econômica sustentada por Marx – a teoria valor-trabalho mesma, a lei do valor, como verificamos, sustenta-se sobre a categoria tempo de trabalho, ou melhor, tempo de trabalho socialmente necessário. E neste capítulo tratamos, por fim, da relação entre, de um lado, o processo de mecanização da produção e, do outro, a variação da jornada de trabalho, a formação do exército industrial de reserva, e a acumulação capitalista.

No conjunto do que até aqui expomos, é possível lançar mão de algumas deduções lógicas. O processo de mecanização da produção resulta, quando o mais completo e desenvolvido possível, em produção automatizada, e, portanto, cada vez mais suprimidora de postos de trabalho. Faz, portanto, crescer o exército industrial de reserva. No sistema capitalista, as relações de propriedade (em última análise, relações sociais de produção), fazem com que este desenvolvimento da produção mecanizada redunde em desemprego e precarização do trabalho dos trabalhadores remanescentes, e não em redução da jornada de trabalho – a qual viabilizaria uma redistribuição racional do trabalho social restante. Marx demonstrou exaustivamente este processo de degradação das condições de trabalho, paralelamente à introdução das máquinas, ocorrido nas primeiras décadas da Revolução

Industrial inglesa (final do século XVIII, início do XIX). Mas também foi testemunha, e seu melhor observador, de uma luta social travada pela classe trabalhadora contra a classe capitalista, pela regulamentação e redução da jornada de trabalho. Não teria esta luta deixado claro a Marx, que os constantes progressos do maquinismo viriam infalivelmente a permitir, cada vez mais, a redução da jornada de trabalho? De que o caráter revolucionário da fábrica automática estava, não tanto na possibilidade aberta à humanização do trabalho, mas na de se reduzir o tempo de trabalho e ampliar o tempo livre? Mas, entretanto, o que devemos entender por tempo livre a partir do próprio Marx?

É sobre esta última questão que nos deteremos, a partir de agora, no próximo capítulo. No último será o momento de enfrentarmos o dilema deixado por Marx: a emancipação se dará *no* e *pelo* trabalho, ou *para além* do trabalho? Emancipar-se *pelo* trabalho ou *do* trabalho? Quanto mais os processos de produção de bens e serviços podem ser mecanizados e automatizados, extensiva e intensivamente, menos as sociedades dependem do trabalho humano imediato. Como sustentar, então, uma utopia emancipatória centrada no trabalho e não no tempo livre tornado possível através do desenvolvimento das forças produtivas?¹⁹⁶ É possível que Marx se tenha feito a mesma pergunta, e ao cabo de sua monumental produção teórica tenha percebido, mais decididamente, as possibilidades que a ciência e a tecnologia aplicadas abriam à humanidade. Seria possível continuar sustentando a utopia do “desenvolvimento integral dos indivíduos” através do trabalho, ao invés da utopia da supressão deste?

¹⁹⁶ E mesmo um autor muito próximo de Lukács como Giovanni Alves admite que, no final das contas, o comunismo nada mais é que a sociedade do tempo livre: “Ora, na medida em que o homem que trabalha, dedicando a maior parte do seu tempo de vida à luta pela existência, ele não se desenvolve como ser humano-genérico. **Por isso, o comunismo na ótica marxiana é a sociedade do tempo livre, pois o tempo é o campo do desenvolvimento humano.** Ao avassalar o tempo de vida das pessoas com a lógica do trabalho estranhado (e a lógica da mercadoria e do consumo desenfreado), o capital avassala a possibilidade de desenvolvimento humano-pessoal dos indivíduos sociais” (Alves, 2009:148 – grifos meus).

Capítulo 7 – O tempo livre

“... deixará de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que as coisas podem fazer em seu lugar” (Karl Marx, *Grundrisse*).

Vivemos em sociedades em que, para a esmagadora maioria, as únicas duas alegrias que o trabalho proporciona é, em primeiro lugar, o salário e, em segundo, o sentimento, muitas vezes meramente ilusório, de estarmos sendo úteis de alguma forma à coletividade.¹⁹⁷ Evidentemente, como vimos no capítulo 5, onde tratamos do tempo de trabalho, esta total indiferença ao conteúdo do trabalho tornou-se efetiva, muito forçosamente, quando, com a emergência das relações capitalistas de produção – produtos de um processo secular de monopolização dos meios de produção nas mãos de determinada classe social, e, com isto, a transferência do controle do processo de trabalho para os proprietários destes meios – operou-se uma radical separação entre tempo de vida e tempo de trabalho. O trabalho, a partir da subordinação dos produtores diretos aos que personificam o capital, os capitalista, já não é vivido mais como uma atividade na qual se expressa livremente as forças físicas e espirituais de homens e mulheres, de seres humanos cuja manifestação de sua vida se efetive intensamente através de sua atividade vital, mas, desde então, como uma atividade coativamente realizada e heterodeterminada. Esta cisão entre tempo de trabalho, de um lado, e tempo de vida, de outro, significa uma existência dual na qual, durante certo tempo estamos sobre o jugo de forças reificadas e alheias, inerentes à forma social de organização do processo produtivo, e, no restante, encontramos-nos, pelo menos aparentemente, livres destas. Daí a antinomia entre o tempo dedicado ao trabalho e o tempo externo a este, tempo no qual se evidencia o imenso alívio de nos vermos livre do trabalho, enfim, e em uma única expressão, o tempo livre.¹⁹⁸

¹⁹⁷ Diz André Gorz, em *Adeus ao Proletariado*: “‘Trabalho’ (que, com se sabe, vem de *tripalium*) hoje em dia designa praticamente apenas uma atividade assalariada. Os termos ‘trabalho’ e ‘emprego’ tornaram-se equivalentes: o trabalho não é mais alguma coisa que se *faz*, mas algo que se *tem*. Fala-se ‘procurar trabalho’ e ‘arranjar trabalho’ tanto quanto ‘procurar emprego’ e ‘arranjar emprego’”. E, um pouco mais à frente, completa: “Trabalhar por um salário é, portanto, trabalhar para poder comprar à sociedade em seu conjunto o tempo que se lhe forneceu”. (Gorz, 1982:10). Que alto-realização pode qualquer indivíduo encontrar em uma atividade que perde todo seu conteúdo positivo? E apesar disso, o trabalho, não importa qual, é tão desejado quanto à própria vida; torna-se a própria finalidade desta. Que inversão assustadora entre fins e meios!

¹⁹⁸ “... o trabalho é *externo* ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. **O trabalhador só se sente, por conseguinte, e em primeiro lugar, junto a si quando fora do trabalho e fora de si quando no trabalho.** Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para

Observamos, no mesmo capítulo 5, que as relações capitalistas de produção tendem a impulsionar, de modo inerente ao seu próprio desenvolvimento, a máxima colonização do tempo de vida pelo tempo de trabalho, ou, dito de outra forma, a conversão da maior quantidade possível de tempo livre em tempo de trabalho, e isto, ao procurar elevar ao limite extremo a jornada de trabalho – a Revolução Industrial inglesa de final do século XVIII e início do XIX é o brutal registro histórico desta tendência.¹⁹⁹ É de sua lógica imanente, segundo a ótica marxiana, procurar estendê-la, a fim de – mantido o tempo de trabalho necessário – alongar o tempo de trabalho excedente, produtor de mais-valia (conquanto existam freios de ordem moral e social que a esta se opõem decididamente; a resistência da classe trabalhadora é um exemplo contratendencial). Mas, por outro lado, estas mesmas relações – também por conta das imanentes tendências que produzem – são responsáveis por um impulso, sem precedentes, ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. É o momento mesmo quando então, a “aplicação tecnológica da ciência” passa a servir aos ditames da acumulação de capital.²⁰⁰ Tal desenvolvimento possibilita – sobretudo com o advento da produção mecanizada, e, cada vez mais, automatizada – uma redução progressiva e acentuada do volume de forças humana de trabalho, que, por fim, pode (ou não; o que dependerá da forma social de sua aplicação) converter-se em redução da jornada de trabalho. As relações sociais capitalistas de produção tende, portanto, por um lado, a transformar, o mais completamente possível, o tempo de vida da massa trabalhadora em tempo de trabalho e, por outro, a criar, ao mesmo tempo, as condições objetivas imprescindíveis para reduzir este último e ampliar o tempo livre.

satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui de forma tão pura que, **tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste**” (Marx, 2004:82/83 – em itálico, sempre grifos do autor; em negrito, grifos meus).

¹⁹⁹ Evidentemente, o aumento da jornada de trabalho não é a única forma de colonização do tempo de vida pelo tempo de trabalho. O tempo livre, de não-trabalho, nas sociedades atuais, tende a se converter em tempo disponível para novos trabalhos: “Encontramo-nos, portanto, diante de um sistema social que não é capaz nem de repartir, nem de gerenciar, nem de utilizar o tempo liberado; que teme seu aumento ao mesmo tempo [em] que emprega todas as armas para fazê-lo crescer ainda mais; e que não encontra, afinal, outro destino para o tempo livre senão o de torná-lo mais rentável, isto é, monetizá-lo, transformá-lo em emprego, economicizar, sob forma de serviços mercantis cada vez mais especializados, atividades até então gratuitas e autônomas que, por isso mesmo, podiam ter algum sentido” (Gorz, 2003:19).

²⁰⁰ A aplicação científica, segundo os *Grundrisse*, se expressa no capital fixo, sobretudo, sob a forma de maquinaria: “O pleno desenvolvimento do capital, assim, tão somente tem lugar – ou o capital tão somente há posto o modo de produção a ele adequado – quando o meio de trabalho está determinado não somente formalmente como capital fixo, senão superado em sua forma imediata, e o capital fixo se apresenta frente ao trabalhador, dentro do processo de produção, na qualidade de **máquina**; o processo inteiro de produção, de fato, não aparece como subsumido à habilidade direta do trabalhador, mas sim como aplicação tecnológica da ciência. Dar à produção um caráter científico é, por isto, a tendência do capital, e reduz-se o trabalho a mero momento deste processo” (Marx, 1973:221 – grifos meus).

Mas, entretanto, o que é tempo livre? Marx de os *Grundrisse* dirá: “A economia de tempo de trabalho corre paralelamente ao aumento do tempo livre, ou seja, tempo para o desenvolvimento pleno do indivíduo, desenvolvimento que, por sua vez, reage como máxima força produtiva sobre a força produtiva do trabalho” (Marx, 1979:236). Quer dizer, então, que o tempo livre relaciona-se com o tempo destinado ao desenvolvimento pleno (ou integral, dependendo da tradução de que se lance mão) do indivíduo, e que somente pode surgir com a redução do tempo dedicado ao trabalho; logo, portanto, é externo em relação a este tempo, externo ao trabalho.²⁰¹ Por outro lado, e ainda, este tempo livre, ao permitir aquele “desenvolvimento pleno do indivíduo”, atua novamente sobre a força produtiva do trabalho, isto é, torna-se novo meio pra fazê-la desenvolver-se ainda mais. O que podemos previamente estabelecer, a partir desta passagem, é que Marx entende o tempo livre como externo ao trabalho e, ao mesmo tempo, o campo próprio para o rico desenvolvimento integral da individualidade. Isto colide frontalmente com a utopia do desenvolvimento integral do indivíduo *no e pelo* trabalho, e que – como vimos em parte, e veremos melhor mais à frente – está expressa, e em maior quantidade, em várias das obras, de juventude e de maturidade, de Marx. Mais à frente voltaremos a seus textos para verificar como este constrói seu entendimento do que seja tempo livre, seu conteúdo, papel e as condições para sua dilatação. Por hora, nos deteremos um pouco mais sobre alguns pontos de vistas preliminares e outras reflexões acerca da categoria de tempo livre.

Contemporaneamente, e desde o nascimento do controle capitalista do processo de trabalho, o trabalho não é, como dito, para a esmagadora maioria, uma atividade livre, auto-determinada, na qual, e pela qual os indivíduos realizam plenamente as potencialidades inerentes à sua condição humana. Trabalha-se coagido pelas necessidades; trabalha-se sob o controle de terceiros ou contra terceiros; trabalha-se por salário e sem ter em vista o desfrute da própria atividade. O trabalho não é, enfim, o campo próprio do exercício da liberdade.²⁰² Mas, mesmo apresentando-se desta forma, despojado de seu conteúdo positivo, é visto por

²⁰¹ “Nas condições técnicas e sociais da grande indústria, *a verdadeira vida de muitos trabalhadores não pode ser vivida a não ser no tempo livre*. O tempo livre não é apenas tempo, é a própria condição para um desenvolvimento pessoal, humano” (Friedmann, 1968:195 – grifos do autor).

²⁰² “A noção do trabalho, à maneira de tantas outras que apresentam a mesma complexidade, é ambivalente e mesmo polivalente. Entre as numerosas contradições íntimas, que a caracterizam, uma das principais é a **antíteses entre coação-liberdade**. (...) psicólogos contemporâneos [1963] notaram justamente que toda atividade subsumida ao conceito de trabalho implica um elemento particular de obrigações, de coação. Esta observação adquire, para a definição do trabalho, importância crescente numa época como a nossa, em que o indivíduo, em níveis de produção muito variados, se entrega, fora das tarefas do seu ganha-pão ou de sua profissão, a tantas ‘atividades laterais’, que diferem daquelas, precisamente, pela ausência do referido elemento obrigação econômica, de coação institucional, e se assinalam por diversas nuances de contingência de escolha” (Friedmann, 1972:189 – grifos meus).

toda a coletividade como uma atividade que se transmuda em valor maior para todos, expressando-se claramente na máxima popular: “o trabalho dignifica o homem”. Inegavelmente, o trabalho tem sido, enquanto atividade humana, fundamental para a formação da identidade pessoal e para a inserção social,²⁰³ mas, entretanto, ao seu redor circunda uma áurea de glorificação, um *ethos* iluminado, que apaga toda a imanente carga depreciativa que a atividade concreta do trabalho (não apenas capitalista, mas o próprio de outras formações sociais: trabalho escravo e servil) traz em seu bojo.

Mas claro também está que, em um sistema social fundado na exploração do trabalho, teve-se de, e se deve, continuar e necessariamente, criar e reproduzir as superestruturas – fundamentalmente ideológicas – para inculcar nos indivíduos o sentimento pleno de dever para com o trabalho – a reforma protestante cumpriu bem seu papel histórico neste sentido. Nem tão somente de coação puramente econômica pode se sustentar tal sistema; é necessário que o trabalho seja visto como um valor inegavelmente positivo, a fim de que as massas sintam-se compelidas a fornecê-lo diariamente, sem observância crítica diante deste valor e da forma concreta de realização de seu trabalho. E nada mais eficaz e vantajoso para a elite deste sistema social do que fazer com que seus escravos assalariados acreditem na necessidade da própria escravidão; fazer com que o trabalho que aprisiona, despojando-o de suas qualidades concretas, seja visto em abstrato como a essência supra-histórica da natureza humana e um dever moral. Emancipar-se do trabalho, nestes termos, seria o mesmo que abolir a humanidade, abolir a atividade que nos faz humanos, numa flagrante regressão a mera animalidade despojada de qualquer qualidade moral. Nada mais útil à manutenção da ordem social do que este preconceito próprio de escravos.

A esquerda mundial presta um maravilhoso serviço aos seus oponentes, quando entoia o coro mundial de louvor ao trabalho, e, assim, acaba por contribuir ao adestramento coletivo para este. Daí a imensa névoa ideológica que impede que se possam ver mais nitidamente, as monstruosidades e mediocridades do sistema de relações capitalistas de trabalho. Isto talvez explique também, por que motivo, mesmo com o progresso técnico e tecnológico colocando, diariamente, a possibilidade de suprimir boa parte da carga de trabalho requerida por parte de cada indivíduo, a jornada de trabalho não tenha, a mais de meio século, encontrado substancial redução, mas, pelo contrário, venha sendo conservada artificialmente em níveis elevados (em relação ao enorme desenvolvimento das forças produtivas e ao volume de

²⁰³ “O trabalho socialmente remunerado e determinado – mesmo para aqueles e aquelas que o procuram, para aqueles que a ele se preparam ou para aqueles a quem falta trabalho – é, de longe, o fator mais importante da socialização. Por isso, a sociedade industrial pode perceber a si mesma como uma ‘sociedade de trabalhadores’, distinta de todas as demais que a precederam” (Gorz, 2003:21).

produção, que aquelas viabilizam com emprego decrescente de força humana de trabalho) e mesmo tendente a um incremento.²⁰⁴ As escolhas políticas e econômicas, culturais e ideológicas, têm feito com que este desenvolvimento converta-se, quase sempre, em desemprego e precarização das condições de trabalho da população trabalhadora ainda empregada.

Então, vemos que o trabalho, embora em seu sentido puramente abstrato seja visto positivamente, em suas particulares e singulares concreções, redundando tendencialmente, sob o domínio das relações capitalistas de produção, em sujeição, heteronomia, supressão das liberdades, etc. O trabalho, em sua forma capitalista de objetivação, não se constitui immanentemente em atividade livre. Mas, mesmo despojado de sua forma social capitalista, poderia o trabalho tornar-se atividade livre? Poderia deixar de ser uma necessidade imposta externamente e tornar-se campo para o desenvolvimento livre e integral da personalidade humana? Veremos que Marx de fato acreditava resolutamente nisto, que o trabalho poderia ser de fato o campo efetivo deste desenvolvimento. Mas nem por isto, entretanto, parece ter deixado de perceber, ao final de sua produção teórica, que este integral desenvolvimento deveria estar, até de modo mais decidido, para além do trabalho, isto é, no tempo livre.

Se o trabalho, sob as condições atuais e de mais de dois séculos, não pode ser visto como uma atividade livre, e que, portanto, faz do tempo ao qual a ele nos sujeitamos um tempo de não liberdade, um tempo de sujeição, aonde, como vimos, trabalho e vida estão em evidente antinomia, então é plenamente compreensível chamar o tempo de vida restante – aquele que sobra das 24 horas, quando descontados o tempo de trabalho e o tempo necessário à conservação fisiológica e à satisfação de necessidades próprias da vida em família – de *tempo livre*. Tempo livre é o tempo externo ao trabalho, externo às coações próprias do trabalho; é o tempo no qual os indivíduos realizam, ativa e voluntariamente, aquilo que desejam, sob seu controle consciente, e no qual procuram satisfação e desenvolvimento. É um tempo de liberdade, e não um tempo de inatividade, de ociosidade absoluta, no qual a vida não se manifesta, mas, pelo contrário, vegeta. George Friedmann, em *Trabalho em migalhas*,

²⁰⁴ É a opinião de Josué P. Silva. Em sua opinião, é este *ethos* do trabalho, impregnado em todas as sociedades contemporâneas, que talvez explique a interrupção da tendência histórica de reduzir a jornada de trabalho: “Parece, no meu modo de ver, que a manutenção de uma tão elevada duração do trabalho – mito das oito horas – está longe de ser uma necessidade estritamente econômica, sobretudo se se levar em conta as dimensões do desemprego nas mais diversas partes do mundo e a libertação do trabalho humano direto possibilitada pela cada vez maior automatização da produção industrial. Acredito, portanto, que as razões que têm impedido uma contínua e significativa redução na duração do trabalho devem ser buscadas além do estrito campo da economia. Devem ser buscadas na própria necessidade de autopreservação dessa civilização, que, por ser fundada no trabalho, impõe que este seja a **única razão da existência das pessoas** e que ocupe a maior parte do tempo de suas vidas” (Silva, 1996:48 – grifos meus).

reserva, com muita propriedade, “a denominação de *tempo livre* ao tempo que não é penetrado pelas obrigações” – “tais como os trabalhos suplementares, as tarefas de complementação do ‘primeiro’ ou do ‘segundo’ ofício”, “as tarefas domésticas”, e “mesmo as atividades de estudo”, “do qual o trabalhador espera uma melhoria de seu salário e de seu *status* na empresa”, assim como “as obrigações e relações familiares, que são suportadas, não escolhidas e desejadas” –; tempo “em que a personalidade, efetuando suas escolhas, tenta exprimir-se e mesmo (se dispuser do estofo e dos meios) desenvolver-se (Friedmann, 1972:163/164).²⁰⁵ De modo algum, tempo livre pode ser entendido como um tempo de pura desocupação – porquanto este tempo seja, muitas vezes, necessário à saúde mental e mesmo física do indivíduo. Toda condenação, de espírito burguês, seja de esquerda ou de direita, ao ócio não encontra qualquer validade no que tange ao tempo livre assim entendido, como *tempo para o livre desenvolvimento integral da personalidade*.

Os desenvolvimentos colossais do maquinismo e da automatização, que hoje se expressam na automação produtiva de bens e serviços, e, posteriormente, com o advento da revolução informática e informacional, enfim, todos estes avanços magníficos da técnica e da tecnologia, fazem das forças produtivas em progresso, meio efetivo e possível de ganhar este tempo de liberdade para o livre desenvolvimento completo da personalidade.²⁰⁶ É impossível não suspeitar de que Marx tenha se dado conta destas possibilidades abertas pela aplicação do conhecimento científico à produção, com suas maravilhosas objetivações – observáveis,

²⁰⁵ Daí sua preocupação em classificar o tempo livre como tempo destinado aos “lazer ativos”: “A diversidade dos conteúdos com que tantos homens e mulheres, em nossas sociedades industriais, povoam seus lazeres, nos leva a lhes associar a idéias de *atividade*. Foi por isso que, em estudos anteriores, nos propusemos a chamá-los de ‘lazer ativos’. Mas isto ainda não é suficiente: os operários, bons juízes no assunto, insistem, como vimos, na *liberdade* que buscam no lazer em oposição às coações de suas tarefas ganha-pão. O verdadeiro lazer ativo é também lazer livremente escolhido, praticado no momento e da maneira esperada por aquele que dele aguarda a satisfação e até mesmo um certo desenvolvimento” (Idem: 162). Desejava, com isto, por em evidência a colonização do tempo livre pelas relações monetárias e pelo trabalho, o que se expressa, por um lado, no consumismo e entretenimento idiotizantes (mas imensamente lucrativo para seus exploradores econômicos) – que põem em prática um recurso psíquico de desligamento e fuga, mesmo que por algum tempo, da brutal e, muitas vezes, insuportável realidade –, e, por outro, na desesperada busca pela qualificação e requalificação necessárias para se manter como mercadoria vendável no mercado de trabalho. Isto demonstra a preocupação que deve sempre permear os movimentos em torno da redução da jornada de trabalho: maior tempo livre não resulta tão somente de uma jornada menor, mas, sobretudo, da ocupação ativa – para o desenvolvimento e expressão da individualidade – do tempo que foi liberado.

²⁰⁶ E é uma contradição brutal, inerente ao regime capitalista, que este desenvolvimento das forças produtivas não se converta em tempo livre: “O ‘núcleo humano’ da subjetividade do trabalho está afetado por uma das principais contradições da civilização do capital nesta etapa de desenvolvimento histórico, isto é, a contradição objetiva entre o alto desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, que poderiam libertar o homem do trabalho heterônomo, transformando seu tempo livre em *otium* [no sentido latino mesmo e positivo de ócio ativo], contribuindo para o desenvolvimento de suas faculdades físicas e espirituais, e as relações capitalistas de produção da vida social, que aprisionam o homem, seja através da transformação do tempo de vida como tempo de trabalho estranhado ou tempo de trabalho negado como atividade prática significativa; ou através da transformação do tempo de vida em tempo de consumo fetichizado, ‘sob a forma de uma superabundância de vida com finalidade em si mesma’ (Lukács)” (Alves, 2009:198/199).

claramente, através do grande desenvolvimento do capital fixo, sobretudo, da maquinaria. Ao investigar a aplicação capitalista da maquinaria industrial, Marx deparou-se com estas possibilidades, e, como veremos, isto está definitivamente documentado nas páginas magistrais dos *Grundrisse*, conquanto em *O Capital*, já seja possível encontrar passagens que indiquem o seu reconhecimento destas possibilidades.

Este é, então, o tema central deste capítulo e o nosso norte: a categoria de tempo livre. Queremos examinar como Marx trata do tempo livre que o rico desenvolvimento das forças produtivas pode, pelo menos em teoria, tornar cada vez maior e mais efetivo; verificar a possibilidade, que seu pensamento próprio revela, de superar a antinomia entre tempo de vida e tempo de trabalho, mas desta vez não buscando, peremptoriamente, primeiro humanizar o trabalho para somente depois reduzi-lo, e sim agora o oposto; e, por fim, com este último movimento, preparar caminho mais seguro para avaliar o quanto Marx pode ter modificado seu ideal de emancipação humana.

Muitos autores descartam as palavras de Marx contidas nos dois livros de *O Capital* publicados por Engels, após sua morte em 1883. Como este próprio não os passou pelo seu crivo final, dando a forma definitiva a sua obra, e tão somente nos legando os manuscritos que lhe serviram de base a seus estudos, muitos entendem que somente o Livro I deve ser considerado como o único no qual se pode extrair uma interpretação correta de seu pensamento. Se nós seguíssemos este ponto de vista, ficaríamos convictos de que Marx jamais sustentou qualquer utopia de emancipação humana para além do trabalho nas páginas de *O Capital*, definitivamente sua obra máxima. Isto nós veremos melhor no próximo capítulo. Digo isto somente porque desejo chamar a atenção para o fato de que Marx, durante todo o Livro I, trata apenas de passagem, e muito brevemente, de tempo livre, e em nenhuma delas deixa entrever qualquer consideração de que este seria o campo próprio para o desenvolvimento livre e integral da personalidade:

Dadas a intensidade e a produtividade do trabalho, o tempo que a sociedade tem de empregar na produção material será tanto menor e, em conseqüência, tanto maior o **tempo conquistado para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos**, quanto mais eqüitativamente se distribua o trabalho entre todos os membros aptos da sociedade e quanto menos uma camada social possa furtar-se à necessidade natural do trabalho, transferindo-a para outra classe. Então, a redução da jornada de trabalho encontra seu último limite na generalização do trabalho. Na sociedade capitalista, consegue-se **tempo**

livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho (Marx, 2001:602 – grifos meus).²⁰⁷

Ora, não está apenas no Livro I de *O Capital*, ou em qualquer dos outros dois livros, as principais passagens que nos deixam entrever o que Marx entenda por tempo livre, mas também, e de modo até mais substancial, em diversas outras encontradas ao longo dos *Grundrisse*, um imenso manuscrito redigido entre 1857 e 1858, a fim de servir de base para a confecção definitiva de sua obra máxima, e que, portanto, Marx não tinha intenção nenhuma de publicá-lo na forma que o deixou. Eram reflexões preliminares, estudos e investigações preparatórias para a síntese final que deveriam ter se tornado os três livros – e outros planejados por Marx – de *O Capital*. Este fato leva a muitos estudiosos e comentadores a desconsiderarem as asseverações ali contidas. Não compartilho desta opinião, pois mais do que interessado em saber se Marx escreveu realmente isto ou aquilo, se sofreu distorções editoriais, ou se teria revisto certas concepções suas no momento de definitivamente publicá-las, importa-me o conteúdo próprio das coisas que ali se encontram. *Aqui a autoridade do argumento conta mais do que o argumento da autoridade*. E, como veremos, há nos *Grundrisse* reflexões que tomam nosso fôlego, de tão admirável intensidade e correção, pelo menos no plano lógico. Seria um crime descartá-las tão somente porque Marx não as tenha revisto e publicado em vida. E, ademais, é possível demonstrar perfeitamente não haver contradições fundamentais entre seus textos publicados em vida e os manuscritos que nos legou.

Da passagem acima podemos já extrair certos elementos necessário à nossa compreensão da categoria tempo livre. Marx estava tratando, nesta altura de *O Capital*, da duração, produtividade e intensidade do trabalho. Havia realizado um exercício hipotético de manipulação destas variáveis inerentes ao processo de trabalho, a fim de verificar o efeito de suas múltiplas configurações sobre “as magnitudes relativas do preço da força de trabalho e da mais-valia” (Marx, 2001:591). Na verdade tratava-se de expor a proporção em que a mais-valia pode ser ampliada alterando-se a produtividade, a intensidade e a duração do trabalho.

²⁰⁷ Outra passagem que trata de tempo livre, e que já utilizei anteriormente, é aquela em que Marx está tratando da jornada de trabalho no capitalismo: “Fica desde logo claro que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho, que todo seu **tempo disponível** é, por natureza e por lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o **livre exercício das forças físicas e espirituais**, para o descanso dominical, mesmo no país dos santificadores do domingo (Marx, 2001:305/306 – grifos meus). Em ambas aparece a temática do tempo destinado à “atividade livre, espiritual e social dos indivíduos”. Mas, entretanto, em nenhuma delas este tempo externo ao trabalho é enfatizado como o campo próprio e fundamental para o efetivo desenvolvimento integral dos indivíduos. Nesta altura de sua obra máxima, ainda é *através do e no* trabalho que este desenvolvimento se realizaria.

Por exemplo, se mantivéssemos a duração do trabalho constante, ao elevar a produtividade e/ou a intensidade do trabalho, sem, contudo, alterar o valor da força de trabalho, evidentemente um maior volume de mais-valia, com uma correspondente maior taxa de mais-valia, seriam alcançados. Mas este não é o ponto que desejo por em evidência.

Ora, em situações em que a intensidade e produtividade do trabalho são relativamente baixas, evidentemente o tempo de trabalho social total requerido para a produção social deve ser tão elevado, a ponto de que individualmente inexistam condições para o exercício de atividades livres, tanto espirituais quanto sociais, pois o trabalho material imediato absorveria, nesta situação, boa parte do tempo de vida dos indivíduos. De outra forma, em sentido contrário, sendo a produtividade e a intensidade do trabalho bastante desenvolvidos, há condições objetivas para se conquistar maior tempo livre. Entretanto, se este maior tempo livre será algo coletiva e igualitariamente compartilhado dependerá do complexo de relações sociais que emergem da forma social do regime de produção.

Marx já aponta aí uma das condições necessárias à extensão do tempo livre para todos: a repartição igualitária do trabalho social total. Isto impediria que este tempo liberado, criado pelo aumento da produtividade e da intensidade do trabalho social, fosse usufruído por uma única classe social, “transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho”, ou mesmo que uma parcela da classe trabalhadora assalariada, por não encontrar postos de trabalho, fosse forçada a se sujeitar ao ócio involuntário, imensamente degradante numa sociedade em que tanto se valoriza o trabalho. Assim, os produtos criados durante o tempo de trabalho excedente realizado para o capitalista deixariam de ser apropriados por este, para então ser distribuídos pela coletividade, e de tal forma que, a cada novo desenvolvimento das forças produtivas, este tempo de trabalho excedente, junto ao tempo de trabalho necessário (portanto, a jornada toda de trabalho), pudessem ser reduzidos ao mínimo, sem, contudo, haver redução da produção social global – e, na verdade, até mesmo produzindo sua expansão. A riqueza nesta situação se converteria em maior abundância de valores-de-uso, “o conteúdo material da riqueza”, por um lado, e maior tempo livre, o tempo “para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos”, por outro: abundância de coisas a fruir, bem como de tempo e meios de fruição.²⁰⁸

²⁰⁸ “A economia efetiva – poupança – consiste na economia de tempo de trabalho; (mínimo, e redução ao mínimo, dos custos de produção); porém esta economia se identifica com o desenvolvimento da força produtiva. De modo algum, pois, *abstinência do desfrute*, e sim desenvolvimento de poder [*power*], de capacidades para a produção, e, pelo qual, tanto das capacidades como dos meios de desfrute. A capacidade de desfrute é uma condição para este, portanto primeiro meio do desfrute. E esta capacidade equivale ao desenvolvimento de uma atitude individual, força produtiva. A economia de tempo de trabalho corre paralela com o aumento do tempo livre, ou seja, tempo para o desenvolvimento pleno do indivíduo...” (Marx, 1973:236 – grifos de Marx). Nesta

Mas como observei acima, não está apenas nos livros de *O Capital* as passagens que melhor definem o tempo livre em Marx, mas também nos *Grundrisse*. Deter-nos-emos, então, a partir de agora, sobre a exposição e análise destas passagens, porém nos servindo da imensa e sofisticada ajuda de Rosdolsky, em *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*, mas, é claro, sem abrir mão da utilização do próprio texto e “letra” de Marx.

Curioso observar que quando Marx, em os *Grundrisse*, trata de tempo livre é justamente quando está desenvolvendo sua análise do capital fixo que se objetiva em maquinaria, ou mais precisamente, quando está se referindo longamente às implicações do “sistema automático de maquinaria”. Sobre este, observa, como já vimos no capítulo 4, que “na maquinaria, a ciência se apresenta ao operário como algo alheio e externo, e o trabalho vivo aparece subsumido ao objetivado, que opera de maneira autônoma. O operário se apresenta como supérfluo na medida em que sua ação não está condicionada pela necessidade do capital” (Marx, 1973: 221). Isto se constitui, também como já visto, no processo histórico de subsunção do trabalho ao capital, cujo desfecho é justamente a transformação do processo de trabalho cada vez mais em processo de produção, isto é, em processo no qual pouco ou quase nada o trabalho humano intervém, onde, enfim, a “atividade do operário”, se resume a “transmitir à matéria prima o trabalho de ação da máquina, à que vigia e preserva de avarias” (Idem: 218). É quando, então, “o meio de trabalho experimenta diversas metamorfoses, a última das quais é a máquina, ou, mais bem, um sistema automático de maquinaria” (Idem). Ora, esta tendência que caminha na direção de um maior grau de subsunção do trabalho ao capital, posta efetiva e objetivamente pelo advento e desenvolvimento constante do sistema automático de maquinaria, corresponde à tendência, imanente às relações e ao modo de produção capitalista, de reduzir o volume de trabalho humano global requerido para a satisfação das necessidades sociais gerais. Pois como afirma Marx:

... o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário são a tendência necessária do capital. A realização desta tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria. Na maquinaria o trabalho objetivado se enfrenta materialmente ao trabalho vivo como poder que o domina e como subsunção ativa do segundo ao primeiro, não pela apropriação do trabalho vivo, e sim **no mesmo processo real de produção** (Idem: 219/220 – grifos meus).

passagem, Marx afirma que o desenvolvimento das forças produtivas deve criar tanto uma efetiva “economia de tempo de trabalho”, como “meios de desfrute”. Ora, a “capacidade de desfrute é uma condição” para o próprio desfrute. Como podem os indivíduos se desenvolverem livre e integralmente, se não somente em condições de plena afluência de riqueza e de tempo livre? Capacidade, meios e tempo para a fruição.

... o capital – de maneira totalmente não premeditada – reduz a um mínimo o trabalho humano, o gasto de energias (idem: 224).

Este é o papel civilizador do capitalismo enquanto sistema sócio-econômico historicamente determinado: desenvolver as forças produtivas do trabalho social, e, com elas, criar as condições objetivas necessárias a uma real e efetiva emancipação humana.²⁰⁹ E por que motivo o capitalismo tende a desenvolver as forças produtivas? Porque, como vimos, segundo a forma como Marx utiliza a teoria do valor-trabalho e constitui sua teoria da mais-valia – e quando introduzimos a variável concorrência no interior do quadro categorial com que estamos lidando –, é inteiramente desejável e necessário ao capitalista, do ponto de vista lógico e da própria imanência do sistema, reduzir o tempo de trabalho necessário em relação ao excedente, ou, o que é o mesmo, aumentar a produtividade do trabalho. Processos de produção e de trabalho mais produtivos, por sua vez, convertem-se em maiores volumes de valores de uso, com quantidades as mesmas ou decrescentes no emprego dos fatores de produção: força de trabalho e meios de produção – as condições subjetivas e objetivas de trabalho, respectivamente. Assim, a formação social capitalista tende a criar as condições materiais necessárias à redução da jornada de trabalho e à criação de riqueza abundante, pois a produção desta, progressivamente, se emancipa – com o desenvolvimento das forças produtivas que o capitalismo impulsiona – do emprego de força humana de trabalho.

Tratemos um pouco da distribuição desigual dos frutos do progresso social. Considerando-se o valor da força de trabalho sempre próximos ao mínimo, a repartição da produção social tende a produzir uma desigualdade relativa crescente. O maior volume de valores-de-uso produzido através da evolução da produtividade do trabalho beneficiaria ambas as classes, trabalhadores e capitalistas, se, no regime de produção capitalista, os salários não tendessem a se manter, em média, próximo ao mínimo necessário a subsistência – sem esquecermos de que este mínimo é social e historicamente determinado, e que, portanto, não se reduz à subsistência meramente fisiológica, mas implica também determinadas necessidades sociais. Com este acréscimo de valores-de-uso, resultantes da elevação da produtividade do trabalho, a tendência é que a maior fatia do “bolo”, que agora se faz maior,

²⁰⁹ “Vemos assim se expandir progressivamente a dialética ‘tempo de trabalho necessário / tempo de supertrabalho [ou trabalho excedente] / tempo livre’, no desenvolvimento e na superação sucessivos de todas as contradições internas. Porque o desenvolvimento do supertrabalho implica também, ao menos no modo de produção capitalista, um enorme desenvolvimento das forças produtivas – e eis a sua ‘missão civilizadora’ indispensável. É somente nessa base que uma sociedade coletiva poderá reduzir ao mínimo a jornada de trabalho simplesmente, sem dever ao mesmo tempo recalcar ou mutilar o desenvolvimento universal das possibilidades de cada indivíduo” (Mandel, 1968:110). Aqui Mandel já nos indica que esta “sociedade coletiva”, para Marx, se fundava sobre a redução da jornada de trabalho e, portanto, na criação de tempo livre.

sempre se desloque para as classes proprietárias. O aumento da desigualdade, nestes termos, é sempre relativo, e pode efetivar-se perfeitamente ao lado do crescimento absoluto do consumo e conforto material das massas trabalhadoras assalariadas. O capitalismo é um regime de produção que pressupõe a desigualdade, imanente à apropriação privada dos meios de produção e de subsistência, enfim, à propriedade privada, mas nem por isto, entretanto, deixa de ser um sistema que também pressuponha o crescimento absoluto da riqueza social.

Daí, mais uma vez exposto, o seu caráter civilizador: ao contribuir para o fabuloso desenvolvimento econômico, tecnológico, cultural em geral, embora não coletiva e equitativamente distribuído, isto é, quando aumenta a riqueza geral da sociedade, mesmo direcionando-a, em maior volume, para as classes possuidoras, acaba também por contribuir para criar as condições necessárias à repartição mais racional e equitativa desta mesma riqueza aumentada e imenso progresso social – cria as condições materiais e sociais para uma sociedade emancipada. Ao comentar este aspecto positivo do regime de produção capitalista, segundo este aparece nos *Grundrisse*, observa Rosdolsky:

O que distingue radicalmente a produção capitalista em relação a todos os modos de produção anteriores é o seu caráter universal, seu impulso em direção a uma permanente revolução das forças produtivas materiais. As etapas pré-capitalistas da produção – por seus métodos de trabalho primitivos, não desenvolvidos – nunca conseguiram desenvolver o trabalho para muito além do necessário à manutenção imediata da vida. “O sentido histórico do capital” consiste precisamente em “criar o trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do mero valor de uso, da mera subsistência”. O capital cumpre essa missão ao desenvolver de modo sem precedentes as forças produtivas sociais, de um lado, e as necessidades e capacidades de trabalho dos homens, de outro (Rosdolsky, 2001:352).

Ora, para Marx este desenvolvimento, impelido pelo regime capitalista de produção, estava caminhando, a passos largos, na direção de uma drástica redução do volume de trabalho social total necessário à reprodução, sempre em escala crescente, das condições materiais e sociais de existência das sociedades humanas. Em determinado momento este trabalho social total reduzido deveria se converter em tempo de trabalho individual também reduzido, isto é, em uma jornada de trabalho reduzida para cada indivíduo social; até que chegasse o momento em que boa parte dos trabalhos fosse realizada pelas coisas que pudessem tomar o lugar do homem – isto é, Marx não diz, mas podemos deduzir, pelos diversos sistemas de máquinas automáticas:

...quando o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, impulsionado continuamente pelo capital – em sua ilimitada busca de enriquecimento e nas únicas condições sob as quais esta busca pode realizar-se –, alcançou tal ponto que a posse e conservação da riqueza em geral exigem um tempo de trabalho menor para a sociedade inteira; **então a sociedade se relacionará cientificamente com o processo de sua reprodução, em meio a uma abundância crescente: deixará de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que as coisas podem fazer em seu lugar (...).** Em sua aspiração incessante pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho a ultrapassar os limites de sua necessidade natural, **criando os elementos materiais para o desenvolvimento de uma rica individualidade, multilateral na produção e no consumo** (Marx *apud* Rosdolsky, 2001:352 grifos meus).

A passagem é de expressiva beleza. Nela encontramos – o que venho tentando destacar – a produção da abundância generalizada, possível com o desenvolvimento das forças produtivas, e concomitante ao emprego decrescente de trabalho. Riqueza crescente de um lado e tempo livre de outro. Ao cabo desta passagem, Marx dá destaque ao que classifico como os seus dois ideais de emancipação humana: “o desenvolvimento de uma rica individualidade, multilateral”, no interior da própria produção, ou seja, no trabalho; e no consumo, portanto, fora da produção e do trabalho, na esfera consagrada ao próprio desfrute dos produtos do trabalho. Mas a análise destas duas grandes formas de ideais de emancipação fica para o próximo e último capítulo. Temos que, por hora, avançar mais na direção do tempo livre.

O que, entretanto, fica evidente do que estamos tratando até aqui é que o desenvolvimento das forças produtivas no interior das relações capitalista de produção tem, pela ótica marxiana, uma importância capital para a construção da sociedade futura, a sociedade emancipada, enfim, para o que se convencionou chamar de sociedade comunista. E qual a maior expressão deste desenvolvimento na acepção de Marx? O sistema automático de maquinaria. É o seu desenvolvimento que “cria também as condições prévias para que o dispêndio de esforços humanos se reduza a um mínimo no processo de produção” (Rosdolsky, 2001:353), e, por conseguinte, permite que haja uma substancial e contínua redução do tempo de trabalho, criando-se, por fim, maior tempo livre, tempo para “desenvolver livremente as individualidades”. Aqui chegamos ao momento mais apropriado para citar uma longa passagem dos *Grundrisse* em que aparecem relacionados o desenvolvimento industrial e o tempo livre. Para a sua melhor compreensão, dividi-la-ei em três momentos. Primeiro,

apresento aquele em que Marx caracteriza o advento da grande indústria, destacando a aplicação da ciência às técnicas de produção como seu fundamento:

...na medida em que a grande indústria se desenvolve, **a criação de riqueza se torna menos dependente do tempo de trabalho** e da quantidade de trabalho usados, passando a depender mais da capacidade dos agentes acionados durante o tempo de trabalho, capacidade cuja eficácia [*powerful effectiveness*] não mantém nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que sua produção exige; **depende do estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção (...)**. A riqueza efetiva se manifesta mais – e isto a grande indústria revela – na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como na desproporção qualitativa entre o trabalho, **reduzido a pura abstração**, e o vigor do processo produtivo que ele **vigia**. O trabalho já não aparece tanto confinado ao processo de produção, pois **o homem se comporta como supervisor e regulador** em relação a este processo (...). O trabalhador já não introduz a coisa natural modificada, como elo intermediário [daí origem do termo “meio” de produção], entre o objeto e ele mesmo, mas insere o **processo natural, transformado em processo industrial**, como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica, à qual domina. **Apresenta-se ao lado do processo de produção, em vez de ser seu agente principal**. Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza **não são nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha**, mas sim sua força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio sobre ela graças à sua existência como corpo social; em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social (Marx, 1973: 227/228 – grifos meus).

Aqui o que podemos verificar nitidamente é o deslocamento do trabalho humano imediato de seu papel de principal agente no processo de produção. Quando Marx diz que ao trabalhador não cabe mais a função de introduzir “a coisa natural modificada”, ou seja, o meio de produção (sobretudo quando este se transmuta em maquinaria), “entre o objeto e ele mesmo”, mas sim a de “vigiar” um “processo natural, transformado em processo industrial”, comportando-se como “supervisor e regulador” deste, o que acaba por indicar é a remoção da tarefa de realização, efetiva e direta, da produção de valores de uso do trabalhador. Isto nós já observamos ao tratar do entendimento do sistema automático de maquinaria como um sistema no qual a intervenção humana sobre o processo de transformação do objeto de trabalho, as matérias primas, em objetos úteis ao homem é drasticamente reduzida. Nestes processos de produção em que o trabalho humano é “reduzido a pura abstração”, já não pode ser o tempo de trabalho imediato o “pilar fundamental da produção e da riqueza”, mas a “compreensão da

natureza e seu domínio” que se expressa concretamente nas objetivações da ciência aplicada à produção.

Ora, mas o sistema capitalista assenta-se, segundo a teoria da mais-valia de Marx, sobre o roubo do tempo de trabalho alheio, e se, portanto, com o desenvolvimento técnico e tecnológico, o trabalho deixa de ser a principal força produtiva, relegando este papel à aplicação da ciência ao processo produtivo, e criando os diversos sistemas automatizados de produção, então esta base sofre desde já de uma contradição que aponta suas limitações iminentes. Se a formação social capitalista faz do tempo de trabalho a medida da riqueza, o que ocorrerá com esta se o trabalho vier a não ser mais necessário à produção? Desmoronará:

O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual se baseia a riqueza atual, torna-se uma **base miserável**, comparado com este fundamento, recém-desenvolvido, criado pela própria grande indústria. Tão logo o trabalho, em sua forma imediata, tenha deixado de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser – tem que deixar de ser – sua medida; e o valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não-trabalho de uns poucos deixa de sê-lo para o desenvolvimento da potência geral do intelecto humano. Com isso **desmorona** a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato se despoja da forma de carecimento e antagonismo (Idem: 228/229 – grifos meus).²¹⁰

Vemos, então, que Marx está lançando luz sobre as possibilidades abertas pelo desenvolvimento técnico e tecnológico gerenciado pelo regime capitalista de produção. Evidentemente, Marx lança mão de uma dedução dialética, e, portanto lógica, valendo-se, por um lado, da teoria do valor-trabalho e de sua teoria da mais-valia, e, por outro, do exame analítico do desenvolvimento do sistema automático de máquinas. Tudo isto lhe serviu para traçar as tendências fundamentais daquele regime de produção. É somente a partir destas tendências que Marx se sentirá autorizado, *cientificamente*, para aventar um novo regime social de produção, uma forma superior de sociedade, em que se processe uma efetiva

²¹⁰ Ernest Mandel, comentando Marx, em *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx - de 1843 até a redação de O Capital*, reflete sobre a produção automatizada e sua implicação para a produção da mais-valia: “A partir do momento em que o fenômeno da automação integral se generaliza em todas as empresas, os lucros e a mais-valia devem necessariamente perecer; de fato, não há mais lugar para uma ‘economia de mercado’ em condições de **abundância manifesta criada pela automação generalizada**” (Mandel, 1968:95 n.39 – grifos meus).

emancipação humana. Era isto que o diferenciava, ao lado de Engels, dos socialistas utópicos que o precederam.²¹¹

E, assim, somente após estas tendências estarem bastantes claras, no decorrer da construção das passagens que estamos analisando, é que Marx se sentiu confortável para falar sobre o que deveria ser – segundo suas investigações apontavam – a finalidade última à sociedade futura, passível de ser progressivamente realizada através dos meios legados pelo próprio modo de produção então vigente. É quando, enfim, temos Marx tratando de tempo livre:

Trata-se agora de **desenvolver livremente as individualidades**, e não de reduzir o tempo de trabalho necessário, tendo em vista criar trabalho excedente; a **redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo** passa a corresponder à formação artística, científica etc., dos indivíduos **graças ao tempo que se tornou livre e aos meios criados para todos** (Idem: 229 – grifos meus).

“Desenvolvimento livre das individualidades” a partir, e no interior mesmo, do tempo que vai sendo liberado pelos progressos das forças produtivas do trabalho social, este é o ideal emancipatório que surge nesta passagem. Este tempo livre destinado ao desenvolvimento integral e livre dos indivíduos somente é criado através do aumento da produtividade do trabalho que, agora, não tem mais por objetivo reduzir o tempo de trabalho necessário em relação ao tempo de trabalho excedente produtor de mais-valia, e sim *reduzir a jornada toda de trabalho*; liberar o tempo para que este tempo liberado possa se converter em “formação artística, científica, etc.” – isto dista muito do ideal de desenvolvimento integral da personalidade *no e pelo* trabalho que, como veremos, aparece de forma mais acabada no Livro I de *O Capital*. Na sociedade capitalista, aumenta-se o “tempo de trabalho excedente da massa mediante todos os recursos da arte e da ciência” (Marx, 1973: 231), mas, ao mesmo tempo, em função desta busca frenética por mais-valia sempre crescente, o regime capitalista de produção acaba por servir de “instrumento para criar as possibilidades do tempo disponível [*disposal time*] em escala social, para reduzir a um mínimo decrescente o tempo de trabalho de toda a sociedade e tornar livre o tempo de todos, para o desenvolvimento de todos” (Idem). Mas para que o desenvolvimento das forças produtivas não continue mais servindo ao

²¹¹ “... o que distingue a concepção do socialismo de Marx de seus antecessores é, antes de tudo, seu caráter científico, ou seja, o modo como ele deduziu sua imagem do futuro socialista a partir do conhecimento da ordem social dominante, da análise das relações de produção capitalistas. O objetivo da investigação era o mesmo em ambos os casos: a sociedade capitalista moderna. Mas, em um caso, tratava-se de sua forma presente; no outro, da sociedade do futuro, que brotaria dela” (Rosdolsky, 2001: 361).

propósito de criar maior tempo de trabalho excedente produtor de mais-valia, é necessário que os trabalhadores sejam os reais proprietários deste trabalho excedente:

A própria massa trabalhadora deve apropriar-se de seu mais-trabalho. Fazendo-o – e por isso tempo disponível deixará de ter uma existência antitética –, o tempo de trabalho necessário encontrará sua medida nas necessidades do indivíduo social, e o desenvolvimento da força produtiva social será tão mais rápido que, embora a produção seja calculada em função da riqueza comum, crescerá o tempo disponível de todos, pois a riqueza real é a capacidade produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. *O tempo de trabalho deixa de ser a medida da riqueza, e o tempo disponível assume este papel* (Idem: 232 – grifos de Marx).

Se o tempo disponível é a medida da riqueza, então quanto maior for este, maior será, conseqüentemente, a riqueza social. E se o tempo tornado livre pelo avanço técnico e tecnológico pode, enfim, produzir crescente *disposal time*, isto é, tempo livre, este, por seu turno, possibilita que o rico desenvolvimento das individualidades – que se processa em seu interior – reconverta-se em maior desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, e assim, em um ciclo virtuoso, amplie, ainda mais, “o tempo disponível de todos os indivíduos”. Daí a ponderação, contida no início desta passagem, do fim da antinomia entre tempo de trabalho e tempo livre. Ora, aqui o desenvolvimento livre das individualidades é, ao mesmo tempo, condição para, e resultado do desenvolvimento das forças produtivas; uma efetiva dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e o tempo de trabalho, da qual nos ocuparemos no capítulo a seguir.

Como Marx afirma, mais à frente, “O tempo livre – que pode ser tempo para o ócio ou tempo para atividades superiores – transformou seu possuidor, naturalmente, em outro sujeito, que entra também como outro sujeito no processo imediato de produção” (Idem: 236). Em *Teorias sobre a mais-valia*, Marx diz que “o trabalho de um homem que tem tempo livre deve possuir uma qualidade muito superior ao da besta de carga” (Marx *apud* Rosdolsky, 2001:587, n. 59). Assim, o tempo livre, nestes termos, favorece o maior desenvolvimento do organismo social de produção, ao permitir o desenvolvimento dos indivíduos, das capacidades produtivas individuais. Isto talvez possa sugerir – como tenho argumentado – que Marx começava a tornar-se cada vez mais consciente da necessidade de reduzir a jornada de trabalho, tomando esta redução como *a* condição fundamental não apenas para uma posterior humanização do trabalho (o que vai ao sentido inverso do que defende o marxismo em voga),

mas também para a conquista do verdadeiro “reino da liberdade”. Aqui, então, é o momento mais adequado para transcrever uma das passagens mais celebres do Livro III de *O Capital*:

O capital, e este é um de seus **aspectos civilizadores**, extorque... trabalho excedente de maneira e em condições que – para o desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais e para a criação dos elementos de **nova estrutura superior** – são mais vantajosas que as vigentes nas formas anteriores como a escravatura e a servidão. Assim atingir-se-á estágio em que não haverá coação para o progresso social nem o monopólio que um segmento da sociedade exerce à custa do outro. Ademais, o trabalho excedente cria os meios materiais e o **germe de uma situação** que, em **forma superior de sociedade, possibilitam a esse trabalho excedente situar-se dentro de tempo mais limitado do trabalho material...** De fato, o **reino da liberdade** começa onde o trabalho deixa de ser determinado por **necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita...** A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e **nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana**. Mas, **esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade**. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas **como um fim em si mesmo**, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. **E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho** (Marx, 2008:1082/1083 – grifos meus).²¹²

Nesta passagem estão presentes todas as temáticas que estamos discutindo neste capítulo: o papel civilizador do capital; o desenvolvimento das forças produtivas visando à produção de trabalho excedente; esta grande produção de trabalho excedente como “o germe de uma situação”, na qual este pode vir a “situar-se dentro de tempo mais limitado do trabalho material” (ou seja, a luta pela redução da jornada de trabalho); o trabalho, que para ser uma atividade livre, tem de deixar de ser “determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta”; o tempo livre – que aparece implícito no conceito de reino da liberdade, situado para “além da esfera da produção material propriamente dita”, portanto, fora do trabalho; a humanização do trabalho (podendo ser percebido na passagem, que

²¹² Comentando esta passagem, em *O futuro do trabalho humano*, Georges Friedmann dirá: “Para o nosso objetivo, dois temas fundamentais têm uma particular importância neste texto. Por um lado, Marx julga indispensável, mesmo numa sociedade socialista, o controle psico-fisiológico das tarefas, sem o qual a humanização do trabalho industrial não lhe parece concebível. Por outro, ele pensa que, no fim de contas, apenas a ocupação ativa do tempo livre permitirá, para além do capitalismo, assegurar a plena realização do indivíduo e, no sentido do termo, a sua felicidade” (Friedmann, 1968:264).

ênfatiza a necessidade de regular “racionalmente o intercâmbio material com a natureza”, “nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana”); o desenvolvimento humano “como um fim em si mesmo”, porém, não realizado através *do* trabalho, mas fora dele; e, por fim, a temática da redução da jornada de trabalho como *a* condição fundamental para a efetivação daquele reino da liberdade. Todas estas convergem para a proposição central do tempo livre como o campo próprio e efetivo para o desenvolvimento livre das individualidades – criado pelo desenvolvimento das forças produtivas engendrado pelo próprio regime capitalista de produção.

Da análise deste regime, Marx aponta os “germes” para a construção de uma “forma superior de sociedade”. E se nesta passagem a redução da jornada de trabalho aparece como *a* condição fundamental para o reino da liberdade, para a efetiva emancipação humana, isto se deve, pois, muito plausivelmente, pelo seu reconhecimento de que o tempo livre, ou *disposal time*, era o campo próprio para um autêntico desenvolvimento integral dos indivíduos, conquanto o trabalho não deixasse de poder converter-se em exercício de liberdade, de auto-realização, de desenvolvimento. Ora, isto porque, o tempo livre aparece como um tempo de liberdade, externo às coações naturais e sociais, enquanto que o trabalho, mesmo quando humanizado, “situar-se-á sempre no reino da necessidade”, pois o trabalho, por sua própria natureza, corresponde a uma imposição inerente a condição humana: a manutenção da vida. Trabalho é sempre uma necessidade da vida e não liberdade de vida. Mas, não há dúvidas de que, apesar de situar o reino da liberdade para além do trabalho, Marx continue a alimentar uma visão muito positiva e otimista em relação a este:

“Trabalharás com o suor de teu rosto!”, foi a maldição que Jeová lançou contra Adão. E desta sorte, como maldição, concebe Adam Smith o trabalho. O “repouso” aparece como o estado adequado, como idêntico à “liberdade” e à “felicidade”. Que o indivíduo “em seu estado normal de saúde, vigor, atividade, habilidade, destreza” **tenha também a necessidade de uma porção normal de trabalho, e da supressão do repouso** [conquanto, para isto, disponhamos da educação física e dos esportes], parece muito distante de seu pensamento. Sem dúvida, a própria medida do trabalho se apresenta como dada exteriormente, por meio do objetivo a alcançar e dos obstáculos que o trabalho deve superar para ser executado. Porém, que **esta superação de obstáculos é de por si exercício de liberdade** – e ademais **os objetivos exteriores se hão despojados da aparência de necessidade natural meramente exterior**, e se lhes há posto como objetivos que não é senão o indivíduo mesmo que os põe –, ou seja, **auto-realização, objetivação do sujeito, portanto liberdade real** cuja ação é precisamente o trabalho – de tudo isto Adam Smith não abriga tão pouco a menor suspeita. Tem

razão, sem dúvida, enquanto as formas históricas do trabalho – como trabalho escravo, servil, assalariado – este se apresenta sempre como algo repulsivo, sempre como *trabalho forçado, imposto do exterior*, frente ao qual o não-trabalho aparece como “liberdade e felicidade” (Marx, 1973:119 – grifos meus).

Fica claro que tanto pela temática da humanização do trabalho, da passagem do Livro III de *O Capital*, quanto pela do trabalho como “exercício da liberdade”, “auto-realização”, “objetivação do sujeito”, da passagem acima dos *Grundrisse*, Marx continua a expor e a defender os aspectos positivos do trabalho, mas somente quando este pressuponha, a priori, o fim das coações externas, sejam estas naturais e/ou sociais. Mas este trabalho humanizado e de “auto-realização do indivíduo” (Idem), exige, contudo, um estado de absoluta afluência de riquezas e de sua repartição equitativa, no qual as necessidades do trabalho fossem subvertidas – onde “os objetivos exteriores se hão despojados da aparência de necessidade natural meramente exterior”.

O trabalho, como dito, por sua própria natureza, “situar-se-á sempre no reino da necessidade”; a finalidade mesma do trabalho é a realização de um imperativo insuprimível, a saber, o de mediar o intercâmbio entre homem e natureza – “uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos” (Marx & Engels, 2007:32/33). Somente quando este intercâmbio material já não depende mais do trabalho imediato, ou pelo menos passe a depender deste em um grau bastante limitado, quando, enfim, o processo de produção social encontrou uma força produtiva diversa do trabalho – os variados sistemas automáticos de maquinaria –, pode o trabalho se tornar realmente uma atividade livremente exercida, sem coações, voluntariamente praticada, e que “é, ao mesmo tempo, disciplina – considerado em relação ao homem em devir – e exercício, ciência experimental, ciência que se objetiva e é materialmente criadora – em relação ao homem que já é, cujo intelecto abriga o saber acumulado da sociedade” (Marx, 1973:236). Aqui o trabalho aparece como experimentação prática, e concretamente útil, do conhecimento humano. Não é mera casualidade que Marx refira-se ao trabalho de composição musical como exemplo de “trabalhos realmente livres”.²¹³

²¹³ “Precisamente, os trabalhos realmente livres, como, por exemplo, a composição musical, são ao mesmo tempo condenadamente sérios, exigem o mais intenso esforço. O trabalho da produção material somente pode adquirir este caráter 1) se está posto seu caráter social [pois quem alimentará o compositor?], 2) se é de índole científica, uma vez que trabalho universal [*trabajo general*], não esforço do homem enquanto força natural adestrada de determinada maneira, senão como sujeito que se apresenta no processo de produção, não sob uma forma meramente natural, espontânea, e sim como atividade que regula todas as forças da natureza” (Idem: 120).

Contudo, isto não invalida a tese de que o trabalho, mesmo sendo uma imposição inerente à nossa condição humana, não possa ser humanizado. Enquanto o trabalho humano for uma necessidade, ampla ou limitada, haverá também a de humanizá-lo, como Marx mesmo observa na passagem do Livro III de *O Capital* mais acima. Entretanto, nas sociedades de classes e mesmo na sociedade futura, o verdadeiro campo para o livre desenvolvimento da individualidade não está no trabalho, mas no tempo livre, o tempo de liberdade no qual, já garantida a produção e reprodução das condições materiais e sociais de nossa existência, os indivíduos podem dedicar-se a atividades superiores e enriquecedoras de nossas potencialidades humanas. Por definição, o tempo livre, como vimos, é um tempo emancipado de coações externas ao indivíduo, utilizado para o livre exercício da vontade e espontaneidade, e para o pleno desenvolvimento da personalidade.

Chegamos, assim, ao fim deste capítulo dedicado ao tempo livre. Desejei demonstrar, ao longo da exposição, a caracterização do tempo livre não como um tempo de inatividade e ócio absoluto, mas como um tempo conquistado para o livre desenvolvimento integral da individualidade. Vimos que esta caracterização de tempo livre é própria de Marx e que este concebia a sua extensão como necessariamente vinculada, por um lado, ao desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo com o progresso técnico e tecnológico do sistema automático de maquinaria, e, por outro, à redução da jornada de trabalho, a condição fundamental para a conquista do reino da liberdade, que, por sua vez, somente pode ser efetivada com aquele desenvolvimento.

As categorias forjadas por Marx não pairam isoladamente no interior de sua teoria social; estão férrea e dialeticamente interconectadas. Tempo livre é inconcebível sem o desenvolvimento das forças produtivas, que, por seu turno, compreende o avanço da maquinaria, no qual o capital (ou melhor, o complexo de relações sociais de produção e reprodução), ao mesmo tempo em que encontra sua forma mais adequada de capital fixo – e, assim, emancipando-se, até certo ponto, de sua grande dependência, quantitativa e qualitativa, do trabalho humano –, também começa a tropeçar sobre seus próprios limites imanescentes –

Aqui Marx parece indicar que o trabalho, numa sociedade emancipada, compreende fundamentalmente o trabalho de índole intelectual, científica e artística. O exemplo da composição musical reforça o ideal de trabalho despojado de coações externas meramente naturais, pois, como bem sabemos, em seu tempo a arte não havia ainda sido transformada completamente em mercadoria e em principal *fonte de renda* – no sentido contemporâneo do termo – para seu produtor. Não se produzia arte visando à própria manutenção, isto é, compelido pelas necessidades; o ideal artístico, ali, era o ideal grego da produção livre e despojada de finalidades exteriores. Quando Marx pensa o trabalho como necessária supressão do repouso, como auto-realização pela supressão de obstáculos, e, portanto, como real exercício da liberdade, está o concebendo como *práxis* livre, como atividade livre, exercida voluntariamente e na qual o indivíduo procura se desenvolver. É mais uma vez o ideal do desenvolvimento integral do indivíduo *no e pelo* trabalho que aparece aqui.

dados pelo crescimento vertiginoso do exército industrial de reserva e pela impossibilidade (segundo deduzimos da teoria econômica marxiana) de produzir novo valor (efetivado unicamente pelo trabalho) num regime de produção que tende à abolição do trabalho humano. Foi minha intenção demonstrar esta inter-relação dialética entre as categorias marxianas. O ideal da sociedade de tempo livre e emancipada, dispondo das condições materiais e sociais para o livre desenvolvimento completo das individualidades, para Marx, encontra suas condições objetivas de realização no interior mesmo da sociedade capitalista, quando esta, então, contribui para o vertiginoso desenvolvimento das forças produtivas. Não se trata – como mesmo me referi de forma inadequada em alguns momentos deste trabalho – de uma utopia;²¹⁴ e sim do levantamento de tendências de desenvolvimento sócio-histórico que apontam para a possibilidade de erigir um novo modo de organizar a produção e reprodução social, no qual a efetiva emancipação humana pudesse se processar.

Para uma sociedade emancipada, uma forma superior de sociedade, o ideal marxiano se assentava resolutamente, como visto, sobre a base de uma única finalidade absoluta: o *livre desenvolvimento integral da individualidade*. A realização da felicidade humana, para Marx, estava na possibilidade de que os indivíduos pudessem encontrar as condições sociais e materiais, necessárias à plena objetivação e exteriorização de suas imanentes e ilimitadas capacidades humanas. Neste sentido, o indivíduo era tomado como um cosmo de potencialidades a espera de um ambiente propício às suas efetivações. A questão que permanece em sua teoria social é se este ideal de livre e integral desenvolvimento da personalidade se dará *no* ou *fora* do trabalho. Sobre esta questão nos deteremos a partir do próximo e último capítulo desta obra.

²¹⁴ Apesar de que, se utilizarmos “o termo utopia no sentido que a filosofia contemporânea empresta ao termo: a visão do futuro a partir da qual uma civilização pautas seus projetos, ancora seus fins ideais e suas esperanças” (Gorz, 2003:20), então o seu uso, em momento algum desta obra, foi inadequado. Todo o ideal, projetos e esperanças que se pautam no existente concreto e efetivo, não podem ser tratados como meros devaneios utópicos, no sentido mesmo que o senso comum dá a esta expressão.

**Parte Final – A dialética das forças produtivas e
do tempo de trabalho**

Capítulo 8 – O desenvolvimento integral da individualidade dentro e fora do trabalho

“‘Chegou o tempo em que os homens não mais farão o que as máquinas podem fazer’, escreveu Marx, anunciando (foi em 1875) que o capitalismo tendia inexoravelmente para a abolição do trabalho – a qual, por sua vez, engendraria sua morte... O que seria da disciplina do trabalho, da ética do rendimento do trabalho, da ideologia da competição se todos soubessem que é tecnicamente possível viver cada vez melhor trabalhando cada vez menos e que direito a ‘proventos integrais’ não mais precisa estar limitado àqueles que fornecem um ‘trabalho integral’?” (André Gorz, *Adeus ao proletariado*).

Quanto mais se desenvolve as forças produtivas, mais a produtividade do trabalho eleva-se, maior se torna o volume de bens e serviços produzidos com menor quantidade de trabalho social global, e tanto menor pode ser a jornada de trabalho de cada indivíduo. Maior tempo é liberado, e, com isto, a possibilidade de que este se torne um tempo para o efetivo desenvolvimento livre e integral das individualidades. E como indivíduos que disponham de tempo livre devem ser portadores de capacidades superiores – como Marx mesmo supõe quando diz “o trabalho de um homem que tem tempo livre deve possuir uma qualidade muito superior ao da besta de carga” (Marx *apud* Rosdolsky, 2001:587, n. 59) –, ao retornarem ao processo produtivo imediato, podem impulsionar ainda mais o desenvolvimento da capacidade social produtiva. Esta é a dialética inerente ao desenvolvimento das forças produtivas e ao tempo de trabalho: o desenvolvimento do primeiro é a negação do segundo, assim como esta negação também é promotora deste mesmo desenvolvimento.²¹⁵

O tempo liberado é um tempo que, por definição, pode e deve ser dedicado também, dentre outras coisas, à pesquisa científica e à melhor regulação do organismo produtivo. Quanto mais se desenvolve e se objetiva o *general intellect*, o conhecimento acumulado ao longo da sucessão de várias gerações, e quanto mais “o homem se comporta como supervisor e regulador com respeito ao processo de produção mesmo” (Marx, 1973: 228), tanto mais as forças sociais produtivas se potencializam, e, assim, mais tempo pode ser liberado para o

²¹⁵ Marx mesmo chega a expor a tese de que a redução da jornada de trabalho pode permitir uma maior intensificação do trabalho. Isto pode ser assim, porque “Quanto mais cresce a produtividade do trabalho, tanto mais pode reduzir-se a jornada de trabalho, e quanto mais se reduz a jornada de trabalho, tanto mais pode aumentar a intensidade do trabalho” (Marx, 2001:601), pois, ocorre que “A capacidade de operar da força de trabalho está na razão inversa do tempo em que opera. Por isso, dentro de certos limites, o que se perde em duração, ganha-se em eficácia” (Idem: 468). Mas esta não é a única, e nem a mais eficaz forma de o reduzido tempo de trabalho contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas, como ficará claro durante a exposição que se segue.

aperfeiçoamento dos indivíduos e, conseqüentemente, de suas capacidades produtivas. Aqui, então, o tempo livre é, ao mesmo tempo, *conseqüência do*, e *fundamento para* o avanço das capacidades produtivas dos indivíduos e do organismo social total de produção para além de limites dados (processo no qual temos, em grande mediada, o que Marx chamava de “afastamento das barreiras naturais”), ao invés de ser tão somente resultado indireto deste progresso.

O marxismo tem enfatizado, já de longa data, somente o ponto de vista que faz da humanização do trabalho – possível somente com a revolução proletária, como sustentam – a condição fundamental para a sua redução, e, portanto, para criação de tempo livre.²¹⁶ Na teoria social marxiana, porém, de modo inverso, a redução da jornada de trabalho aparece como *a* condição fundamental para uma real emancipação humana.²¹⁷ Talvez quisesse enfatizar que a própria redenção do trabalho passava fundamentalmente pela sua redução. Não me parece absurdo sustentar que Marx, quando coloca a redução do tempo de trabalho como pilar fundamental para a conquista das condições imprescindíveis ao desenvolvimento humano, estava decididamente muito impressionado com a luta dos trabalhadores ingleses, de início do século XIX, pela regulamentação e redução da jornada de trabalho, como procurei argumentar no capítulo 5. Se juntarmos as análises da mecanização da produção, com sua supressão do trabalho humano, a esta luta entorno da redução da jornada de trabalho, bem como à sua concepção de tempo livre como sendo o tempo destinado ao livre desenvolvimento da individualidade, então parece compreensível o fado de Marx situar o reino da liberdade, a real e efetiva emancipação humana, para além da esfera produtiva propriamente dita.

A maquinaria é a expressão mais acabada do desenvolvimento das forças produtivas e objetivação daquele *general intellect*, assim como a possibilitadora de uma nova forma de trabalho mais centrada na regulação do processo de produção – que deixa, como vimos, de ser

²¹⁶ Tomo esta observação, mais uma vez, de André Gorz, em *Metamorfoses do trabalho*: “Para Marx [pelo menos em boa parte de suas obras] e os marxistas, particularmente no interior das organizações operárias, a liberação *no* trabalho é a condição prévia indispensável da liberação *do* trabalho; pois é pela liberação *no* trabalho que nasce o sujeito capaz de desejar a liberação *do* trabalho e de a ele conferir um sentido. Daí a privilegiada atenção que os autores marxistas concedem ao operário polivalente reprofissionalizado, responsável por uma tarefa complexa e ‘soberano’; são tentados a nele enxergar o sujeito histórico de uma possível reapropriação das forças produtivas *e* do desenvolvimento do indivíduo pelo próprio indivíduo” (Gorz, 2003:98).

²¹⁷ Ainda Gorz, mas agora em *Adeus ao proletariado*, diz: “Pode-se constatar que, contrariamente a uma interpretação bastante difundida, Marx não afirma que a autogestão (pelos produtores associados) da produção material realiza o reino da liberdade. Ao contrário, afirma que a produção material está submetida às necessidades naturais (de que fazem parte as leis físicas de funcionamento dos grandes aparelhos) e que, *no domínio da produção material*, a liberdade *reduz-se* a trabalhar o mais dignamente, o mais eficazmente e, portanto, o menor número de horas possível. É para isso que deve tender a autogestão. Quanto ao reino da liberdade, expandir-se-á graças à redução da duração do trabalho e dos esforços requeridos na produção do necessário.” (Gorz, 1982: 116).

progressivamente processo de trabalho.²¹⁸ A produção imediata de bens e serviços vai se emancipando continuamente do trabalho humano mais elementar, físico ou mental, mais rotineiro e fragmentado, que pode ser realizado por dispositivos e sistemas mecânicos sofisticados e muitas vezes inteligentes, para relegar aos homens e mulheres, que se dedicam ao trabalho de regulá-la, apenas as funções que requerem um engajamento e raciocínio superiores.

Como diz Marx de os *Grundrisse*, “O trabalho, nesse caso”, quando despojado de toda necessidade externa imposta, “**não se apresenta como trabalho**, mas como desenvolvimento pleno da própria atividade. Desapareceu a necessidade natural direta, substituída por uma necessidade historicamente produzida” (Marx apud Rosdolsky, 2001: 352/353 – grifos meus). A grande afluência de riqueza, que pode ser produzida por variados sistemas automáticos de máquinas, cria a situação na qual o trabalho já não é mais uma “necessidade natural”, no sentido de que não é mais através deste que a humanidade transforma os elementos da natureza em coisas úteis e vitais à sua existência, e sim através dos artefatos que esta coloca entre si mesmo e a natureza e que operam quase completamente sem sua intervenção. Nesta situação, como diz Marx, o trabalho há se transmutado numa necessidade humana “historicamente produzida”, pois não há imperativos que arrastem coativamente os indivíduos ao trabalho, e sim finalidades criadas espontaneamente por estes mesmo,²¹⁹ tais como a aplicação e experimentação do conhecimento científico, o desenvolvimento deste conhecimento por via empírica (união entre teoria e prática), supressão do repouso, exercício das capacidades e potencialidades físicas e espirituais, auto-realização e auto-expressão da personalidade, etc. tudo o que já vimos no próprio Marx no capítulo anterior.

Esta forma superior de trabalho “transformará o trabalhador em dirigente consciente do processo de produção, limitando seu trabalho, cada vez mais, à mera supervisão das gigantescas máquinas e forças naturais que intervêm no processo produtivo” (Rosdolsky, 2001:358), o que possibilitará aos indivíduos encontrarem, em sua própria atividade produtiva, um campo fértil para o cultivo e expressão de sua personalidade. Aqui se

²¹⁸ “... o desenvolvimento da maquinaria como sistema automático, quando levado às últimas conseqüências (basta lembrar a automação, que se difunde hoje [final da década de 1960]), revoluciona radicalmente a natureza do processo de trabalho, pois outorga ao trabalhador a função, totalmente modificada, de um mero ‘vigilante e regulador’ desse processo” (Rosdolsky, 2001:207).

²¹⁹ “... suponhamos que podemos viver sem trabalhar; o que escolheríamos: trabalhar mesmo assim ou administrar de outro modo nossas ocupações e nosso tempo?” (Gorz, 1982:173). Caso se escolhesse a primeira alternativa, mesmo assim esta escolha seria espontaneamente feita e jamais imposta por necessidades, naturais ou sociais, exteriores ao indivíduo. O conteúdo próprio do trabalho, nesta situação hipotética, teria sido radicalmente transformado.

desenvolve a utopia do desenvolvimento integral e livre da personalidade *no e através do* trabalho.

Marx jamais, como vimos, abandonou a sua convicção de que o trabalho, despojado de toda finalidade externa ao indivíduo, de toda coação natural e/ou social, quando, enfim, estamos diante daquela situação na qual “os objetivos exteriores deixam de ser necessidade natural exterior e passam a ser objetivos definidos pelo indivíduo” (Marx *apud* Rosdolsky, 2001:357),²²⁰ poderia tornar-se “exercício de liberdade”, “auto-realização”, “objetivação do sujeito”, “liberdade real”, “disciplina”, “ciência experimental, ciência que se objetiva e é materialmente criadora”, para o homem “cujo intelecto abriga o saber acumulado da sociedade” (Idem). Ora, inegavelmente temos aí o ideal do desenvolvimento integral e livre dos indivíduos através do trabalho, da atividade produtiva mesma.

Entretanto, como também tentei demonstrar no capítulo anterior, quando transcrevi a famosa passagem do Livro III de *O Capital*, Marx situará o reino da liberdade para “além da esfera da produção material propriamente dita” (Marx, 2008:1083), portanto, externo ao trabalho, mais precisamente no interior do tempo livre. Não é difícil demonstrar – e grande parte deste trabalho dedica-se a isto – que tanto no ideal de emancipação *no e pelo* trabalho, quanto no ideal de emancipação *do* trabalho, ambos podendo ser encontrados em Marx, possuem o mesmo conteúdo e finalidade: *o livre desenvolvimento integral da individualidade*. É este o seu ideal derradeiro de sociedade emancipada. O que me parece cada vez mais evidente, e isto se constitui no cerne de minha argumentação, é que Marx tinha bons motivos para situar o verdadeiro reino da liberdade somente no interior do tempo livre, deslocando assim seu ideal de emancipação *através do* trabalho para *fora* deste.

De qualquer modo, o livre desenvolvimento da individualidade, seja dentro ou fora do trabalho, é sua resoluta aspiração. Neste ideal está implícito uma concepção particular da natureza humana. Ela é, para Marx, como procurei argumentar no primeiro capítulo, histórica e socialmente determinada e jamais um dado imutável da natureza. A humanidade é, ao mesmo tempo, produto e produtora de relações sociais; nossa humanização está intimamente relacionada com nossa capacidade de internalizar a cultura própria das gerações contemporâneas e passadas, portanto, não está naturalmente determinada e definitivamente dada. Continuará a se transformar enquanto a histórica prosseguir, enquanto homens e

²²⁰ Os leitores perceberam que estou utilizando novamente passagens de os *Grundrisse*, já vistas no capítulo anterior, porém, agora, conforme estas foram traduzidas pelos editores da edição brasileira do livro de Rosdolsky, *Gênese e estrutura de O Capital*. Isto porque acredito que as variações de traduções contribuem para alargar nossa compreensão sobre os textos em exame. Um recurso maravilhoso, sem sombra de dúvidas, para qualquer estudioso.

mulheres continuarem a existir e a reproduzirem a História. Assim, dado que o homem, em sentido genérico, devém para si no interior de determinadas relações sociais, somente pode haver desenvolvimento da individualidade no interior destas relações mesmas. Se há individualidades, portanto, estas são *individualidades socialmente adquiridas e desenvolvidas*.

O indivíduo, na concepção marxiana, é, portanto, um *indivíduo social*, no sentido de que este somente pode se humanizar, se *diferenciar* e se desenvolver em sociedade. Entretanto, o que não se deve jamais esquecer é que ao mesmo tempo a sociedade – mera abstração de relações sociais concretas, pois, como diz Marx, “o conjunto das relações que os agentes da produção, produzindo dentro delas, mantém entre si e com a natureza constitui justamente a sociedade, considerada em sua estrutura econômica” (Marx, 2008:1082) – é ela própria produto da interação (na maioria das vezes estranhada) das individualidades. Desta forma, em Marx, o indivíduo não é uma mera mônada social; a velha dicotomia entre indivíduo e sociedade não se sustenta em sua teoria social. Os indivíduos são, ao mesmo tempo, portadores e construtores de relações sociais, e, portanto, a possibilidade de seu efetivo desenvolvimento integral depende do complexo de relações que produzem e reproduzem ao longo de sua história.

No que se refere à realização de uma efetiva emancipação humana, em Marx, esta está plenamente compreendida na necessidade de que as formações sociais humanas possibilitem o exercício da liberdade e do completo desenvolvimento da individualidade. Assim vemos todas as concepções e categorias se relacionarem dialeticamente no interior de sua construção teórica: uma determinada concepção de humanidade, de natureza humana, está relacionada com o ideal de emancipação que se persegue. Dado que o homem, em sentido genérico, é produto e produtor de relações sociais, é somente em uma forma superior de sociedade, em que haja as condições materiais e sociais para o livre desenvolvimento da personalidade, que este pode alcançar a sua efetiva auto-realização, justamente quando sente, em si e para si, o alargamento e a objetivação de suas capacidades e potencialidades humanas. A felicidade – este conceito tão abstrato e totalmente vago –, para Marx, significa propriamente este exercício livre e pleno das capacidades e potencialidades humanas.

Tal exercício de forças físicas e espirituais pode se dar, como tenho argumentado a partir de Marx, tanto no interior da esfera da produção propriamente dita, ou seja, no trabalho, quanto fora dele. Já sabemos disso pelo o que foi exposto até agora. Mas a questão que permanece e sobre a qual iremos nos deter, é qual a relação entre estes dois ideais de emancipação situados em campos opostos. E aqui podemos situar melhor os meus objetivos

para este capítulo. Pretendo apresentar como Marx compreende a possibilidade de fazer do trabalho uma atividade *pela qual e na qual* os indivíduos podem se desenvolver plenamente; expor como seu ideal de emancipação *no e através do* trabalho vai se deslocando para o interior da luta pela redução da jornada de trabalho, a condição fundamental para a conquista do reino da liberdade, e, portanto, para o desenvolvimento humano no interior do tempo livre; e, por fim, demonstrar que sua teoria social e econômica evidencia a possibilidade de erigir uma *sociedade de tempo livre* – nunca deixando de ter em mente que aqui tempo livre é tomado como o tempo externo ao trabalho, e no qual os indivíduos desenvolvem, *livre e integralmente*, suas individualidades.

Nossa análise sobre a possibilidade de Marx ter efetivamente deslocado seu ideal de emancipação do trabalho para o tempo livre, parte da seguinte hipótese levantada por George Friedmann, em *Trabalho em migalhas*, de meados da década de 1960, e que na verdade é justamente a exposição sintética desta possibilidade:

Marx, durante longo tempo, pensou que os cidadãos de uma sociedade socialista poderiam se tornar, dentro de e por sua atividade profissional, “indivíduos de desenvolvimento integral”, para os quais o trabalho produtivo é como escreve na *Crítica ao Programa de Gotha*, “a primeira necessidade da existência”. Talvez se tratasse para ele de uma doutrina essencialmente política e, se podemos dizer, exotérica, de uma arma reforçadora da crítica da sociedade capitalista, impulsionando os proletários a se instruir [observação que reaparece em André Gorz]. Em todo caso, o tema do indivíduo poliespecializado no trabalho, proposto como ‘tipo ideal’, está presente na maioria de suas obras.

Contudo, no final de sua vida, no período em que redigiu o tomo III de *O Capital*, publicado postumamente por iniciativa de Engels, em 1894, ele colocará a ênfase, de maneira completamente diversa, no ‘terreno da liberdade’: Este, sublinhou Marx, “começa somente lá onde cessa o trabalho que é determinado pela necessidade e pela finalidade exteriores”, encontrando-se, por conseguinte, “situado para além da esfera da produção material propriamente dita”. Marx percebeu, desde o início da segunda revolução industrial, que nas condições por ela instauradas, a redução da jornada de trabalho e o lazer ativo deveriam adquirir uma importância capital para a salvaguarda e o desenvolvimento do indivíduo. Podemos indagar, em conseqüência, se ele teria... , vivendo um século mais tarde, ... mantido como objetivo final da sociedade comunista, como “tipo ideal”, o indivíduo integral e polivalente que atinge *no trabalho e pelo trabalho* um desenvolvimento integral e polivalente, graças a especializações variadas que são “formas diferentes e sucessivas de sua atividade” (Friedmann, 1972:142/143).

Aqui temos sintetizado a problemática que venho tentando enfatizar ao longo desta obra inteira. Em Marx temos colocado um mesmo ideal, o do livre e integral desenvolvimento do indivíduo, em campos diversos e opostos: no e fora do trabalho. É este último ponto que me permite falar, então, de dois ideais em Marx ao invés de um apenas. Deter-nos-emos, a partir de agora, sobre o primeiro e mais conhecido destes ideais (que, em última análise, são idênticos em conteúdo, mas distintos quanto à sua forma de realização): o da emancipação *no* e *pelo* trabalho.

O ideal do desenvolvimento integral do indivíduo *no* e *através do* trabalho, indivíduos sociais que se desenvolvem “dentro de sua atividade profissional”, em Marx, aparece na configuração própria de um certo *politecnicismo*. Dirá Georges Friedmann em *O futuro do trabalho humano*, “Marx previa a revalorização do trabalho nas oficinas, graças ao politecnicismo e à formação profissional” (Friedmann, 1968: 261). Ora, mas como se traduz esta busca pelo desenvolvimento integral através da atividade e formação politécnica? É, sobretudo, no Livro I de *O Capital*, justamente no capítulo dedicado à maquinaria, capítulo XIII – “A maquinaria e a indústria moderna”, que este ideal de politecnicismo aparece de maneira mais clara:

...a indústria moderna, com suas próprias catástrofes, torna questão de vida ou morte reconhecer como **lei geral e social da produção a variação dos trabalhos** e, em conseqüência, a **maior versatilidade possível do trabalhador**, e adaptar as condições à efetivação normal dessa lei. Torna questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma população operária miserável, disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista, pela **disponibilidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho**; substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo **indivíduo integralmente desenvolvido** [*individuo desarollado en su totalidad; fully developed individual; individu pleinement développé*], para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade (Marx, 2001:552/553 – grifos meus).²²¹

²²¹ Para André Gorz, este politecnicismo de Marx já estava presente nos *Grundrisse*: “Apenas cerca de dez anos mais tarde [após seus escritos de juventude de 1841 a 1852], diante de uma nova **classe de operários de ofício, polivalentes** e que se tornarão os protagonistas do anarco-sindicalismo, é que Marx, nos *Grundrisse*, acredita poder descobrir o fundamento material da capacidade de auto-emancipação dos proletários e de sua vocação autogestionária: prevê então que o desenvolvimento das forças produtivas substituirá o exercito de trabalhadores braçais e operários não-qualificados militarmente enquadrados, por uma classe de **operários politécnicos**, ao mesmo tempo manuais e intelectuais, que dominarão o processo de fabricação em seu conjunto, exercerão seu controle sobre conjuntos técnicos complexos, passarão, com facilidade, de um trabalho para outro, de um tipo de produção para outro.” (Gorz, 1982:38/39 – grifos meus).

Ora, quando Marx inicia o parágrafo acima dizendo que a indústria moderna “torna questão de vida ou morte reconhecer como lei geral e social da produção a variação dos trabalhos”, com a expressão “variação dos trabalhos”, isto é, a “fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos” (Marx, 2001:552), enfatiza justamente a necessidade de tornar a atividade e a formação do trabalhador em atividade e formação politécnicas, poliespecializada.²²²

Marx está tratando, neste momento de sua extraordinária obra, sobre a repulsão e a atração dos trabalhadores na produção mecanizada da indústria moderna. Por meio das constantes transformações da base técnica de produção, suscitados pela grande indústria mecanizada, massas de capital e de trabalhadores são atiradas de um ramo de produção a outro:

Por meio da maquinaria, dos processos químicos e de outros modos, a indústria moderna transforma continuamente, com a base técnica da produção, **as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho**. Com isso, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção para outro. **Exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos**. Entretanto, [A indústria moderna] reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho, com suas peculiaridades rígidas (Idem: 551/552 – grifos meus).²²³

²²² Com respeito à formação do trabalhador, Marx destaca a conjugação de trabalho com educação: “Do sistema fabril, conforme expõe pormenorizadamente Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro, que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar a produção social e em único meio de produzir seres **humanos plenamente desenvolvidos**” (Marx, 2001:548/549 – grifos meus). Mais à frente, acrescenta: “... não há dúvidas de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará **a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático, nas escolas de trabalhadores**. Também não há dúvidas de que a forma capitalista de produção e as correspondentes condições econômicas dos trabalhadores se opõem diametralmente a esses fermentos de transformação e ao seu objetivo, **a eliminação da velha divisão do trabalho**. Mas o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma. A máxima da sabedoria do artesanato, ‘sapateiro, não passes do sapato’, tornou-se mera sandice no dia em que o relojoeiro Watt inventou a máquina a vapor; o barbeiro Arkwright, o tear; o artífice de ourivesaria Fulton, o navio a vapor” (Idem: 553 – grifos meus).

²²³ Para Gorz, é justamente a revolução da micro-eletrônica de final do século passado que torna este ideal de variação do trabalho, de politecnicismo de Marx, atualmente viável: “O produtor polivalente, ‘omnilateral’, com capacidades ilimitadas com que Marx sonhava torna-se assim uma real possibilidade graças à micro-eletrônica. É por meio da alternância de atividade muito variadas, por meio da autoprodução, da cooperação, da auto-assistência e não por meio da planificação e da distribuição autoritária que desaparecerão as trocas mercantis e o Estado.” (Gorz, 1982:170).

Ora, as próprias condições criadas pelo desenvolvimento da indústria moderna, assentada sobre a aplicação tecnológica da ciência e, sobretudo, no emprego de maquinaria, exigem o reconhecimento da necessidade de pôr fim à divisão técnica do trabalho, peculiar ao universo das unidades produtivas em sua forma capitalista. Aqui Marx está expondo o “caráter revolucionário” da maquinaria automática, isto é, a sua possibilidade de suprimir a velha e monstruosa (do ponto de vista do trabalhador individualmente considerado) divisão manufatureira do trabalho, e que, como vimos, aparece já em *A miséria da filosofia*.²²⁴ Em *O Capital* esta possibilidade é enfatizada de maneira mais resoluta:

...a indústria moderna elimina tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho, na qual um ser humano, com todas as suas faculdades e por toda a vida, fica prisioneiro de uma tarefa parcial. Mas, ao mesmo tempo, a forma capitalista da indústria moderna reproduz aquela divisão de trabalho de maneira ainda mais monstruosa, na fábrica propriamente dita, transformando o trabalhador no acessório consciente de uma máquina parcial (Marx, 2001: 549).

Elimina “tecnicamente a divisão manufatureira do trabalho”, porque “não há mais necessidade técnica de fixar o trabalhador a uma operação parcial, por toda a vida” (Idem: 424). A produção realizada por máquinas, quanto mais transformada que esteja em “sistema automático de maquinaria”, reduz ou mesmo elimina a necessidade de intervenção humana no processo produtivo, permitindo que os operadores, programadores ou supervisores de máquinas não se fixem na realização de uma única função parcial, como, por exemplo, o que é muito comum, a de se dedicar integralmente, e de forma exclusiva, à determinada máquina parcial em um sistema de máquinas:

...a produção mecanizada elimina a necessidade, que havia na manufatura, de cristalizar... [a] distribuição [do trabalho] anexando permanentemente o mesmo trabalhador à mesma função. Não partindo do trabalhador o movimento global da

²²⁴ “O que caracteriza a divisão do trabalho na fábrica é o fato de o trabalho perder aí todo caráter de especialidade. Mas, a partir do momento em que cessa todo **desenvolvimento especial**, a necessidade de universalidade, a tendência a um **desenvolvimento integral do indivíduo** começa a se fazer sentir. A fábrica liquida as **especialidades** e o **idiotismo do ofício**” (Marx, 1985:134/135 – grifos meus). Quando Marx diz, aqui, que o trabalho na fábrica perde todo seu “caráter de especialidade”, quer dizer que nela, na fábrica mecanizada, não há mais necessidade de se manter uma rígida divisão técnica do trabalho, pois pode haver a passagem do operário de uma máquina a outra. Ora, aí reside o “aspecto revolucionário da fábrica” que Marx acusa Proudhon de não ter reconhecido (Idem, 135): ela liquidava com as “especialidades”, ou seja, com a divisão manufatureira do trabalho, e, ao mesmo tempo, com o “idiotismo do ofício”, o qual podemos entender como sendo o velho método de produção artesanal típico das corporações de ofício. Na mesma passagem ainda, já aparece também o ideal do “desenvolvimento integral do indivíduo”.

fábrica, mas da máquina, pode-se mudar o pessoal a qualquer hora sem interromper o processo de trabalho... Finalmente, a velocidade com que os menores aprendem a trabalhar a máquina elimina a necessidade de se preparar uma classe especial de trabalhadores para operar exclusivamente com as máquinas. Os serviços dos simples auxiliares podem, até certo ponto, ser substituídos por máquinas, e, em virtude de sua extrema simplicidade, permitem que se mude a qualquer momento o pessoal atribuído com sua execução (Idem: 481/482).

É justamente o avanço e aperfeiçoamento do sistema automático de maquinaria que possibilita a realização daquele ideal comunista de sociedade, que vimos surgir nas páginas de *A ideologia alemã*, centrada na supressão da divisão do trabalho, isto é, na criação de um estado de coisas onde “a sociedade regula a produção geral”, e, através deste controle consciente do aparelho produtivo, desenvolvem-se as condições nas quais “cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam”, conferindo ao indivíduo “a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar... [se] à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a... [sua] vontade, sem que... [este] jamais... [se] torne caçador, pescador, pastor ou crítico” (Marx & Engels, 2007: 38). Inegavelmente temos aí o ideal do politecnicismo para o qual Friedmann nos chama a atenção, e que reaparecer de maneira mais desenvolvida em *O Capital*, uma vez que, somente nesta obra, como estou argumentando neste momento, Marx expõe, de forma mais resoluta, a existência das condições objetivas necessárias à realização deste ideal, ou seja, o desenvolvimento dos sistemas automáticos de maquinaria.

Desta forma – e desejo que isto fique ainda mais evidente –, tanto o ideal de livre e integral desenvolvimento da personalidade *no* e *através* do trabalho, quanto no tempo livre, não se sustentam, em Marx, sobre uma concepção moral de sociedade, mas sim sobre o levantamento das condições objetivas e subjetivas criadas pelo próprio desenvolvimento concreto da sociedade capitalista. E, sobretudo, quais são essas condições objetivas que revelam a possibilidade de tornar o trabalho ou o tempo livre campos para um real desenvolvimento da personalidade humana? Aquelas criadas pelo desenvolvimento das forças produtivas que se expressam, resolutamente e de modo mais acabado, no sistema automático de maquinaria.

Para qualquer destes dois ideais, o desenvolvimento do sistema automático de maquinaria é pressuposto necessário e insuprimível, isto porque, segundo se pode depreender da análise desenvolvida por Marx durante toda a Parte Quarta – “A produção da mais-valia

relativa” de *O Capital*, sem a mecanização progressiva e intensiva do processo de trabalho, a manutenção da produção de grandes volumes de valores de uso seria tecnicamente impossível sem a continuidade da divisão manufatureira do trabalho, que, como vimos, do ponto de vista do trabalhador parcial, é completamente mutilante, embora potencialize enormemente o trabalho coletivo.²²⁵ E, como vimos, uma sociedade emancipada pressupõe grande criação de riqueza, porém, sem exigir a degradação dos indivíduos e a negação de suas diversificadas capacidades e potencialidades. Riqueza em abundância e desenvolvimento integral da personalidade requerem grande desenvolvimento das forças sociais produtivas, de forma que o processo de trabalho e de produção não exijam de homens e mulheres a sua mortificação, mas, pelo contrário, demandem precisamente o seu aperfeiçoamento; e este estado de coisas, somente é possível, em última análise, com os progressos do maquinismo.²²⁶

Durante todo este trabalho venho argumentando no sentido de se dar maior relevância à categoria da maquinaria em Marx. Muitas vezes ela é a chave para a compreensão totalizadora de *O Capital*. Isto me parece claro toda vez que examinamos os principais enunciados, leis e tendências econômicas, que surgem em seu interior. Quando, por exemplo, tratamos da lei tendencial de queda da taxa de lucro e da lei geral da acumulação capitalista, podemos verificar a importância que esta categoria tem para estas duas famosas leis econômicas marxianas. É a mecanização progressiva do processo de trabalho, ao transformá-lo cada vez mais em processo de produção, que coloca a questão da alteração da composição

²²⁵ Para Georges Friedmann, somente a automação poderia suprimir o trabalho em cadeia – genericamente exemplificada pela linha de montagem fordista, baseada fundamentalmente no taylorismo e na esteira rolante. Enquanto aquela, a automação, não é possível, somente poderíamos lançar mão de paliativos para amenizar os malefícios da especialização excessiva: “O melhor para os perigos inevitáveis que o trabalho em cadeia traz em si, é radical: é a supressão, pela automatização total, dos seus processos ainda híbridos, em que os próprios homens se encontram transformados em máquinas de repetição. Enquanto este limite não for atingido, que fazer para os humanizar, durante um período transitório que corre o risco de ser longo? A sociabilidade, caráter extrínseco, aligeira as tarefas, mas atinge muito pouco da sua substância e não pode, por conseguinte, assegurar o enriquecimento da personalidade pela sua revalorização” (Friedmann, 1968:182). Mais à frente arremata dizendo: “O trabalho em cadeia não merece, pois, nem honras, nem indignações excessivas, nem apologia ingênua ou grosseira de certos ‘tecnicistas’, nem a maldição patética de alguns romancistas. Ele constitui uma etapa fundamental da história contemporânea da indústria, em que ainda nos encontramos e de que apenas se vislumbra o fim. É difícil, mas não é impossível, ‘humanizá-los desde já’” (Idem: 183).

²²⁶ A menos que se acredite, como sustenta certa vulgarização do marxismo, que somente o trabalho humano é a força produtiva por excelência; ou, o que é pior, que homens e mulheres que não trabalhem não são seres passíveis de humanização, resultando daí a necessidade de mantê-los trabalhando eternamente. Enquanto o trabalho humano for a principal força produtiva, a riqueza se assentará numa base estreita e limitada, seja em uma sociedade capitalista ou emancipada. Não porque as potencialidades humanas sejam, como tais, estreitas ou limitadas, mas porque a fisiologia humana assim o é. Nos “processos naturais” que o espírito humano adentra e, por fim, aprende a controlar, transformando-os em “processos industriais”, estão quantidades ilimitadas de energia, cuja magnitude é enormemente superior as que qualquer arranjo social do trabalho humano, mesmo com as mais avançadas ferramentas, é capaz de produzir. São os diversos sistemas automáticos de maquinaria que devem se tornar a principal força produtiva da sociedade futura e não o trabalho social, a combinação dos diversos trabalhos individuais, mesmo quando este esteja sobre o controle consciente e voluntário dos produtores diretos (autogestão).

orgânica do capital, isto é, a tendência de se empregar maior capital constante em detrimento do variável, e, por conseguinte e ao cabo, a redução relativa do número de trabalhadores requeridos para a produção social total. É esta redução que, segundo a lei do valor, ocasionará a queda do volume total de mais-valia produzido, e, por fim, a queda da taxa de lucro. Mas este mesmo processo de mecanização da produção também ocasionará, ao criar um exército industrial de reserva sempre crescente, a enorme concentração da riqueza nas mãos das classes possuidoras: “Acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto...” (Marx, 2001:749). Este é o enunciado próprio da lei geral da acumulação capitalista. Tudo isto já foi amplamente visto no capítulo 6.

Desta forma, o ideal de desenvolvimento integral da personalidade, seja dentro ou fora do trabalho, como estamos vendo agora, depende resolutamente do desenvolvimento da maquinaria, seja, em um caso, para permitir o politecnicismo, ou, no outro (com a transformação da maquinaria em sistema automático), para permitir o crescimento do tempo livre. O capítulo 7 dedicou-se a demonstrar a importância do desenvolvimento da maquinaria automática para o alargamento deste tempo liberado para o pleno cultivo e expressão da individualidade. Não alimento dúvidas de que as investigações de Marx sobre a maquinaria – e que estão já bastante desenvolvidas durante os anos de 1857 e 1858, quando então escreve os *Grundrisse* – resultaram na convicção de que, sobre o desenvolvimento desta, estavam dadas concretamente as bases matérias sobre as quais se ergueria a nova sociedade, uma formação social de tipo superior.

Mas a questão que ainda permanece é se este rico desenvolvimento, livre e pleno, da personalidade humana se realizaria efetivamente dentro ou fora do trabalho. Para Friedmann, ainda quando comentando Marx e seus dois ideais de sociedade emancipada:

A real evolução das técnicas industriais parece muito mais conduzir, para além das atuais contradições econômicas e sociais, a um estado de coisas em que a maioria dos homens encontrará a expressão polivalente da sua personalidade, não no trabalho produtivo em si mesmo (reduzido a um serviço público de algumas horas por dia), Mas sim na ocupação ativa dos tempos livres (Friedmann, 1968:262)

A “expressão polivalente” da personalidade, isto é, o desenvolvimento integral da individualidade, resolutamente, nesta passagem, para Friedmann se encontra agora “na ocupação ativa dos tempos livres”. É curioso observar que, como Marx, Friedmann dedicou-

se a algumas reflexões acerca da automação, justamente em um período em que esta voltava a se desenvolver de forma mais acelerada, no início da década de 1960. Seus trabalhos estavam, neste momento, direcionados para a busca de alternativas ao trabalho repetitivo e parcelar próprio da produção taylorista e fordista de então. A revalorização do trabalho lhe aparecia, assim como para Marx, sobretudo do Livro I de *O Capital*, como seu maior anseio. Mas, da mesma forma que ocorre com Marx, a análise das possibilidades abertas pelo maquinismo e pela automatização parecem tê-lo reconduzido para o ideal de desenvolvimento pleno da personalidade fora do trabalho, no que chama acima de “ocupação ativa dos tempos livres”.²²⁷

O grande dilema inerente ao ideal da revalorização do trabalho, isto é, de sua humanização, segundo Friedmann, estava no fato de que, para a produção de grandes volumes de bens e serviços, para a criação de riqueza afluyente, sem a existência de grandes avanços do maquinismo, esta riqueza, do ponto de vista técnico, somente poderia ser criada através da especialização dos trabalhadores individuais, ou seja, com a divisão e subdivisão técnica do trabalho. Por mais que fossem bem sucedidos os esforços para humanizá-lo, haveria sempre a necessidade de se realizarem trabalhos de tipo parcelar e repetitivo, sem os quais a produção não poderia se sustentar em níveis elevados de produtividade. Para estes trabalhos, como argumenta Friedmann, sempre se colocaria uma única solução, a saber, a de mecanizá-los completa e definitivamente. E se isto não fosse possível, então caberia reduzir a jornada de trabalho para que os indivíduos buscassem o desenvolvimento de suas personalidades fora do trabalho, na ocupação ativa de seus lazeres.

É possível que Marx tenha se deparado com estes mesmos limites a uma efetiva humanização do trabalho, quando então, ao redigir a famosa passagem do Livro III de *O Capital*, situa o reino da liberdade para além deste. Friedmann, comentando esta mesma passagem, observa que:

...qualquer que seja a extensão *possível* das suas aquisições, o domínio do trabalho produtivo “continua sempre a ser um domínio da necessidade”. É para além deste, no tempo livre (graças à redução do tempo de trabalho, “condição fundamental”, *Grundbedingung*), que começa o verdadeiro domínio da liberdade, em que o indivíduo

²²⁷ Friedmann verdadeiramente não alimentava ilusões quanto as possibilidades de se efetivamente humanizar o trabalho: “De fato, é preciso não se terem ilusões: qualquer que seja o grau de interesse que uma sociedade, à qual *aderisse* contínua e plenamente a massa dos cidadãos, possa conseguir introduzir no trabalho, essa revalorização **terá sempre que esbarrar com os limites impostos pela própria técnica**. Enquanto existirem trabalhos em cadeia (e eles existirão ainda durante uma etapa de limites imprevisíveis), trabalhos de escritórios especializados e mecanizados, existirão também múltiplas tarefas que é muito difícil tornar verdadeiramente interessantes em si mesmas. O indivíduo será tentado a dar expressão *fora* delas, nos tempos livres, aos melhor das suas virtualidade e do seu potencial de aptidões e de gostos” (Friedmann, 1968:247 – grifos meus).

pode desenvolver as suas aptidões, realizar plenamente a sua personalidade, sendo este desenvolvimento um fim em si mesmo (Idem: 264).

Tem razão Friedmann, quando afirma, mais à frente, que “Nada indica que Marx tenha renunciado à sua concepção de revalorização de trabalho pelo politecnicismo e pelo ‘desenvolvimento integral’ do trabalhador” (Idem: 263); mas, no entanto, parece muito plausível que Marx tenha compreendido que, no final das contas, será no tempo livre onde se efetivará o concreto desenvolvimento, livre e integral, da personalidade humana. Toda a minha exposição procura justificar esta assertiva. Pois como está aí posto, ainda na mesma passagem do Livro III, o trabalho (e o esforço para humanizá-lo) “situar-se-á sempre no reino da necessidade”, ou, o que é o mesmo, “continua sempre a ser um domínio da necessidade” – conforme aparece na edição portuguesa do livro de Friedmann. Isto está mais do que claro neste momento. Deixaria de ser uma necessidade quando a absoluta afluência de riqueza, concretamente posta com o desenvolvimento das forças produtivas, que tende, fundamentalmente, à produção mecanizada e automatizada, subvertesse as próprias necessidades que impelem os indivíduos ao trabalho, tornando-o uma atividade desnecessária, do ponto de vista da produção e reprodução das condições materiais e sociais da existência social. Somente nestas condições o trabalho, conforme já vimos nos *Grundrisse*, pode se tornar “exercício da liberdade”, “ou seja, auto-realização, objetivação do sujeito, portanto liberdade real cuja ação é precisamente o trabalho” (Marx *apud* Rosdolsky, 2001: 357).

Entretanto, “o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade” começa para “além da esfera da produção material propriamente dita” (Marx, 2008:1083/1084). Tem por base, é claro, o reino da necessidade no qual o trabalho esta imaneamente compreendido, mas, no final das contas, será na ocupação ativa do tempo disponível, *disposal time*, enfim, no tempo livre, que aquele “desenvolvimento das forças humanas”, o livre e pleno desenvolvimento da individualidade, florescerá resolutamente. Enfim, temos Marx colocando o acento decisivo sobre o alargamento deste tempo tornado livre, quando declara, por fim, ser a redução da jornada de trabalho a “condição fundamental desse desenvolvimento humano” (Idem).

O tempo livre define-se, a partir de Marx mesmo, como um tempo destinado a este desenvolvimento humano. Mas, contudo, é evidente que a redução da jornada de trabalho não torna imediatamente o tempo liberado pelo desenvolvimento das forças produtivas em tempo dedicado para este exercício de liberdade e auto-realização. Há perigos de que este seja degradado pela cultura e entretenimentos produzidos para as massas, visando tão somente às

oportunidades econômicas do lucro. Mas isto significa, como nos questiona Ernest Mandel, em *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*, que “a extensão dos lazeres seja um mal e que é preciso antes se orientar para uma ‘humanização do trabalho’” (Mandel, 1968: 117). Mais à frente, nos dá uma resposta a partir do próprio Marx:

O Marx dos *Grundrisse* responde no mesmo sentido que o Marx do volume III do *Capital*: é uma ilusão acreditar que o trabalho industrial, que o trabalho na grande fábrica possa algum dia se tornar trabalho “livre”. O reino da liberdade não começa senão *além* do reino da produção material, isto é, do trabalho mecânico, se não se quer trazer esta ao nível da produção artesanal. A verdadeira solução reside, pois em uma redução tão radical do tempo de trabalho (do “tempo necessário”), que as relações entre “trabalho” e “lazer” se encontram totalmente subvertidas. A abolição do capitalismo não é somente uma condição disso porque ela estimula o crescimento das forças produtivas, e permite assim acelerar essa redução da duração do trabalho. Ela é igualmente o seu motor porque *reduzir muito o supertrabalho* [ou trabalho excedente] – hoje tão nitidamente desperdiçado – e repartir o trabalho necessário por um número muito mais elevado de indivíduos (Mandel, 1968:117).

Repartir o trabalho que se reduz de forma igualitária, à medida que se desenvolvem as forças produtivas sociais, esta é a palavra de ordem que aparece no texto de Mandel ao comentar Marx dos *Grundrisse* e do Livro III de *O Capital*. Ora, desta forma, conforme se depreende do que foi exposto acima, os autores vistos sugerem que para Marx a própria humanização do trabalho passa pela redução da jornada de trabalho, e, em certo sentido, lhe precede. É a “condição fundamental” para o “desenvolvimento humano”, e, como venho argumentando, em Marx, é este desenvolvimento fora da esfera da produção imediata que permite que os indivíduos a ela retornem, mas já em uma condição superior, com capacidades produtivas superiores. Dialeticamente (e, portanto, permeado de contradições, pelo menos em sua forma capitalista), o tempo tornado livre para o desenvolvimento integral dos indivíduos pode favorecer o desenvolvimento das forças produtivas sociais, que é, por sua vez, condição para a extensão daquele.

Este ideal de sociedade de tempo livre, que surge da análise totalizadora da teoria social de Marx já bastante maduro, aproxima-se muito do ideal grego de sociedade. Nesta, a cidadania constituía-se na liberdade de se dedicar à participação pública, uma vez que, na vida privada, a satisfação das necessidades estava garantida pela produção escravista. A própria vida privada, a esfera do lar, da vida doméstica (*oikia*), era encarada como uma vida de privações (etimologicamente o termo “vida privada” diz respeito a uma existência cercada

delas), em uma estreita relação com o domínio das necessidades inerentes à condição humana. Era no interior desta esfera que o homem se via sujeito à obrigação natural e insuprimível de prover a manutenção de seu corpo, e, portanto onde se encontrava limitado e coagido por sua própria existência material; era, em uma única palavra, o “reino da necessidade”. Hannah Arendt nos concede uma apropriada representação da opinião grega sobre a vida privada:

Na opinião dos antigos, o caráter privativo da privatividade, implícito na própria palavra, era sumamente importante: significava literalmente um estado no qual o indivíduo se privava de alguma coisa, até mesmo das mais altas e mais humanas capacidades do homem. Quem quer que vivesse unicamente uma vida privada – o homem que, como o escravo, não podia participar da esfera pública ou que, como o bárbaro, não se desse ao trabalho de estabelecer tal esfera – não era inteiramente humano. Hoje não nos ocorre, de pronto, esse aspecto de provação quando empregamos a palavra ‘privatividade’; e isto, em parte, se deve ao enorme enriquecimento da esfera privada através do moderno individualismo (Arendt, 2000:48).²²⁸

A escravidão, o trabalho forçado de outrem, era – conforme a procuravam justificar os principais autores gregos – uma fatalidade; o único modo de não se sujeitar às necessidades, de escapar à obrigação do trabalho, e de libertar o homem, senhor de escravos, da vida privada (*lócus* das privações), tornando possível o exercício livre de suas mais altas faculdades humanas na esfera pública.²²⁹ E somente na vida pública, na participação política no interior da cidade-estado (considerada o domínio autêntico da liberdade), poderia o cidadão grego exteriorizar o caráter propriamente humano de sua existência. A escravidão de terceiros, forçados a proverem seu senhor, desta forma, era vista como fundamental e rigorosamente necessária, porque sem ela não haveria como libertar-se das sujeições e coações inerentes à condição existencial do ser. O tempo livre para a participação política

²²⁸ André Gorz, em *Metamorfoses do trabalho*, comenta e completa esta representação de Hannah Arendt dos valores próprios da sociedade grega antiga: “Em todas as sociedades pré-modernas, aquelas e aqueles que... realizavam [o trabalho – aqui tomado no sentido de “necessidade que tem o homem de produzir sua subsistência com o ‘suor de seu rosto’”] eram considerados inferiores: **pertenciam ao reino natural, não ao reino humano**. Estavam **submetidos à necessidade**, incapazes, portanto, de elevação de espírito, de desinteresse, de tudo aquilo que habilitava a ocupar-se dos assuntos da política. Como o demonstra Hannah Arendt, apoiando-se notadamente nas obras de Jean-Pierre Vernant, o trabalho necessário à satisfação das necessidades vitais era, na Antiguidade, uma ocupação servil, que excluía da cidadania (isto é, da participação na Cidade) aquelas e aqueles que o realizavam. **O trabalho era indigno do cidadão, não porque fosse reservado às mulheres e aos escravos, mas, ao contrário, era reservado às mulheres e escravos porque ‘trabalhar era sujeitar-se à necessidade’**” (Gorz, 2003:22 – grifos meus).

²²⁹ “O homem livre [na Antiguidade grega] recusava submeter-se à necessidade; dominava seu corpo para não transformar-se em escravo de suas necessidades materiais e, caso trabalhasse, era somente para assegurar ou ampliar sua independência” (Gorz, 2003:22).

dependia do trabalho excedente (trabalho que, como vimos, objetiva-se em produção que supera as necessidades de subsistência dos produtores diretos) de seus escravos.

Apenas se o trabalho pudesse ser efetuado pelas forças naturais, dominadas e domesticadas para realizarem as tarefas que outrora os homens as realizavam, pensava, por exemplo, Aristóteles, não existiria mais a necessidade da escravidão, ou mesmo de qualquer outra forma social de exploração do trabalho alheio, enfim, da exploração do homem pelo homem. Este ideal de sociedade livre da exploração do trabalho também está presente em Marx do Livro I de *O Capital*, quando, então, cita justamente aquele grande pensador da Antiguidade:

Se as ferramentas, atendendo às nossas ordens e aos nossos desejos, pudessem executar as tarefas para que foram feitas, como os engenhos de Dédalos, que se movimentam por si mesmos, ou as trípodas de Vulcano, que se punham a executar espontaneamente seu trabalho sagrado, se as lançadeiras do tecelão tecessem sozinhas, o mestre de ofício não precisaria de auxiliares, nem senhores, de escravos (Aristóteles *apud* Marx, 2001:466).²³⁰

E assim tem sido a história da humanidade até então: tempo livre para alguns – considerados por si mesmos como dotados de qualidades superiores – e trabalho forçado para a maioria – vista como composta de indivíduos subumanos. Para a produção de riqueza e dos frutos mais magníficos do espírito humano, foi necessário que trabalho intelectual e trabalho manual fossem radicalmente separados, e que se produzisse tempo livre para uma minoria (ocupada com aquele primeiro tipo de trabalho), sujeitando a gigantesca parcela da população a um trabalho, na grande maioria das vezes, mutilante e degradante, que em nada pode ser visto como o campo para o desenvolvimento pleno da personalidade. Isto porque o trabalho excedente de todas as sociedades humanas, de todos os tempos, tem se efetivado a custas de centenas de milhões de homens e mulheres, a custas de seu trabalho forçado, estranhado, heterodeterminado. E isto porque, em parte, e como sempre se procurou justificar, nunca houve condições de se renunciar a este tipo de situação, sem renunciar também, da mesma

²³⁰ Mais uma vez, aqui, é André Gorz quem sugere esta correspondência entre as idéias sobre liberdade em Marx e os ideais gregos: “A idéia de que a liberdade (isto é, aquilo que é predominantemente humano) só começa ‘além do reino da necessidade’ e de que o homem só surge como sujeito capaz de conduta moral a partir do momento em que, cessando de exprimir as necessidades imperiosas do corpo e sua dependência do meio em que vive, age movido apenas por sua soberana determinação, é uma idéia constante, de Platão a nossos dias. Reencontramo-la em Marx, na famosa passagem do Livro III de *O Capital* que, em contradição aparente com outros escritos do autor, situa o ‘reino da liberdade’ em um espaço mais além da racionalidade econômica” (Idem: 22).

forma, à produção de grandes excedentes. A criação de riqueza em afluência esteve sempre diretamente vinculada à exploração do trabalho.

E assim tenderá a ser enquanto o trabalho humano for o pilar fundamental da produção de riqueza: tempo livre de alguns, criado a partir do tempo de trabalho excessivo de outros. Daí a existência antitética entre ambos. Mas, entretanto, já existem, com o desenvolvimento das forças produtivas, com os avanços do maquinismo e da automatização, os dispositivos e artefatos que transformam os “processos naturais” em “processos industriais”, substituindo, então, o homem, em sentido genérico, na realização de seu trabalho. O tempo de trabalho pode ser reduzido em escala social. É possível afirmar, como Schulz, em uma citação utilizada por Marx nos *Manuscritos*, já vista por nós, que “as forças naturais desprovidas de sentido, que operam nas máquinas, serão nossas escravas e servas” (Schulz *apud* Marx, 2004:32), e, através das tarefas e operações que elas realizam automaticamente, desaparecerá a precisão do trabalho excedente, do supertrabalho das massas, para a produção de grandes volumes de bens e serviços, suprimindo aquela tendência histórico-concreta. O tempo livre poderá ser ampliado para todos e não mais para uma minoria à custa do trabalho excessivo de uma parcela da população, e isto exatamente no momento em que o trabalho humano for substituído substancialmente pelo da maquinaria. É, conforme mesmo vemos em Marx, o fim da antítese entre tempo livre e tempo de trabalho, pois este último já poderá não ser mais necessário, e por isto deverá ser realizado tão somente por espontânea vontade de seus agentes.

Quando, então, o trabalho humano já não for mais o pilar fundamental da produção, e, portanto, a força produtiva preponderante, poderá o tempo livre tornar-se um tempo de exercício da vida pública, da participação política efetiva, fazer do ideal da democracia direta e participativa, preconizado pela civilização grega antiga, concreta e objetivamente posto.²³¹ Pois, brotaram, através do trabalho de gerações após gerações, e já há certo tempo – pelo menos desde o último grande avanço do processo de automatização da produção, na década

²³¹ Se este tempo não pode ser tomado para a participação política, poderá servir para a realização de atividades autônomas. Em *Metamorfoses do trabalho*, André Gorz expõe o entendimento de Marx a respeito do conteúdo próprio de atividades autônomas: “Lembro, antes de tudo, a definição, comum a Marx e a Aristóteles: são autônomas as atividades que contêm em si mesmas sua própria finalidade. O sujeito aí experimenta sua soberania e aí floresce como pessoa” (Gorz, 2003:166). Em *Adeus ao proletariado*, Gorz sustentará que, mesmo quando o trabalho não possa passar por uma radical revalorização ou humanização, a redução da jornada de trabalho poderia pelo menos limitar a duração do trabalho em sua forma estranhada/alienada, e abrir espaço para estas atividades autônomas: “À medida que o tempo de trabalho diminui em favor do tempo livre, o trabalho heterodeterminado tende a se tornar acessório e as atividades autônomas tornam-se preponderantes.” (Gorz, 1982:15). Seja este tempo utilizado para uma efetiva participação política, ou para prática de atividades autônomas (no sentido que Gorz nos apresenta), em ambas as situações, temos justamente aquela possibilidade dos indivíduos desenvolverem, livre e integralmente, suas personalidades.

de 1970, com o início da terceira revolução industrial ²³² –, as forças produtivas que poderão libertar cada vez mais os homens e mulheres de seus trabalhos forçados, ao qual estão hoje submetidos caso não queiram perder seus meios de subsistência.

O progresso da produção mecanizada e automatizada de bens e serviços ganha este tempo para nós. “O desenvolvimento técnico” pode finalmente, segundo Rosdolsky, ao expor o pensamento de Marx nos *Grundrisse*, libertar os trabalhadores da “‘serpente de seus tormentos’, da tortura sem fim do trabalho cansativo, monótono e fragmentado”, e convertê-los em “verdadeiros dirigentes do processo de produção”.²³³ Fica assim, cada vez mais claro, que “Nunca estiveram tão maduras as condições para uma transformação socialista, nunca o socialismo foi tão imprescindível e economicamente viável” (Rosdolsky, 2001:356), pois:

Graças ao desenvolvimento da técnica moderna, estão finalmente dadas – pela primeira vez – as condições para suprimir total e definitivamente o “roubo do tempo de trabalho alheio”; agora – pela primeira vez – podem ser impulsionadas tão poderosamente as forças produtivas da sociedade que, de fato, e em um futuro não muito longínquo, a medida da riqueza social não será mais o tempo de trabalho, mas sim o tempo disponível (Idem).

Está certo Rosdolsky quando afirma, pouco mais à frente, que “Evidentemente, o trabalho não desaparecerá” (Idem: 357).²³⁴ Entretanto, mesmo alterado em sua forma e conteúdo, mesmo quando completa e definitivamente humanizado, não poderá sua duração se

²³² E com a qual, conforme vemos em Gorz, está definitivamente rompido “o laço entre crescimento da produção e crescimento do emprego”; e, desta forma, estão sepultados definitivamente os velhos dogmas do keynesianismo e das políticas do pleno emprego. Isto posto, fica apenas a questão de saber se “a terceira revolução industrial irá levar à sociedade do desemprego ou à sociedade do tempo liberado? Vai liberar os homens dos trabalhos mutilantes ou mutilá-los ainda mais, reduzindo-os à inatividade forçada? Levará ela a uma nova idade de ouro em que trabalharemos cada vez menos, dispondo de uma massa crescente de riquezas, ou condenará uns ao desemprego e outros à hiperprodutividade?” (Gorz, 1982:161/162). Algumas décadas depois de hegemonia neoliberal em todo mundo, fica claro perceber por qual tipo de sociedade se está optando até o presente momento.

²³³ E ninguém poderá fazer duvidar de que o controle da produção diretamente realizado pelos trabalhadores é condição fundamental para o seu efetivo poder político.

²³⁴ E muitos serão os que afirmarão a mesma coisa em relação aos sistemas de produção automatizados, considerando “trabalho” o mero apertar de um botão para por estes sistemas em funcionamento. Encontram guarita em Marx mesmo: “O trabalho põe os meios de produção em condições nas quais, por si mesmos, percorrem certos processos naturais cujo resultado é determinado efeito útil ou forma modificada de seu valor-de-uso. O trabalho transfere sempre ao produto o valor dos meios de produção, desde que os consuma de maneira realmente adequada, como meios de produção. Não importa que o trabalho, para obter esse efeito útil, tenha de atuar continuamente com os meios de trabalho sobre o objeto de trabalho, ou que **precise apenas dar o primeiro impulso**, colocando os meios de produção em condições nas quais, **sem mais intervenção do trabalho**, recebam por si mesmos, em virtude de processos naturais, a modificação desejada” (Marx, 2000:139 – grifos meus). Mas, evidentemente, o trabalho de apertar um mero botão não requer um elevado tempo de trabalho, e nem pode ser o centro das vidas de milhares de homens e mulheres, e muito menos o campo para o livre desenvolvimento integral da personalidade.

manter nos níveis de hoje; deverá se limitar a um tempo progressivamente limitado da vida dos indivíduos, como condição mesmo para a superação da oposição antitética entre trabalho e vida, tempo de trabalho e tempo livre, e, finalmente, entre trabalho intelectual e manual. Não poderá mais ser o centro da vida de homens e mulheres, posto como valor maior e obrigação moral, um fim em si mesmo, como hoje ocorre, uma vez que, como corretamente afirma André Gorz, em *Adeus ao proletariado*, “A reconciliação dos indivíduos com o trabalho passa pelo reconhecimento que, mesmo submetidos ao controle operário, o trabalho não é e nem deve o essencial da vida.” (Gorz, 1982:19).

Deve, então, ocupar seu lugar, o desenvolvimento integral da personalidade através do exercício livre das capacidades e potencialidades humanas, porém, agora, no interior do tempo em que não se está coagido por necessidades externas, no interior do tempo que foi liberado com desenvolvimento das forças produtivas, isto é, no tempo livre. Tudo isto está em, e foi anunciado por Marx, não como uma vaga utopia, mas como uma possibilidade efetiva. É plenamente admissível e factível sustentar que este tenha, mais do que pouco se tem notado, compreendido que, no final das contas, o que realmente importava não era tanto emancipar o trabalho ou emancipar o homem *no e através do* trabalho, e sim conquistar sua real liberdade através da recusa do trabalho, pela luta em torno da redução da jornada de trabalho e da criação de maior tempo livre.²³⁵

Chegamos, enfim, ao cabo deste trabalho. Como houvera dito em sua introdução, propunha-me a fazer desta obra, uma crítica do trabalho como um fim em si mesmo, da glorificação e culto ao trabalho. Esta crítica não parte de uma condenação moral e abstrata do trabalho, negando a sua centralidade para as sociedades de todos os tempos e mesmo para as atuais deste nosso século XXI, e sim das tendências do desenvolvimento histórico, retratadas pelo próprio Marx, e que apontam para a possibilidade de uma sociedade não mais organizada entorno do trabalho, mas na criação de tempo livre, tempo para o desenvolvimento livre e integral dos indivíduos, tornado cada vez maior e mais efetivo pelo desenvolvimento das forças produtivas. Seria uma grande tragédia que o tempo disponível, cada vez mais passível

²³⁵ E talvez aqui resida a importância de se dar maior atenção, de forma séria e crítica, e não através da mera reprodução vulgar de críticas parciais, às teses defendidas por André Gorz. Josué Pereira da Silva, ao comentar seu pensamento, diz: “E hoje, quando a máquina se apropriou de forma quase definitiva do processo da produção material, abrindo a possibilidade de liberar cada vez mais o trabalho humano direto, a duração do trabalho continua tão elevada. É possível que André Gorz esteja certo ao escrever que para o trabalhador não se trata mais de buscar a liberdade no seio do trabalho, mas sim de recusar o trabalho; ou, em outras palavras, não se trata mais de conquistar o poder na condição de trabalhador, mas de conquistar o poder de não mais funcionar como trabalhador. **Talvez quando isso acontecer a jornada de trabalho de oito horas perderá a rigidez que adquiriu ao longo de tantos anos de valorização do trabalho**” (Silva, 1996:215 – grifos meus).

de ser dilatado pelo progresso técnico, continuasse a se converter em mais trabalho para uns ou em desemprego para outros, ao invés de ser utilizado para atividades mais enriquecedoras da personalidade humana.²³⁶

O que aprendemos com Marx, através de suas obras e das investigações históricas do século XIX que as permeiam, foi a insuprimível necessidade de se considerar a historicidade dos fenômenos sociais. Porquanto o trabalho tenha sido e continue a ser central em nossas vidas, não pode ser visto, por este motivo, como um fim em si mesmo eternamente necessário – não obstante Marx mesmo diga que este “é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre homem e a natureza” (Marx, 2001:65). A prosperidade e felicidade humanas, que Marx compreende como sendo o pleno exercício e desenvolvimento de nossas capacidades e potencialidades, é verdadeiramente a finalidade última de nossa aventura sobre a terra; e nunca o próprio trabalho. Este é, incontestavelmente, o meio universal, presente em toda a história humana, de conquistar aquela prosperidade e felicidade; a ainda primeira e a maior força produtiva de todas as sociedades. Mas como um meio, contudo, pode ser substituído por outros meios. Eles já existem. Estão objetivamente postos com o desenvolvimento dos diversos sistemas automatizados de maquinaria. Basta, por fim, apenas tornar mais evidente e renovada, a “grande esperança” que permeia todo este trabalho:

Bem sei que, no limite, aparece a esperança, ‘a grande esperança do século XX’ [e agora do século XXI], de uma automatização cada vez mais completa das empresas, da redução do número de trabalhadores, da promoção do homem ao papel de fiscal e demiurgo das máquinas, do descongestionamento das cidades tentaculares, da multiplicação de bairros suburbanos cada vez mais espalhados para longe, através dos campos, cada vez mais propícios (teoricamente) às alegrias de uma vida íntima, familiar, próxima da natureza. É preciso ainda que o homem do século XX [e agora o do século XXI], o indivíduo real, tal como está moldado de fato pela civilização técnica, seja capaz desta vida, é preciso ainda que ele a deseje! É preciso ainda que ele encontre em si o poder de utilizar humanamente os seus tempos livres que vão aumentando! (Friedmann, 1968:137).

²³⁶ Hannah Arendt expressou de forma muito intensa este temor: “A sociedade que está para se libertar dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade... O que nos depara, portanto, é a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, sem a única atividade que lhes resta. Certamente nada poderia ser pior” (Arendt, 2000:12/13).

Bibliografia

ALVES, Giovanni in: *A condição de proletariedade: a precariedade do trabalho no capitalismo global*. Londrina: Práxis, 2009.

ANTUNES, Ricardo in: *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARENDT, Hannah in: *A Condição Humana*. 10º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BRAVERMAN, Harry in: *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 3º ed, 1987.

DAL ROSSO, Sadi in: *O debate sobre a redução da jornada de trabalho*. São Paulo: ABET, 1998.

_____ in: *Mais trabalho! : a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DE GRAZIA, Giuseppina Rosaria. “A redução da jornada de trabalho em questão” in: *Plural*; São Paulo: Sociologia, USP, 8: 63-86, 2º sem., 2001.

DOBB, Maurice in: *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

DURKHEIM, Émile in: *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, Freidrich; “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” in: *Obras escolhidas Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

FRIEDMANN, Georges in: *O Futuro do Trabalho Humano*. São Paulo: Ed. Moraes, 1968.

_____ in: *O Trabalho em Migalhas: Especialização e Lazeres*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GIDDENS, Anthony in: *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4º ed., 2004.

GILLI, Jose A. in: *La fabrica de Marx e Ford*, Buenos Aires: Librería Hachette, 1944.

GORZ, André in: *Adeus ao Proletariado: para Além do Socialismo*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.

_____ in: *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 3º Ed., 1989.

_____ in: *Metamorfoses do Trabalho: Busca do sentido, crítica da razão econômica*. São Paulo: Ed. Annablume, 1º ed., 2003.

GOUNET, Thomas in: *Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

Bibliografia (cont.)

GRAMSCI, Antonio in: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 4, 2001.

GREELEY, Horace in: *Glance at Europe in a series of letters from Great Britain, France, Italy, Switzerland, &c. during the Summer of 1851. Including notices of the Great Exhibition, or World's Fair*. New York: Dewitt & Davenport, Publishers, 1851.

HARVEY, David in: *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBSBAWM, Eric j. in: *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

KERN, Horst & SCHUMANN, Michael in: *El Fin de la División del trabajo? Racionalización actual, determinación de las tendencias*. Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1988.

KRISIS, Grupo in: *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

KURZ, Robert in: *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LANDES, David S. in: *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEAKEY, Richard in: *O povo do lago: o homem, suas origens, natureza e futuro*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

LEAKEY, Richard in: *A origem da espécie humana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

LESSA, Sérgio in: *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

LILLEY, Sam in: *Hombre, máquinas e historia: breve historia de las máquinas y herramientas en relación al progreso social*, Buenos Aires: Galatea Nueva Visión, 1957.

LUKÁCS, Georg in: *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979

MACKENZIE, Donald; "Marx and the Machine" in: *Technology and Culture*, Vol. 25, No. 3. (Jul., 1984), pp. 473-502.

MANDEL, Ernest in: *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx - de 1843 até a redação de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968

MARGLIN, Stephen; "Origem e funções do parcelamento das tarefas" in GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 3º ed., 1989.

Bibliografia (cont.)

MARX, Karl in: *Das Kapital: kritik der politischen ökonomie*. Germany: Alfred Kröner Verlag Stuttgart, 1957.

_____ in: *A questão Judaica*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

_____ in: *Elementos fundamentales para la critica de la economia politica (borrador) 1857-1858 [Grundrisse]*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, vol. 2, 1973.

_____ in: *El Capital: critica de la economia politica.7º*. México: Fondo de Cultura Economica, vol 1, 1973b.

_____ in: *O Capital: Capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____ in: *Capital: a critique of political economy*. Orlando: The Modern Library, s/d.

_____ in: *Conseqüências Sociais do Avanço Tecnológico*. São Paulo: Edições Populares, 1980. Apresentação: Rudi Supek; fragmento de Fundamentos da Crítica da Economia Política (*Grundrisse*).

_____ in: *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Vol. I, Tomo 2, Coleção: Os economistas.

_____ in: *A Miséria da filosofia*. São Paulo: Ed. Global, 1985.

_____ in: *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985b. Vol. I, Tomo 1, Coleção: os economistas.

_____ in: *K. Marx, F. Engels*. Coleção Grandes Cientistas Sociais (org.) Floresta Fernandes (História). São Paulo: Ática, 1989.

_____ in: *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro II, Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2000, vol. III.

_____ in: *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I, Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2001, vol. I e II.

_____ in: *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____ in: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____ in: *Trabalho assalariado e capital & Salário preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____ in: *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro III, Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2008, vol. 4, 5 e 6.

Bibliografia (cont.)

MARX & ENGELS in: *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

_____ in: *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MICHAEL Löwy in: *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1975.

MILLS, Wright in *A nova classe média (white collar)*. São Paulo: Ed. Zahar, 1969

MORAES NETO, Benedito in: *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

_____ in: *Século XX e trabalho industrial: taylorismo, fordismo, ohnísmo e automação em debate*, São Paulo: Xamã, 2003.

PRIEB, Sérgio in: *O trabalho à beira do abismo: Uma Crítica Marxista à Tese do Fim da Centralidade do Trabalho*. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2005.

RIFKIN, Jeremy in: *O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Ed. Makron Books, 1996.

ROMERO, Daniel in: *Marx e a técnica: Um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, Josué Pereira in: *Três discursos, uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo - 1906/1932*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1996.

SIMITH, Adam in: *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e causas*. São Paulo: Nova Cultural, vol. I, 1996.

SWEEZY, Paul in: *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

THOMPSON, E. P. in: *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. II.

_____ in: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TEIXEIRA, Kleber G. “Questão de classe (social): o proletariado de Marx segundo Sérgio Lessa” in *Revista Mundos do Trabalho*, Vol. 1, Nº 1 (2009).

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/index>.

URE, Andrew in: *The philosophy of manufactures: or an exposition of the scientific, moral, and commercial economy of the factory system of Great Britain*. London: Charles Knight, Ludgate-street, 1835.

Bibliografia (cont.)

USHER, Payson Abbott in: *Uma história das invenções mecânicas*. Campinas: Ed. Papyrus, 1993.

VYGOTSKY, Lev Semenovich in *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev Semenovich in *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WEBER, Max in: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ZARIFIAN, Philippe; “O tempo de trabalho: o tempo-devir frente ao tempo espacializado” in: *Tempo Social*; São Paulo: Rev. Sociol. USP, 14(2): 1-18, outubro, 2002.